

GEOGRAFIA HUMANA DO CEARÁ espaço, técnica e tempo

LUIZ CRUZ LIMA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

REITORA PRO TEMPORE

Josete de Oliveira Castelo Branco Sales

EDITORA DA UECE

Erasmus Miessa Ruiz

CONSELHO EDITORIAL

Antônio Luciano Pontes	Lucili Grangeiro Cortez
Eduardo Diatary Bezerra de Menezes	Luiz Cruz Lima
Emanuel Ângelo da Rocha Fragoso	Manfredo Ramos
Francisco Horácio da Silva Frota	Marcelo Gurgel Carlos da Silva
Francisco Josénio Camelo Parente	Marcony Silva Cunha
Gisafran Nazareno Mota Jucá	Maria do Socorro Ferreira Osterne
José Ferreira Nunes	Maria Salete Bessa Jorge
Liduína Farias Almeida da Costa	Silvia Maria Nóbrega-Therrien

CONSELHO CONSULTIVO

Antônio Torres Montenegro UFPE	Maria do Socorro Silva Aragão UFC
Eliane P. Zamith Brito FGV	Maria Lírida Callou de Araújo e Mendonça UNIFOR
Homero Santiago USP	Pierre Salama Universidade de Paris VIII
Ieda Maria Alves USP	Romeu Gomes FIOCRUZ
Manuel Domingos Neto UFF	Túlio Batista Franco UFF

SELO GEOGRAFIA

COMITÊ EDITORIAL

Prof. Edilson Pereira Júnior
Prof. Frederico Holanda Bastos Editor sub-chefe
Prof. Luiz Cruz Lima – Editor-chefe
Prof. Marcos José N. de Souza
Prof. Otávio Lemos
Profª. Zenilde B. Amora

CONSELHO CIENTÍFICO

Prof. Antonio Carlos de Barros Correa – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Antonio Thomaz Jr. – Universidade Estadual de São Paulo – Presidente Prudente
Profª. Beatriz Ribeiro Soares – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. François Bétard – Université Paris-Didert França
Prof. Ping Wang – University of South Florida - USA
Prof. Roberto Lobato – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Prof. Ruy Moreira – Universidade Federal Fluminense
Prof. Sérgio Claudino – Universidade de Lisboa - Portugal
Profª. Tiffany Briggs – Florida Atlantic University - USA
Profª. Vanda Claudino Sales – Universidade Federal do Ceará

GEOGRAFIA HUMANA DO CEARÁ espaço, técnica e tempo

LUIZ CRUZ LIMA

1ª Edição
Fortaleza - CE
2020



Geografia humana do Ceará: espaço, técnica e tempo

© 2020 *Copyright by* Luiz Cruz Lima

O conteúdo deste livro, bem como os dados usados e sua fidedignidade, são de responsabilidade exclusiva do autor. O download e o compartilhamento da obra são autorizados desde que sejam atribuídos créditos ao autor. Além disso, é vedada a alteração de qualquer forma e/ou utilizá-la para fins comerciais.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE
Av. Dr. Silas Munguba, 1700 – Campus do Itaperi – Reitoria – Fortaleza – Ceará
CEP: 60714-903 – Tel: (085) 3101-9893
www.uece.br/eduece – E-mail: eduece@uece.br

Editora filiada à



Coordenação Editorial

Erasmu Miessa Ruiz

Capa e Seleção de Texto

Leandro Vieira Cavalcante

Diagramação

Narcelio Lopes

Revisão de Texto

Marcia Helena S. de Souza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Lima, Luiz Cruz
Geografia humana do Ceará: espaço, técnica e tempo
[livro eletrônico] / Luiz Cruz Lima. -- 1. ed. - Fortaleza, CE:
Editora da UECE, 2020.
PDF

ISBN 978-65-86445-42-8

1. Ceará - Condições sociais 2. Ceará - Descrição.
3. Ciências sociais 4. Geografia 5. Tempo e história
I. Título.

Índices para catálogo sistemático:

1. Ceará : Estado : Descrição 918.131

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Ofereço este trabalho aos meus dedicados alunos, em especial aos doutores em geografia:

Leandro Cavalcante, Elizete Santos e Tereza Sandra Vasconcelos

A história não é linear. Ela se faz por rupturas provocadas pela acumulação de energias, de ideias e de projetos que num dado momento introduzem uma ruptura e então o novo irrompe com vigor a ponto de ganhar a hegemonia sobre todas as outras forças. Instaura-se então outro tempo e começa nova história.

“Como operar a transição do velho para o novo paradigma”

Artigo de Leonardo Boff (12/07/2010)

PREFÁCIO

A produção do conhecimento geográfico realizado pelo Prof. Luiz Cruz Lima sobre a formação socioespacial cearense tem uma datação que antecede a geografia acadêmica, nasce de sua experiência ainda muito jovem como Professor de Cursinho Pré-Vestibular no início da década de setenta e ao ingressar no quadro docente da Universidade Estadual do Ceará (UECE), assumiu de forma comprometida e entusiasmada o fortalecimento dessa ciência, indo da incansável militância pelo reconhecimento do papel do geógrafo como profissional indispensável na organização, planejamento e pensamento sobre território, em diálogo com outros campos disciplinares, passando pelo fortalecimento da pesquisa nos temas relacionados à geografia. A sua vasta produção sendo atestada em muitas atividades, a exemplo da feitura de livros e artigos científicos.

A construção da obra *GEOGRAFIA HUMANA DO CEARÁ: A reestruturação socioespacial*, é antes de tudo uma síntese dessa trajetória, uma reflexão sobre o território no contexto das mudanças que acontecem no mundo. Tornando-se uma leitura necessária para geógrafos e não geógrafos, desejosos por conhecer as modificações socioespaciais no estado do Ceará. Nela o professor Luiz analisa de forma minuciosa como as “modernizações periféricas” alcançam o nosso território, produzindo novas desigualdades.

A interpretação e as referências utilizadas apresentam o significado das transformações mundiais comandadas pelo sistema capitalista, tece conjecturas que são postas à prova por um método rigoroso. O texto tem os nexos precisos que perpassam todo o elenco de va-

riáveis exposto no trabalho, onde ele escolheu no riquíssimo sistema de conceitos miltonianos, aqueles que melhor ajudaram a explicar e tratar da problemática do uso seletivo do território. Assim, como o Grande mestre Milton Santos, que gostava de metáforas, elas estão cuidadosamente utilizadas nessa obra, adaptadas à situação real do território cearense, tendo em vista que a pesquisa reuniu e dispõe de um riquíssimo material. Interessante perceber que o uso dessas metáforas ajudam a compreender a realidade revelada, elas vão dando conexão às partes, com nexos narrativos, que forma o conjunto da obra.

E para nós geógrafos que temos o espaço banal, o espaço de todos como objeto de pesquisa, se por um lado permite trabalharmos inúmeros elementos, por outro lado, cria desafios, exigindo de nós um esforço maior, para que o conhecimento se efetive. Que cada aspecto do mundo que adotamos esteja pronunciado ao sistema de conceitos, conjugados para que seja possível a explicação e a interpretação, para tanto os conceitos devem vir bem apontados e articulados aos aspectos do mundo que pretendemos analisar, e isto o leitor encontrará nessa obra.

Na primeira parte do livro, a investigação teórica é muito instigante, sendo notável nas partes seguintes a realização da pesquisa empírica, que termina por ser uma interpretação também primorosa da configuração territorial cearense, dados os acréscimos das técnicas impostas pelos homens aos sistemas naturais. Assim, a conjugação entre o exercício teórico e empírico, se realizou totalmente, com a leitura crítica do sistema de ações que usa seletivamente o território e acaba por criar desigualdades.

O Professor explorou um número admirável de conceitos do sistema teórico miltoniano, com cuidado para explicitá-los aproveitado cada momento da formulação da problemática. Essa escolha resultou numa contribuição para o melhor entendimento da obra.

O Brasil pelo olhar do Professor Luiz aparece transformado num verdadeiro laboratório do capitalismo, onde vivemos uma grave crise política. Isso não só porque nos deixamos fazer reféns da tirania do mercado, da violência econômica, do neoliberalismo, e das máfias políticas que proliferam no país, mais ainda, porque estamos às voltas com um grave problema, que é preliminar, a extinção da inteligência. A falência intelectual, a ausência de pensamento, o embotamento da realidade que parece contaminar nossos contemporâneos, tem generalizado o oportunismo em matéria de política. Portanto nunca foi tão imprescindível o trabalho intelectual, crítico e político, a exemplo desse livro.

O texto do professor Luiz busca incansavelmente a disciplina do pensamento, o gosto por explorar a realidade em toda a sua riqueza e complexidade, aconselhado pela obra do Prof. Milton Santos de não deixar que se rompa a coerência entre a experiência e a razão.

O Professor Luiz contribui com o entendimento e compreensão do mundo, a partir do espaço cearense, ciente de que, ao produzir um texto, convida-se o leitor, de certa maneira a estar no mundo que estamos analisando, por isso é perceptível no texto essa dinâmica interna.

A obra colabora ainda para sensibilizar a sociedade cearense a ponto dela poder superar preconceitos e tomar conhecimento das suas próprias possibilidades e potencialidades políticas, onde possa escolher os rumos da sua própria história, trilhar formas alternativas de edificação de projetos contra hegemônicos.

O livro encontra-se organizado em partes que se comunicam entre si, animadas por uma linguagem clara que conforme vamos lendo, nossas lentes vão enxergando o Ceará de todos nós. Mas, embora o leitor ao folhear o livro constate a coesão entre as partes, é possível também entendê-las lendo-as separadamente, indepen-

dente de onde se inicie a leitura, seremos contagiados pelo desejo de continuar lendo a obra. Isso se deve a forma didática com que ele pensou a organização dela. Vai revelando em cada linha como o capital vindo de longe vai se apropriando do espaço geográfico, como o poder da técnica, da ciência e da informação penetram nos lugares, revirando cotidianos, mudando costumes e reconfigurando o território e por outro lado revela como reagem os lugares. Convido o leitor a se deleitar na leitura.

A Geografia Humana Cearense há muito carecia de uma obra com essa toada. Professor Luiz, obrigada, pelo entusiasmo nesse belo trabalho, que mostra muito bem a força que o estudo do território pode significar para que a sociedade cearense alcance as urgentes e necessárias transformações.

Profa. Dra. Virgínia Célia Cavalcante de Holanda

Profa. Associada da Universidade Estadual do Vale do Acaraú

INTRODUÇÃO

Pelo título, logo vemos que a Geografia do Ceará vai ser tratada na abordagem espaço-tempo. O tempo, não apenas na visão horizontal, mas em seu caráter de concretude no espaço, onde ele efetiva sua empirização pela técnica, possibilitando-nos ler a idade dos lugares. Isso está explícito nas duas primeiras partes do presente livro. Daí, evidencia-se o que o subtítulo procura revelar. É um pequeno exercício metodológico, para qualquer abordagem dos estudos geográficos, no intuito de nos clarear a compreensão do espaço do presente e, talvez, propor o espaço do futuro.

Tratamos de Geografia, não do que ela é, mas de seu objeto: o espaço geográfico, o espaço social. Defini-lo e tratá-lo com clareza, para evidenciá-lo, com suas dinâmicas, no construto da ciência geográfica. Pois é dele que partimos para, com fundamento, discorrer sobre o conteúdo, de seus princípios, de sua metodologia, enfim, do que conhecemos como Geografia. Como entendemos ser ele, como nos diz Milton Santos, “um conjunto indissociável de sistema de objetos e de sistemas de ações”, ou seja, os meios de produção e as relações sociais de produção, respectivamente, portanto produto da história das inter-relações entre os homens e destes com a natureza, de onde brotam objetos úteis para a vida social, exigindo normas reguladoras para uso adequado dessas criações. Se é produto histórico, o espaço passa por constantes mudanças, múltiplas transformações em diferentes etapas do tempo vivido pelos homens em sociedade, etapas ou períodos marcados por variados sistemas de técnicas que se sucedem, como componentes das forças produtivas e das relações sociais. Em cada período, renovam-se a sistemática da produção e

modos de relações entre os homens, brotando daí novas ações políticas. É nisso em que se assenta nossa atenção, para melhor evidenciar os sistemas de objetos e os sistemas de ações, isto é, o espaço geográfico, o objeto da Geografia.

Diante dessa realidade, realçamos a ideia de que tudo flui, isto é, tudo está em movimento perpétuo, o que nos leva a compreender que mudanças constantes se dão no espaço geográfico, a morada do homem. Assim nos esclarece a filosofia desde Heráclito de Éfeso, considerado o pai da dialética, na Grécia pré-socrática, há dois milênios e meio. Essa mutação constante obedece às leis da dialética, a da relação da quantidade e da qualidade, da conexão e das contradições. Com essa compreensão, podemos ter maior lucidez das transformações do espaço geográfico, resultado da dinâmica da vida social. Por isso, na escala temporal, há múltiplas modernidades, cada uma renovando a anterior, no processo de reestruturação socioespacial.

É do que trata Engels no prefácio de seu livro de 1884 - *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* - “...o fator decisivo na história é, em última instância, a produção e a reprodução na história da vida imediata”. Assim, simultaneamente, a sociedade continua se formando e se transformando em seu espaço de viver. Em sua fase primitiva, em um período pre-técnico, no dizer de Milton Santos, o homem não dispunha de instrumentos mais bem elaborados que lhe elevassem a produtividade de seu trabalho, como bem observa Engels no mesmo livro: “quanto menos desenvolvido é o trabalho, mais restrita é a quantidade de seus produtos e, por consequência, a riqueza da sociedade”, o que nos revela que a segunda natureza se edifica lentamente, à medida que o sistema técnico se amplia.

As técnicas, nascidas do trabalho social, cada vez agregam mais sofisticções do saber científico e acadêmico, norteando o esforço do capitalismo moderno para obter maior produtividade e lucro, como podemos ver no primeiro capítulo deste livro.

Não olvidemos que, desde as fases mais distantes, essa produção se fez e continua a se fazer pelo trabalho do homem sobre a natureza naturante, a “natura naturans” do filósofo racionalista holandês Baruch Spinoza. Dessa natureza vem se constituindo o espaço geográfico, com todos os elementos necessários a manter a vida dos homens. É a “natura naturata”, a natureza que vem se fazendo por meio do trabalho, segundo esse mesmo filósofo do século XVII. Dos elementos naturais, dos objetos de trabalho o homem extrai os meios de sobrevivência, a elaboração mais sofisticada dos instrumentos para seu labor, assim como o alimento e a moradia. Daí, o homem amplia a natureza com sua inteligência, uma natureza para melhor viver. Daqui, podemos compreender como o homem vem construindo, nas diferentes temporalidades, o espaço geográfico de hoje, com as marcas de seu trabalho e das técnicas que, integradas, formam o sistema técnico de cada período da vida social. No caudal teórico de inúmeros autores encontramos a diferença de primeira natureza e segunda natureza ou natureza socializada.

Para maior e melhor clareza da vida social, em qualquer etapa do convívio humano, precisamos situar a dinâmica de sua convivência no tempo real e no espaço global, pois não se vive isolado no mundo, mas em contato com seu entorno ou com lugares mais distantes. Qualquer coletividade é demarcada por uma época e por suas condições, em qualquer recanto do mundo. Por isso os historiadores dimensionam o tempo em períodos e os cartógrafos e os viajantes nos ensinaram a localização pelas coordenadas e pelas relações com outros lugares. No compasso da formação dessas coletividades, os homens tecem a organização de suas ações de produção de bens com as técnicas usuais, para trocas locais e distantes, em suma produção-circulação-distribuição-consumo, resultando a complexidade do sistema. Em suas comunicações, os homens moldam a vida cultural, com suas crenças, suas linguagens e todo o conjunto de signos, de

artes e de valores que enriquecem o acervo de conhecimentos dos antropólogos. Enfim, em sua sociabilidade, os homens se articulam com os ditames das regulações e da política. De tudo isso, resulta o espaço geográfico, quer um simples lugar ou o amplo conjunto da formação nacional.

Tomamos, como laboratório de estudo, uma fração do espaço nacional brasileiro, isto é, o estado do Ceará. A formação socioespacial dessa unidade político-administrativa vem se constituindo a partir de um amplo contingente indígena que povoava o território, eis senão quando, a partir do século XVII, aventureiros procuravam se alocar e se apropriar das terras povoadas pelos nativos, instalando currais com uso da força de trabalho dos próprios dominados, com auxílio direto das tropas de militares do governo colonialista português.

Essas terras expropriadas dos indígenas vieram a constituir o território das unidades administrativas criadas sob as ordens regulatórias impostas, desmembrando povos irmãos. É o caso dos Cariris, ao sul do Ceará e em partes de outras unidades do país; ou dos Tremembé, assentados mais na borda litorânea, desde o que é hoje o Maranhão até o Rio Grande do Norte. Com suas fazendas, e nelas igrejas e conventos, esses mesmos aventureiros invasores induziram adensamento populacional, constituindo e instituindo as vilas e, depois, as cidades. A chamada geografia escolar e acadêmica pouco tratava desses povos, omitindo a formação do espaço indígena. Além disso, a geografia foi silenciosa em não incluir os povos nativos como partícipes na formação antropológica e espacial do Ceará. No processo de extermínio, as várias etnias indígenas eram expulsas, enfraquecidas pelo poder de fogo dos invasores, com a contribuição de sanguinários bandeirantes, mercenários pagos para “limpar” as imensas glebas do Nordeste, para a expansão da pecuária, como bem explicita Paulo Puntoni em seu “Guerra dos Bárbaros.”.

Para salvaguardar a perpetuação cultural de seus povos, reduzidos grupos indígenas se mantiveram submissos, acostados aos conventos ou agregados nas “cidades indígenas”, criadas no governo pombalino, como reserva de uma força de trabalho a ser usada para a acumulação primitiva. Hoje, eles são parte desse exército de pobres das periferias urbanas, muitas chamadas de favelas. Olvidar suas contribuições civilizatórias é marginalizar o saber histórico e geográfico da formação atual do Brasil e Ceará.

Limitando-se ao que a geografia tradicional ensinava nas escolas, é a partir das invasões dos europeus que o território cearense se insere nos estudos da produção do espaço brasileiro, especialmente com o chamado ciclo do couro. Para isso, fazendeiros, irmanados com a igreja católica, utilizaram os nativos dominados como força de trabalho submissa. Assim, formaram-se inúmeros municípios, cujas sedes têm nas torres das igrejas o marco da expressão do domínio da religião europeia no etnocídio dos povos nativos, cujos herdeiros são os resistentes dos catorze núcleos recriados no Ceará com base nos direitos humanos da última Constituição brasileira.

Descendentes daqueles que não se agregaram a esses núcleos, alguns receosos dos preconceitos e de mais violência, se espriam pelos recantos miseráveis, muitos miscigenados com negros, também escravizados desde o Brasil Colônia. Negros e índios, cuja produção material sempre foi apropriada pelas elites, geralmente descendentes das linhagens europeias. De acordo com as inovações técnicas, novas funções e nova divisão de trabalho redefiniam-se, com implantação de novas infra e superestruturas a serviço do capital hegemônico, num contínuo processo dialético, redefinindo territórios, exigindo regulações renovadas, impondo hábitos e costumes desconhecidos, além de valores compatíveis com a modernidade inserida.

Além da pecuária que se expandira e uma sazonal agricultura de subsistência, nos meados do século XIX, a cultura algodoeira se

implantou no Ceará, para atender os teares das fábricas americanas e inglesas. Em pouco tempo, novos capitais fixos se assentaram nas cidades e no campo. Apareciam as indústrias, induzindo novos serviços. A vida social e política tomava outra expressão até o século XX. Era uma modernidade que irradiava a formação social e econômica do estado. Nos mais diferentes rincões do campo e das cidades estão homens e mulheres à disposição para serem absorvidos pelo sistema produtivo, pois sua força de trabalho é a única mercadoria de que dispunham para vender.

Com a acumulação de capital, investimentos se ampliaram, anteendo o futuro próximo e acompanhando o quadro geral do mundo. Não só indústria atendia o voluptuoso capital, tendo que instalar bancos, serviços modernos com tecnologias mais aperfeiçoadas para contribuir com o avanço internacional. É outra faceta de modernidade, sem liquefazer as anteriores.

Daí podemos tratar de reestruturação socioespacial do Ceará, proposição teórica, mas demonstrada na formação nacional dessa unidade, com suas especificidades.

A discussão teórica de reestruturação socioespacial põe às claras a imbricação de espaço e tempo. Um exemplo concreto nos expõe o artigo de Manuel Correia de Andrade (revista *Estudos Avançados* da USP, n. 15 de 2001), ao tratar da evolução da agroindústria canavieira em Pernambuco ou, mais detidamente, das mudanças técnicas, econômicas e de relações de trabalho na passagem do engenho banguês à usina canavieira.

Expressões da concretude da conexão entre espaço, tempo e técnica, vimos demonstrando em décadas, em livros, em textos de periódicos, em eventos, nas salas de aula e nos laboratórios com alunos e com colegas. Por solicitação, aqui estão juntos dez desses artigos que apresentam essa proposta metodológica para nossa ciência, como provocando debate.

Com a contribuição de meus queridos alunos, dentre os quais o Prof. Dr. Leandro Vieira Cavalcante, pude enfeixar aqui um pequeno conjunto dos trabalhos produzidos em vários momentos, reunidos em três temas: 1. Ensaíos sobre espaço e tempo, 2. Espaço e sistemas técnicos: o Ceará nas modernidades e 3. Reestruturação socioespacial do Ceará. Postos à leitura e crítica dos que nos honrarem com sua atenção. Nossos agradecimentos antecipados.

Sumário

PREFÁCIO..... 7

INTRODUÇÃO 11

PARTE I

ENSAIOS SOBRE ESPAÇO, TÉCNICA E TEMPO 19

1. EXIGÊNCIAS TERRITORIAIS DOS ESPAÇOS INTELIGENTES* 20

2. DINÂMICAS TERRITORIAIS EM ESPAÇOS GLOBALIZADOS* 30

3. DA TOTALIDADE E DAS PARTES REESTRUTURADAS* 52

PARTE II

ESPAÇO E SISTEMAS TÉCNICOS: O CEARÁ NA MODERNIDADE 67

4. INDUSTRIALIZAÇÃO RECENTE DO CEARÁ: UMA INTRODUÇÃO* 68

5. A DIFUSÃO SOCIAL E ESPACIAL DA INOVAÇÃO NO CEARÁ* 90

6. PRODUÇÃO DO ESPAÇO, SISTEMAS TÉCNICOS E DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO* 106

7. REDES DE INTEGRAÇÃO DO TERRITÓRIO: DOS CAMINHOS DA PECUÁRIA ÀS ESTRADAS VIRTUAIS 125

PARTE III

REESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL DO CEARÁ..... 146

INTRODUÇÃO A ESTA PARTE 147

A REESTRUTURAÇÃO ESPACIAL NESTA ÉPOCA NOVA 147

8. A REESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL DO TERRITÓRIO CEARENSE* 150

9. A EVOLUÇÃO DOS SISTEMAS TÉCNICOS E AS REESTRUTURAÇÕES SOCIOESPACIAIS* 189

10. SERVIÇOS MODERNOS EM EVIDÊNCIA NOS SUBESPAÇOS DINÂMICOS* 218

AUTORES 245

PARTE I

**ENSAIOS SOBRE ESPAÇO,
TÉCNICA E TEMPO**

1. **EXIGÊNCIAS TERRITORIAIS DOS ESPAÇOS INTELIGENTES***

O mundo de hoje e o lugar

Temos, nós que vivenciamos este final de século, o privilégio de sermos atores de uma das mais ricas fases da história. Nesse período de mais uma crise de superprodução, marcada como a fase recessiva do quarto ciclo de Kondratieff, um conjunto de transformações se revela: a mundialização da economia, da técnica e das informações; uma onda de tendência opressiva do capital sobre a organização dos trabalhadores, como uma fâcies de intensificação da mais-valia absoluta; uma explosiva fragmentação dos territórios nacionais, expressando uma resposta ou reação ao processo avassalador da globalização promovida pelo grande capital; novos processos de trabalho e nova organização do trabalho, determinando o enfraquecimento dos sindicatos e dos movimentos sociais; revalorização dos fatores locais dos complexos de indústrias e serviços, a partir de novos parâmetros organizacionais e espaciais etc.

Diante desse mundo novo, como que convocado pela realidade que se impõe, o lugar toma importância pelo papel que desempenha no paradigma econômico e técnico-produtivo atual. Os lugares onde funcionam centros de pesquisa e de formação, com transferência de resultados para o setor público ou para o setor privado, com auxílio de organismos financeiros, para criação de meios, e de eficiente rede informacional, para absorção e difusão de inovações, detêm hoje, o mais elevado grau de competência no sistema produtivo mundial.

* Trabalho publicado originalmente em 1996 no livro "O Novo Brasil Urbano: impasses, dilemas, perspectivas", organizado por Maria Flora Gonçalves (Editora Mercado Aberto - Porto Alegre).

Tornam-se mais fortalecidos, ainda, quando dispõem de mecanismo de interface, conjugando, em sinergia, as forças dos órgãos públicos, das instituições acadêmicas e do setor privado, comum nos vários parques tecnológicos do mundo inteiro. Nesse ambiente de pesquisa, de busca incessante pelo novo, tem realce o aperfeiçoamento das tecnologias avançadas: novos materiais, biotecnologia, mecatrônica, informática, robótica, aeroespacial.

São centenas desses novos espaços espalhados pelo mundo, onde estão hospedadas mais de dez mil empresas, muitas em torno de universidades, que ocupam meio milhão de trabalhadores, dentre os quais grande parte de engenheiros, cientistas e professores. Estes aspectos esboçam, hoje, o panorama de algumas conhecidas e bem caracterizadas regiões, em vários continentes: Silicon Valley, Silicon Island, Cité Scientifique, Corredor M-4, Rota 128 etc.

No dizer do vice-presidente da International Association Of Science Parks, “trata-se de um fenômeno global, no qual o único continente que não tem parque tecnológico é a Antártica, apesar de já estarmos pensando em promover Empreendimentos também naquela região” (Gazeta Mercantil, 28/05/93). Essa disseminação de Science Parks pelo espaço Mundial é de tal expressão que recentemente foi elaborado um Atlas internacional dos tecnopolos, em inglês, francês e japonês e já podemos avaliar uma rica literatura sobre o assunto.

Como os espaços inteligentes se impõem

Esses lugares inteligentes vêm se projetando na atualidade, com maior ênfase, porque se aperfeiçoam ao modo de acumulação capitalista vigente no que concerne à aceleração do ritmo das inovações tecnológicas e organizacionais. Reforça essa afeição o fato da conveniência da organização da produção desintegrada, através das formas como a subcontratação, a terceirização, *joint-venture*, com

a “exacerbação das especializações produtivas ao nível do espaço” (SANTOS, 1993), uma das características do meio técnico-científico e informacional.

Onde esses parques floresceram em décadas anteriores, o processo mais amadurecido é-nos capaz de oferecer indícios de suas relações com o espaço geográfico. É um modelo emergente que transpõe no espaço que se renova com o fim de participar de uma era capitaneada pelo conhecimento, pela inteligência e pelas decisões premeditadas, especialmente, dos grandes conglomerados do capital.

Os parques tecnológicos ou tecnopolos, a nosso ver, exprimem, de forma concentrada, a pujança do meio técnico-científico informacional, de que Milton Santos vem tratando há algum tempo.

Muitos dos lugares hoje considerados tecnopolos já dispunham antes das atividades e demais condições necessárias ao funcionamento dessa organização moderna. Faltavam-lhes, no entanto, agentes aglutinadores das forças criativas, por vezes isoladas e até divergentes. Ao se conjugarem representações políticas, comunitárias, empresariais, acadêmicas e financeiras, de caráter internacional, com objetivos comuns voltados ao desenvolvimento local e regional, dá-se início a ação simultânea, num somatório sempre acima do conjunto do valor das parcelas.

Nesse caso, o próprio espaço geográfico, estruturado e dinâmico, tem um papel significativo na animação dos atores que nele encontram os objetos com as funções requeridas, cujos fluxos serão mais ativados, segundo as novas determinações.

Exemplificamos esse fato com o que se formulou no projeto de Rennes Atalante, na Bretanha (França), a partir da reunião de vinte e nove comunas, em 1983 (CERTAINES, 1988, p.109), “com o apoio financeiro do Estado, da Região e do Departamento e a participação ativa de pesquisadores, professores, empresários e fi-

nancistas” (COUVIDAT; GIUSTI, 1991, p. 149). Desse plano, formaram-se quatro distritos marshalianos, apoiando-se no potencial de pesquisa e formação mais importante do Oeste francês, além de contar com grandes grupos industriais e PMEs (pequenas e médias empresas) envolvidas com pesquisa e desenvolvimento (PxD), numa associação que reagrupa todos os atores possíveis a promover a alta tecnologia da região.

Correlaciona-se, entre nós, com este tipo de tentativa, a formação do Polo Tecnológico de Campinas, em São Paulo. Este Polo nasce na metade dos anos 80, com o programa Centro da Indústria e Apoio à Tecnologia de Campinas (CIATEC) (transformado, Depois de dois anos, em Companhia de Desenvolvimento do Pólo de Alta Tecnologia de Campinas), com o apoio da prefeitura local, da UNICAMP, do Banco do Estado e de várias empresas, como registra Medeiros et al (1991, p. 20): ”a ideia da implantação de um polo de alta tecnologia em Campinas ocorreu devido à situação privilegiada desta cidade com relação à presença de duas Universidades, de vários Institutos de pesquisa e da experiência bem-sucedida da CODETEC (Companhia de Desenvolvimento Tecnológico), uma empresa de alta tecnologia e uma organização de promoção de pequenas empresas de tecnologia avançada”.

A CIATEC (Companhia de Desenvolvimento do Polo de Alta Tecnologia de Campinas) tem tido influência na reorganização do espaço industrial, no Plano Diretor de Campinas, com a proposta de implantação de grandes áreas especificamente para as indústrias, instituições e empresas ligadas às novas tecnologias. Em estudo sobre este Polo, Joia (1992) se refere ao surgimento de um novo espaço urbano em Campinas, concretizado no Distrito de Barão Geraldo, localizado a 10 km do centro urbano, além da localização da universidade, instituto de pesquisa, empresas e os parques tecnológicos em “espaços de geração de inovações de alta tecnologia”.

Também em Florianópolis as atividades técnico-científicas se expressam na organização espacial. Através da fundação do Centro Regional de Tecnologia em Informática (CERTI), desenvolvem-se intensas relações entre a pesquisa e o setor produtivo, que atualmente apresentam uma expansão para a região metropolitana, onde se implantam três parques (AlfaBeta e Gama) em dezenas de hectares para alocar “atividades industriais e científicas de cunho tecnológico e não poluentes”, “para que a beleza natural da ilha e sua qualidade de vida sejam respeitadas e preservadas” (MEDEIROS et al, 1992, p. 106).

Uma outra dimensão espacial dos tecnopolos situa-se nas políticas de desenvolvimento regional, malgrado a dúvida posta por Scott e Storper (1988, p. 42): “... estas condições podem ser reproduzidas ou aumentadas através da intervenção política?”. Seguindo esta diretriz, na década de 1980 o Japão iniciou a implantação de dezenove polos tecnológicos em suas maiores ilhas, destacando-se Kyushu – a Silicon Island - com seis tecnopolos em suas sete prefeituras. Através desse plano, implementado pelo MIT (Massachusetts Institute Of Technology), o governo japonês objetiva descentralizar os equipamentos de P x D (pesquisa e desenvolvimento) e as indústrias da megalópole Tokaido – Tóquio, Osaka e Nagoya – distribuindo-os pelos centros regionais médios do país. Para isso, nas regiões desprovidas de condições, o governo instala infraestrutura e oferece melhores de condições, como incentivos fiscais e subsídios, a fim de cada prefeitura ser capaz de atrair empresas de base tecnológica com seus laboratórios de P x D.

Não podemos dizer que no Brasil haja esse desempenho. Muito pelo contrário. A preocupação com C e T (ciência e tecnologia) tem sido momentânea, sem continuidade e desleixada, comprovada pela CPI (Comissão parlamentar de inquérito) da Câmara Federal, em 1991, e pelos inúmeros documentos produzidos pelas entidades e por grupos de cientistas do país. Mesmo assim, no âmbito das

universidades brasileiras, núcleos de professores, engenheiros e cientistas mantêm-se ativos, num esforço para transferir competência ao setor produtivo da região e à comunidade de seu entorno, num claro desempenho de desenvolvimento regional, mesmo fora de um planejamento de governo.

Incluiríamos, nesse caso, o Parque Tecnológico da Paraíba (PaqTec-Pb) com sede em Campina Grande, onde equipes altamente qualificadas atuam nos setores de eletroeletrônica, informática, engenharia química e agrícola e recursos minerais. Com o trabalho de parceria- universidade, CNPq, prefeitura, governo estadual e empresas - o PaqTec-Pb desenvolve no estado várias atividades, dentre as quais a criação e consolidação de empresas de base tecnológica e rejuvenescimento de empresas tradicionais, além de prestação de múltiplos serviços à comunidade.

O desempenho de um polo tecnológico em regiões do Terceiro Mundo amplia a capacidade dos atores envolvidos em absorver tecnologia mais avançada, não apenas horizontalmente, mais com o domínio do processo e com a possibilidade de avançar em sua reprodução, melhoria e criação, quebrando-se, assim, a dependência às tecnologias importadas (transferência horizontal de tecnologia ou “caixas-pretas”). O Parque de Alta Tecnologia de São Carlos (Paq-Tec-SCAR), em São Paulo, demonstra essa possibilidade, com o trabalho de centenas de pesquisadores de nível internacional que criaram um dos mais dinâmicos ambientes inovadores do país.

Desse modo, o polo tecnológico contribui para o setor produtivo atingir todas as etapas de transferência de tecnologia e pôr-se no domínio de uma tecnologia nacional, criada por engenheiros e cientistas aptos a repassar a sociedade o que de mais necessário se faz para o desenvolvimento. Ademais, como diz o prof. Waldimir Pirró e Longo: “não havendo um vigoroso exercício de busca de uma tecnologia nacional, ocorre a atrofia do trabalho criador dos cientistas e

engenheiros e a estagnação das fábricas de tecnologia e das Universidades” (1984, p. 32). Isto até quando não ocorrer enfrentamento de interesses dos grandes grupos internacionais, pelas inovações criadas.

Esse caráter dos polos tecnológicos é marcante em muitas regiões do mundo, em especial naquelas que entraram num processo de desindustrialização na atual fase recessiva. Um maior aporte de recursos, durante alguns anos, para as Universidades e institutos de pesquisa desenvolverem C e T, traz resultados, de certo modo, imediatos, com significativo volume de inovações em produtos e processos, capazes de reviverem setores estagnados e reindustrializarem regiões sinistradas. Certaines (1988, p. 27) se refere a algumas áreas tecnopolitanas do mundo que assumiram essa função: em Grenoble (França), a Tecnocity em Turim (Itália), Nancy-Brabois e Mett em Lorena (França) etc.

Com elevado nível de competência e um pesado conjunto de equipamentos de P x D, ao sentir-se o Rio de Janeiro ameaçado pela evasão das unidades produtivas, políticos, técnicos, pesquisadores, empresários e destacados homens de ideias decidem investir pesado na retomada do desenvolvimento da antiga capital do país. A isso se deve, em boa parte, o soerguimento de polos tecnológicos, nos anos 80, quer com o Polo de Biotecnologia (Fundação Bio-Rio), quer com o projeto de incubadora da UFRJ, ou mesmo com a RIOTEC S.A. consorciando as empresas de informática e eletrônica.

À proporção que os tecnopolos respondem positivamente a algumas questões do sistema produtivo, retoma-se e reforça-se a ideia de polo de desenvolvimento (CERTAINES, 1988; DE BRESSON, 1989), utilizando-se o mecanismo das indústrias motrizes e, como inovação, o mágico poder de tentáculo dos instrumentos modernos como o sistema de telecomunicações, equipamento básico para a formação do espaço de rede, inerente ao processo de desintegração das empresas.

O certo é que o espaço, além do tapete técnico-científico, também se cobre com véu do sistema informacional, dando como resultado um cenário típico do que classificam como pós-moderno. Esse fato tem sido tão expressivo que se discute a validade dos fatores locacionais, propostos por A. Weber, A. Losch e W. Isard, se não levar em conta a “produtividade espacial como dado na escolha das localizações” (SANTOS 1993).

O caráter de rede ao nível dos tecnopolos forma a tecno-rede, comum em regiões de complementariedade tecnológica de interesse das empresas e do complexo industrial-militar. No primeiro caso temos as zonas tecnopolitanas de Oita, no Nordeste de Kyushu, e de Lyon, no sudeste francês, enquanto a tecno-rede industrial-militar tem um bom exemplo na emergência das grandes zonas tecnopolitanas de Silicon Valley e de Massachusetts, nos Estados Unidos, ultimamente imbricadas com o Departamento de Defesa e com a Guerra Fria. No Brasil, essa convivência de pesquisa-formação e produção de armamentos foi alimentada nas paisagens tecnógenas (estudadas por Becker e Egler, 1989), que têm seu núcleo básico em São José dos Campos, São Paulo.

Uma outra escala de ingerência dos tecnopolos na reestruturação espacial refere-se ao que Harvey (1992) chama de “reparo espacial”. Numa escassez de espaço para retomar o processo de acumulação pela expansão geográfica, o capitalismo se encurrala num mundo globalmente explorado, sem fronteira a ser ultrapassada.

Os polos tecnológicos viabilizam esse deslocamento espacial pela agregação de velhos cantões adormecidos, de bairros marginalizados da alegria urbana, das zonas periféricas sem vida, das áreas esquecidas pelo circuito do valor, enfim, territórios, mesmo que diminutos, que serão metamorfoseados em espaços luminosos, capazes de gerar e gerir riquezas. Riquezas cuja reprodução requer ambiente favorável

ao “domínio dos mercados de trabalho e do controle do trabalho” (HARVEY, 1992, p. 169), distanciado das efervescências sociais, portanto afeito a segregação espacial e social, no modelo do Vale do Silício (SAXENUAN, 1985; SCOTT, STORPER, 1988) ou mesmo de Campinas, em São Paulo (JÓIA, 1992).

Ao penetrarmos mais na realidade atual desses espaços inteligentes, nesta era da globalização perversa que nos engolfa, podemos melhor entender as novidades do presente e evitar cair nas armadilhas de Mefistófeles:

....Não entendes mais os tempos novos. O que passou, passou! É tudo superado. Procura novidade! Esquece esse passado! Somente a novidade atrai homens e povos” (GOETHE, 1974, p. 203).

REFERÊNCIAS

- BECKER, Bertha; EGLER, Cláudio. **O embrião do projeto geopolítico da modernidade**: o Vale do Paraíba e suas ramificações. LAGET, Rio de Janeiro, Dep. de Geografia, UFRJ, texto 4, 1989.
- BENKO, George. **Geographie des Technopoles**. Paris: Masson, 1991.
- CERTAINES, Jacques de. **La Fievre des Technopoles**. Paris: Syros Alternative, 1988.
- COUVIDAT, Yann ; GIUSTI, Julien. **Atlas Internacional des Technopoles**. Paris. DATAR-Syros Alternatives. 1991.
- DEBRESSON, Christian. Les pôles technologiques du développement: vers un concept opérationnel. **Revue Tiers Monde**, Paris, t. XXX, n. 118, 1988.
- FUJITA, Kuniko. The technopolis: high technology and regional development in Japan. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 12, n. 4, p. 566-594, 1988.
- GLASMEIER, Amy. The japanese technopolis programme: high-tech development strategy or industrial policy in disguise? **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 12, n. 2, p. 268-284, 1988.
- GOETHE, Johann. **Fausto**. São Paulo: Editora Três, 1974.
- HARRIS, Chauncy. The urban and industrial transformation of Japan. **The Geographical Review**, v. 72, n. 1, 1982.

- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- JOIA, Paulo Roberto. **A estruturação do pólo tecnológico de Campinas**: contribuição ao estudo dos espaços industriais de alta tecnologia). Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1992.
- LONGO, Waldimir Pirró. **Tecnologia e soberania nacional**. São Paulo: Nobel, 1984.
- MEDEIROS, Adelino et al. **Pólos, parques e incubadoras**. Brasília: CNPq, IBICT, SENAI, 1992.
- PEREIRA, Mauricio; EMMERICK, Maria Christina; PEREIRA, Ricardo. **A experiência brasileira dos parques tecnológicos**. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1987.
- SANTOS, Milton. **Os espaços da globalização**. Comunicação no Colóquio da Rede sobre a Análise do Sistema-Mundo e da Economia Mundial - GEMDEV, Paris, 1993.
- SCOTT, Allen; STORPER, Michael. Indústria de alta tecnologia e desenvolvimento regional: reconstrução teórica. **Espaço e debates**, São Paulo, n. 25, 1988.
- SAXENIAN, Anna Lee. **Silicon Valley and Route 128**: regional prototypes or historic exceptions? High technology, space and society. Beverly Hills: Sage Publications, 1985.

2.

DINÂMICAS TERRITORIAIS EM ESPAÇOS GLOBALIZADOS*

Da crise para novas artimanhas

Desde o final da década de 1960, com a gravidade da inflação dos Estados Unidos, que o mundo entrou numa fase de crise mais aguda do modelo de acumulação capitalista. À medida que o dólar claudicava, os países capitalistas centrais tiveram que tomar decisões fortes para redefinir a sobrevivência do modelo.

Em agosto de 1971, diante da inflação em alta e com elevado peso do déficit público, o governo americano congelava os preços e salários, além de quebrar o acordo de Bretton Woods, suspendendo a conversibilidade do dólar em ouro. Esse era o momento de iniciar o redesenho de um novo quadro do mundo capitalista. Era como tirar a máscara e deixar transparecer a verdadeira imagem de um modo de acumulação em decadência. Não tardou, em seguida, a crise da energia, com a elevação do preço do barril de petróleo. A crise do consumo se instalara nos lares do povo, o que faria recuar o troar das grandes fábricas. Nem por isso os sindicatos dos trabalhadores silenciaram suas vozes por melhores condições de vida, dentro dos paradigmas do estado do bem-estar social (*welfare state*), vigentes no então modo de acumulação fordista-taylorista, nascido na reengenharia do final da segunda grande guerra, na famosa reunião de Bretton Woods. Nessa mesma década, no campo político-militar, os Estados Unidos são forçados a abandonar a Guerra do Vietnã.

* Trabalho publicado originalmente em 2006 no livro "Panorama da Geografia Brasileira", organizado por José Borzacchiello da Silva, Luiz Cruz Lima e Denise Elias (Editora Annablume – São Paulo).

Não é por outra razão que Mandel (1990, p. 9) considera que “entre 1974 e 1975, a economia capitalista internacional conheceu a sua primeira recessão generalizada desde a II Guerra Mundial, sendo a única, até então, a golpear simultaneamente todas as grandes potências imperialistas”. Isso se adiciona à queda da produtividade nos países da OCDE (por exemplo: 2% em 1960-73 reduz-se para 0,7% em 1973-87 nos EUA, de 4% para 2% na Alemanha e de 8% para 3%, no Japão). O consumo em declínio requeria medidas de barateamento dos custos de produção, como a inserção de inovações técnicas, portanto de investimentos de capital fixo. Muitas das multinacionais norte-americanas no exterior, assentavam-se em países subdesenvolvidos, com baixo custo em capital variável, não estimulando investimentos em inovações. Assim, essas empresas trabalhavam com o que Fajnzylber (1992) denominava de “competitividade espúria”.

Na consideração de Oman (1992), a alta inflação e a redução do ritmo da produtividade são consideradas de elevada importância para as medidas posteriores que aceleraram o processo da globalização atual. Esses eram claros efeitos dos grandes investimentos dos EUA no exterior, desde o final da segunda guerra mundial. Além dos investimentos em programas de reconstrução dos países destruídos pela guerra, e das elevadas despesas de guerras (Coréia e Vietnã), a expansão de suas empresas no exterior pesavam na balança das contas nacionais¹.

Enquanto isso, como ressaltava um professor da American University, “arrasadas pela guerra, as economias da Europa e do Japão tiraram proveito das dotações de capital público e privado, provenientes dos Estados Unidos, para construir fábricas modernas com as mais recentes tecnologias” (WACHTEL, 1988).

¹ “Entre 1950 e 1969, o investimento direto no exterior de empresas norte-americanas se expandiu a uma taxa de cerca de 10% ao ano. Os ativos totais de 500 grandes empresas norte-americanas oscilam entre 300 e 350 bilhões de dólares, enquanto que os ativos totais das 200 maiores não-americanas são ligeiramente inferiores a 200 bilhões de dólares” (HYMER, 1983, p. 47-48).

Ora, como o arcabouço do regime de acumulação fordista não mais se adequava à realidade emergente, partia-se para novas adequações em que altas taxas de lucro pudessem ser retomadas. Para isso, novos modelos de relações de trabalho e de organização industrial se impunham, tendencialmente fora do âmbito das normas sindicais tradicionais e do próprio Estado (LIPIETZ; LEBORGNE, 1988), porquanto decadentes estavam os mecanismos de “welfare state” ante à brusca queda da produção e à grande massa de desempregados.

A internacionalização da produção e da economia, ajudada e impulsionada pelos modernos sistemas de informação e de comunicação, teria facilitado a integração das diferentes unidades das cadeias de mercadorias ou economia de escopo (SCOTT, 1988), antes desintegradas pela divisão espacial do trabalho. Caminhava-se, nesse roteiro, para o que se tem chamado de flexibilidade, em que entraria, também, novo paradigma industrial, com as recentes inovações tecnológicas e inserção de novos territórios nos mais diferentes países do mundo.

Embora muitas das inovações já estivessem sendo incorporadas pelas empresas dos países desenvolvidos no período fordista, somente com o maior vigor da recessão e de desequilíbrio na economia e na vida social é que se desperta para intensificar as pesquisas em busca de inovações que propiciassem melhores meios de competitividade. Fajnzylber (1992, p. 41), diante dessa realidade, confirma que “o grau de abertura das economias, a cobertura educacional e os investimentos em P x D favorecem a competitividade em que sejam efetivamente traduzidos em maior incorporação e difusão do progresso técnico no conjunto da atividade produtiva”. Isso, porém, não ocorreria com as empresas internacionais locadas nos países e regiões subdesenvolvidos onde a ampla disponibilidade de força-de-trabalho contribuiria para a “competitividade espúria”, no dizer desse mesmo autor.

Com a absorção dessas inovações tecnológicas no contexto das linhas de produção, vem se estabelecendo uma reestruturação, tanto no processo de trabalho como nas relações de produção. Sobre a primeira questão, Lipietz e Leborgne (1988) relacionam algumas transformações: no âmbito das relações entre seções, entre estabelecimentos, firmas ou subcontratadas (como controle de estoques, maior aproximação da concepção e fábrica). No quadro das relações de produção surgem tentativas de adequação com variados modelos: engajamento individual, diferentes negociações coletivas, polarização nas qualificações etc.

À proporção que algum setor interno da linha de produção revela uma disfunção, motivada por absorção de inovação tecnológica ou organizacional ou por desnivelamento com os demais setores do processo, esse setor passa a requerer uma reavaliação de sua permanência no novo processo de trabalho ou no modelo de organização da fábrica. Desse modo, muitas atividades estão sendo extirpadas do *layout* do ambiente fabril, exteriorizando-se, quando os cálculos minuciosos da produtividade indicam maior rentabilidade em desenvolver determinada tarefa fora dos umbrais da fábrica, o que se tem conhecido como “terceirização”, quer no entorno do estabelecimento, quer em lugares distantes. Aqui nascem os “nichos” de mercado, em que se apoia a criação de inúmeros pequenos negócios que desenvolvem tarefas especializadas para as fábricas maiores.

Tais tarefas especializadas, muitas vezes, passam a ser executadas por ex-empregados sob forma de trabalho sazonal ou ocasional. Para Scott (1988), esse esquema de economia é caracterizado por uma rede desintegrada de produção com baixo índice de economia interna e alta participação de economia externa. Esse baixo índice de economia interna se traduz em maiores exigências no trabalho: multifuncionalidade de tarefas, variação de horários e de períodos de trabalho, maior qualificação da mão-de-obra (especialmente diante das inovações técnicas), rigorosa obediência às normas e especifica-

ções tecnológicas ou ao “discurso técnico”. Externamente, com o desemprego, acompanha-se a desarticulação sindical e uso desenfreado do espaço e dos bens públicos, marcas do regime de acumulação flexível ou pós-fordista.

Menos Estado, mais mercado

Por sua força reguladora da vida social e das atividades econômicas, além de principal fonte de recursos para uma grande variedade de investimentos em infraestrutura, em apoio social, o Estado não deixa de ser afetado pelas profundas mudanças por que passa o mundo nestas últimas décadas. Dadas as exigências, resultantes das transformações do sistema produtivo que não mais suporta os códigos disciplinares tradicionais, logo se estabelece a necessidade de regulação para o novo tempo.

Nesse sentido, as forças capitalistas têm se esforçado para a conquista das pautas neoliberais, como contraposição ao que perdurava no Estado do bem-estar social, cuja continuidade é reclamada pela sociedade, pelos trabalhadores em particular. Para Souza Neto e Stal (1990), a onda de neoliberalismo associada à Terceira Revolução Industrial tem pressionado a favor da modernização da máquina do Estado”. Embora com a proposta de “menos Estado na Economia”, ou o Estado com a mão leve nas regras de mercado, os grupos econômicos paralelamente não dispensam, no entanto, a outra mão do Estado, de modo firme e pesadamente, na aquiescência de incentivos, de subsídios, de proteção às transações econômicas e de apoio maciço aos meios que impulsionam a revolução técnico-científica a favor do capital. Acima de tudo, atores econômicos o forçam a institucionalizar as regras do trabalho em moldes favoráveis às altas taxas de reprodução do capital.

Com a ajuda dos meios técnico-informacionais, tem sido avassalador o avanço dos grandes conglomerados econômicos no domínio mundial, especialmente com o apoio do FMI, Banco Mundial, OMC etc. que influem, por sua vez, no âmbito interno de cada país, modificando, de certo modo, as funções corriqueiras do Estado. Nesse aspecto, Santos (1980, p. 179) diz-nos, em fins da década de 1970, que “a noção tradicional do Estado empalidece nas condições político-econômicas do período tecnológico”, e explica: “essa situação é, em grande parte, devido às novas realidades da economia internacional”. Outros estudiosos, no entanto, são acolhedores dessa condição do Estado, como Pereira (1994, sp), que afirmara: “a tarefa fundamental continua a ser a de reformar o Estado, isto é: 1. adotar políticas de ajustamento que superem a crise fiscal e reconstituam a poupança pública e 2. implementar reformas econômicas orientadas para o mercado, privatizando, desregulamentando e liberalizando o comércio. O resultado deverá ser um Estado menor...”.

Com o enfraquecimento do Estado tradicional, as regulações se orientam no sentido de atender as novas exigências dos fluxos internacionais promovidos pelas empresas, especialmente no que concerne à economia e à tecnologia. Na compreensão de Petrella (1989), as relações entre empresa e Estado aparecem sob duas formas:

1^a. “as decisões mais significativas decorrem das multinacionais, especialmente no uso dos recursos tecnológicos e econômicos, que fazem e refazem o mundo, envolvendo até as Universidades que antes escapavam do mundo dos negócios”;

2^a. “os Estados desempenham um papel secundário, em relação às empresas, porquanto eles agem em reação e não em antecipação. Nem as empresas, nem os Estados agem sozinhos, pois os dois assumem uma dinâmica mundial, mas o Estado não lidera, sendo ultrapassado pelas empresas que não fazem oposição. O fato novo é sutil: a empresa está se tornando uma organização de governo na economia mundial com o apoio do Estado local, cuja

função histórica atual é assegurar seus atores-estratégicos (as empresas multinacionais), assegurando para elas a salvaguarda da autonomia tecnológica e econômica⁹.

Assim atuando, o Estado não se afasta dos mecanismos da vida econômica, como pode parecer à primeira vista. Pelo contrário, o Estado se faz muito presente, ainda por outras razões:

1ª. Ele se torna o maior responsável pela penetração das inovações e pela criação de condições de sucesso de investimentos (SANTOS, 1993). Esse favorecimento do Estado possibilita uma integração crescente das novas tecnologias com os setores da produção, a modernização das múltiplas atividades (PETRELLA, 1989);

2ª. Por seus próprios investimentos, o Estado participa de uma divisão de atividade que atribui aos grandes capitais os benefícios maiores e os riscos menores (SANTOS, 1993). Esse fato é muito bem identificado com a aproximação das empresas às Universidades públicas, na busca de reduzir os elevados custos de P x D, principalmente com a redução do ciclo de vida dos produtos;

3ª. O Estado assume importante papel de mercado consumidor em larga escala, o que dá a algumas empresas possibilidade de desenvolver certos produtos que não seriam viáveis para outros mercados, como é o caso da indústria de armamentos e do setor de eletrônica;

4ª. Na atual fase de domínio das altas tecnologias, cada vez há necessidade de mão-de-obra mais qualificada, resultante de intensos programas de C & T. Elevados investimentos em educação provêm do poder público no sentido de atender a demanda do mercado dos parques industriais que necessitam adequar-se ao nível de competitividade internacional; e

5ª. Noutra instância de função, “o Estado tem que assumir, cada dia de maneira mais clara, seu papel misticador, como propagador,

ou mesmo criador de uma ideologia de modernização, de paz social e de falsas esperanças...”, conforme destaca Milton Santos. (1980, p. 222).

Apesar da retórica de “menos Estado e mais mercado”, lembra Ricardo Petrella (1989, p. 17) que as empresas exigem do Estado essencialmente quatro categorias de apoio e serviços:

1. Assegurar os custos das infraestruturas de base (financiamento da pesquisa, financiamento das universidades etc.);

2. Fornecer os necessários incentivos fiscais para favorecer o investimento em P x D industrial e inovação tecnológica;

3. Garantir às empresas do país uma base industrial suficientemente estável em lhe oferecendo um acesso privilegiado ao mercado interno e ao mercado público e

4. Apoio e ajuda necessários (do tipo de regulação, diplomático, político etc) para agir no mercado internacional. Além disso, as empresas reivindicam legislação mais liberal em relação ao mercado de trabalho”. Nos últimos anos, vários governos de importantes países têm conduzido sua gestão com fortes tons neoliberais, em detrimento da classe trabalhadora.

Diante do exposto, podemos compreender porque a “proliferação de Estado é uma necessidade e um desejo do imperialismo para sua expansão na fase atual” (SANTOS, 1980, p. 180). Esse fato foi patentado por Rattner (1989), ao observar que ocorreu a criação de mais de uma centena de novos Estados nacionais, no período do pós-guerra. Permanece o Estado, de qualquer modo, como o principal agente de realinhamento dos subsistemas tecno-econômico e sócio-institucional, além de provedor dos meios materiais para a criação e difusão de invento de equilíbrio mundial ou mesmo em época de recessão.

O espaço geográfico no tempo

É notório que a produção e a (re) organização do espaço se faz de acordo com os períodos da história. Consideremos a segunda metade do século XX plena de eventos capazes de demarcarem novo período da história contemporânea, com forte influência no sistema produtivo, na cultura e na geopolítica. Esses fatos situam-se como marcas do cenário espacial em diferentes níveis de países. Do final da segunda guerra mundial aos anos setenta do século XX, decorreram, aproximadamente, três décadas, florescidas na sombra do famoso Acordo de Bretton Woods. Nesse período, conhecido na literatura como os “trinta gloriosos”, a classe média melhor se estabeleceu e ampliou-se em muitos países do mundo subdesenvolvido. Muitos valores culturais irradiaram-se no tecido da vida social. O crescimento das cidades nesses países refletia o consumo, expandindo-se horizontal e verticalmente. Essa ebulição reclamava a utilização de um espaço mais normatizado e tecnificado. O planejamento oficial tendia a responder essas exigências.

Nesse âmbito, o grande espaço teria que atender os ordenamentos dos interesses da racionalidade técnica, segundo as funcionalidades das diferenciações da superfície terrestre evidenciadas pelos estudos, ditos regionais. Os especialistas ou estudiosos do espaço armaram-se com teorias para tentar responder as questões geográficas de um novo cenário espacial que se ampliava velozmente. As demandas de estudos locais dos grandes investimentos fizeram emergir velhas teorias no campo da geografia, com ênfase ao planejamento. Na elaboração de sua crítica da geografia, Santos (1980, p. 88) ressalta como grande parte dos geógrafos se dedicaram a fazer uma geografia “para facilitar o domínio do capital sobre o espaço”, espaço esse como se “não fosse o resultado de um processo onde o homem, a produção e o tempo exercem o papel essencial”.

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por crises no mundo. Apesar de epicentro dessas crises, os EUA mantinham sua supremacia, com suas poderosas máquinas industrial e universitária e comando do forte sistema bancário. Seu volumoso capital de risco favorecera o desenvolvimento de múltiplas inovações, muitas nascidas no decorrer da Segunda Guerra Mundial, no âmbito das instituições acadêmicas e de pesquisa. A geografia não ficou imune a essa mundialização, quando passa a adotar em seus estudos os princípios do neopositivismo ou positivismo lógico. A partir dos países anglo-saxões consagrava-se uma nova corrente do pensamento geográfico, a chamada Geografia Teorética, Quantitativa ou New Geography, especialmente a partir do Congresso da União Geográfica Internacional em Londres, em 1964. Utilizando linguagem matemática, através de técnicas estatísticas, a Nova Geografia se estabelece contrária à busca de gênese dos processos ou anti-historicista, “desconhece totalmente a existência do tempo e suas qualidades essenciais”, na visão de Santos (1988, p. 53). Com a pretensão de fazer projeções e prognósticos, a nova geografia se firmou como matriz para o planejamento regional, tão útil aos interesses do efervescente capital internacional, liderado pelas grandes empresas dos países mais ricos do mundo.

Lencioni (1999, p. 135), ao tratar da introdução desse pensamento geográfico, diz: “com o planejamento regional, a face intervencionista do Estado e do capital tornaram-se transparentes. O primeiro, como legitimador do segundo, procurou conter o desordenado padrão da produção capitalista, enquanto o segundo buscou ampliar sua base espacial de reprodução”. No Brasil, essa revelação foi declaradamente oficial e acadêmica, como reforça a mesma autora:

No final dos anos de 1950 e na década de 1960, os Estados Unidos haviam completado, em todos os aspectos, inclusive o cultural, sua hegemonia no continente sul-a-

mericano. As relações entre geógrafos brasileiros e americanos tornaram-se mais estreitas e muitos foram aos Estados Unidos em busca de atualização. A revista do IBGE, intitulada *Revista Brasileira de Geografia*, no período compreendido entre o final dos anos de 1960 e final de 1970, demonstra claramente a influência da Nova Geografia no pensamento geográfico brasileiro (LENCIONI, 1999, p. 143-144).

Pôr-se a serviço do capital, em detrimento da sociedade, não é novidade na geografia, porquanto desde sua institucionalização, grande parte de seus especialistas estivera voltado para os interesses das empresas, do imperialismo do século XIX ao momento atual. Há muitas comprovações na literatura geográfica mundial. É evidente que em seu percurso histórico, muitos estudiosos da geografia não se entregaram a esses objetivos, como aqueles que se dedicaram à trincheira do combate a esse comportamento intelectual servil. Ressalte-se, muito recentemente, o movimento de crítica à geografia comprometida com os grandes interesses, cujos geógrafos, nas últimas décadas, vêm traçando novos horizontes para uma geografia a serviço da sociedade, em vários países. No caso brasileiro, isso foi significativa a partir do 3º Encontro Nacional da AGB de 1978, em Fortaleza.

À medida que se edificava o novo modelo do capitalismo globalizante com seu arsenal técnico-científico e informacional, o espaço geográfico, nas cidades e no campo, era tomado de surpresas com novos objetos para atender os grandes investimentos produtivos das multinacionais. Esses objetos nem sempre estão relacionados às necessidades dos habitantes do entorno ou mesmo da região, às vezes expulsos para ceder lugar ao novo ente geográfico. Eles fazem parte de um conjunto maior, espalhado por diversas partes do mundo. É o caso das barragens, dos grandes distritos industriais, das grandes obras de infraestrutura, dos amplos projetos de irrigação, das usinas

de energia, grandes hotéis, entre tantos outros. Para cada um, subsistemas de outros objetos são obrigatórios, com novas determinações técnico-operacionais, criadoras de novos comportamentos e novas temporalidades, pois o tempo da ordem de funcionamento do objeto novo difere do tempo dos que vivem na localidade receptora.

Só atendendo as ordens distantes é que esses objetos obedecem a racionalidade técnica que os faz coadjuvante da produção globalizada. Essas expressões se firmam de tal modo que forçam a desterritorialização dos muitos que não são absorvidos nas novas funções. Como se observa, é assim que se efetiva a globalização, muito bem-posto por Santos (1996, p. 151):

O entendimento da arquitetura e funcionamento do mundo passa pela compreensão do papel do fenômeno técnico, em suas manifestações atuais, no processo da produção de uma inteligência planetária. Entre essas manifestações, queremos destacar a emergência de uma unicidade técnica, de uma unicidade do tempo (com a convergência dos momentos) e de uma unicidade do motor da vida econômica e social. Essas três unicidades são a base do fenômeno da globalização e das transformações contemporâneas do espaço geográfico.

Vimos acima que a busca constante de inovações traz embutida a ideia de criar condições técnicas factíveis a unificar a produção dispersa em diferentes lugares do mundo. Isso só seria possível com a engenharia global, isto é, as variadas máquinas em funcionamento, compartilhada nos vários continentes, teriam que atender um padrão único. Isso é muito claro em nosso cotidiano: o sanduíche do Mac Donald's de Teresina é semelhante ao de Moscou, assim como encontramos a tabela de número de tênis para o mundo inteiro. Só assim, os grandes conglomerados possibilitam a produção globalizada.

Quando Scott (1988) se refere à importância dos meios de informação e comunicação para a internacionalização da produção e do consumo, estava patente a nova função que essas inovações técnicas tenderiam a oferecer. Somente através desses revolucionários meios de informação e comunicação – computadores, redes de computadores, internet etc – contamos com as possibilidades do que Milton Santos chama de unicidade do tempo ou a convergência dos momentos. Essa realidade do mundo atual oferece todo um arsenal de condições para a rápida transmissão de ordens, de transferência de recursos financeiros, de controle, de informações e de determinação de mudanças em todos os recantos da terra e do universo. Foi por esse meio que os grandes investidores têm ocasionado terríveis crises financeiras, com rebatimento na vida política e social de muitos países, tanto no emprego como na mesa de cada família. Atente-se ao fato de que todos estamos num grande “*big brother*”, espionados, dia e noite, pelas lentes de satélites das grandes empresas das comunicações. Isso cria unicidade do tempo.

As primeiras empresas a instalarem esse sistema de comunicação foram os bancos. Isso criou a possibilidade de convergência do capital numa única sacola. Ao término do dia de um lugar, o banco local encerra seu expediente. Mas, antes ele envia para uma central todo seu movimento de caixa, de aplicação. Esse movimento de valores corre o mundo, através da rede de computadores. A aplicação de alguém, no outro dia de trabalho dessa agência, pode ter gerado mais ou menos valores, pois a rede não dorme, está ativa em outros lugares do mundo. Isso possibilita aos grandes investidores, às grandes empresas terem lucros e contabilizarem seus fluxos de riqueza. Só assim, a mais-valia, hoje mundializada, pode ser visualizada pelos atores econômicos. As bolsas são a expressão dessa dinâmica do capital, não vista, nem valorizada pelo homem comum.

Diante dessas unicidades do mundo, temos que compreender que o espaço não mais se desenha só pela ação da sociedade local, estando sujeito, também, às determinações do que podemos chamar de globalização. Assim sendo, as dinâmicas territoriais são submetidas, também, às ações de atores desconhecidos. Os espaços resultantes dessas ações foram definidos por Santos (1994).

Em primeiro plano, o autor parte do princípio da tendência à formação de um meio geográfico cientificizado, tecnificado e informatizado, como condição de atender os interesses dos atores hegemônicos, fundamental possibilidade de incorporá-lo às correntes da globalização. Nesse caminho, constroem-se novos tipos de desigualdades, tanto na divisão social do trabalho, como nas espacialidades, dando condição para viabilizar maior produtividade dos subespaços produtivos e a formação de outros como colaboradores ou excluídos do processo. Paulatinamente, formulam-se novas regulações, forçando a todos se enquadrarem na racionalidade técnica imperante. Assim, a mundialização do espaço geográfico tenderá a expressar oito características:

1. “A transformação dos territórios nacionais em espaços nacionais da economia internacional;
2. A exacerbação das especializações produtivas no nível do espaço;
3. A concentração da produção em unidades menores, com o aumento da relação entre produto e superfície – por exemplo, na agricultura;
4. A aceleração de todas as formas de circulação e seu papel crescente na regulação das atividades localizadas, com o fortalecimento da divisão territorial e da divisão social do trabalho e a dependência deste em relação às formas espaciais e às normas sociais (jurídicas e outras) em todos os escalões;

5. A produtividade espacial como dado da escolha das localizações;
6. O recorte horizontal e vertical dos territórios;
7. O papel da organização e o dos processos de regulação na constituição das regiões;
8. A tensão crescente entre localidade e globalidade à proporção que avança o processo de globalização” (SANTOS, 1998, p. 50-51).

Nessa nova dimensão espacial, as condições estão aptas aos fluxos em todas as dimensões², mais dinâmicos quanto mais inovações agregam. Ressalte-se que, nesses espaços da globalização, os objetos e ações são moldados pela informação, base da determinação das intencionalidades e racionalidades, decorrendo novas hierarquias e polarizações. Evidencia-se que as ações nesses espaços são definidas pelas ordens distantes, o que se pode conceber como uma dissociação entre produção, controle e consumo. O que se produz num lugar é consumido noutros, sob as ordens de atores distantes desses lugares. Daí porque as formas e as normas sempre são aprimoradas, com a anuência do Estado nacional, para atender às exigências globais. Essas formas e normas procedem das determinações dos atores hegemônicos e não dos atores da ação local, decorrendo as tensões entre o local e global.

Construção de espaço da globalização

Há expressiva nitidez da pressa em construir espaços integrados às novas condições de reprodução do capital. Nos países mais industrializados, com regulação fordista completa, tem sido traumática

² Ver capítulo 4 de “Trajetórias geográficas” de Roberto Lobato Corrêa (1997). Em “Teorias da globalização” de Octávio Ianni (1996), o capítulo VI (A aldeia global) nos arma para alguns entendimentos sobre essa situação dos espaços da globalização.

para os trabalhadores a recomposição para o novo modelo, destacando-se a liderança da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos nos anos 1980, respectivamente, a partir dos governos de Margareth Thatcher e Ronald Reagan, onde teve início o processo de implantar as regras do neoliberalismo. Nos países subdesenvolvidos, em que ainda persiste o “fordismo periférico” (LIEPIETZ, 1988), o acatamento das novas regras da flexibilidade foi mais dócil, em alguns setores onde era mais forte o desemprego estrutural (com a penetração das inovações tecnológicas).

Mesmo assim, ainda não se completou o processo da normatização em todos os níveis da legislação, por força da organização da sociedade civil e, particularmente, dos protestos das categorias profissionais mais organizadas. As empresas, com apoio sistemático das várias instâncias governamentais, têm penetrado nas regiões e países menos desenvolvidos com mecanismos de precarização do trabalho, do tipo “cooperativas de trabalho”, a fim de institucionalizar o sistema de terceirização e fugir dos regulamentos conquistados pela luta dos trabalhadores, como carteira de trabalho, direito às férias remuneradas, previdência etc. Isso é intenso nos territórios onde ocorriam menos investimentos, como no Nordeste brasileiro.

Onde há menos condições infraestruturais é mais cômodo e menos dispendioso instalar objetos novos, pois o Estado, nos seus três níveis, entra como coadjuvante na implantação de infraestruturas locais e regionais, ofertando subsídios e múltiplas benesses para atrair capital externo. Com a complacência do governo nacional brasileiro, infraestruturas e empresas estratégicas e de elevada rentabilidade de utilidade pública (energia, telefonia e transporte) foram privadas pelo capital externo. A previdência nacional para a classe média fora tratada com descuido e relaxamento pelo governo, favorecendo o domínio das previdências privadas. Onde as relações de produção se estabelecem em condições pré-capitalistas, torna-se venturoso ofer-

tar ocupações com remuneração mensal permanente para atrair a simpatia das pessoas mal informadas.

Uma certa autoridade pública do Nordeste, afirmara que é muito vantajoso para quem nada ganha, ocupar um posto de trabalho, mesmo com baixo salário, pois antes esse trabalhador nada ganhava. Com esse refrão, perpetrava-se, com aplausos, um modo de acumulação com base na “produtividade espúria”. Com as permanentes transformações dos lugares ocupadas pelos investimentos externos, no processo de reestruturação socioespacial, desterritorializa-se³ uma grande massa de habitantes. Tomemos um exemplo concreto de um desses espaços, no território nordestino, nas duas últimas décadas.

Com forte apoio da esfera do governo central, os governos estaduais passaram a atrair indústrias do Sul e Sudeste, com base na oferta de subsídios, treinamento da força-de-trabalho, facilidades na situação da planta industrial⁴ (terreno, arruamento etc.) água e energia subsidiadas, isenção de impostos etc. Suportes locais foram instalados, a partir de bem elaborados projetos de infraestrutura energética, viária, de recursos hídricos, portuária, abastecimento de gás natural e, fundamentalmente, de uma localização adequada ao mercado internacional. Em âmbito nacional, a “guerra” por investimentos estava declarada, o que criou a denominada “guerra dos lugares”.

Além de fábricas, os governos estaduais, cujo território formasse cenário atrativo para visitantes, se dispuseram a “vender” a ideia do turismo de massa. Com maior destaque, assumiram essa postura os da Bahia, Rio Grande do Norte e Ceará. Primeiro, criaram as bases institucionais, depois definiram acordo com os organismos da

3 Ou seja, o modo de produção capitalista irá tomar como fios condutores para sua reestruturação e manutenção de poder a “integração das economias mundiais”, que se convencionou chamar de globalização, e a “reestruturação das componentes de produção”, que vão incluir a força-de-trabalho e o processo produtivo. Ambos passam a estar inseridos em uma informatização e automação crescentes (HAESBAERT; RAMOS, 2004).

4 Para isso, através de lei, incentivava-se com subsídios, localizar-se em pequenas cidades do interior, onde não havia organização da classe operária e mais baixo o preço da mão-de-obra.

ordem financeira internacional, como o Banco Mundial, submetendo-se às regras impostas, ordens definidas pelos grandes conglomerados que dominam o grande mercado do entretenimento, do transporte aéreo e da hospedagem. Como se estabeleceram crises nos tradicionais pontos de turismo mundial, especialmente no Mediterrâneo e nas Antilhas, para o Nordeste brasileiro se descortinavam as possibilidades de grandes investimentos, onde sol e praia seriam os atrativos principais. A começar pela Bahia, no Nordeste, se implantaram grandes equipamentos, como polos temáticos e “resorts” com objetivo de atender as exigências dos consumidores internacionais de alto padrão. Novos espaços teriam que se estruturar dentro do “marketing” obrigatório para o grande negócio. Entrava-se, de pouco a pouco, na nave planetária do século XXI. Continua-se a construir espaços da globalização.

As tensões no local

À medida que se implanta um grande investimento num espaço, quer de infraestrutura, quer de produção ou consumo, impõem-se mudanças socioespaciais e normativas para o adequado funcionamento do novo ente geográfico. Nessas condições, o ambiente não pode mais ser receptivo às tradições locais, tendo que forçar as pessoas a novo modo de vida, às vezes com bruscas substituições em seus ritmos, costumes, consumo etc. Não podendo acatar as novas regras do ambiente criado com os poderosos investimentos, de imediato ocorre um processo de desterritorialização dos excluídos da nova realidade, abrindo-se corrente de emigrantes ou ampliando a fronteira do lugar em ebulição, às vezes formando periferias de moradias precárias. Quando isso não ocorre, centros urbanos próximos tendem a conviver com a armação de moradias improvisadas para a sobrevivência dos expulsos do lugar amigo, nem sempre com

condições de emprego e trabalho. Inúmeros são os exemplos dessa situação. Antigos núcleos populacionais foram exterminados por essas verticalidades. Aos resistentes, aos que pretendem manter seu cotidiano, agressividades lhes são impostas, sem condição de defesa e possibilidades. Quando perde o convívio da comunidade, um antigo morador da franja litorânea que pesca, é proibido de tratar o peixe em frente de sua casa, onde seu poço lhe oferece água. Ele é forçado, pelo imperativo das novas leis criadas, a afastar-se de seu tradicional habitat de vida e de trabalho, para ceder o espaço para os de “fora”, como é comum ouvir dessas vítimas das “invasões” dos investidores, especialmente nas comunidades litorâneas.

Essas tensões tendem a se ampliar, quanto mais expressiva for a atuação dos investimentos externos no lugar. Nem sempre as melhorias criadas no local se orientam para o bem-estar da população, mas para otimizar a operacionalidade das unidades produtivas integradas à produção globalizada. Um caso exemplar se refere ao ensino: a qualificação oferecida pelo sistema escolar, formal e informal, se destina mais a enquadrar o homem nos mecanismos técnicos impostos e no mercado de consumo desejado pelas empresas, contrariando a formação plena do cidadão. O que interessa é a produção em alta escala, com uma produtividade mais elevada com uso da ciência e técnica modernas, malgrado o mínimo de emprego oferecido à coletividade do entorno. Por inserir-se, através de redes, a um conjunto de lugares especializados pelo mundo, a essas empresas só importam sua funcionalidade ótima. Com essas conexões, elas se completam em sua capacidade, descartando o entorno. Assim se efetiva a divisão territorial do trabalho, nem sempre em espaço contíguo, ao contrário do que divulga o discurso oficial. Ao entronar esses investimentos externos, o discurso oficial propala a criação de emprego e de desenvolvimento local e regional.

Desde o momento da “guerra dos lugares” pelos investimentos externos, as estratégias de armar a localização ótima se firmam em criar as condições exigidas: comunicação, apoio logístico dos órgãos governamentais, agilidade dos fluxos, enfim, eficiência como um dos requisitos de um estado gerencial. Essa eficiência do Estado é reconhecida como essencial por uma autoridade do Estado do Ceará: “... tem destacada a questão da eficiência, frente à perda flagrante de sua capacidade de intervenção numa realidade cada vez mais complexa” (CORDEIRO, 2006, sp). Essas intervenções do Estado nem sempre se destinam com exclusividade à empresa, direcionando-se algumas à população, a fim de adequar sua vida às novas exigências. Sobre essas ações de melhoria social, algumas agências de financiamento internacionais adicionam em seus contratos certas condições sociais, de obrigação do estado nacional ou local, pois as empresas não funcionam bem ao redor de um mundo de misérias e doenças. Essas exigências se ampliam para as normas – de simples regulamentos municipais às leis maiores do país – que se afinem à segurança dos contratos e dos negócios dos atores hegemônicos a quem servem esses organismos internacionais.

Certas de contar com esses investimentos externos para o desenvolvimento local e regional, iniciativas têm sido tomadas por diferentes atores locais e regionais. Podemos citar o exemplo do que se desenvolveu em Montréal, Canadá (FONTAN, KLEIN et LÉVESQUE, JEAN-MARC et al, 2003, p. 02), com representantes de comunidades de vários países, em 2002. Uma das conclusões da reunião foi de que “as iniciativas locais de reestruturação devem se situar numa perspectiva emancipadora, o que implique em políticas que visem, de uma parte, a aprendizagem coletiva, a inovação e a solidariedade local e regional, e, de outra parte, pôr-se em rede numa escala global”.

REFERÊNCIAS

- CORDEIRO, Celeste. Responsabilidade e transparência. **Jornal O Povo**, Fortaleza, 11 de fevereiro de 2006.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- FAJNZYLBER Fernando. Progresso técnico, competitividade e mudança institucional. In VELLOSO, João Paulo (Org.). **A Nova Ordem Internacional e a Terceira Revolução Industrial**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992. p. 27-81.
- FONTAN, KLEIN et LÉVESQUE, JEAN-MARC. **Reconversion productive et économie plurielle - le défi territorial**. Québec: Presses de l'Université du Québec, 2003.
- HAESBAERT, Rogério; RAMOS, Tatiana Tramontani. O mito da desterritorialização econômica. **GEOgraphia**, Niterói, ano VI, n. 12. p. 25-48, 2004.
- HYMER, Stephen. **Empresas multinacionais: a internacionalização do capital**. São Paulo: Editora Graal, 1983.
- IANNI, Octávio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- LENCIONI, Sandra. **Região e geografia**. São Paulo: EDUSP, 1999.
- LIPIETZ, Alain. Miragens e Milagres. São Paulo: Nobel, 1988.
- LIPIETZ, Alain; LEBORGNE, Danièle. **O pós-fordismo e seu espaço**. Revista Espaço & Debate, São Paulo, v. 8, n. 25, p. 12-20, 1988.
- MANDEL, Ernest. **A crise do capital**. São Paulo: Ensaio, 1990.
- OMAN, Charles. Globalização e regionalização nas décadas de 1980 e 1990. In VELLOSO, João Paulo (Org.). **A Nova Ordem Internacional e a Terceira Revolução Industrial**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992. p. 155-180.
- PEREIRA Luiz Carlos Bresser. O fim do triunfalismo neoliberal. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 de julho de 1994.
- PETRELLA, Ricardo. L'Europe et la R x D industrielle. **Futuribles**, Paris, p. 3-50, 1989.
- RATTNER, Henrique. **Tendência e perspectiva da economia internacional**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, 1989.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS Theotônio dos. **Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável.** Petrópolis: Vozes, 1993.

SCOTT, Allen. **New industrial spaces:** flexible production organization and regional development in North America and Western Europe. London: Pion, 1988.

SOUZA NETO, Adeodato; STAL, Eva. Financiamento de Risco para a Inovação Tecnológica na Empresa. In: SIMPÓSIO NACIONAL E PESQUISA E ADMINISTRAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 15, 1990, São Paulo, **Anais...** São Paulo: FINEP/PacTo/FEA/USP, 1990.

WACHTEL, Hovard. **Os mandarins do dinheiro:** as origens da nova ordem econômica supra nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

3.

DA TOTALIDADE E DAS PARTES REESTRUTURADAS*

“A reestruturação não é um processo mecânico ou automático, nem tampouco seus resultados e possibilidades potenciais são predeterminados” (SOJA, 1993, p. 194).

A segunda metade do século XX foi marcada pela emergência de novas materialidades e novas relações entre os povos, contribuindo para transformar o cenário político, econômico, social e cultural do mundo. Essa foi a base para a ampliação das fronteiras sob o controle dos grandes centralizadores de recursos econômicos. Outra marca desse período da história da humanidade¹ é a produção em massa e o favorecimento do consumo, o que viera consubstanciar o que chamamos de modo de acumulação fordista, reforçado e institucionalizado com o famoso Acordo das Nações de que resultou o Estado do Bem-estar Social².

As empresas, no modelo fordista, por exemplo, mantinham preferência pela proximidade aos mercados consumidores e à força de trabalho. Essa condição produtiva, por exemplo, acabava estimulando polos de produção concentrados. Exemplo disso encontramos nos polos automobilísticos com as empresas de pneus, metalúrgicas,

* Trabalho publicado originalmente em 2006 no livro “Reestruturação socioespacial: do espaço banal ao espaço da racionalidade técnica”, organizado por Luiz Cruz Lima (Editora Annablume - São Paulo). Apresenta ainda trechos de trabalho publicado originalmente em 2000 na revista Scripta Nova (Barcelona), número 69.

1 Para compreender a importância da periodização nos estudos do espaço, importante ler Santos (1985; 1996).

2 Essa terminologia define o período após a Segunda Guerra, quando se decidiu sobre um esquema de tentar criar um modelo de pleno emprego e reajuste contínuo de salário para manter o consumo em alta, com o fim de criar meios para dinamizar os setores produtivos, ensejando um período de três décadas de crescimento econômico no mundo, conhecido como os “trinta anos gloriosos”, com a plena ajuda sistemática do Estado.

centros de estudos e outros setores que pudessem ser agregados à cadeia produtiva e diminuir as distâncias entre a massa de consumidores, fornecedores e as empresas. Então, o Estado era capaz de possuir em seu território uma complexa rede de empresas, o que tornaria sua arrecadação tributária significativa. Essa contribuição das empresas aos cofres estatais poderia ser aplicada em outros investimentos do setor produtivo, dinamizar o consumo da grande massa de operários, com salários regulados pelo Estado, com a colaboração dos sindicatos dos trabalhadores e dos patrões.

Em três décadas, essa abundância apresenta sinais de fenecimento, com a crise da superprodução. Com esse revés, as empresas redefiniram os padrões organizacionais fordistas, como a concentração da produção, viabilizando a dispersão da divisão técnica do trabalho, em lugares especializados e/ou de mão-de-obra de menor valor, maximizando a produtividade e a lucratividade. Para tanto, aguçaram a absorção de inovações técnicas e organizacionais em sua dinâmica interna, além de internalizarem as externalidades. Quanto mais intensa a maximização dessas transformações, mais forte o nível de competitividade das empresas inovadoras.

Por outro lado, os setores relacionados às comunicações, especialmente os transportes, e às informações, com meios diversificados da mídia, passaram a elevar o ritmo de renovação de seus suportes, para atender a demanda mundial em permanente e intensa ampliação. Para esse novo período do processo de organização do sistema produtivo, foram absorvidos os resultados da Terceira Revolução Tecnológica³.

Dessa nova dinâmica, difunde-se o interesse dos lugares em absorver unidades produtivas, agora não de objetos finais, mas de componentes, agora não de grandes unidades, mas de médio ou de pequeno porte. Os lugares, em diferentes regiões do mundo, se

³ Mandel (1985), no Capítulo 6, revela com clareza essa fase das grandes mudanças proveniente do progresso técnico e científico, com profundas influências na reorganização do espaço geográfico.

esforçam em se equipar e se expor para atrair investimentos como pontos estratégicos de vantagens locais, comparativas e competitivas. Os Estados Nacionais fazem coro a esse cântico da modernidade, cuidam de desregular seus velhos códigos e regular parâmetros exigidos pelo mundo dos negócios⁴.

Considerando-se o quadro de países potencialmente destacáveis em recursos tecnológicos avançados, a dinâmica comercial inerente ao mercado internacional é aberta à participação das localidades dotadas de elevado ou baixo poderio econômico e tecnológico, abrindo às últimas, possibilidades de inserção na bancada das trocas entre países. Com o fenômeno da globalização, as articulações e possibilidades de negócios entre os mais variados países e agentes econômicos intensificaram-se, independentemente da posse de alto padrão tecnológico. Não se deve desvincular a ideia de que os possuidores de meios tecnológicos avançados tenham uma participação mais ativa nos lucros e beneficiam-se do mercado globalizado e de um maior controle dos instrumentais técnicos e informacionais, o que lhes garante uma relativa posição de comando.

A instalação de infraestrutura, a adaptação da força-de-trabalho às novas tecnologias e institucionalização das regras normativas favoráveis ao capital são componentes indispensáveis a um país ou região para que se eleja como capaz de atrair investimentos e ampliar as possibilidades de melhoria social. Na fase atual, somente os países que se acomodem às ordens dos centros hegemônicos poderão participar do leilão das grandes obras, de grandes investimentos para absorver objetos mais modernos. São esses objetos que servem de ingresso no mundo da modernidade, no mundo da globalização⁵.

4 A leitura da IV parte da obra "A natureza do espaço", de Santos (1996), elucida a importância do lugar nas novas dimensões do mundo atual. Esse mesmo autor, no Capítulo XVI de seu livro de 1980, destaca o papel do "Estado-nação como unidade geográfica do estudo", principal ator das transformações espaciais.

5 Santos (2005) dizia que "quanto mais 'tecnicamente' contemporâneos são os objetos, mais eles se subordinam às lógicas globais. Agora, torna-se mais nítida a associação entre objetos modernos e atores hegemônicos. Na realidade, ambos são os responsáveis principais pelo processo da

Há uma falsa impressão de que esse contexto político, econômico e social que ainda vem se instaurando seja a saída para minimizar as desigualdades entre os lugares. Além disso, intensifica-se a exploração dos recursos naturais, como também se convoca o trabalho social num processo para legitimar os “contratos de desenvolvimento”, definidos na ótica dos países hegemônicos, o que para muitos países subdesenvolvidos significa um pleno atestado de maior dependência com a ampliação de suas dívidas.

Os “contratos de desenvolvimento” consistem em financiamentos por parte dos países industrializados para que os países do Terceiro Mundo equipem seus territórios com o fim de receber os investimentos de interesse das empresas hegemônicas. Esse crédito é financiado pelas agências internacionais, com o aval das grandes potências, com propósito de “ajuda” para o almejado crescimento e pressuposto desenvolvimento dos países periféricos. Essa relação financeira propicia uma relação de dependência dos pequenos países que se submeterão às exigências de seus credores. Quando esses financiamentos se destinam à implantação de infraestruturas, criam-se condições favoráveis às multinacionais se implantarem nos territórios desses países.

Alguns nichos regionais e locais ainda vêm tentando se incluir nas exigências do modelo vigente. Para atrair empresas, o Estado dos países subdesenvolvidos acata as ofertas de financiamento, assumindo a responsabilidade de tecnificar seu território, mesmo com elevação de suas dívidas. Tal situação engendra um cenário amplo de investimentos públicos, voltados preferencialmente ao setor privado. Ante à renovação dos meios de produção, os governos deram especial atenção à capacitação de recursos humanos e manter a “paz social”, sob pena de perder a “oportunidade” de seguir o crescimento econômico, conforme o figurino do modelo atual.

Essas medidas, acompanhadas da desregulação/regulação, conduzem a construir condições viáveis ao que o sistema impõe às empresas, aos lugares, aos países: a competitividade. Essa é a condição do modelo neoliberal que tem como foco basilar o mercado, como força reguladora.

Nesse contexto, o Estado é pressionado a limitar-se à função de fiscalizar e mediar a implementação de investimentos e de inovações favoráveis aos interesses das atividades econômicas.

Há, no entanto, um forte contraditório a esse discurso de “mão invisível” do mercado e enfraquecimento do Estado, à medida que as forças imperantes desencadeiam um amplo processo de exclusão de grande parte da população, tendo em resposta a intensificação da luta dos movimentos sociais por salvaguardas à vida, reivindicando melhorias das condições de trabalho, de habitabilidade, das condições ambientais, de educação e saúde. Cria-se o embate no campo das contradições inerentes ao modo de produção capitalista. Enquanto se formam “externalidades benignas” às empresas e às classes abastadas – centros de pesquisa, estradas, telefonia, iluminação, áreas de lazer etc. -, as massas populares criam mecanismos de participação, de solidariedade orgânica e de pressão por melhores condições de vida, conscientes de que são alojadas em periferias sem meios adequados à vida humana. Esse comportamento de reação da sociedade é visto como processo da reestruturação do espaço aqui tratado.

Nesse caso, exigem-se do Estado condições dignas de vida, o que o força a rever sua real força, não se restringindo aos ditames dos interesses e das ordens de empresas e agências financiadoras internacionais⁶. A estrutura que domina nosso tempo dimensiona certas inter-

6 Moraes (2002), ao criticar as posturas retrógradas de certos pós-modernos, chama a atenção para essas realidades no capitalismo atual: “O novo momento do capitalismo, ancorado num imenso desenvolvimento tecnológico (informática, robótica, telemática etc.), não anulou a existência do centro e da periferia e nem a persistência de estruturas estatal-nacionais como fundamentais na ordem política vigente, e muito menos a presença de classes sociais dotadas de interesses antagônicos”.

venções que se fazem como verticalidades que atingem determinadas formações socioespaciais⁷. Laboratório dessa realidade encontra-se no Estado do Ceará, cujos governantes, a partir da última década do século XX, intensificara investimentos na base de apoio aos grandes investimentos nacionais e internacionais, como instalação de centros especializados de pesquisa, melhorias nas áreas de comunicação, ampliação da infraestrutura energética e de recursos hídricos etc., potencializando as atividades lucrativas modernas: turismo, agrícola, industrial e de serviços.

Na reestruturação espacial, os objetos novos a serviço do sistema vigente são postos para o controle, muitas vezes exacerbando a exclusão social. Aquilo que era o espaço banal, o espaço de todos, passa a ser o espaço de poucos, um espaço do consumo e para o consumo. De forma consciente, nascem os grandes movimentos de reação contra esse ditame dos que têm e querem tudo... A esse meio técnico-científico-informacional, espaço de poucos, se inserem aqueles subespaços que são retrabalhados pelos interesses do sistema de acumulação, como é o caso de parte da América Latina.

No Brasil, como um desses espaços “marginalizados” a macrorregião Nordeste ressurgiu como recanto pleno de fatores potenciais de atração de investimentos. A própria natureza é revalorizada, senão tecnificada, ora por ingerência direta, ora por “marketing” político-ideológico como o da metáfora “sol inclemente” transformando-se em “sol benéfico”, revestindo-se de valor de troca para o novo modo de acumulação.

Essa redefinição está muito vitalizada no Estado do Ceará, no Nordeste oriental, em que é forte a atração de capital externo, implantando-se com as inovações de última geração. Marginalizam-se as tradições à medida que se erigem o que a racionalidade técnica

7 Para melhor compreensão da categoria formação socioespacial, imprescindível a leitura do capítulo 1 – “Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método” - do livro “Da totalidade ao lugar” (2005) de Milton Santos. Esse texto fora editado em seu outro livro “Espaço e sociedade” de 1979.

determina, em proveito da reconstrução de um modo de acumulação que procura convergir para si novos territórios da produção e do consumo. Relacionando-se os investimentos aportados nesse subespaço do Brasil, tem-se como certa a lógica de integrá-lo no contexto da atual modernidade, isto é, em torná-lo um componente territorial capaz de ser evidenciado no novo cenário da competitividade mundial.

Nessa perspectiva, os agentes indutores desse modelo perverso induzem as comunidades a catarem a recepção de novos e sofisticados componentes técnicos, como um importante meio para o planejamento e a gestão do território. Para tanto, essas comunidades também são induzidas por discursos ilusórios, com o fim de elas serem partícipes do processo, pois sem essas comunidades os lugares tornam-se vazios, sem o valor substancial do trabalho e do sistema de ação. De início, procurou-se reconhecer as delimitações das regiões, como núcleos socioespaciais de importância para os investimentos e para a instalação dos novos sistemas de engenharia. Esses sistemas se tornam efetivos somente quando estão em sintonia com os sistemas de ação, cuja força básica situa-se na capacidade do homem, enquanto sociedade, enquanto participante da realidade que se monta. É essa sintonia que nos possibilita participar das novas condições do mundo.

Não poderia ser diferente, porquanto região e mundo se contêm. Daí porque Kayser (1968) nos ensina que as regiões não são blocos territoriais isolados, elas são partes de uma engrenagem maior, com a qual elas interagem para poder existir enquanto espaço regional. Essas duas premissas nos levam ao entendimento que o valor do espaço, nesse período do capitalismo, se estabelece quando duas forças se conjugam: coletividades participantes e lugares integrados com o mundo. A consecução dessas condições potencializa as vantagens comparativas, criando novas possibilidades, especialmente para a produção e o consumo.

Os investimentos no território cearense vêm constituindo um promissor cenário capaz de ultrapassar fronteiras e mercados. Através de suas ações e projetos integrados, o governo busca uma dinamização dos setores produtivos e tenta agregar maiores investimentos, tornando-se mais competitivo, sempre pautado no modelo vigente da economia mundial. É nesse sentido que se têm posicionado e agido os administradores do governo cearense nas últimas décadas, quando investem na transformação do território, com novos objetos geográficos como meio para inserir-se no circuito do mercado global, como parte integrante da divisão internacional do trabalho.

A modernização, como acatamento de tecnologias novas, tem sido uma das principais molas propulsoras de obras e investimento no território cearense. Conectar-se à rede de computadores e ter acesso às condições externas, tendência e exigências de um mercado dia a dia mais competitivo, é um dos fatores de inovações potencialmente capaz de posicionar o estado cearense em uma condição de destaque, mesmo que essa e outras possibilidades sejam advindas de novos processos externos à realidade local. Com essas dinâmicas, alterações no espaço são evidenciadas, ora superpondo imagens, ora transfigurando paisagens com objetos novos.

Ao longo dos tempos, tais mudanças repassam para a sociedade outras formas de vivência, muitas vezes oriundas de fatores externos, como se recondicionando à modernidade imposta, emergindo necessidades e exigências desconhecidas, indutoras de outras inserções de objetos e de comportamentos.

Com o evoluir das novas necessidades de cada grupo social, presume-se a emergência de outras formas paisagísticas, seja agregando-as às já existentes ou criando novas. As formas emergentes do território, portanto, são oriundas da evolução global de processos sociais, políticos, ambientais, culturais etc. Não se trata simplesmente de meros frutos de ocasiões, mas, sim pautadas, objetivadas e

trabalhadas pelo planejamento local, com objetivos intencionais de agentes distantes⁸.

Obediente a essas ordens distantes, o Estado leva adiante as decisões do planejamento, sob as luzes da racionalidade técnica, pouco interessada nos efeitos imediatos que pesariam sobre a sociedade local. No setor agrícola, por exemplo, quando novos métodos de produção, além de instrumentos técnicos e novas normas organizacionais são inseridos no sistema produtivo, desencadeia-se uma forte onda de desemprego, com destaque em locais com técnicas rudimentares⁹.

Esse fato demarca uma desterritorialização/reterritorialização dos postos de trabalho. O avanço técnico-científico nos centros de pesquisa, absorvido na elaboração de máquinas e implementos sofisticados, representa perda de postos de trabalho (desemprego estrutural) nos lugares de uso desses modernos meios de produção. Elaboração das máquinas representa perda nos lugares de sua utilização. Esse fenômeno reforça a centralidade da concentração da riqueza e do poder dos centros hegemônicos, onde se localiza o domínio do conhecimento técnico-científico e das informações.

As interferências locais são inúmeras. Os terrenos dos modernos produtores diferenciam-se demasiadamente da paisagem corriqueira do entorno, como vemos em várias regiões da unidade política brasileira aqui analisada. Nessas condições, os maiores vales e amplas áreas potencialmente agrícolas são dominados pelos grandes investidores, restando à massa de pequenos e médios agricultores as glebas destituídas de sistemas técnicos modernos, patrocinados pelo investimento público.

Ao invés da distribuição, intensifica-se a concentração da renda

8 Sobre a intencionalidade das ações e dos objetos, Santos (1996) desenvolve ideias que clarificam essa noção.

9 Em "O novo espaço da produção globalizada", coletânea organizada pela geógrafa Denise Elias (2002), há contribuições que revelam essas novas condições da produção do espaço geográfico.

da terra, mediante um processo de forte apoio aos grupos econômicos internos e externos, em detrimento dos agricultores tradicionais. A estes não se oferece qualquer adequação às inovações técnicas e organizacionais exigidas pelo mercado mundial. Ademais, os gêneros alimentícios, produzidos com refinamento científico e técnico, com uso da força de trabalho local, são totalmente exportados para o exterior, enquanto a população local passa fome.

Nesse jogo de comprometimento entre o poder local e os atores hegemônicos, se redefine todo o quadro socioterritorial com evidentes desajustes da economia local, degradação ambiental e forte desvalorização do homem.

O controle e apropriação do território podem ser evidenciados através das interferências no modo de vida da sociedade. Com a inevitável substituição de valores, princípios, modo de vida etc., as inovações tecnológicas na vida de comunidades tradicionais recondicionam a relação das pessoas, constituindo novas perspectivas relacionais no/do território. No caso das sociedades e comunidades de menor capacidade de controle das técnicas produtivas, forças exógenas assumem o comando, determinando objetivos nem sempre condizentes com o desejo dos que fazem o lugar. Assim, as rugosidades vêm sendo transfiguradas para a formação de um outro meio com o fim de integrar-se aos interesses hegemônicos.

À medida que se implantam novas condições de infraestrutura, os subespaços ou regiões melhor se adequam às exigências da modernidade, com novas possibilidades de participar do sistema econômico mundial.

As obras governamentais revelam-se de grande importância para as novas exigências das empresas. Assim são implantadas e/ou projetadas, em várias regiões, obras de grande porte ou são implementados programas de capacitação da força de trabalho, o que assume um caráter de modernização do Estado do Ceará, com visíveis impactos

no território e na sociedade.

Nos últimos anos, a distribuição dos grandes investimentos públicos no Ceará configura-se como uma reestruturação do território cearense. Esta distribuição é responsável pelos grandes impactos sofridos pela população que altera de forma singular o espaço habitado e modela o território de acordo com os interesses do planejamento.

Motivado pelas grandes possibilidades de empréstimos internacionais, o governo projetou diversas obras, contribuindo para as atividades produtivas se intensificarem nas diversas regiões, especialmente nas do Baixo Jaguaribe (a leste), do Vale do Acaraú (na porção noroeste) e Região Metropolitana de Fortaleza. Desse modo, essas obras de Governo aceleram em demasia novos usos do território, principalmente com a inserção de novas infraestruturas como irrigação, barragens, portos e aeroportos, ferrovias, rodovias e hidrovias, instalações ligadas à energia elétrica, refinarias e dutos, bases materiais das telecomunicações, além de absorção de conhecimentos técnico-científicos.

A introdução de mudanças técnicas no espaço tende a criar efeitos nas relações de poder na base produtiva, o que favorece a força de barganha em relação a outros espaços da região, elevando suas possibilidades no contexto global¹⁰. Por sua vez, a inserção dessa infraestrutura valoriza o espaço cearense, com a agilização das diversas formas de “fixos” e “fluxos”, ora trazendo reflexos positivos, ora criando empecilhos ao bem-estar social, conforme a categoria de cada projeto.

10 Esse fato é discutido por Hirst e Thompson (1998), quando tratam dos “mecanismos de governabilidade econômica na economia internacional aberta”. No nível regional, essa governabilidade é revelada pela mudança de estrutura na indústria, dando ênfase às menores empresas que “compartilham trabalho e serviços coletivos”, como fora detectado em empresas recentemente estabelecidas no Ceará. Ademais, essas pequenas empresas, numa estratégia posta em prática pelo atual modo de produção, “tornam-se mais capazes de resistir aos choques de mercado e de se adaptarem às rápidas mudanças...” (p. 231). Essa resistência e essa adaptação das pequenas e médias empresas locais significam, na verdade, transferência de risco às grandes empresas.

Os projetos implantados e/ou executados pelo Governo Estadual no período estudado estão distribuídos em categorias, em que os três primeiros setores enquadram um conjunto de obras que possibilitam uma maior alteração socioespacial:

1. Acesso a Serviços Básicos – Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão dos Recursos Hídricos (PROUB-URBANO), Programa de Infraestrutura em Saneamento do Estado do Ceará (SANEAR), Programa de Trens da Região Metropolitana de Fortaleza (METROFOR), Saneamento Básico, HABITAR-BID;
2. Crescimento Econômico, Ocupação e Renda – Complexo Industrial-Portuário do Pecém (CIPP), Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRO-DETUR), Programa Rodoviário do Ceará (CEARA II), Usinas de Energia Eólica;
3. Meio Ambiente-convívio com o Semiárido – Castanhão, Programa de Combate à Pobreza Rural (São José), Programa de Gerenciamento e Integração de Recursos Hídricos (PROGERIRH), Programa de Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos para o Semi-Árido Brasileiro (PROAGUA), Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão de Recursos Hídricos (PROURB-Hídrico);
4. Capacitação da População-Desenvolvimento Social – Ensino Profissionalizante, Programa de Capacitação Tecnológica (CENTEC-CVT-UNIVERSIDADES);
5. Gestão Pública.

Na esteira desses pesados investimentos, inclui-se o que de mais necessário para este mundo novo: as infovias, base fundamental para completar o meio técnico-científico informacional, de que fala o geógrafo Milton Santos em suas obras. Em funcionamento, postas

estavam as condições para as empresas entrarem na sociedade em rede¹¹. Através da Secretaria da Ciência e Tecnologia do Ceará (SECITECE), se desenvolvem três projetos:

- Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT) que abrangem 40 centros urbanos, onde são ministrados cursos profissionalizantes;
- Educação à Distância que tem como objetivo principal transferir conhecimentos de ensino básico e tecnológico a 200 escolas públicas dos 184 diferentes municípios cearenses;
- Centros Regionais de Ensino Tecnológico (CENTEC) que visam principalmente formar técnicos de 2º grau e tecnólogos de nível superior, utilizando-se dos mais avançados laboratórios nas áreas de tecnologia de Alimentos, tecnologia em Recursos Hídricos, Irrigação e Saneamento Ambiental e tecnologia em Eletromecânica.

Nota-se que o Governo Estadual é incisivo nas suas decisões, ao propor ênfase especial à transformação do espaço cearense com a inserção de novos sistemas técnicos, com a introdução de novos objetos responsáveis por repercussões no território. A partir dessas intervenções, julga-se que os impactos de ordem geográfica mais prováveis são:

1. Acelerado processo de modificação do fluxo populacional, redirecionando as tendências de desterritorialização/reterritorialização;
2. Surgimento de novas modalidades de uso do território, com a introdução de novos sistemas técnicos;
3. Introdução de novos agentes sociais que acarretam a modificação do território, sem interesse para as comunidades locais;

¹¹ Depois de identificar a Revolução da Tecnologia da Informação e a economia informacional, Castells (1999) desenvolve a análise da sociedade em rede, como paradigma da atual modernidade, muito identificada pela globalização que nos cerca.

4. Atração de investimentos privados, ocasionado pela crescente globalização;
5. Exigências de novas infraestruturas, proporcionadas pelas necessidades mundiais recentes;
6. Mudanças nas condições de comunicação;
7. Interligação do “local” ao “global”;
8. Inserção de fixos e fluxos ao território;
9. Atração de investimentos privados e/ou públicos direcionados para as regiões mais atrativas do Estado.

REFERÊNCIAS

- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- ELIAS, Denise (Org.). **O novo espaço da produção globalizada** – o Baixo Jaguaribe. Fortaleza: FUNECE, 2002.
- HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame. **Globalização em questão**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- KAYSER, Bernard. A região como objeto de estudo da geografia. In: GEORGE, Pierre et al. (Orgs.). **A Geografia Ativa**. São Paulo: Difel. 1968. p. 281-323.
- LIMA, Luiz Cruz e BOTÃO, Helissand. **O Açude Público Cartanhão** in LIMA, Luiz Cruz (organizador) Reestruturação socioespacial – do espaço banal ao espaço da racionalidade técnica. São Paulo: Annablume, 2006.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e história do Brasil**. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, Milton. A questão do meio ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva transdisciplinar. **GeoTextos**, Salvador, v. 1, ano 1, p. 139-151, 2005.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas** - a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

PARTE II

**ESPAÇO E SISTEMAS
TÉCNICOS: O CEARÁ NA
MODERNIDADE**

4.

INDUSTRIALIZAÇÃO RECENTE DO CEARÁ: UMA INTRODUÇÃO*

Como uma abordagem preliminar, este ensaio tem a pretensão de dar início a uma análise da formação do espaço industrial no Estado do Ceará, o que tem exigido a formatação adequada de um meio técnico-científico informacional. Assim, procuraremos, apenas, visualizar a realidade atual, no que se refere ao panorama em formação, definido a partir das ações planejadas das últimas gestões estaduais e, de certo modo, desenhada pela engenharia política do grupo de empresários que se assenhoram do poder a partir da segunda metade dos anos 1980.

Quem convive, por muitas décadas no Nordeste brasileiro, e mais particularmente no Estado do Ceará, sente um inusitado deslocamento das atenções: antes, as preocupações dominantes se voltavam para a natureza hostil, ao possível flagelo da seca, a forte impulsionadora da emigração dos deserdados, da gente pobre desta parte do Brasil que estava fadada à miséria, na concepção determinista de muitos; hoje, não afastado o fantasma da prolongada estiagem, procura-se entender mais as razões doutro deslocamento, não mais o “out”, mas o “in”, a imigração de entes desconhecidos, provindos de terras distantes. Hoje, do hemisfério norte e das regiões meridionais do Brasil chegam unidades fabris para se fixarem no território cearense, nas plagas de onde saíram, por tantas e tantas décadas, muitos trabalhadores que construíram a riqueza do Centro-Sul brasileiro. Nos últimos cinco anos, já ultrapassam as três centenas de fábricas estabelecidas no Ceará. Chegam como aves em bando, em busca de

* Trabalho publicado originalmente em 1997 nos anais do VI Encontro de Geógrafos da América Latina, realizado em Buenos Aires - Argentina.

ninho para uma profícua reprodução, pousam nas terras da faixa equatorial, certas de um tranquilo ambiente para consecução de seus desejos e de suas pretensões.

Frente a essa realidade, há que se indagar: Que razões explicam essa debandada de empresas das terras que não conhecem as agruras da seca? Que encantamento houve para essa preferência por estas terras tão esquecidas e indesejadas? Quem são esses que imigram para as terras dos “sem-terra”? Por que nos batem à porta nos convocando ao trabalho, quando éramos nós que, antes, nos enfileirávamos nos portões guarnecidos à busca de um emprego, nas terras do sul?

Temos consciência de que o pouso do capital externo no Ceará não se deve ao cântico sublime da asa branca, ave símbolo da região, nem ao lamento da viola plangente dos repentistas. Não só localmente encontramos as razões para o fato que procuramos conhecer, pois compreendemo-lo no contexto de um modo de produção global que se transforma, ao qual nos inserimos, principalmente, via divisão internacional do trabalho. Essa reestruturação por que passa o Ceará, e o Nordeste como um todo, se contextualiza na própria reestruturação do sistema capitalista. É a convocação dos “lugares de reserva” que nos chega neste final de século.

O Ceará é parte dessa América Latina que “caminha celeremente para o mercado único, sem barreiras entre os países” e isto se faz pelas mãos dos grandes investimentos empresariais, como revela John Baisbitt, autor do best seller *Megatendências*: “Os investimentos estão sendo feitos por fundos e outros tipos de empresas. Por esse critério, o Brasil está recebendo um voto de confiança muito significativo dos investidores internacionais” (O POVO, 07/10/96).

Chama-nos a atenção a escolha de Fortaleza, a capital do Estado do Ceará, como lugar da XXIV Reunião do Grupo de embaixadores, diplomatas e ministros e XI Reunião do Conselho Cúpula do Mercosul, formada pelos presidentes da Argentina, Paraguai, Uruguai,

Chile e Brasil, além dos presidentes da Bolívia, Venezuela, do Peru, Equador e Colômbia, em dezembro de 1996. Esse evento torna-se ímpar pela mobilização de investidores para esta cidade. As relações comerciais - importações e exportações - do Ceará com o Mercosul, tiveram o seguinte comportamento:

<i>Ano</i>	<i>Imp. US\$milhões</i>	<i>Exp. US\$ milhões</i>
1992	11,7	25,6
1993	27,1	61,1
1994	30,7	87,8
1995	43,2	142,6
1996*	28,8	84,5

*Até julho. Fonte: Boletim de Integração da América Latina, nº 18-MRE

No que se refere à exportação, os produtos cearenses que mais contribuíram foram fio de algodão poliéster, castanha de caju e derivados, cera de carnaúba, fogões e botijões, congeladores, bebedouros refrigerados, máquinas agrícolas e equipamentos elétricos. Em consequência, o setor têxtil apresenta-se em plena produção, com exportação de US\$ 400 milhões/ano. É mais um tom para compreendermos o atual momento da reestruturação econômica por que passa esse pedaço do Brasil.

O atendimento às exigências do sistema mundial impõe-nos outros compromissos com a realidade redefinida: maior intensidade na fluidez, maior aceleração das ações e obediência às normas e às ordens do poder de comando que se localiza em lugares distantes. Nada será respondido se mantivermos os objetos e os valores do passado, dos quais temos que abrir mão, recompondo-os com o arcabouço imposto pelo novo paradigma.

Não se trata de lamentar ou de rejeitar, mas de compreender a nova realidade de um mundo que nos chama, que nos convoca.

Que isto se faça mediante discussão com os “de casa”, a fim de não eliminar os valores, a cultura que faz o povo ser povo e ter mais força para contribuir para o desenvolvimento do Ceará. Não resta dúvida, no entanto, que vivemos um período de rupturas. Isso é irreversível.

O vendaval de bonanças

Por várias vezes, promessas vãs eram desfraldadas por governantes do país, até com olhos lacrimosos, como redentoras da situação de miséria em que vive a sociedade nordestina: grandes obras seriam construídas, elevados investimentos seriam realizados para mudar a estrutura da região, ninguém morreria de fome e de sede nem que fosse preciso vender a “última pedra do anel” do Imperador. Tudo, tudo, pode-se repetir, promessas vãs...

Agora não, agora é fato. No orçamento federal, perto de R\$ 300 milhões ou 7,12% do total, serão transferidos para investimento no Ceará. É o maior, entre os estados da Região, e menos, apenas, que o destinado aos três mais industrializados do país. Somados aos demais recursos feitos em contrapartida, o total triplica. Até o final do século, os investimentos federais no Estado ultrapassarão os três bilhões. Outras gordas parcelas serão concedidas por órgãos de fomento da Alemanha, Japão, Banco Mundial e BID. “Com todos esses investimentos públicos, o Ceará está se preparando para o novo milênio, com sua economia totalmente reestruturada para enfrentar os desafios da globalização”, explica o Secretário de Planejamento e Coordenação do Estado do Ceará (SEPLAN), Antônio Cláudio Ferreira Lima.

Acrescente-se que essa reestruturação se faz ditada pelas condições de um novo ciclo do regime de acumulação, teorizado por Kondratieff, Schumpeter, Mandel e outros. E para não sucumbir, cada lugar obedece às novas determinações da época, tanto se dire-

cionando pelas ações hegemônicas, como hospedando os modernos objetos, prenes de inovações. Santos (1996, p. 76) esclarece que a “ação é tanto mais eficaz quanto os objetos são mais adequados. Então, à intencionalidade da ação se conjuga a intencionalidade dos objetos e ambas são, hoje, dependentes da respectiva carga de ciência e de técnica presente no território”.

Agora não são recursos prometidos para salvar, diretamente, os trabalhadores do campo, sem-terra e sem água, desnutridos e desassistidos. Destinam-se a criar as grandes obras, a reestruturação do espaço com os objetos necessários às ações do capital hegemônico, pois somente estes são capazes de “enfrentar os desafios da globalização”. Como aprendemos com Milton Santos, o “espaço é formado pelo conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações”, e estas só se realizam através deles. Esta correlação força os lugares a hospedarem os grandes objetos, se desejam inserir-se na nova mundialização, ou seja, na nova divisão internacional do trabalho. Esta mundialização exige ações hegemônicas, daí ser ela caracterizada pela unicidade técnica, e com esta a unicidade do tempo ou simultaneidade e a unicidade do motor ou a globalização da mais-valia (SANTOS, 1996): não muito difere estar em Taiwan ou no Chile, no Ceará ou na Coréia. Essas unicidades decorrem de ações estranhas ao lugar, provindas de vontade distante.

Uma das grandes obras, de importância fundamental para recepção e expansão do capital externo, é o Porto de Pecém, a 45 km ao norte da capital, no município de São Gonçalo do Amarante, no coração da faixa litorânea reservada ao Projeto Prodetur, de significativa importância para o desenvolvimento do turismo. Para a instalação desse porto “off shore”, com uma ponte de acesso de 2.120 m. e dois píeres de atracação, estão sendo aplicados cerca de R\$ 65 milhões. Dados recentes da SEPLAN revelam um total de R\$400 milhões que serão aplicados na instalação do Porto e obras com-

plementares, como grandes armazéns, vias rodo-ferroviárias de 21 e 22 km de acesso à BR 222 e ramal norte da RFFSA. Incluem-se na grande obra, um gasoduto, linhas elétricas e de telefonia, obras urbanas, cujo orçamento tem como fontes a União, Petrobrás, Chesf, Teleceará, Banco Mundial e Estado do Ceará.

Desse modo, para a montagem dessa nova estrutura, o governo mobilizou várias de suas Secretarias que atuam em quatro áreas: infraestrutura, desenvolvimento urbano, desenvolvimento econômico e capacitação e desenvolvimento social.

Ao Porto se agregará, a médio prazo, um polo metalomecânico, de dimensão gigantesca, conduzido por uma “indústria motriz”, uma siderúrgica de três grupos econômicos fortes, dois nacionais e um japonês, cujo capital totaliza R\$ 800 milhões, com capacidade de produzir um milhão de ton/ano. Considerando a presença de uma outra siderúrgica, localizada no Distrito Industrial de Maracanaú, a CSC (Companhia Siderúrgica do Ceará) consolida o abastecimento do maior mercado de laminados planos do Nordeste. Negociações estão sendo estabelecidas para atrair uma montadora automobilística.

Prevê-se que esse polo deverá criar 20.000 empregos diretos e 100.000 indiretos. O embaixador do governo estadual, que tem o papel de conquistar esses investidores, o Secretário de Indústria e Comércio (SIC), Raimundo Viana declarou: “quando projetamos o Porto de Pecém, com a implantação de uma siderúrgica e de um polo metalomecânico, tivemos em vista beneficiar toda uma região que engloba 38 municípios e uma população superior a 400.000 hab. São cidades que irão fornecer a mão-de-obra para o polo industrial do Pecém”. Ressalte-se que essa região é predominantemente agropastoril.

Com tecnologia moderna que exclui o uso do carvão, a siderúrgica exige gás natural, um consumo previsto de 36 milhões de metros cúbicos por dia, três vezes o de todos os atuais consumidores do Estado. Para tanto, R\$ 58 milhões serão aplicados em um gasoduto de 385 km, que se estende de Guamaré (RN) a Fortaleza e a Pecém. Este ramal interliga-se à grande linha de dutos que se inicia em Aratu (BA), completando o gasoduto “Nordestão”. Informações recentes nos dão conta da decisão da White Martins, a maior companhia latino-americana de gases industriais, em instalar em Pecém uma unidade com tecnologia moderna automatizada, num custo total de R\$ 47 milhões.

As indústrias, já presentes e as vindouras, demandam um elevado volume de energia, pois o consumo de energia elétrica teve um aumento de 2.242.253 MWh, em 1987, para 3.631.207 MWh, em 1994. Para atendê-las, o governo instalou uma linha especial de abastecimento, conhecida como Linhão Banabuiú-Fortaleza, beneficiando 39 municípios. Já se discute uma outra linha de eletrificação que ligará o Ceará com Tucuruí, porquanto a demanda se eleva 7,5% ao ano. Negociação está estabelecida com a CHESF, em que esta investirá US\$ 49 milhões na construção de uma subestação e reforço na linha de transmissão Fortaleza/Primavera, em Pecém, principal centro industrial em implantação no Ceará. Para essa mesma localidade, o governo estadual está em negociação com três empresas norte-americanas para construir uma termoelétrica movida a gás natural, para a geração entre 300 a 600 MWh., num custo médio entre US\$ 200 e 300 milhões.

Dadas as boas condições de circulação dos ventos, o governo estadual projeta implantar, em 1997, duas usinas de energia eólica em um dos municípios do litoral. Para isto estão reservados em seu programa plurianual cerca de US\$100 milhões, com empréstimo de 60% do governo japonês. Estudo elaborado pelo IPLANCE

(Instituto de Planejamento do Ceará, 1993) mostrava a viabilidade desse tipo de empreendimento. Além dessas obras, inicia-se, na comunidade de Queixada, em Itapiúna, a 133 km de Fortaleza, a eletrificação com energia fotovoltaica ou energia solar, para uso mais racional possível, pois se trata de energia cara em relação a outras modalidades.

O atual aeroporto não oferece condições técnicas para essas condições novas. Uma outra estação de passageiros está sendo construída, com um custo total de R\$65 milhões dos recursos do Prodetur, o que tem modificado o traçado urbano de alguns bairros, com a abertura de novas ruas e avenidas e construção de viadutos e passarelas. Esses grandes objetos espaciais contribuirão para um grande fluxo de pessoas e bens, a nível nacional e internacional, pois a previsão é de 2,5 milhões de passageiros por ano.

Depois de um longo e acirrado debate, está sendo construído o Açude do Castanhão, no vale do Rio Jaguaribe, com previsão para concluir em 1998. É uma reserva hídrica que se conjugará a um sistema de bacias, dentro do Programa de Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos (PROGERIRH), cujo valor total chega a R\$ 585 milhões. Completa esse Programa o PROASIS (Projeto de Abastecimento de Água do Ceará), orçado em US\$ 117,3 milhões. O Castanhão atenderá uma área de grande irrigação que se projeta no Vale e em cima da Chapada do Apodi, entre o Ceará e o Rio Grande do Norte. Não é por acaso que as empresas Maisa e Parmalat, ligadas ao setor alimentício, já se revelam interessadas em investir, pesadamente, na fruticultura tropical no Estado do Ceará.

Na esteira desses pesados investimentos, incluem-se o que de mais necessário para este mundo novo: as infovias. Através da Secretaria da Ciência e Tecnologia (SECITECE), se desenvolvem dois projetos: 1. Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT) que abrangerão 40 centros urbanos, (desse modo, dois CVT para cada região

administrativa do Estado), onde serão ministrados cursos profissionalizantes, dentre os quais os da área de computação. Este procura “proporcionar a ligação do Centro às redes eletrônicas de informação, tipo INTERNET ou outra. Para isso, o computador será usado tanto como meio auxiliar de aprendizagem, quanto como meio de comunicação”; 2. Educação à Distância que “tem como objetivo principal transferir conhecimentos de ensino básico e tecnológico à 200 escolas públicas dos 184 diferentes municípios cearenses, utilizando para isso os instrumentos e os mecanismos da televisão e das redes eletrônicas”. É o primeiro projeto desse nível no país.

Os recursos desses programas advêm do próprio Estado, da FI-NEP, do CNPq, das prefeituras locais e de outras fontes. Assim, “o Estado subsidia aos professores (de matemática, física, química e biologia), a compra de um Pentium todo completo, com multimídia e placas RTV e fax/modem em 36 meses com prestações fixas de R\$50,00”. Acrescenta-se, a essas medidas, a parceria feita com a COMPAQ para a aquisição de 1.600 microcomputadores.

Reflexo dessa modernidade que se instala célere no Ceará, respondendo às determinações das investidas do capital hegemônico, o sistema de telefonia se amplia e barateia seu uso. De modo pioneiro no país, a Teleceará monta o sistema *roaming* que permite a comunicação entre este Estado e os países do Mercosul e Portugal, e vice-versa, a preço de uma ligação local. Ressalte-se que o serviço móvel de telefonia se faz presente em um terço dos municípios cearenses.

O espaço urbano da capital do Estado também se reestrutura: alargam-se e pavimentam-se ruas e avenidas, armam-se cenários alegres e iluminados para os turistas, na faixa litorânea e no quadrante nordeste, onde o capital imobiliário investe pesadamente em prédios suntuosos. É a feição da modernidade cada vez mais presente em Fortaleza, ou melhor, num pedaço da cidade. Do lado oposto, na grande parcela do oeste e sul do município, instalam-se os princi-

pais construtores da cidade, numa paisagem contrastante de favelas e bairros pobres dos trabalhadores. Por isso, há um movimento pendular entre as duas bandas da cidade, entre o ocidente, o lado pobre, e o oriente, a porção em que se concentram mais as classes média e alta de Fortaleza.

Recentemente, o poder público municipal apresentou um mega-projeto de urbanização da orla marítima, incluindo somente o “trecho-vitrine” do turismo, da Praia de Iracema à Beira-mar, faixa de alto valor imobiliário. Com a participação do Banco Mundial (80%), o governo estadual implanta, em grande parte da Capital, uma rede de esgoto sanitário com o nome de Projeto SANEAR, num custo total de R\$ 330 milhões. É inegável a importância dessa infraestrutura para uma cidade assentada em superfícies planas arenosas.

“Flores para o empresário”

Além desses suportes, incentivos e subsídios outros são oferecidos às empresas que vêm para o Ceará. Em reportagem de uma revista de circulação nacional, o governador Tasso Jereissati revelou: “Eu dou tudo isso e ainda mando um ramo de flores para o empresário que vier para cá”, num impulso do desejo de ver realizar-se seu maior projeto, a industrialização do Estado.

Evidentemente, no primeiro governo de Tasso Jereissati (1987-1990), houve um ajuste das finanças e uma preparação da estrutura administrativa e política para absorver o plano de largo alcance que os empresários almejavam para o estado. Malgrado os esforços, o Ceará não conseguiu implementar a primeira zona de processamento de exportação (ZPE) do país, cujos entendimentos mantiveram os laços com investidores internacionais interessados no mercado cearense. Mantido no poder do Estado, através do governador Ciro Gomes (1991-1995), “evidencia-se uma linha de conduta com obje-

tivos urbano-industriais, em que o espaço entra como importante componente das forças produtivas” (Projeto Áridas - Ceará 2020). É nesse período que tem início, de fato, a absorção de capital externo, como parte importante da estratégia de criar uma situação impactante, a partir da iniciativa privada, fazendo-a o carro-chefe do desenvolvimento, tendo o Estado papel de agente indutor.

Pode-se relacionar, pela leitura dos acontecimentos e declarações de seus líderes, que algumas estratégias do Governo são bem evidentes:

- Verticalizar a produção, criando cadeias produtivas que reduzem custos: fábrica de cerveja atrai fábrica de latas e esta favorece o surgimento de uma indústria de sucos e incentiva as do setor de laticínio. Essa estratégia está implícita no reconhecimento do Presidente da FIEC: “o empresário cearense já entendeu que a vinda de mais investimentos é benéfico para todos”;

- O Estado do Ceará deve criar credibilidade para encontrar parceiros. Daí a forte preocupação com o controle das contas públicas;

- É importante atrair parceiros com capital, tecnologia, know-how, eficiência e produtividade. Isso tem sido feito, à medida que participa das feiras internacionais;

- Ajudar o desenvolvimento atrair parceiro com experiência de mercado interno mais amplo e externo potente;

- Atrair novas empresas que sejam capazes de criar terceirização para gerar renda e ocupação de um enorme contingente de mão-de-obra barata;

- Formulação de um programa de capital inicial para fortalecer a qualidade da mão-de-obra, com treinamento, e financiar pequenos negócios para dar suporte às empresas de maior porte;

- Descentralizar a implantação de indústrias, pulverizando por diferentes municípios, para minimizar as demandas políticas e as desigualdades regionais;

- Com a descentralização para o interior, a partir de estímulo da renúncia fiscal, ganha a empresa em vários aspectos: localiza-se em áreas onde inexistem organização de operários, baixíssima demanda de direitos sociais e de exigências próprias dos grandes ambientes urbanos. Sabe-se que em mais da metade dos 184 municípios do Ceará, há uma alarmante precariedade de condições de vida, quanto à educação, saúde, renda e potencial econômico, para cujo problema o atual governo estabeleceu o Programa de Ação Rápida (PAR), envolvendo sete de suas Secretarias;

- Aproveitar a crise das indústrias calçadistas no Rio Grande do Sul e em São Paulo com a concorrência asiática, oferecendo-lhes vantagens competitivas.

Enfim, o que tem o Ceará para atrair tanto capital, provocando uma revoada de empresas em relocação ou criando novos estabelecimentos industriais?

No Plano de Governo (“Plano de Desenvolvimento Sustentável - 1995-1998), no que se refere à promoção e incentivo à atividade industrial, está explícito: “a execução do programa dar-se-á através do estabelecimento de um sistema de incentivos fiscais com base em renúncias diferenciadas de ICMS (...), identificação de oportunidades de investimento que resultem na elaboração de perfis industriais, cujos gêneros e subgêneros serão selecionados em decorrência do aspecto espacial da atividade industrial, do uso intensivo de mão-de-obra...”

Aqui estão evidenciados dois importantes atrativos para os empresários: a renúncia fiscal e a oferta abundante de mão-de-obra barata, de que trataremos adiante.

No Plano de Metas de governo estão evidenciados os incentivos com a renúncia diferenciada do Imposto de Circulação de Mercadorias e de Serviços e, em outro parágrafo, o mesmo Plano indica que

“para definir a localização de novos empreendimentos serão observados critérios que privilegiem a interiorização e promovam a desconcentração industrial da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) para as demais regiões do Estado...”.

Desse modo, foram definidos limites territoriais para essas renúncias fiscais que, diante da “guerra” estabelecida entre os Estados da região, o Ceará adotou os seguintes parâmetros:

RENÚNCIAS FISCAIS DO ICMS, SEGUNDO AS REGIÕES DO ESTADO

<i>Localização do investimento</i>	<i>Abatimento</i>	<i>Carência</i>
Fortaleza	45%	6 anos
Região Metropolitana de Fortaleza	75%	10 anos
Mun. a mais de 300 km da RMF	75%	13 anos
Cariri (extremo sul do Estado)	75%	15 anos

Obs.: 1º) a carência pode ser renovada; 2º) o abatimento deve se destinar à reinvestimento no Estado do Ceará.

Com esse incentivo, o Ceará tem “roubado” muitas indústrias de outras regiões, o que serviu como efeito demonstrativo a outros Estados nordestinos (VEJA, 21/08/96). Não tardou a reação das bancadas do Congresso Nacional acionarem mecanismos para acabar com a “guerra fiscal”, o que, para o governador do Ceará, “o prejuízo para os estados não industrializados é enorme, porque eles dependem destes incentivos.”

Beneficia-se o empresário, também, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), quando o município hospedeiro localiza-se na região semiárida. O FNE foi criado pelo artigo 159, inciso I, alínea “C” da Constituição da República Federativa do Brasil e, posteriormente, regulamentado pela Lei 7.827, de 27/08/89. Seus recursos provêm de 1,8% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre

produtos industrializados. É, hoje, a principal fonte de recursos de longo prazo para as empresas nordestinas, conforme avaliação realizada pelo BNB, gestor do Fundo. É o caso de dois municípios próximos à Capital, mas não pertencente à RMF, e servidos pela BR 116: Pacajus e Horizonte. Nesta década, sendo inclusos no semiárido, o FNE lhes favoreceu atrair dezenas de indústrias modernas, de alta competitividade e muitas diretamente ligadas ao mercado exterior. Em 1997, para o Fundo, o BNB tem uma previsão orçamentária de R\$ 940, acima 17,5% do ano anterior. O interesse local (do município) e a competitividade do projeto são os principais critérios para a concessão desse incentivo financeiro.

Na área de financiamento, tem importância o Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI), criado pela Lei 10.367 de 7/12/79 e regulamentado pelo Decreto 22.719-A de 20.08.93 e publicado no DO de 30/08/93. Administrado pelo Banco do Estado do Ceará (BEC), seus recursos são provenientes de várias fontes, especialmente do Tesouro Estadual, objetivando o desenvolvimento industrial “através da consolidação do parque industrial cearense (implantação, realocação e ampliação de unidades fabris), promoção de maior integração vertical dos ramos industriais, promoção da diversificação e da sofisticação da pauta de produção industrial cearense” (Cap. I do Regulamento do FDI).

Um outro fator de atração refere-se à oferta de condições locais favoráveis à implantação da fábrica, desde terrenos e galpões gratuitos ou a baixo preço, terraplanagem e com toda a infraestrutura de luz, água, via de acesso e telefone.

Têm importância, também, os fatores imponderáveis, como a significativa boa recepção e assistência de serviços facilitados pelo Governo, a agilidade no atendimento às novas implantações, a amizade entre os investidores externos e os governantes-empresários do Ceará.

Sem minimizar a importância que têm as forças de atração acima relacionadas, pode-se afirmar que a força-de-trabalho cearense se destaca das demais. Seu volume, seu potencial para a produção, sua capacidade de absorver o novo, sua disposição em absorver o treinamento são itens não desprezados pelos empresários que agora se edificam nessa terra equatorial. Pelo seu baixo valor de troca, ela é de alta valia para o capital que deseja vicejar, neste tempo de neoliberalismo. Algumas autoridades locais e empresários têm revelado a importância da mão-de-obra, habilidosa e barata, como fator de atração das indústrias que aportam no Ceará: “para quem não ganhava nada, um salário mínimo é um bom salário” (ex-presidente da FIEC, Luiz Esteves); “...o que temos que fazer agora é aproveitar o nicho de mercado representado por indústrias que têm grande demanda de mão-de-obra, como os setores calçadista e de confecção e que, por outro lado, não suportam elevados custos” (Secretário Raimundo Viana); “o que o Ceará precisa realmente é de oportunidade de trabalho. Não faz sentido, portanto, criticar salários de R\$110,00 ou R\$120,00, para quem não ganhava nada”, Presidente da FIEC, Fernando Cirino; “se a globalização está transferindo emprego para países onde há mão-de-obra barata, que eles venham para o Ceará porque é melhor ganhar um salário mínimo do que não ganhar nada” (Secretário Raimundo Viana).

Enquanto isso, para o Presidente da Cooperativa que terceiriza para a Canindé Calçados, Flávio Souza reconhece que “a mão-de-obra é barata e eficiente”, trabalha e não alimenta sonho de ascensão social. “Tudo aqui é fixo”, diz. Os operários ganham por produção e o salário médio é de R\$ 100,00, trabalhando nove horas por dia.

Essa precarização das relações de trabalho, vivida por esses trabalhadores, contribui para o desemprego, conforme explica o economista Marinaldo Clementino Braga, em um artigo no jornal “O Povo” (24/8/96):

À medida que proporções crescentes de operários trabalham em condições precárias, cada indivíduo que trabalha, trabalha mais horas por dia, mais dias por semana etc., muitos sem tirar férias e a maioria sem se aposentar. Em consequência, o volume total diminuído de trabalho se distribui de modo cada vez mais desigual: enquanto que uma maioria decrescente trabalha cada vez mais, uma minoria crescente fica sem trabalho algum.

Em recente tese de doutorado, (“Globalização e incorporação do trabalho feminino: o caso das cooperativas de vestuário no Nordeste Brasileiro”), defendida na Universidade de Tennessee, Maria Vilma Coelho Moreira relata as condições precárias e o baixo salário percebido pelas mulheres nas chamadas cooperativas que subcontratam a produção para a fábrica de um empresário de Taiwan sediado em Acarape (MOREIRA, 1996, p. 113). Observa a pesquisadora que em seu país, esse empresário pagaria ao operário quatro vezes do que paga no Ceará.

É inegável a força que tem a mão-de-obra barata do Ceará em atrair indústrias do Centro-Sul do país, especialmente as de sapato e as têxteis. Tem-se dado, como atrativo único o fato de o empresário encontrar nas pequenas cidades cearenses uma mão-de-obra de baixo custo, chegando a um quinto (20%) do que se paga na zona de Franca (SP) ou no Vale dos Sinos (RS).

Esse parece ser o fator preponderante para a nova localização das indústrias imigrantes. Cremos ser necessário ampliar o nível da análise e não reduzi-la às disparidades das zonas de salário entre o Centro-sul e o Nordeste, principalmente levando-se em conta que pousam nas terras tropicais variados tipos de indústrias. Estas transferências, baseadas na diferenciação de custo de trabalho é específico às condições do sistema de mercado, em todo o mundo. No caso específico aqui tratado, temos que considerar que o desemprego e subemprego

das cidades interioranas somam-se a outros fatores. Sem a pretensão de abrangê-los totalmente, podíamos apontar os seguintes:

Uma das marcas do homem cearense é sua criatividade e sua capacidade de flexibilizar-se às atividades. Quando teve início, no Brasil, o tratamento do que se chama de flexibilização, como um dos paradigmas do novo modo de acumulação capitalista (pós-fordismo), para o sertanejo isso já era corriqueiro: ora é ele vaqueiro, agricultor, vendedor ambulante ou operário da construção civil, conforme lhe exige a sobrevivência. Neste momento de nossa história local, a atividade surgente não será vista como mais uma complementariedade? Se assim for, (e o tempo nos dirá) haverá um acréscimo nos custos, pois o novo operário não se distanciará da agricultura.

Nas grandes cidades, nas economias de aglomeração, no entanto, forma-se um fator mais preocupante para o empresário, que o encontrado nas pequenas cidades: o sindicalismo corporativista, combatente em prol de uma crescente demanda de direitos que se ampliam conforme a consciência da classe trabalhadora: elevação salarial; obediência às normas do Estado Providência (ora em derrocada); participação nos lucros à medida que se eleva o capital constante em benefício da produtividade etc. Nos pequenos centros urbanos, este fato inexistente, criando-se aí o que alguns chamam de “clima social favorável”.

Um outro aspecto a considerar é a capacidade de aprendizagem do homem cearense. Exemplificando: em um dos treinamentos oferecidos para uma das primeiras indústrias a embarcar no interior do Estado, os “neo-operários” ultrapassaram a previsão dos técnicos, absorvendo o aprendizado em tempo recorde. Em certas atividades, não seria importante avaliar a habilidade do homem nativo em contribuir com uma produtividade mais elevada? Não terá esse fato estabelecido uma outra dimensão de interesse para aqueles que buscam mais lucros?

Adicionaria, ainda, o papel do Estado em admitir novas modalidades nas relações trabalhistas: a subcontratação, a terceirização, as “cooperativas” (analisadas por Moreira, 1996) e, admitamos, a precarização do trabalho imposto por alguns empresários inescrupulosos.

Quando um empresário evoca aproveitarmos a crise da produção brasileira de calçado decorrente da concorrência dos países orientais, onde o preço da força-de-trabalho é aviltante, ele nos leva a considerar a divisão internacional do trabalho, especialmente nesta fase de aguçamento do neoliberalismo, de abertura de fronteiras. A esse fato se agregam, ainda, as novas configurações geopolíticas, mesmo dentro do próprio país, onde a região que perde as unidades produtivas ganha na expansão, na produtividade perversa (baseada na intensificação do trabalho vivo), e na baixa dos custos diretos e indiretos (incentivos e subsídios). É o caso do Sudeste brasileiro que, nesse arranjo da produção, fortalece-se como região do mandar, na assertiva de Milton Santos.

As indústrias no território cearense

Consideremos dois momentos de revoada de empresas para o Ceará: de março de 1991 a fevereiro de 1995 (Governo Ciro Gomes) e uma fase mais curta, de março a setembro de 1996, correspondente aos meses da segunda gestão do governo de Tasso Jereissati. Utilizamos, para estas observações, dados primários da Secretaria da Indústria e Comércio do Estado do Ceará (SIC), correspondentes a estes dois momentos. Estão contabilizadas empresas em funcionamento, em implantação e em projeto, excluindo-se apenas as que estão em processo de negociação.

Na primeira fase, de cinco anos, entraram 204 indústrias no Ceará, dispersas em 25 municípios, geralmente em sua sede adminis-

trativa, com um investimento de US\$ 2,4 bilhões, gerando 44.522 empregos diretos. Na segunda fase, os investimentos já atingem US\$ 2,0 bilhões, com uma geração de 26.102 empregos diretos. Beneficiaram-se 31 municípios. Aqui se incluem 13 outras cidades que não foram beneficiadas na primeira fase, embora que das 25 anteriores 8 não mais receberam estabelecimentos industriais.

No espaço cearense, além da Região Metropolitana de Fortaleza, os maiores adensamentos urbanos e demográficos se localizam no extremo sul, a mais de 300 km. da RMF (ver tabela da renúncia fiscal), destacando-se Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha (conhecidas como CRAJUBAR); na região Norte, Sobral é o centro regional de destaque; no Centro-sul, a cidade de Iguatu tem preponderância regional. Dois municípios, Horizonte e Pacajus, (aproximadamente a 40 km da Capital, pela BR 116) passaram a alocar um bom número de indústrias nos últimos anos, dado o interesse do poder local e a forte determinação do governo do Estado, além da proximidade de Fortaleza, pois muitas das novas indústrias são de capital intensivo, absorvedora de mão-de-obra de qualificação média e elevada, mais facilmente encontrada em grandes cidades.

Verificando a localização das novas indústrias nos principais adensamentos urbanos, obtemos o seguinte quadro:

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS INDÚSTRIAS NO CEARÁ

REGIÃO ou CIDADE	PRIMEIRA FASE		SEGUNDA FASE	
	nº abs.	%	nº abs.	%
RMF	86	42,0	66	50,0
CRAJUBAR	10	5,0	14	11,0
SOBRAL	18	9,0	3	2,0
IGUATU	2	1,0	2	1,5
HORIZ./PACAJUS	66	32,0	27	21,0
TOTAL	182	89,0	112	85,5

Fonte: SIC

Na primeira fase, 22 estabelecimentos (11,0% do total) se dispersaram por 11 outras cidades. No período seguinte, verifica-se uma preocupação maior com a espacialização das novas fábricas: 12 outros centros urbanos adotaram 14,5% das 131 indústrias estabelecidas no Ceará.

Diante desse quadro, um indicativo aponta para uma tendência, geralmente normal numa economia de mercado: o processo de concentração. Nesse aspecto, retoma-se a questão muito em voga, o meio-ambiente. Temos um suporte de infraestrutura nessas localidades, para manter o equilíbrio ambiental? Os órgãos públicos de controle ambiental têm condições de coibir os abusos e exageros? Poderíamos indagar, ainda: para onde vão os grandes capitais? Onde estão se alocando os investimentos acima de R\$ 100 milhões, por exemplo?

Na primeira metade da década, eles foram atraídos por seis municípios: Maracanaú, (onde está o 1º Distrito Industrial de Fortaleza), com 841; Pacajus, com 601; Horizonte, com 326; Sobral, com 185; Acarape, com 110 e Eusébio (na RMF), com 100 milhões de reais. Na fase seguinte, somente Maracanaú manteve-se nesse patamar de conquistas, absorvendo um investimento de 486 milhões, abaixo apenas de São Gonçalo do Amarante, mais precisamente no distrito Pecém, onde se instalará a Companhia Siderúrgica Cearense, de que tratamos anteriormente; Aquiraz e Pacatuba (da RMF) captaram 166 e 136, respectivamente. Estando Pecém a, aproximadamente, 50 km de Fortaleza, e o complexo industrial, a ele agregado, ocupa terras do município de Caucaia, pode-se concluir que ainda a RMF é o subespaço do Estado que mais atrai os investidores, malgrado o desejo de descentralizar as atividades produtivas e criar emprego nas pequenas cidades e na zona rural.

Uma síntese de conclusão preliminar

Por ser uma introdução de um trabalho que se pretende mais extenso, apenas podemos dizer que o espaço cearense se reestrutura para acatar a modernidade que se impõe pela força do capital hegemônico, com a reverência do Estado e das lideranças empresariais locais. À medida que avança o atual processo, estabelece-se uma “seletividade e hierarquias de utilização dos lugares”. Assim sendo, esse novo tempo edifica um novo espaço, quebrando as velhas estruturas, mas fixando modalidades do fazer comandado de fora, sem uma forte identificação com a cultura regional nem sempre submissa às lideranças políticas e econômicas tradicionais. Reestruturar é ter presente o espaço geográfico que é o espaço produzido pela sociedade que nele trabalha e deseja ser feliz nesse novo tempo.

REFERÊNCIAS

- BNB, Banco do Nordeste do Brasil. **A contribuição do FNE para a geração de emprego e renda no NE**. Fortaleza: BNB, s.d.
- CEARÁ, Governo do Estado. **Plano de desenvolvimento sustentável do Ceará: 1995-1998** (Governador Tasso Jereissati). Fortaleza: SEPLAN, 1995.
- CEARÁ, Governo do Estado. **Programa de Ação Rápida (PAR)**. Fortaleza: SEPLAN, 1996
- IPLANCE, Fundação Instituto de Planejamento do Ceará. **Avaliação do impacto do projeto de energia eólica no desenvolvimento sócio-econômica do Ceará**. Fortaleza: IPLANCE, 1993.
- MANGAZOL, Claude. **Lógica do espaço industrial**. São Paulo: DIFEL, 1985.
- MOREIRA, Maria Vilma Coelho. **Globalization and the incorporation of women's labor: the case of garment cooperatives in Northeast Brazil**. 1996. Unpublished doctoral thesis (Ph.D.) – University of Tennessee, Knoxville, 1996.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SEPLAN, Secretaria de Planejamento do Estado do Ceará. **Principais projetos de desenvolvimento do Estado do Ceará** - investimentos plurianuais. Fortaleza: SEPLAN, 1996.

SIC, Secretaria de Indústria e Comércio do Estado do Ceará. **Programa de promoção industrial**. Fortaleza: SIC, 1996.

Jornais e revistas

Revista Veja: 21/08/96

Diário do Nordeste: 19/07/96, 11/09/96

Diário Oficial do Estado do Ceará: 30/08/93

Jornal O Povo: 16/11/94, 08/04/95, 22/11/95, 02/02/96

5.

A DIFUSÃO SOCIAL E ESPACIAL DA INOVAÇÃO NO CEARÁ*

Na história do capitalismo mundial, mais uma vez observa-se a ampliação do sistema em duas vertentes, como saída para sua sobrevivência: agregação de novos territórios e difusão das inovações. Agora, isso se faz dentro de um quadro em que a técnica propicia a velocidade e a simultaneidade dos eventos e encontra-se com a vontade de envolver e criar mercados, diapasão modelar do tempo atual. Lugares antes não lembrados, agora se revelam como nichos de consumo e espaço do fazer, compartilhando na organização do novo sistema de produção; regulações pétreas se desmancham com o forte vento das novas regras necessárias ao cenário a construir; refinam-se as redes como condutos basilares da dialética entre os espaços do comando e da obediência; sem demora, difundem-se as inovações brotadas nos centros do pensar, para criação das reluzentes vitrinas dos templos do consumo espalhados por todos os recantos; criam-se novas territorialidades, acompanhadas de resultantes inexoráveis: exclusão social e desterritorialização de muitos homens e mulheres.

Como base das novas condições que se instalam, o espaço geográfico se adequa às exigências das ordens distantes. Os objetos do passado não mais atendem aos interesses do capital hegemônico que rege o mundo hodierno. Há uma premente necessidade de quebra, de desmoronamento da estrutura construída no passado para remontar uma nova ordem espacial., como bem se refere Soja¹. O es-

1 “[...] a reestruturação, em seu sentido mais amplo, transmite a noção de uma ruptura nas tendências seculares, e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política. Evoca, pois, uma combinação sequencial de desmoronamento e reconstrução, de desconstrução e tentativa de reconstrução...”.(SOJA, 1993:193).

paço é a expressão mais significativa dessa mudança. Nesse aspecto, a cidade é o lugar de maior demonstração do espaço reconstruído e criador de extensores capazes de vincular diferentes pontos, proporcionando a abertura de novos mercados que oferecem meios para a nova ordem que se constrói.

Laboratórios desses fatos são encontrados em diferentes partes do mundo. No espaço ibero-americano, como periferia do sistema-mundo, isso se realiza com muita nitidez. Aqueles lugares que não se identificavam como inseridos no contexto, portanto “lugares de reserva”, entram na combustão do processo.

É por demais evidenciado o atual processo de aceleração das mudanças por que tem passado o espaço geográfico nas últimas décadas, tanto nos países centrais, como nos espaços periféricos do sistema. A destruturação, o desmonte do construído, as profundas metamorfoses das paisagens urbanas e rurais, as determinações condutoras do “novo” devastam as marcas implantadas no tempo para soerguimento das formas exigidas pelas necessidades surgentes, nem sempre conectadas com o evoluir, com o processo de sedimentação cultural, num verdadeiro e nítido divórcio entre o passado e o presente.

O espaço é o pergaminho onde a sociedade inscreve sua marca no tempo. Além de ser a identificação da realidade, do vivenciado no tempo, o espaço aloja o capital criado e recriado ao longo da história de um povo. No entanto, mata-se o existente local em proveito da imposição do desejo distante. Há um marcante conflito, enfim, uma ruptura entre o tradicional e o moderno, de forma radical e acelerada.

Sabemos que a ciência, a técnica e a informação, como as fortes matrizes das forças produtivas, são monopolizadas pelas grandes corporações, cujas tendências se voltam para o controle do trabalho e para o controle do consumo. Para reestruturar o espaço, exigem-se

novos objetos, objetos que respondam aos fluxos cada vez mais acelerados pelas contingências necessárias à reprodução de um capital mais ávido e mais faminto. Tão faminto que, numa eterna contradição, necessita destruir para reedificar, numa dança infernal de construção e destruição, o que dera origem a tese da “destruição criativa”. É “criativa” por nascer da ciência, mas de uma ciência direcionada, canalizada para um fim predeterminado. É tão direcionada quanto controladas são a informação e a técnica.

Na reestruturação espacial, os objetos novos a serviço do sistema vigente são postos para o controle, muitas vezes exacerbando a exclusão social. Aquilo que era o espaço banal, o espaço de todos, passa a ser o espaço de poucos, um espaço do consumo e para o consumo. De forma consciente, nascem os grandes movimentos de reação contra esse ditame dos que têm e querem tudo...

Que as mudanças no espaço sempre ocorreram, sabemos nós, pois “a história do homem sobre a Terra é a história de uma rotura progressiva entre o homem e o entorno” (Santos, 1994:17). Mas o que nos chama a atenção, hoje, é a contínua e permanente mudança que se faz com uma forte voracidade. Por que e em nome de que isso ocorre? Quais as contradições que surgem nesta devastação do capital social acumulado? Que relações se entrelaçam nesse fazer e refazer da atualidade que vivenciamos? Que forças impulsionadoras comandam esse processo?

Não temos, aqui, a pretensão de responder essas questões, nem tempo haveria para tanto. Desejamos, apenas, abrir um diálogo para melhor escolher uma pista que nos indique a relação da modernidade com a construção e reestruturação do espaço geográfico, o que, talvez, ajudaria compreender mais ainda a realidade sócio-política econômica e cultural, por nós vivenciada nos países do Terceiro Mundo, neste fim de século e milênio.

Essa questão tem apaixonado alguns estudiosos do espaço, em especial na abordagem da intervenção da ciência e das técnicas, resultante naquilo que Milton Santos tem chamado de meio técnico-científico informacional. A geografia tem sido enriquecida, desse modo, com importantes trabalhos que se aprofundam na análise e crítica das tecnologias que provocam mudanças estruturais no espaço.

Em seu *Técnica, espaço, tempo*, Santos (1994) nos põe frente aos ditames da racionalidade, princípio basilar da modernidade, contribuindo com uma formulação metodológica para melhor analisarmos o papel da nova armadura que reveste nosso objeto de estudo.

Em *O Espaço da modernidade*, Gomes e Costa (1988) nos oferecem um ensaio que trata do espaço na modernidade, onde afirmam que o tema “não tem sido objeto de muitas preocupações na Geografia”. Mais recentemente no entanto, Gomes (1994) nos convida a discutir a Geografia e a modernidade: “saber se geografia é uma ciência {diz ele} consiste, em um certo sentido, em meditar sobre o caráter moderno desta disciplina”, iniciando com “o debate da modernidade” (cap. 1).

Soja aponta a modernização e reestruturação como o *macrorritmo da geografia histórica do capitalismo*, falando mesmo, baseado em Ernest Mandel, na “periodicidade da modernização intensificada a uma série de reestruturações geográficas, similarmente caracterizadas pela tentativa de recuperar as condições de sustentação da acumulação capitalista lucrativa e do controle da mão-de-obra”(p. 38). Confirmando o economista, o geógrafo marxista norte-americano relaciona “os traços característicos que moldam essas modernizações periodicamente intensificadas”(p. 38), como nos apresenta Marshall Berman (1986).

Cabe, aqui, lembrar uma relação entre essas diferentes modernidades e esse “macrorritmo”, pouco estudada pela maior parte dos espaciólogos, mas bem lembrada pelo geógrafo Armen Mamigonian,

aplicada no caso brasileiro pelo economista brasileiro Ignácio Rangel e aprofundada por Mandel (1985:cap.4).

O “macrorritmo”, tratado por Soja, corresponde às grandes flutuações da Teoria das Ondas Longas de Kondratieff, identificadas como quebra e descontrolo da interação entre o subsistema tecno-econômico e o subsistema sócio-institucional. Como o primeiro tem ritmo de crescimento mais rápido, no correr de um período de aproximadamente três décadas, há o descompasso, o descontrolo e a quebra do ajustamento com o comportamento social e as instituições que são retardatárias às grandes mudanças técnico-científicas. A crise emergente é um grito de alerta desse descompasso. Esse período, conhecido como fase “B” das Ondas Longas, caracteriza-se pelo surgimento de um conjunto de inovações tecnológicas que irão alavancar novo ciclo de crescimento do modo de produção capitalista.

Renovado na crise, o sistema é retomado em sua dinâmica com as inovações promovidas pelos capitais ociosos, para uma nova fase, a “A” do Ciclo. Nesse momento, reajustam-se os dois subsistemas, novas regulações se estabelecem, caracterizando o período de ascensão com novo paradigma tecno-econômico e novos arranjos sociais e institucionais, circunscrevendo-se como uma revolução no sistema produtivo. Uma nova racionalidade se estabelece, com uma maior tecnicidade do espaço. Atualizar-se, acompanhar a modernidade é integrar-se às novas dimensões da racionalidade.

Creemos que se nos aprofundarmos na compreensão desses “períodos prolongados de crise e reestruturação global”, podemos discernir melhor o que impulsiona *o binômio da modernidade ordem/caos* e apreenderíamos a *consciência de nossa época*, no dizer de Habermas. Estaria nesse tratamento a chave para compreendermos a “destruição criativa” de Schumpeter, ao tratar da inovação das técnicas, assim como a melhor compreensão das imagens apresentadas por David Harvey em *Condição pós-moderna?*

A ebulição de um determinado modo de produção refaz, necessariamente, os elementos do espaço: os espaços pré-modernos foram refeitos pelo capitalismo em suas distintas fases. Cada uma destas fases define uma modernidade, desde o Século das Luzes, marcado pela racionalidade. Mas espacialmente extenso e de avassalador domínio é a modernidade atual, quanto mais impregnada por sistemas técnicos potencializados pela ciência, como ocorre atualmente.

Identifica-se nossa modernidade pelo profundo enraizamento que têm a técnica e a ciência na elaboração de todos os traços de nosso viver, tantos nos objetos como nas ações do homem moderno, envolvido por objetos novos que devoram os recém-criados, numa voracidade permanente, tornando tudo efêmero, “transitório e fugidio”. Esta realidade, antes desconhecida, se exprime em crises, crises do espaço, do espaço por nele se inscrever o cotidiano, a vida do homem em seu refazer.

A partir do Iluminismo, o domínio da ciência e da técnica, resultante da condução da racionalidade como instrumento norteador da busca do conhecimento, passa a ser a variável de grande peso na produção do espaço. Com a revolução das comunicações e das informações, a confluência de atores, locais e distantes, estabelece uma trama de relações que tende a impor novas formas e novas funções a exigirem estrutura temporalmente diferenciada, para engajar os lugares nas exigências do mundo, da globalização. Ora, essa nova realidade nos conduz a tomar os níveis de modernização de cada lugar como balizamento para entender o enquadramento de cada um deles na totalidade vivenciada. Não é por acaso que Santos (1994) propõe “uma outra forma de regionalizar, a partir da noção de racionalidade” (p.33).

Novos espaços têm nascido (Lima, 1994) ou sido renovados, estritamente submetidos aos ditames da racionalidade, produzidos, portanto, pelas obrigações científicas e técnicas, confirmados pelo

discurso da eficiência, da competitividade, carimbos e símbolos de nossa modernidade. Esses espaços representam os principais nichos, de alto significado no mundo atual, para a reprodução de outros que se disseminam, como efeito-demonstração, por tantos e tantos outros territórios.

A geografia renovada, a nosso entender, se faz pela compreensão desse “novo”, dessa modernidade atual cimentada pelos componentes da tecno-ciência e da informação, cujos conceitos e categorias serão reconhecidos se trabalhados na perspectiva do melhor entendimento do período técnico-científico, cujo produto mais significativo é o meio técnico-científico informacional que nos envolve neste fim de século. A esse meio técnico-científico informacional se inserem aqueles subespaços que são retrabalhados pelos interesses do sistema de acumulação, como é o caso de parte da América Latina.

No Brasil, como um desses espaços “marginalizados” a macrorregião Nordeste ressurgiu como recanto pleno de fatores potenciais de atração de investimentos. A própria natureza é revalorizada, senão tecnificada, ora por ingerência direta, ora por “marketing” político-ideológico como o da metáfora “sol inclemente” transformando-se em “sol benéfico”, revestindo-se de valor de troca para o novo modo de acumulação.

Essa redefinição está muito vitalizada no Estado do Ceará, no Nordeste oriental, em que é forte a atração de capital externo, implantando-se com as inovações de última geração. Marginalizam-se as tradições à medida que se erigem o que a racionalidade técnica determina, em proveito da reconstrução de um modo de acumulação que procura convergir para si novos territórios da produção e do consumo.

A reestruturação espacial no Estado do Ceará

Relacionando-se os investimentos aportados nesse subespaço do Brasil, tem-se como certa a lógica de integrá-lo no contexto da atual modernidade, isto é, em torná-lo um componente territorial capaz de ser evidenciado no novo cenário da competitividade mundial.

Nessa perspectiva, os agentes indutores desse modelo perverso induzem as comunidades a catarem a recepção de novos e sofisticados componentes técnicos, como um importante meio para o planejamento e a gestão do território. Para tanto, essas comunidades também são induzidas por discursos ilusórios, com o fim de elas serem partícipes do processo, pois sem essas comunidades os lugares tornam-se vazios, sem o valor substancial do trabalho e do sistema de ação. De início, procurou-se reconhecer as delimitações das regiões, como núcleos sócio-espaciais de importância para os investimentos e para a instalação dos novos sistemas de engenharia. Esses sistemas se tornam efetivos somente quando estão em sintonia com os sistemas de ação, cuja força básica situa-se na capacidade do homem, enquanto sociedade, enquanto participante da realidade que se monta. É essa sintonia que nos possibilita participar das novas condições do mundo.

Não poderia ser diferente, porquanto região e mundo se contêm. Daí porque Kayser (1968) nos ensina que as regiões não são blocos territoriais isolados, elas são partes de uma engrenagem maior, com a qual elas interagem para poder existir enquanto espaço regional.

Essas duas premissas nos levam ao entendimento que o valor do espaço, nesse período do capitalismo, se estabelece quando duas forças se conjugam: coletividades participantes e lugares integrados com o mundo. A consecução dessas condições potencializa as vantagens comparativas, criando novas possibilidades, especialmente para a produção e o consumo.

Sob o capitalismo, o espaço torna-se um destacado componente da reprodução do capital, mola central da engrenagem do sistema. Não é ele apenas externalidade², mas mercadoria e, ao mesmo tempo, base do funcionamento das unidades produtivas o que, para a economia espacial, gera e reforça o conceito de “localização”. E, nesse aspecto, é bom lembrar que a maior capacitação de um sistema de engenharia e de um sistema de ação capitaneia os fatores de atração de novas unidades produtivas, além de estabelecer um novo estágio do modo de produção.

As técnicas de uma época estão no espaço produzido. O tempo está, assim, no espaço. Neste, o tempo se denuncia pela presença de diferentes modos de produção³. A presença de formas espaciais derivadas do passado reforça o espaço como uma estrutura social, impondo-se como forte condição para a reestruturação produtiva em dado momento histórico. Isto quer dizer que o espaço tem força determinante para o funcionamento da estrutura técnico-produtiva. É o que alguns, de forma mal aplicada, chamam de base geográfica, referindo-se apenas à condição natural. Negar ou pôr à margem o espaço na compreensão de uma nova época é esquecer a complexidade de forças criadoras do espaço social, dentre as quais inclui-se a própria dinâmica da História. O Estado é uma dessas forças, não apenas respondendo aos interesses econômicos, mas também aos ditames geopolíticos e sociais.

Aqui entra uma importante contribuição de Milton Santos para a teoria da geografia moderna. Ao discutir a “interação de múltiplas

2 Concebe-se como externalidades todas as condições - indústrias complementares, fornecedores de suplementos e matérias primas, infraestruturas, mercados consumidores, mercado de trabalho etc. externas às unidades produtivas que contribuam para a redução dos custos de produção e para a expansão industrial.

3 Daí Santos (1980:163) dizer que “cada vez que o uso social do tempo muda, a organização do espaço muda igualmente. De um estágio da produção a um outro, de um comando do tempo a um outro, de uma organização do espaço a uma outra, o homem está cada dia e permanentemente escrevendo sua História, que é ao mesmo tempo a história do trabalho produtivo e a história do espaço.”

variáveis” na formação do espaço, ele inclui o conceito de *inércia dinâmica*, significando que “as formas são tanto um resultado como uma condição para os processos” E enfatiza: “desse modo, o espaço ostenta um papel fundamental na estruturação social, pelo fato de que ele colaborou na reprodução das relações sociais”.

Isso não quer dizer que o espaço seja congelado, rijo, em todas as suas formas. À medida que o movimento social exige, as formas do passado cedem ao processo que se orienta à formação de nova estrutura e elas se adaptam para exercerem as funções do presente. A própria irracionalidade da especulação imobiliária no meio urbano retrata esse fato: desmonta-se a memória de uma comunidade, na destruição de prédios históricos para edificar os “caixões” arquitetônicos e as torres que tanto agridem a estética das cidades, como se constata em Fortaleza, uma das três metrópoles do Nordeste brasileiro. No “core” desta cidade, o interior e as fachadas de antigas residências foram redesenhadas pelo interesses comerciais de lojas, armazéns etc. No capitalismo, essas exigências de fazer e refazer formas assumem um caráter cíclico. Harvey (citado por Soja, 1993) sintetizou esse caráter do sistema: “as contradições internas do capitalismo expressam-se através da formação e reformação inquietas das paisagens geográficas. É de acordo com essa música que a geografia histórica do capitalismo tem que dançar, ininterruptamente”.

Como dizemos, anteriormente, o Estado assume seu papel na preparação do cenário para a reprodução do capital: no orçamento federal brasileiro de 1997, perto de US\$ 300 milhões ou 7,12% do total, estavam indicados como valores a serem transferidos para investimento no Ceará. É o maior, entre os estados da Região, e menor, apenas, que o destinado aos três mais industrializados do país. Somados aos demais recursos feitos em contrapartida, o total triplica. Até o final do século XX, os investimentos federais no Estado ultrapassarão os três bilhões.

Outras gordas parcelas serão concedidas por órgãos de fomento da Alemanha, Japão, Banco Mundial e BID. “Com todos esses investimentos públicos, o Ceará está se preparando para o novo milênio, com sua economia totalmente reestruturada para enfrentar os desafios da globalização”, explica uma das autoridades do Estado. Cada lugar obedece as novas determinações da época, tanto se direcionando pelas ações hegemônicas, como hospedando os modernos objetos, prenes de inovações. Santos (1996:76) esclarece que a “ação é tanto mais eficaz quanto os objetos são mais adequados. Então, à intencionalidade da ação se conjuga a intencionalidade dos objetos e ambas são, hoje, dependentes da respectiva carga de ciência e de técnica presente no território”.

São recursos destinados a criar as grandes obras, à reestruturação do espaço com os objetos necessários às ações do capital hegemônico, pois somente estes são capazes de “enfrentar os desafios da globalização”. Sabemos que “o espaço é formado pelo conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações”, e estas só se realizam através deles. Esta correlação força os lugares a hospedarem os grandes objetos, se desejam inserir-se na nova mundialização, ou seja, na nova divisão internacional do trabalho. Esta mundialização exige ações hegemônicas, daí ser ela caracterizada pela unicidade técnica, e com esta a unicidade do tempo ou simultaneidade e a unicidade do motor ou a globalização da mais-valia (Santos, 1996): não muito difere estar em Taiwan ou no Chile, no Ceará ou na Coréia. Essas unicidades decorrem de ações estranhas ao lugar, provindas de vontade distante.

Uma das grandes obras, de importância fundamental para recepção e expansão do capital externo, é o Porto de Pecém, a 45 km ao norte de Fortaleza, no município de São Gonçalo do Amarante, no coração da faixa litorânea reservada ao Projeto Prodetur, de significativa importância para o desenvolvimento do turismo. Incluem-se para garantia de um complexo metalúrgico junto ao porto, a insta-

lação de um gasoduto, linhas elétricas e de telefonia, obras urbanas, com a participação do Estado, de empresas e de banco internacional. Essas grandes obras terão influências em várias regiões administrativas (RGAs). Em face das grandes mudanças ocorridas nesse município, ele foi incluído, recentemente, na Região Metropolitana de Fortaleza.

Negociações estão sendo estabelecidas para atrair, para Pecém, uma montadora automobilística. Prevê-se que esse pólo deverá criar 20.000 empregos diretos e 100.000 indiretos. Revela um Secretário de Estado: “quando projetamos o Porto de Pecém, com a implantação de uma siderúrgica e de um pólo metal-mecânico, tivemos em vista beneficiar toda uma região que engloba 38 municípios e uma população superior a 400.000 hab. São cidades que irão fornecer a mão-de-obra para o pólo industrial do Pecém”. Ressalte-se que essa região é predominantemente agro-pastoril.

Com tecnologia moderna que exclui o uso do carvão, a siderúrgica exige gás natural, um consumo previsto de 36 milhões de metros cúbicos por dia, três vezes o de todos os atuais consumidores do Estado. Para tanto, fortes recursos serão aplicados em um gasoduto de 385 km, que se estende de Guamaré (RN) a Fortaleza e a Pecém.

As indústrias, já presentes e as vindouras, demandam um elevado volume de energia. Para atendê-las, o governo instalou uma linha especial de abastecimento, conhecida como Linhão Banabuiú-Fortaleza, beneficiando 39 municípios de diferentes RGAs, e uma outra linha de eletrificação que ligará o Ceará com Tucuruí (no Estado do Maranhão), porquanto a demanda se eleva 7,5% ao ano. Para essa mesma localidade, o governo estadual está em negociação com três empresas norte-americanas para construir uma termoelétrica movida a gás natural.

Dadas as boas condições de circulação dos ventos, o governo estadual projeta implantar duas usinas de energia eólica em um dos municípios do litoral.

Além dessas obras, inicia-se, na comunidade de Queixada, em Itapiúna, RGA 8, a 133 km de Fortaleza, a eletrificação com energia fotovoltaica ou energia solar, para uso mais racional possível, pois se trata de energia cara em relação a outras modalidades.

A instalação do novo aeroporto internacional exigiu a modificação do traçado urbano de alguns bairros da capital, com a abertura de novas ruas e avenidas e construção de viadutos e passarelas. Esses grandes objetos espaciais contribuirão para um grande fluxo de pessoas e bens, pois a previsão é de 2,5 milhões de passageiros por ano.

Depois de um longo e acirrado debate, está sendo construído o Açude do Castanhão, no grande vale do Rio Jaguaribe. É uma reserva hídrica que se conjugará a um sistema de bacias de várias RGAs, dentro do Programa de Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos (PROGERIRH). Completa esse Programa o PROASIS (Projeto de Abastecimento de Água do Ceará). O Castanhão atenderá uma área de grande irrigação que se projeta no Vale e em cima da Chapada do Apodi, entre o Ceará e o Rio Grande do Norte, com a diáspora de várias coletividades, habitantes seculares dessas áreas.

Na esteira desses pesados investimentos, incluem-se o que há de mais necessário para este mundo novo: as infovias. Através da Secretaria da Ciência e Tecnologia (SECITECE), se desenvolvem três projetos: 1. *Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT)* que abrangem 40 centros urbanos, 2 em cada RGA, onde são ministrados cursos profissionalizantes; 2. *Educação à Distância* que “tem como objetivo principal transferir conhecimentos de ensino básico e tecnológico à 200 escolas públicas dos 184 diferentes municípios cearenses; 3. Três *Centros Regionais de Ensino Tecnológico (CENTEC)* que “visam principalmente formar técnicos de 2º grau e tecnólogos de nível superior, utilizando-se dos mais avançados laboratórios nas áreas de tecnologia de Alimentos, tecnologia em Recursos Hídricos, Irrigação e Saneamento Ambiental e tecnologia em Eletromecânica.

Reflexo dessa modernidade que se instala célere no Ceará, respondendo às determinações das investidas do capital hegemônico, o sistema de telefonia se amplia e barateia seu uso.

O espaço urbano da capital do Estado também se reestrutura: alargam-se e pavimentam-se ruas e avenidas, armam-se cenários alegres e iluminados para os turistas, na faixa litorânea e no quadrante nordeste, onde o capital imobiliário investe pesadamente em prédios suntuosos. É a feição da modernidade cada vez mais presente em Fortaleza, ou melhor, num pedaço da cidade.

Recentemente, o poder público de Fortaleza apresentou um megaprojeto de urbanização da orla marítima, incluindo somente o “trecho-vitrine” do turismo, da Praia de Iracema à Beira-mar, faixa de alto valor imobiliário. Com a participação de 80% do Banco Mundial, o governo do Estado implantou, em grande parte da Capital, uma rede de esgoto sanitário com o nome de Projeto Sanear.

Essas cirurgias nos territórios, a reformulação das paisagens, a reestruturação do espaço, a introdução de inovações nas formas que se instalam no Ceará revela a exigência das novas funções - turismo, indústrias, setor terciário superior etc.-, impondo um quadro espacial renovado, como um ninho adequado à reprodução mais veloz e precisa do capital que agora pousa nessas terras tropicais de um nordeste, antes, marginalizado.

Há uma reviravolta no urbano e no rural: aeroporto, metrô, infovias, obras hídricas fantásticas, porto, saneamento, enfim, uma transmutação espacial, numa feérica fase de renovação ou de adequação ao mundo novo que se abre na terra tropical. Não se iludam os bravos caboclos, os trabalhadores que ainda morejam a terra com a técnica ultrapassada! Essas inovações não lhes dizem respeito. Voltam-se para uma nova ordem, uma ordem ditada de longe, que não exprime a vontade do local, mas do global, do sistema que busca

saída, como nova configuração de um capitalismo que se restabelece, numa ânsia faminta de engolfar, não um país ou um continente, mas o mundo, na forma do que chamam de globalização.

A percepção dessas mudanças nos traz um prenúncio de uma época em que o Ceará se insere na onda que se insufla, a partir dos centros de decisão do capital, neste final de século, que não é o fim da história. Mas que seja o começo de uma formulação de lutas, de busca de melhoria de vida para a sociedade que continua a viver num espaço que não seja só do capital, mas de todos os homens que constroem a história.

BIBLIOGRAFIA

BERMAN, Marshal. *Tudo que é sólido desmancha no ar - a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. *O turismo litorâneo: do local ao global. As comunidades de Fleixeiras e Guajiru, Trairi, CE*. Dissertação de Mestrado. Curso de Mestrado em Geografia da Universidade Estadual do Ceará, fevereiro de 1998.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da geografia. In Castro, Iná E. de, Gomes, Paulo César da C. e Corrêa, Roberto Lobato, *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. P. 15-47.

GOMES, Paulo César. O conceito de região e sua discussão. In Castro, Iná Elias, Gomes, Paulo C. da Costa e Corrêa, Roberto Lobato, *Geografia: conceitos e temas*, p. 49-76. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

GOMES, Paulo César. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GOMES, Paulo César e COSTA, Rogério H. da. O espaço na modernidade. *Terra Livre* n. 5, São Paulo: AGB, 1988. p. 47-67.

HABERMAS, Jürgen. *Técnica e ciência como 'ideologia'*. Lisboa: 70, 1968.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

IPLANCE – Instituto de Planejamento do Ceará. *Mapa do Estado do Ceará*. 1994.

- KAYSER, Bernard. A região como objeto de estudo da geografia. In George, Pierre et al. *A Geografia Ativa*. Tradução de Gil Toledo e outros. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968, p. 281-323.
- LIMA, Luiz Cruz. *Novo espaço da produção: os tecnopolos*. São Paulo: USP: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1994 (Tese: Doutorado em Geografia Humana).
- MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(li)gião*, Sudene, Nordeste, Planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977
- PLANO de Governo. *Plano de mudanças*. Tasso Jereissati, de 1987 a 1991.
- PLANO de Governo. *Ceará melhor*. Ciro Ferreira Gomes, de 1991 a 1994.
- PLANO de Governo. *Plano de Desenvolvimento Sustentável*. Tasso Jereissati, 1995/98.
- SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1980
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço, técnica e tempo. Razão e emoção*, São Paulo: Hucitec, 1996
- SODRÉ, Nelson W. *Introdução à Geografia*. Petrópolis: Vozes, 1982
- SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas - a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

6.

PRODUÇÃO DO ESPAÇO, SISTEMAS TÉCNICOS E DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO*

Introdução

Sob o capitalismo, o espaço torna-se um destacado componente da reprodução do capital, mola central da engrenagem do sistema. Não é ele apenas externalidade¹, mas mercadoria e, ao mesmo tempo, base do funcionamento das unidades produtivas o que, para a economia espacial, gera e reforça o conceito de “localização”. E, nesse aspecto, é bom lembrar que a maior capacitação de um sistema de engenharia e de um sistema de ação capitaneia os fatores de atração de novas unidades produtivas, além de estabelecer um novo estágio do modo de produção.

As técnicas de uma época estão no espaço produzido. O tempo está, assim, no espaço. Neste, o tempo se denuncia pela presença de diferentes modos de produção. Daí Santos (1980, p. 163) dizer que

“cada vez que o uso social do tempo muda, a organização do espaço muda igualmente. De um estágio da produção a um outro, de um comando do tempo a um outro, de uma organização do espaço a uma outra, o homem está cada dia e permanentemente escrevendo sua História, que é ao mesmo tempo a história do trabalho produtivo e a história do espaço”.

* Trabalho publicado originalmente em 2002 na revista Scripta Nova (Barcelona), número 119. Apresenta ainda trechos de trabalho publicado originalmente em 2000 na revista Scripta Nova (Barcelona), número 69.

1 Concebe-se como externalidades todas as condições - indústrias complementares, fornecedores de suplementos e matérias primas, infraestruturas, mercados consumidores, mercado de trabalho etc. externas às unidades produtivas que contribuam para a redução dos custos de produção e para a expansão industrial.

A presença de formas espaciais derivadas do passado reforça o espaço como uma estrutura social, impondo-se como forte condição para a reestruturação produtiva em dado momento histórico. Isto quer dizer que o espaço tem força determinante para o funcionamento da estrutura técnico-produtiva. É o que alguns, de forma mal aplicada, chamam de base geográfica, referindo-se apenas à condição natural. Negar ou pôr à margem o espaço na compreensão de uma nova época é esquecer a complexidade de forças criadoras do espaço social, dentre as quais inclui-se a própria dinâmica da História. O Estado é uma dessas forças, não apenas respondendo os interesses econômicos, mas também aos ditames geopolíticos e sociais.

Aqui entra uma importante contribuição de Milton Santos (1980, p. 185) para a teoria da geografia moderna. Ao discutir a “interação de múltiplas variáveis” na formação do espaço, ele inclui o conceito de *inércia dinâmica*, significando que “as formas são tanto um resultado como uma condição para os processos”. E enfatiza: “desse modo, o espaço ostenta um papel fundamental na estruturação social, pelo fato de que ele colaborou na reprodução das relações sociais”. Isso não quer dizer que o espaço seja congelado, rijo, em todas as suas formas. À medida que o movimento social exige, as formas do passado cedem ao processo que se orienta à formação de nova estrutura e elas se adaptam para exercerem as funções do presente.

O espaço, como produto do trabalho social, estabelece a condição de continuidade da sociedade, pois cada nova geração sobrevive utilizando-se dos objetos do passado, superpondo-lhes ou acrescentando-lhes outras criações. O geógrafo Allen Scott (1988) diz que “sob as pressões da acumulação, o mundo social está continuamente sendo transformado e retransformado”. Com o tempo, o espaço se complexifica e, com as novas condições de comunicabilidade entre os grupos sociais, o espaço ultrapassa o local, tornando-se universal.

No capitalismo, essas exigências de fazer e refazer formas assumem um caráter cíclico. Harvey, citado por Soja (1993, p. 191) sintetizou esse caráter do sistema: “as contradições internas do capitalismo expressam-se através da formação e reformação irrequietas das paisagens geográficas. É de acordo com essa música que a geografia histórica do capitalismo tem que dançar, ininterruptamente”. Essa afirmação de David Harvey nos leva ao tema dos ciclos, debatidos e teorizados por pensadores de diferentes posturas ideológicas², como a teoria dos ciclos longos ou das ondas de Kondratieff.

Nesse corpo teórico, a análise ultrapassa os limites da economia, porquanto vê o sistema em sua totalidade, incluindo componentes tecnológicos e sociais em interação com o subsistema econômico, ou, como nos diz o economista brasileiro Ignácio Rangel: “os ciclos econômicos não são apenas fatos econômicos. São fatos sociais, no mais alto sentido dessa expressão” (Folha de São Paulo, 04/08/88). Se são fatos sociais, exprimem-se nas feições da “segunda natureza”.

Esses ciclos estão relacionados com as mudanças tecno-econômicas e sócio institucionais. À medida que elas apresentam uma sintomia há uma tendência de refazer-se da crise e o sistema toma impulso, fase em que se propõe chamar de fase “A”. Quando o sistema capitalista entra em crise, com o desajuste dos dois subsistemas (tecnológico e socioinstitucional), entra na depressão ou fase “B”.

Desde o século XVIII que, com o controle e a condensação do conhecimento tecnológico transformado em técnica, o capitalismo reedifica-se e solidifica-se, embora dentro das contradições que lhe são inerentes. Os grandes períodos, grandes ciclos ou ondas longas, de duração entre 50 e 60 anos, são marcados por determinados con-

² Marx trata do ciclo industrial, relacionado à situação dos trabalhadores, à superpopulação e à periodicidade da reconstituição do exército de reserva. Em sua época, ele calculava em “10 ou 11 anos, mas não há nenhum fundamento para se considerar constante essa duração” (O Capital, I, v. 2, p. 735). É o que se denomina de ciclo clássico. Nos anos 1920, Trotsky, como Kondratieff, apresenta sua teoria sobre as curvas de longo prazo do desenvolvimento capitalista. O assunto está bastante explorado em Ernest Mandel (1985, cap. 4.)

juntos de descobertas, de inovações conjugadas que estabelecem uma nova forma de produção e de consumo, possibilitando uma outra dinâmica à vida global da sociedade, afeiçoando-a a um outro paradigma. Dessa maneira, mudam-se as funções, ressurgem formas novas para melhor atender a reanimação dos fluxos de que resulta a produção de um novo espaço, o espaço da modernidade de então. É por isso que podemos falar do espaço de uma determinada época, de novas funções das formas ressurgentes, de “rugosidades”, de reestruturação do sistema da renovação do espaço geográfico e de inovação das modalidades e das formas de relações de trabalho.

As rugosidades são o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço. As rugosidades nos oferecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados (SANTOS, 1980, p. 138).

Na compreensão do economista europeu Joseph Schumpeter (1883-1950), essa fluidez do sistema em, periodicamente, apresentar rupturas e posterior ajustamento deve-se à sua dinâmica basear-se na vaga contínua de *destruição criativa*. Essa ideia se fundamenta na ação dos empresários inovadores que, diante da crise, assimilam a nova ordem técnica e adotam métodos capazes de produzir a custo menor. A base do contexto capitalista está na

“abertura de novos mercados, externos ou internos, e o progresso de organização desde o artesanato até a indústria que, incessantemente, revoluciona a estrutura econômica, destruindo incessantemente a antiga e incessantemente criando uma nova. Este processo de destruição criativa é o fato essencial do capitalismo” (SCHUMPE-TER, 1946, p. 103-104).

Para Soja (1993, p. 193),

“a reestruturação, em seu sentido mais amplo, transmite a noção de uma ruptura nas tendências seculares, e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política. Evoca, pois, uma combinação sequencial de desmoronamento e reconstrução, de desconstrução e tentativa de reconstituição...”. O espaço é a expressão mais significante dessa mudança. Nesse aspecto, a cidade é o lugar de maior demonstração do espaço reconstruído e criador de extensores capazes de vincular diferentes pontos, proporcionando a abertura de novos mercados que oferecem meios para a nova ordem que se constrói. Dela partem as ordens, as informações e as comunicações que definem as modalidades de uso dos territórios, da organização da produção e de forma de existência do homem.

Embora esse norteamento teórico esteja mais intimamente relacionado ao conjunto global do sistema capitalista, essa reflexão nos leva a compreender por que subespaços também passam por ciclos. Isso ocorre, especialmente, quando notamos a inserção econômica e produtiva desses subespaços. Isto se faz quando esses pedaços de espaço recebem ordens externas, como sempre tem sido o caso do Nordeste brasileiro.

A produção do espaço e os sistemas técnicos

O Brasil nasceu na região Nordeste, do litoral, com a cana de açúcar, para o interior ou o amplo sertão nordestino semiárido, com a pecuária extensiva. Esse sertão, na parte mais setentrional, se estende ao litoral, esculpido por vales, por vezes amplos como no estado do Ceará, inicialmente chamado de Capitania do Siará-Grande. Um desses vales é o do Rio Jaguaribe, em cujas terras se instalaram as grandes fazendas para a criação de bovinos.

A atividade produtora inicial na Colônia de Portugal (em oposição à extrativa dos espanhóis em suas colônias na América, das quais extraíam

ouro e prata em abundância) tornou-se economicamente hegemônica e alicerçou as bases da exploração e da estabilidade social e política da colônia. O senhor de engenho, bem como a casa grande e a senzala ilustram o caráter dessa sociedade, com todas as suas contradições.

A pecuária surge, por sua vez, como atividade complementar aos canaviais. Expulsa do litoral pela expansão da monocultura canavieira (cujo ápice ocorreu com a Carta de 1701 que proibia a criação de gado até dez léguas das plantações canavieiras), a pecuária ganha o interior da colônia.

Com a ratificação do criatório, mais tarde, toma importância o algodão, contribuindo para imprimir à estrutura fundiária do sertão nordestino o conhecido binômio gado-algodão, o que persistiria até o século XX. Nesse processo crescem cidades, capitânicas inteiras renascem e a criação do Estado latifundiário toma contorno. Pouco a pouco, funda-se a geografia do trabalho no novo país.

Na Capitania do Ceará e, em especial, no vale jaguaribano, o grande motor da colonização foi a pecuária. Impondo-se e superpondo-se ao espaço indígena, ela foi indutora de novos parâmetros produtivos e culturais. Pode-se afirmar que ela gerou um sistema técnico, cujos marcos ainda restam nos diferentes espaços sertanejos. No amplo vale do rio Jaguaribe, os criadores encontraram as condições favoráveis para expandir os rebanhos, com o fim de atender o mercado regional de carne e de outros produtos, como o couro. Os estudos de Lima (1997, p. 32-33) testemunham os fluxos dos rebanhos nesse vale, delineando redes geográficas que deram origem aos núcleos urbanos a nova divisão social do trabalho:

Podemos citar os vaqueiros com seus rebanhos de gado pelo Olho d'Água da Bica (Chapada do Apodi), saindo pertinho de Limoeiro e de Tabuleiro do Norte, local, na colônia, de entroncamento de caminhos que vinham de

Sobral para a Paraíba, para o Rio Grande do Norte, dos Cariris e de Inhamuns para Aracati, conforme se lê numa notícia sobre a construção de estradas, na seca de 1877.

Em condições de baixo nível técnico, com regime extensivo em enormes glebas do semiárido, os currais ocuparam todo o interior da capitania para fornecer produto alimentício (carne) e matéria-prima (couro) à indústria incipiente.

Vale ressaltar que alguns donos de currais procuravam estabelecer suas fazendas em pontos relativamente próximos uns dos outros, o que contribuiu para favorecer o aparecimento dos primeiros núcleos urbanos. Girão (1984) afirma que em 1788 possuía a ribeira do Jaguaribe número de currais suficiente para que fosse exigida dos sesmeiros uma contribuição à construção de igreja da atual cidade de Russas. Assim, a igreja entra no cenário, não apenas como ícone da fé, mas como símbolo do poder decorrente da agregação territorial da riqueza, baseada na reprodução do gado. Essa mesma igreja, por séculos, foi a ferramenta básica para a formação da força-de-trabalho servil, à medida que moldava os nativos à obediência, a ferro e fogo.

O comércio do gado, cujo transporte era feito através das estradas de boiadas, foi o que permitiu uma maior ocupação do espaço cearense incluindo o nascimento de núcleos urbanos. Alguns desses núcleos, já existentes, se ampliaram com o deslocamento de mercadores de um para outros lugares, como o exemplo de Crato: ocorreu a partir de 1850, com a chegada ao Crato de comerciantes de Icó, verificou-se, aí, grande surto comercial (Diniz, 1989).

Viabilizando instalar o circuito espacial entre litoral, onde se mantinha a incipiente indústria da carne, com o sertão (no interior do continente), de Aracati sai a estrada geral do Jaguaribe, passando por Russas e Icó (no sudoeste da Capitania). Daí, tomando o vale do rio Salgado, atinge o Cariri, ultrapassando a Chapada do Araripe para alcançar o Médio São Francisco, em terras de Pernambuco.

A pecuária como sistema técnico da colonização

Historicamente, a bacia do rio Jaguaribe foi a primeira região objeto das empresas colonizadoras. A primeira empresa colonizadora data de 1603, quando Pero Coelho de Souza tentou com um efetivo de mais de duzentos homens, “descer” o Jaguaribe com o intuito de combater a pirataria francesa na região. Posteriormente, organizou outra expedição, da qual participou Martins Soares Moreno, para fundar Nova Lisboa no rio Ceará (fora da bacia do rio Jaguaribe). Tendo que resistir aos ataques indígenas e suportar a seca de 1605/1607, Pero Coelho foi obrigado a retirar-se primeiro para o Jaguaribe e, em seguida, para o Rio Grande do Norte. Assim, terminara em fracasso a primeira empresa colonizadora. Apesar disso, fixara-se um novo tipo de trabalho nas terras, então, conhecidas.

Posteriormente, apesar das secas e da reação dos indígenas e sempre penetrando em terras desconhecidas, os vaqueiros puderam estabelecer-se nas margens do rio Jaguaribe. O porto construído, chamado Porto dos Barcos (Aracati), logo veio a servir de escoadouro da carne. Consolidava-se o portal que daria condições para o fluxo de pessoas e mercadorias entre a colônia e outros centros mais dinâmicos, como Recife e Salvador. A invasão dos holandeses a Pernambuco, as conseqüentes escaramuças para expulsá-los, impulsionou a imigração de pernambucanos, portugueses e paraibanos para a região do Jaguaribe. Com esse fluxo de imigrantes, Aracati tomou impulso, como centro de poder e de produção.

No século XVII, a atividade comercial desenvolveu o pequeno arraial. O comércio do charque, da carne do boi, do couro, dentre outros, com Portugal, pôs Santa Cruz do Aracati na dianteira do desenvolvimento. Quando em 1747 (11 de abril) se converteu em vila, já era um dos mais desenvolvidos da Capitania. O comércio, primeira atividade econômica do lugarejo, era intenso com os portugueses,

pernambucanos, paraibanos, baianos etc. O fluxo de mercadorias que vinha da bacia do Jaguaribe, obrigatoriamente transitava por Santa Cruz do Aracati.

A venda da carne do boi e o comércio do couro foram os maiores responsáveis por essa euforia econômica. A carne trazida para a vila era salgada e transformada em charque nas oficinas. Naquele período, Santa Cruz do Aracati consolidou-se como o “pulmão econômico” da capitania. O comércio do couro e da carne industrializada lhe dava *status* e lhe abriam portas para os artigos de Portugal. É interessante notar que a opulência da vila se manifestava na arquitetura das edificações, nos monumentos, nos casarões e nas artes.

No entanto, em fins do século XVIII, a crise climática viera sufocar a dinâmica da vila proporcionada pela indústria da carne de sol. Tal indústria ressurgiria no extremo sul do país, conforme registra Maciel (1994, p. 14-15):

A indústria das charqueadas, com seca de 1790 a 1793, sofre um grande golpe, destruindo grande parte da pecuária cearense. Além da calamidade da seca, nasce no Rio Grande do Sul a indústria dos charques, transportada do Ceará pelo cearense José Pinto Martins que se estabelece em Pelotas, liquidando de vez essa fonte de economia nordestina.

Desse modo, verifica-se como a civilização do gado se estabelecia nessa porção do território cearense, edificando atividades produtivas integrantes de um sistema técnico, pouco a pouco, consolidado.

O Baixo Jaguaribe possuía, ainda, outro núcleo, de destaque menor que Aracati, mas que conformava junto àquele os dois maiores dinamizadores da economia do Baixo Jaguaribe em fins do século XVIII e início do século XIX. Era a Vila das Russas, em atribuição ao riacho das Russas que cortava o povoado. Russas, cujas terras fo-

ram ocupadas por grandes fazendas, nascera com a criação do gado. Estabelecidos os currais, estes se expandiram extrapolando seu papel inicial, dando surgimento ao povoado.

Os fundadores de Russas também eram originários de Pernambuco, que vinham não só para criar gado, mas para plantar no Jaguaribe. Algo comum aos povoados da região é o fato de serem impulsionados pela construção das capelas. Se com a pecuária se estabelecia o sistema produtivo, com a Igreja se erguia a instituição católica, sobre o cadáver dos nativos rebeldes que não acatavam o etnocídio de uma cultura consolidada em séculos.

Não se deve olvidar que, como ocorreu nos demais recantos do Ceará, a colonização do Baixo Jaguaribe se fez em detrimento dos nativos, ora mortos, ora escravizados pelos senhores do gado, com a conivência da Igreja Católica. Andrade (1986, p. 149) nos sintetiza esse embate cruel entre as duas civilizações:

Os vários grupos indígenas que dominavam as caatingas sertanejas não podiam ver com bons olhos a penetração do homem branco que chegava com gado, escravos e agregados e se instalava nas ribeiras mais férteis. Construía casas, levantavam currais de pau-a-pique e soltava o gado no pasto, afugentando os índios para as serras ou para as caatingas dos interflúvios, onde havia falta d'água durante quase todo o ano. Vivendo na Idade da Pedra, retirando o sustento principalmente da caça e da pesca, o indígena julgava-se com o direito de abater os bois e cavalos dos colonos, como fazia com qualquer outra caça. Abatido o animal, vinha vindita e a reação ao indígena e, finalmente, a guerra. Guerra que provocou o devassamento do interior e que se concluiu com o aniquilamento de poderosas tribos e com o aldeamento dos remanescentes. Guerra que possibilitou a ocupação, pela pecuária, do Ceará, do Rio Grande do Norte e de quase toda a Paraíba.

Desse modo consubstanciava a formação de um primeiro sistema técnico nessa porção do Nordeste, com um exército de trabalhadores dentro dos moldes exigidos pelo mercado.

O algodão como força de inserção no mercado internacional

Já se afirmou que a pecuária possibilitou a fixação do homem no interior da Capitania do Siará-Grande. Do criatório emergia o primeiro tipo de indústria no Ceará, a do charque. Isso se dera em face de um cálculo simples dos criadores: com a perda de peso do animal nos grandes deslocamentos das manadas, tornava-se, então, mais interessante abater o gado antes e salgá-lo para, logo em seguida, transportar em lombos de burro até Aracati. Assim, originava-se a indústria da carne o que deu origem às famosas charqueadas que movimentaram a economia do Baixo Jaguaribe, criando importantes centros como Aracati e Russas.

Outros produtos agrícolas surgiram como fortes concorrentes do açúcar, ao qual a pecuária estava ligada. O principal deles é o algodão que não se desligará do gado. Ao desenvolver-se pôe outras regiões da Capitania do Ceará em destaque e com maior vantagem econômica sobre aquelas que se mantinham apenas com o gado e seu comércio.

O algodão, como planta nativa, era trabalhado pelos índios e, posteriormente, pelos escravos, na produção artesanal de “panos grosseiros”. A partir do último quartel do século XVIII é que o algodão toma um caráter de atividade comercial (GIRÃO, 1986), fato relacionado à demanda têxtil europeia.

Com a Revolução Industrial inglesa, um surto se estabelece, florescendo a economia do Maranhão e de Pernambuco, até a entrada de concorrentes, como o sul dos Estados Unidos, quando decai a produção. Na segunda metade do século XIX, a Guerra da Secessão, entre o Norte e o Sul dos Estados Unidos, impede a produção

algodoeira desse país, favorecendo a retomada das exportações brasileiras, refazendo as regiões desoladas do Nordeste até 1870, aproximadamente. Girão (1986, p. 158) nos descreve como esse fato contribuiu para o avanço sobre as terras cearenses:

De um ano para outro, a Província cobriu-se de algodais; derribavam-se as matas seculares do litoral às serras, das serras aos sertões; o agricultor com o machado em uma das mãos e o facho na outra deixava após si ruínas enegrecidas. Os homens descuidavam-se da mandioca e dos legumes, as próprias mulheres abandonavam os teares pelo plantio do precioso arbusto; era uma febre que a todos alucinava, a febre da ambição.

Na avaliação de Caio Prado Júnior (1963, p. 142-145), por ter sido uma cultura dos lavradores modestos, foi possível o grande e rápido desenvolvimento da cultura algodoeira. Esse autor revela que no Ceará, o algodão invade a bacia do Jaguaribe, e seu principal centro se localizará no Alto-Sertão, em Icó. Aracati, escoadouro natural desta região, torna-se um destacado porto que, em 1794 já remetia 16 a 18.000 arrobas.

Dessa forma, novos investimentos são feitos, dessa vez na produção agrícola algodoeira, inaugurando um segundo sistema técnico na região do Baixo Jaguaribe, expandindo um novo conjunto de fixos (armazéns, teares, fábrica de beneficiamento etc.) e criando novas relações de trabalho.

O algodão alcança, em meados do século XIX, o posto de principal produto da Capitania do Ceará. A Capitania exportava diretamente para os consumidores na Europa. Como consequência, a cultura do algodão disseminava-se por todo o território cearense. As melhores terras, o maior número de fazendas e os mais incommensuráveis esforços são canalizados para a cultura do algodão, que não descarta o gado, mas pelo contrário, faz com ele o binômio gado-

-algodão. O algodão, resistente ao clima semiárido do nosso sertão passa então a ser cultivado em praticamente todo o Ceará.

Com abertura dos portos em 1808, o Ceará passa a exportar o algodão diretamente para o mercado externo. Mais recentemente, no lugar do porto de Aracati, ligado ao couro e ao charque, é escolhido como porto natural de exportação do algodão, o porto de Fortaleza. A rede de coleta do algodão contava com cidades subcoletoras, mas a grande coletora e exportadora passa a ser Fortaleza. A construção da primeira linha férrea, Baturité – Fortaleza e a abertura de estradas interligando a capital com o interior dão o toque final a essa tendência. Com as ferrovias concentrando-se no novo porto, Fortaleza desbanca Aracati como centro de exportação algodoeiro. Aracati, então, entra em fase de estagnação.

A cultura do algodão engendra necessariamente o desenvolvimento de uma incipiente indústria artesanal que tinha como centro a cidade de Fortaleza. A indústria têxtil que se desenvolveu em Fortaleza ampliaria ainda mais a distância desse centro em relação aos demais centros urbanos do Estado. Como na velha Inglaterra, a indústria têxtil veio, no Ceará, criar um novo campo de trabalho, não apenas com a agricultura, como também na algazarra das maquinarias que se movimentavam em variados cantos.

O extrativismo da carnaúba: do artesanal ao industrial

O Nordeste foi a região que mais desenvolveu a cultura do algodão. O produto já era conhecido pelos nativos, cultivado limitadamente. A Guerra da Secessão (1862/1871) nos Estados Unidos, no entanto, paralisou a produção daquele grande exportador, possibilitando o aumento da área de produção no Nordeste. Terminada a guerra, as indústrias na Europa voltaram a ser abastecidas pela produção americana. Além disso, os ingleses passaram a produzir algodão no Egito, sua colô-

nia, cujo algodão de boa qualidade desfavorecia de vez as possibilidades do algodão nordestino concorrer no mercado internacional. Assim, no século XX, o algodão do Nordeste não mais detinha a hegemonia de antes. Na região do Baixo Jaguaribe, com a desaceleração da produção algodoeira tem início uma outra fase, a da carnaúba.

A carnaubeira é uma palmeira nativa das regiões semiáridas do Ceará. “Na ribeira do Jaguaribe, em toda a extensa zona do território entre Aracati e o Icó e ainda em muitos outros pontos da Província” (GIRÃO, 1986, p.171) até o Piauí, as vastas áreas de várzeas e de baixios são cobertas por carnaubeiras. Por um processo artesanal, de um pó das folhas dessa árvore, em princípios do século XIX, Manuel Arruda Câmara conseguiu produzir um tipo de cera, cuja utilidade seria descoberta pouco tempo depois.

A carnaúba, havia tempos, era conhecida e aproveitada de várias formas, do tronco ao fruto e suas folhas, pela população local. Em 1810, Antônio Marcos de Andrade criou a técnica de produção da cera de carnaúba, sendo inclusive recompensado pelo governo brasileiro. A primeira grande utilidade para a cera de carnaúba foi o emprego no fabrico de velas. Essa utilidade perdurou por quase todo o século XIX. Nas primeiras décadas do século XX, a cera de carnaúba passa a ser empregada na indústria, para assoalhos.

A pesquisa, aliada ao desenvolvimento industrial, proporcionou um vasto campo de utilidade para esses produtos: papel carbono, graxa para calçados e mobílias, cera para carro, isolantes térmicos, discos, polimento de couro, tintas e vernizes entre outros. Acreditamos que, com a utilização industrial da carnaubeira, estabeleceu-se um sistema técnico, cujos componentes se encontram em diferentes setores da economia, além de projetar-se na vida social econômica, política e cultural. Expande-se a indústria da cera, com tecnologias específicas, solidifica-se todo um circuito da produção da extração no comércio externo, com novas relações sociais.

Nas cidades do Baixo Jaguaribe forma-se uma aristocracia, detentora de poder econômico e político. A arquitetura urbana ligada a esse período se assemelha à fase da pecuária: com seus casarões residenciais, amplos prédios comerciais, galpões fechados do processamento industrial ainda são encontrados em algumas cidades do Baixo Jaguaribe.

A cera de carnaúba chegou a ser o segundo produto da pauta de exportação do Estado do Ceará. A região do Baixo Jaguaribe chegou a responder por aproximadamente 70 por cento da produção do Estado e 20 por cento da produção nacional. Os municípios de Russas e Limoeiro do Norte, além de Jaguaribe e Morada Nova destacam-se entre os grandes produtores estaduais. No ano de 1954, só o município de Russas produziu 700 toneladas, o que equivalia a toda produção paraibana, pernambucana e baiana juntas. A produção de cera de carnaúba é atualmente de 6,1 milhões de toneladas.

Seu peso econômico, entretanto, decaiu muito por motivo de estar sendo substituída por produtos químicos que se prestam melhor à antiga função da cera de carnaúba. Hoje é apenas o sexto produto na pauta de exportação do Estado. Há indícios de uso da cera de carnaúba em novos processos de alta tecnologia, o que a coloca em novas perspectivas com possível retorno à fase áurea dessa região.

Turismo e agroindústria: fase atual da produção espacial

Com a acumulação de capital propiciada pela fase da economia agroextrativista da carnaúba, o Baixo Jaguaribe redirecionou suas atividades para a indústria mineral, baseada nos recursos locais, especialmente calcita (Limoeiro do Norte) e argila (Russas e Aracati). Somente a última tem relevância como atividade que induziu alguma expressão espacial, como o processo de degradação ambiental e a difusão de técnicas da olaria, destacando-se a partir dos anos sessenta.

Embora com poucos gêneros, a indústria é representada por estabelecimentos de pequeno porte que transformam os produtos regionais, sendo as mais expressivas as alimentícias, de bebidas etc. para o mercado local, além das de beneficiamento de cera de carnaúba e algodão. Na década de 1990, quando as transformações econômicas mundiais interferem mais e mais na economia local, percebe-se o interesse de grandes grupos transnacionais de investirem seu capital na região litorânea.

Outra fonte de renda para municípios do litoral da região tem sido o turismo. Hoje Aracati investe em infraestrutura para induzir a entrada de capital no município. O carnaval fora de época e outros eventos lúdicos contribuem de modo significativo para a economia local. Para isso, desenvolveu-se uma rede de hotéis e pousadas, o que ampliou o interesse de pequenas e médias empresas, com projetos de *marketing* sobre turismo. Por outro lado, três níveis de governo (Municipal, Estadual e Federal), além de empresas imobiliárias, têm investido em infraestrutura e apoio à atividade turística. Icapuí e Fortim, ao lado de Aracati, vêm se destacando nessa atividade com a agregação de capitais no setor de serviços.

Em fase mais recente, capitais externos vêm implantando unidades de transformação ligadas a produtos agropecuários, como a Parmalat (laticínio, em Morada Nova) e a Del Monte (fruticultura, em Quixeré). Estes tipos de indústria participam da cadeia de produção agropastoril que apresenta uma caracterização mais definida de sistema técnico moderno, ante a ocupação territorial de seus fixos (perímetros irrigados) e a dinâmica dos fluxos de bens e de pessoas, com amplitude que extrapola o regional.

Considerações finais

Outro tempo exige um outro espaço. É a estrutura velha que desaba, mas se reconfigurando de forma acelerada, na mesma veloci-

dade em que o próprio tempo é recriado. Isso pode ser visualizado e sentido no compasso do andar dos homens nas ruas, antes tranquilos e sem pressa, ruas que se alargam para a aceleração dos fluxos de carros e de pessoas induzidas à uma velocidade maior. É um novo espaço-tempo, espaço que cintila com um tempo contado em milésimo de segundo. Esse espaço-tempo, plasmando em cada um de nós indagações sem resposta definida, mas certo do inusitado, inusitado que não resulta do nosso querer, de algo escolhido na comunhão das ideias locais, da solidariedade orgânica dos homens que se conhecem e trabalham juntos. O que é esse ditame imposto? Por que só agora se implantam essas modernizações no espaço cearense? A quem servirá essa modernidade? Que resultantes advirão dessas imposições, dessa nova racionalidade instrumental?

Essas cirurgias nos territórios, a reformulação das paisagens, a reestruturação do espaço, a introdução de inovações nas formas que se instalam no Ceará revela a exigência das novas funções - turismo, indústrias, setor terciário superior etc.-, impondo um quadro espacial renovado, como um ninho adequado à reprodução mais veloz e precisa do capital que agora pousa nessas terras tropicais de um nordeste, antes, marginalizado. A percepção dessas mudanças nos traz um prenúncio de uma época em que o Ceará se insere na onda que se insufla, a partir dos centros de decisão do capital, neste início de milênio, que não é o fim da história. Que seja o começo de uma formulação de lutas, de busca de melhoria de vida para a sociedade que continua a viver num espaço que não seja só do capital, mas de todos os homens que constroem a história.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Joaquim. **História do Ceará**. Fortaleza: Edições Instituto Ceará, 1953.
- AMORA, Zenilde Baima. Aspectos históricos da industrialização no Ceará. In: SOUZA, Simone de (Org.). **História do Ceará**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 1995. p. 121-128.

- ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem do Nordeste**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BEZERRA, Antônio. **O Ceará e os cearenses**. Fortaleza: Assis Bezerra/ Minerva, 1906.
- BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- CAIO PRADO JÚNIOR, **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- CAVALCANTE, Enoque Gomes. **Geo-economia do semi-árido irrigado**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1997.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo. Ática, 1987.
- DINIZ, José Alexandre Felizola. **O subsistema urbano-regional de Crato/Juazeiro do Norte**. Recife: SUDENE, 1989.
- ELIAS, Denise. A atividade agropecuária do estado do Ceará no contexto da globalização. In: Amora, Zenilde Baima (Org.). **O Ceará: enfoques geográficos**. Fortaleza: Funece, 1999. p. 43-72.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1963.
- GIRÃO, Raimundo. **Evolução histórica cearense**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1985.
- GIRÃO, Valdelice Carneiro. As charqueadas do Ceará. In: SOUZA, Simone de (Org.). **História do Ceará**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 1995.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.
- LIMA, Lauro de Oliveira. **Na ribeira do rio das onças**. Fortaleza: Assis de Almeida, 1997.
- LIMA, Silvana Lúcia da Silva. **Políticas públicas e a modernização agrícola no Baixo Jaguaribe-CE**. 2000. 205f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2000.
- LOPES NETO, Alfredo (Org.). **Análise dos projetos estruturantes do Ceará no contexto de um plano de desenvolvimento sustentável (PDS)**. Relatório. Fortaleza, s.d.
- LUTZENBERGER, José. Crítica política da tecnologia. **Ciência & Ambiente**, Santa Maria, v. 1, n. 1, 1990.

- MACIEL, Antônio Felipe. **Notas sobre o povoamento do Ceará e o surgimento das primeiras freguesias, municípios e seus desmembramentos.** Monografia de Especialização. Fortaleza, 1994.
- MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MANGAZOL, Claude. **Lógica do espaço industrial.** São Paulo: DIFEL, 1985.
- MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. O Processo de Produção Capitalista. Livro 1, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- MELO, Clóvis. **Os ciclos econômicos do Brasil.** Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.
- NOBRE, Geraldo. **A História de Morada Nova.** Fortaleza: Cearense, 1976.
- RANGEL, Inácio, “**A História e o Ciclo**” Ficha de São Paulo. 04/08/88.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova:** da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: Hucitec, 1980.
- SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo:** globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SCOTT, Allen. **New industrial spaces:** flexible production organization and regional development in North America and Western Europe. London: Pion, 1988.
- SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas - a reafirmação do espaço na teoria social crítica.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- STUDART, Barão de. **Geographia do Ceará.** Fortaleza: Typ. Minerva, 1924.
- TAKEYA, Denise Monteiro. **Europa, França e Ceará.** Natal: Universitária, 1995.

7.

REDES DE INTEGRAÇÃO DO TERRITÓRIO: DOS CAMINHOS DA PECUÁRIA ÀS ESTRADAS VIRTUAIS¹

Preliminares

Antes de tratarmos das redes geográficas do espaço cearense, convém entendermos o conceito de rede geográfica. O geógrafo Roberto Lobato Corrêa (1999) nos simplifica ao afirmar que se trata de um *conjunto de localizações sobre a superfície terrestre articulado por vias e fluxos*. Com um exemplo, seu conceito fica mais claro: *a sede de um banco e suas agências distribuídas em amplos espaços articuladas entre si por diversos fluxos, constitui-se um exemplo de rede geográfica* (p. 65).

As vias constituem os vetores, componentes que possibilitam as intercomunicações desse “conjunto de localizações” ou pontos, intercomunicações essas que definem os fluxos. Uma estrada é a via que interliga pontos diferentes ou nós da rede, de onde partem mercadorias, pessoas ou ordens, cuja intensidade define o volume dos fluxos. Da mesma forma, as ligações das telecomunicações são realizadas por vias específicas a elas – telex, telefone, fax, internet – marcadas por maior ou menor volume, o que lhes definem a modernidade dos fluxos. Esses fluxos partem de determinados pontos ou localidades, onde vivem as pessoas que se articulam com outras, mais distantes.

Na compreensão do Prof. Milton Santos (1996:220), *as redes são virtuais*, elas só terão existência *real quando utilizadas no processo da ação*. Assim, os fluxos expressam a vida da rede geográfica, sua dinâmica e sua importância no processo de formação do espaço geográfico, espaço esse construído pelo trabalho social. Desse modo, a rede

¹ Trabalho publicado originalmente em 2005 no livro “Ceará: um novo olhar geográfico”, organizado por José Borzacchiello da Silva, Tércia Correia Cavalcante e Eustógio Wanderley Correia Dantas (Edições Demócrito Rocha - Fortaleza).

geográfica é *fruto da ação humana, é uma obra consciente e dotada de intencionalidade*, ou seja, ela resulta de esforços coletivos; exige um investimento em termo de trabalho ou de dinheiro e supõe uma previsão, conforme nos ensina Dolfuss (1973).

Sem esses atributos de caráter social, não temos rede geográfica, mas circuito. É o caso do que se conhece como rede fluvial, sistema resultante das águas correntes que descem das elevações, por força da gravidade, unindo-se e formando um caudal mais volumoso e principal. Propondo esse conceito, indaga Dolfuss (1973): *será aconselhável reservar o termo circuitos para os sistemas que permitem as transferências e as trocas no domínio natural (os grandes circuitos atmosféricos, as correntes marítimas, o circuito – ou ciclo – da água), empregando a expressão rede apenas nos casos de sistemas criados pelo homem?*

Cada um de nós está inserido em algumas das redes geográficas, mas excluído de muitas outras. Se estamos participando de uma escola, somos integrantes da rede geográfica escolar; mas, se não temos qualquer tipo de relação com a atividade bancária, dela estamos excluídos.

Já notificamos que alguns elementos sempre estão presentes na rede geográfica: as vias (rodovias, aerovias, infovias, ferrovias etc.) os fluxos (de pessoas, de mercadorias, de ordens etc.), certos componentes materiais ou fixos (estação de recepção da telefonia, centros de recepção das ordens, armazéns etc.). Esses elementos são, também, componentes básicos da materialidade do espaço geográfico. Esse fato nos aponta o forte interesse dos espacólogos em melhor estudar as redes geográficas.

Tomemos o espaço cearense, como um caso de referência, onde algumas redes geográficas se instalaram como potencialmente importante para a integração de seu território.

A rede geográfica inicial do Ceará

No processo de ocupação do espaço cearense, criou-se, a partir do século XVII, uma rede geográfica de elevada importância para compreendermos o presente. Trata-se da preliminar intenção de domínio territorial, partindo de dois focos principais: Salvador e Olinda, com a expansão da pecuária, propulsora da formação de núcleos produtivos (currais, fazendas) e de adensamento demográfico, de onde provieram cidades, intensificaram-se os fluxos, se estabeleceram determinados tipos de relações sociais e se forjaram pontos de comando de ordens, quer como poder político ou poder econômico.

Das trilhas nasciam as estradas, muitas seguindo os vales de alguns rios, em cujas ribeiras se instalavam os currais que se tornaram fazendas e povoados; e depois vilas e cidades, em muitos pontos do Nordeste brasileiro: Juazeiro, Feira de Santana, Caruaru, Sertânia, Arcoverde, Campina Grande, Crato, Icó, Caicó, Campo Maior, Parnaíba. Essas cidades eram conectadas pelas estradas que hoje se conformaram com a modernidade, com asfalto e normas técnicas.

Nesse processo inicial, surgiram vários caminhos abertos pela manadas, dentre os quais um que, segundo Alves (1953:23)), vinha *do sertão do São Francisco, com os paulistas. Seguia as águas do Pageú até as nascentes e, daí, vencida a contra-vertente, descia pelo curso do Piancó. Este último caminho foi o que deu acesso às terras do Ceará através do vale do Cariri, pela estrada que ainda hoje liga Pernambuco ao nosso Estado, passando pelo município de Maniçobal, antigo Belmonte, para entrar em Jati, ex-Macapá. De Vila Bela, atual município de Talhada, vinham as boiadas e comboeiros para o Cariri, passando por Salgueiro para, então, entrar em Jardim.*

Prado Júnior (1963), por sua vez, diz que no Ceará *confluem os dois movimentos: o da Bahia, que de retorno do Piauí, se desvia para leste, atravessa o cordão de serras que separa esta capitania da do Ceará (serras da Ibiapaba, Grande), e se estabelece na região limítrofe, bacia do alto rio*

Poti, onde hoje está Crateús... O movimento baiano também se infiltra no Ceará pelo sul, nos Cariris Novos. E enquanto isto, o pernambucano alcança o Ceará pelo oriente e vai ocupar a bacia do rio Jaguaribe". Complementando o desenho dos trajetos formado no território cearense, esse autor se refere à via que acompanha o litoral, embora mais ou menos retirada para o interior, desde o Maranhão até Pernambuco.

Bernardes (1966) muito sintetiza o quadro formado pela pecuária no Ceará quando diz que *as correntes originadas do litoral baiano povoaram o Piauí e chegaram ao Maranhão e refluíram para o Ceará, onde vieram a se fundir com as correntes oriundas do litoral pernambucano.*

Nas proximidades do litoral, geralmente próximo às embocaduras dos rios periódicos, comunidades formavam-se, como empório das mercadorias do “sertão de dentro”, para exportá-la pelo porto simples ou trapiche que se instala em Aracati, em Acaraú e, depois, em Fortaleza. Eram pontos de intermediação com o exterior.

Em seu livro didático Geografia Geral e do Brasil de 1869, Thomaz Pompeu de Souza Brasil registra que do Ceará se *exporta bastante assucar, café, couros, solas, algodão, gomma elástica, legumes. Seu commercio faz-se diretamente com o estrangeiro pelo porto da capital, e com as províncias vizinhas pelos portos do Aracaty (que recebe mais generos que o da capital), Aracacu e Granja. Entrarão e sairão do porto da capital 291 navios de diversas lotações. Nota: de longo curso: 85, com 23.173 toneladas; de cabotagem: 206, com 119.690 toneladas. No mesmo anno entrarão no porto do Aracaty 67, afora 12 viagens do vapor da companhia pernambucana. (p.516/7).*

Mais adiante (p. 520), Thomaz Pompeu ressalta a importância de Aracati: é, depois da capital, a cidade mais importante por seu comércio e indústria. É o interposto do comércio de todo valle do Jaguaribe até o centro; por isso recebe e exporta quasi tanto generos como a capital: fabrica e exporta grande quantidade de velas

de carnauba, solas preparadas, chapéus e esteiras; tem boa casaria de sobrados, 5 igrejas e dista da capital 30 léguas.

Assim, pontos iam se fixando no Ceará, ordenando-se conforme sua importância no quadro da economia complementar, que tinha no gado a mercadoria que preenchia as necessidades de força motriz dos engenhos e abastecia de carne os mercados das áreas canavieiras e de mineração. Internamente, forjava-se a “civilização do couro”. O estabelecimento das linhas de comunicação, dos pontos de produção que induzia o processo de aglomerado nas terras rebeirinhas do Jaguaribe e do Acaraú, tudo se direcionava a consubstanciar a primeira rede geográfica no Ceará.

Prado Júnior (1963: 40) nos apoia nesse entendimento: *“as serras Ibiapaba, Sobral, Uruburetama, Baturité atraíram e fixaram algum povoamento que procura sua saída pelo mar próximo, dando lugar a pequenos portos que se arranjaram como puderam ... O último porto cearense para leste, e também o mais notável, Aracati, tem outros fatores vantajosos: é por aí a saída da extensa zona banhada, embora só nas chuvas, pelas águas intermitentes do Jaguaribe, cuja bacia compreende, em 1810, quase 60.000 hab. produtores de gado e algodão. Explica-se portanto o porto, apesar de suas péssimas condições naturais.*

De início o gado, depois a agricultura do algodão nos sertões e do café e das frutas tropicais nas serras, extrativismo vegetal nos carnaubais dos vales foram dando as bases para a formação de um conjunto de cidades que se interligavam, com seu emaranhado de intercâmbios de mercadorias, de pessoas, de dinheiro e de idéias, o que veio formatar uma rede geográfica, conhecida como rede urbana.

A modernidade na rede geográfica

Depois, muito depois, com a forte carga de racionalidade técnica que domina o mundo atual, uma outra rede geográfica se constrói no

Ceará. Se, no início, as rodovias e as ferrovias serviram de ligação de pontos (cidades, fazendas, aglomerados etc.), agora são estradas virtuais que se instalam, na imaterialidade que domina as telecomunicações, dentro das condições técnicas que orientam todos os lugares.

Dentre as inovações hodiernas, os meios informacionais têm tomado um lugar de destaque, em todas as atividades do homem, criando sensíveis transformações no espaço geográfico. Um primeiro passo desse processo de modernização faz-se pela implantação dos instrumentos técnicos capazes de inserir muitos lugares nas exigências do sistema global de mercado². Os discursos, às vezes esperançosos, têm acenado para outras finalidades, como melhorar as condições da sociedade local, criar meios para o desenvolvimento regional etc.

Os atuais meios de comunicação, como importantes e imprescindíveis instrumentos técnicos, são carregados de intensa participação das inovações científicas, ampliando-se como rede e, conseqüentemente, internalizando-se no processo produtivo e na redefinição das forças produtivas. Daí porque Lima (1994:44) afirma que *as forças produtivas hoje dependem, em maior grau, do conhecimento científico-tecnológico (...)*, especialmente na fase atual em que *a fragmentação da produção, com os conseqüentes núcleos especializados e a necessária articulação inter-empresarial, além dos contatos permanentes com mercados, exigem maior capacitação das redes de comunicação. Essas redes possibilitam a interconexão e complementaridade contínua entre os variados centros, necessários a novas formas da produção mundial* (ibidem, p. 49). Ao inserir-se no contexto do sistema, os lugares se submetem, de modo irreversível, a essas redes, requalificando sua base territorial e social.

2 Esses instrumentos técnicos correspondem às "redes-suportes", isto é, "as redes técnicas (os fios, os cabos, os terminais etc.; e às redes-serviços" ou "os serviços ofertados..." (Benakouche, 1995). A primeira é, comumente, instalada pelo Estado, dando condição para o funcionamento da segunda, base da ampliação do mercado nas áreas que estavam à margem do consumo desses serviços.

Da mudança política às transformações espaciais

O Nordeste brasileiro, especialmente a partir do modelo desenvolvimentista cepaliano, se insere no mercado nacional e internacional, desenhando, a partir dessa decisão política, pontos de diferentes matizes do dinamismo econômico. Nas duas últimas décadas do século XX, elevaram-se as oportunidades de articulação do capital para alguns pontos desse região. Dentre outros, o Estado do Ceará modelou um projeto de desenvolvimento, que tem sido implantado com muita intensidade, como uma pugna contra os altos níveis de pobreza e de desigualdade social. Nesse diapasão, o poder público procura instalar as condições infra-estruturais, dentre elas uma ampla rede de comunicação.

É oportuno lembrar que, atendendo as exigências impostas pelas contínuas transformações do sistema produtivo, na segunda metade da década de 1980, um grupo de jovens empresários do Centro Industrial do Ceará (CIC), órgão da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), procurou viabilizar um caminho que conduzisse o Estado do Ceará, no Nordeste brasileiro, à modernidade, isto é, a integrá-lo nas dimensões do que muitos denominam de globalização. Para tanto, em sucessivas eleições, firmaram-se no poder nas últimas duas décadas, período marcado por uma forte mudança no quadro geral do Estado do Ceará, ressaltada, especialmente, na configuração territorial.

Muitas intervenções têm sido realizadas no espaço. No setor de recursos hídricos, com programas e projetos arrojados de açudagem, irrigação, adutoras e atendimento urbano; nos transportes: porto de Pecém, nova estação de passageiros do aeroporto de Fortaleza, trem metropolitano, melhoria e construção de estradas; na infra-estrutura urbana: implantação de saneamento e atendimento de água em mais de quarenta centros urbanos; na assistência agrícola: com programas para pequenos produtores, com apoio internacional; no setor indus-

trial: com incentivos fiscais e variados apoios às novas atividades industriais, como potencialização das redes elétricas, são algumas das ações do governo estadual. Isso resulta em novas funções de grande parte do território, criando outros parâmetros de avaliação da potencialidade do Ceará no cenário mundial, com reflexo direto nos fluxos e, conseqüente, intensidade no uso das redes.

Dentre essas intervenções, ressaltam-se as redes eletrônicas, que ora o poder público procura materializar, inicialmente com a instalação de terminais e “nós” e a “projeção concreta de linhas e relações (rede de telecomunicações)”, em diferenciados lugares, cujos habitantes ainda convivem com ambientes sem as infra-estruturas básicas. Forja-se uma estrutura típica de “espaço dividido”: ao lado de um complexo de atraso, de um sistema técnico ultrapassado, monta-se uma estrutura de alto teor técnico-científico, a que pequena parcela da sociedade tem acesso.

Apresentamos um tópico dessa reestruturação do espaço, no caso a implantação de um moderno sistema de ensino técnico através de uma rede de infovias que chegará a lugares que, ainda, são servidos por sistemas técnicos rudimentares, muitos deles fortemente marcados pela atividade agropecuária tradicional, acionada por modestos agricultores e/ou extrativistas, vaqueiros e artesãos, marcas indelévels da primeira rede geográfica do Ceará. Muitos dos homens desses lugares do semi-árido vivem da agricultura de subsistência ou em pequenas cidades de condições precárias, de uma economia movimentada mais pelos recursos do emprego público e de um terciário inferior que mal atende as comunidades locais.

Parte dessa cruenta realidade é revelada pelo próprio governo no projeto “Educação à distância via televisão e Rede Nacional de Pesquisa, RNP”, de 1996: *o que se constata é uma situação de ensino desastrosa, e torna-se catastrófica quando olhamos de perto a situação*

das escolas dos povoados do interior. Os professores com sua formação precária ganham o salário de fome. Apenas 20% dos professores da rede pública primária são habilitados. A maioria permanece isolada na rotina e com sua vocação esgotada.

É nessa realidade, em pleno início do século XXI, que se procura instalar uma rede eletrônica que busca o homem de chapéu-de-couro, em pequenos centros urbanos da caatinga cearense, no intuito de torná-lo parte da nova espécie do mundo novo: os cibernantropos³.

A convocação dos lugares de reserva

É sabido que o sistema capitalista não se desenvolve uniformemente em todos os espaços, deixando muitos lugares sem utilização, desvinculados do processo global, forçando-os a um sistema produtivo informal, embora tendo que se integrar pelas margens, aproveitando as migalhas do sistema. Numa época de reestruturação sistêmica, muitos desses lugares são chamados a compor o quadro das relações produtivas, dentro de suas respectivas condições. Para revesti-los na modelagem necessária às exigências modernas, investimentos são imperiosos e, nesse caso, torna-se de grande importância o papel do Estado na edificação das obras reclamadas pelas funções que cada um lugar deve assumir. Nas últimas décadas, encontramos-nos em um mundo que se reestrutura rapidamente.

Num momento em que todos nós nos enquadrámos, de modo irreversível, num forte processo de globalização da economia e da produção, os lugares e as regiões de cada país resistem, numa reação dialética dos contrários, a fim de salvaguardarem-se das imposições

³ O termo "cibernantropo" é encontrado em Henri Lefèbvre (*Hacia el cibernantropo, uma crítica de la tecnocracia*, Barcelona: Gedisa, 1980), referindo-se ao técnico, ao homem que "vive en sibiosis com la máquina. En ella encuentra sua doble real. Para encontrarse en ella, desapueba las ilusiones de la subjetividad y de la objetividad, de la conciencia e de las obras" (p.166). Chapéu-de-couro é uma referência carinhosa aos homens que vivem nas cidades pequenas do sertão cearense, muitas organicamente vivendo com o campo, cujo símbolo cultural maior é essa parte do vestuário do vaqueiro.

das forças hegemônicas e/ou imporem suas condições como participantes dos mercados. Essa resistência de muitas regiões se faz, ao contrário da forma ludita⁴, procurando brechas possíveis de sobrevivência e participação, sem deixar diluir os valores e potencialidades culturais modelados em décadas ou séculos. Essa salvaguarda e resistência inteligentes definem-se como uma inserção no novo modelo que se esboça, buscando resultados positivos que possam favorecer o desenvolvimento local e regional.

No Brasil, algumas regiões têm se comportado desse modo, malgrado os efeitos perversos resultantes da globalização, já bem revelados em vários países: maior controle do capital sobre o trabalho, diluição das profissões tradicionais, desemprego, aumento da massa dos excluídos e dispersão de grupos humanos. Os governos nacional, estadual e local devem assumir, em alguns casos, diante dessa realidade, papel fundamental para minimizar esses efeitos perversos, definindo planos, programas e ações bem concretos e claros, nos diferentes itens do planejamento, no intuito de conduzir as coletividades a um nível de capacidade possível de enquadrarem-se às novas condições do mundo, sem perda de sua identidade.

Há, no entanto, um maior impulso da reprodução do capital, na tentativa de quebrar toda e qualquer resistência à supremacia da elevação do nível dos lucros, comumente conduzindo o processo do desenvolvimento, da inserção do novo, num futuro faustiano lembrado por Berman (1986:67): é como se o processo de desenvolvimento, ainda quando transforma a terra vazia num deslumbrante espaço físico e social, recriasse a terra vazia no coração do próprio fomentador. É assim que funciona a tragédia do desenvolvimento.

4 Referimo-nos ao movimento ludita de que nos fala Marx, em O Capital (Vol. 1, Livro 1, p. 490): "A enorme destruição das máquinas nos distritos manufatureiros ingleses durante os primeiros 15 anos do século XIX,,", dada a revolta contra as inovações tecnológicas que lhes tomavam o emprego. Esse fato é referenciado por Paul Mantoux, em seu livro A revolução industrial no século XVIII (p.413-4).

As novidades do século da aceleração caminham em busca dos espaços de reserva, dos recantos escondidos, na vastidão do cenário onde o homem ainda se harmoniza com os outros homens e com a natureza amiga. Nesses espaços de reserva, algumas vezes o trabalho permanece como criação de valor-de-uso. Neles não se imaginava o emergir de uma era que chegaria quebrando o viver, que automatizaria cada homem, regulando seus passos e seus desejos. Nunca se imaginaria que o produto do trabalho era para ser consumido por desconhecidos. O “ali” e o “acolá” era o chão mais distante e certo, contíguo e real. Assim era o sertão nordestino, cujo cenário era formado por uma realidade menos cruel para os que se impregnavam das relações orgânicas, vividas no rebato com a “natura naturata”. Isso era o “ontem”, mas quase hoje.

O “hoje” se apresenta como uma brusca ruptura desse “ontem”, cuja história as forças hegemônicas tentam exterminar. Uma atmosfera, agora suja, se vislumbra entre o chão conhecido e o céu adorado; nos ambientes fechados, o ar é recriado. A grande barragem inunda os lugares santos, novas edificações superpõem o casario secular, signos novos matam as imagens do passado, do pré-moderno. É a pretensão do assassinato frio da história.

O Ceará, no Nordeste brasileiro, passa nestas últimas décadas por um processo de aceleradas transformações, numa impulsão em busca do novo, inserindo “espaços neutros” no conjunto dos “espaços operacionais”, reforçando, portanto, a criação dos “espaços seletivos”. Como mecanismo dessas metamorfoses, estabelecem-se redes de telecomunicações para elevar os fluxos, num projeto de inserir esse território no atual processo de globalização: são montadas infovias, com a oferta de capital futuro procura-se inserir o homem de chapéu-de-couro na nova ordem dos moderníssimos objetos eletrônicos, onde as imagens virtuais substituem o concreto. Esses

objetos, criados longe, servem de vias dos comandos distantes, transmissores permanentes de ordens e normas estabelecidas pelas forças hegemônicas em centros de um “acolá” não contíguo. É o fenômeno do “unificar e não unir”. Isso corresponde ao que nos diz Cordeiro (1990:108): “exercendo uma racionalidade a serviço do capital, as telecomunicações agem amplamente para a mundialização do espaço”. As infovias, como rede técnica do presente, imporão, por certo, múltiplas mudanças sócio-espaciais no Ceará.

Procurando explicar o retorno às abordagens sobre rede, Dias (1994) nos lembra que “a questão das redes reapareceu de outra forma, renovada pelas grandes mudanças deste final de século, renovada pelas descobertas e avanços em outros campos disciplinares e na própria Geografia”. É o raiar de um outro tempo.

Outro tempo exige um outro espaço. É a estrutura velha que desaba, mas se reconfigurando de forma acelerada, na mesma velocidade em que o próprio tempo é recriado. Isso pode ser visualizado e sentido no compasso do andar dos homens nas ruas, antes tranqüilos e sem pressa, ruas que se alargam para a aceleração dos fluxos de carros e de pessoas induzidas à uma velocidade maior. É um novo espaço-tempo, espaço que cintila com um tempo contado em milésimo de segundo. Esse espaço-tempo, plasmando em cada um de nós indagações sem resposta definida, mas certo do inusitado, inusitado que não resulta do nosso querer, de algo escolhido na comunhão das idéias locais, da solidariedade orgânica dos homens que se conhecem e trabalham juntos. O que é esse ditame imposto? Por que só agora se implantam essas modernizações no espaço cearense? A quem servirá essa modernidade? Que resultantes advirão dessas imposições, dessa nova racionalidade instrumental?

A trama da rede⁵

Estrategicamente denominada de “Infovias do desenvolvimento” (Inde), essa rede sucede à interligação dos Estados brasileiros com a Rede Nacional de Pesquisa (RNP), financiada pelo CNPq/MCT, com a “meta de implantar mecanismos de difusão científica e tecnológica, perpassando todos os segmentos, desde universidades e laboratórios até pequenas empresas de manufatura ou serviço”. No Ceará, o governo está procurando instalar a rede por todo o território estadual, já presente em vários municípios, como Fortaleza, Limoeiro do Norte, Sobral, São Gonçalo do Amarante etc.

Objetiva interligar institutos de pesquisas científicas e universidades da capital com diversos pontos e “nós” no interior, onde estão sendo montados os Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) e os Centros de Ensino Tecnológicos (CENTEC).

Essa ação se volta à idéia de trazer condições de integrar as populações das regiões deprimidas ao novo sistema de trabalho: “como gerar trabalho e distribuir renda num meio onde boa parte da população é analfabeta e desqualificada profissionalmente e quando a explosão tecnológica que ocorre no mundo está a exigir das pessoas conhecimentos técnicos atualizados?” É o que nos indaga um dos projetos do governo.

Como desdobramento do projeto, as “Inde” deverão se constituir em instrumento de divulgação e promoverão maior facilidade para se efetuarem transações comerciais, especialmente para pequenas empresas do interior, através de acesso ao “trade point” da Federação das Indústrias do Ceará, oportunidades de investimento (SEBRAE), bem como informar ao agricultor as condições climáticas, época propícia ao plantio (Funceme), os estudos de controle de pragas, obtenção de mudas etc. (Epace, Embrapa).

5 Para uma melhor compreensão sobre o conceito de rede, sugere-se ler Redes: emergência e organização da Prof^a Leila Dias in Castro, Gomes e Corrêa, “Geografia: conceitos e temas”, Rio: Bertrand Brasil, 1995.

Nos seus principais pontos, com a engenharia dos CVTs e CENTECs, a “Inde” viabilizará o acesso de alunos e de professores à internet, a videoconferências. Para tanto, o Projeto está sendo implementado pela Secretaria de Ciência e Tecnologia (Secitece) com recursos provindo de diferentes órgãos federais, como o CNPq, FINEP, MCT e CAPES.

Nessa rede, dois pontos merecem destaque:

1º - Os Centros de Ensino Tecnológico (CENTECs). Com recursos da FINEP, já foram criados em três centros urbanos regionais do interior:

Limoeiro do Norte: cidade da região do Baixo Jaguaribe, com forte tradição cultural, onde, há três décadas, funciona uma Faculdade de Filosofia, agregada à Universidade Estadual do Ceará, que atende a demanda de vários municípios, além de escolas de formação pedagógica, com algumas décadas de existência. Por situar-se numa cidade do largo vale do Rio Jaguaribe, o CENTEC oferece cursos de irrigação e de recursos hídricos, além dos de alimentos, eletromecânica e saneamento ambiental.

Sobral: um dos mais antigos e maiores centros urbanos do Estado, assumindo a função de polaridade de toda a região norte do Ceará, tem uma economia diversificada com um forte raio de influência em dezenas de municípios. É sede da Universidade Vale do Acaraú (UVA). Situa-se Sobral às margens do Rio Acaraú, onde tem importância a produção de fruticultura, o extrativismo vegetal da carnaubeira, a indústria ceramista e de cimento e inúmeras outras indústrias, como as de calçado. Com tradição secular, Sobral mantém-se como principal núcleo de uma grande bacia leiteira do Estado. Em face dessas atividades, o CENTEC oferece os mesmos cursos de Limoeiro do Norte.

Juazeiro do Norte é o maior centro urbano do interior do Estado que vem se conurbando com as cidades de Crato e Barbalha, todas na região conhecida como Cariri. Tem forte influência na parte meridional do Ceará, ampliando-se pelos Estados vizinhos: Pernambuco, Piauí e Paraíba. Fora da Região Metropolitana de Fortaleza, o Cariri é a maior concentração demográfica do Estado e o maior adensamento urbano, onde se alojam múltiplas unidades industriais e um setor terciário de forte expressão regional. Na cidade vizinha, Crato, está a sede da Universidade Regional do Cariri (URCA) que agrega um dos CENTECs que oferece os mesmos cursos que os dois anteriores.

Os três Centros estão vinculados às três universidades estaduais. Em breve serão instalados, com recursos do MEC, em três destacadas cidades interioranas: Quixadá, na região central; Iguatu, na região centro-sul e Crateús, na região oeste, mais ao norte dos Inhamuns.

O CENTEC exerce o papel de escola de formação técnica pós-2º grau, com duração de 30 meses e de tecnólogos de nível superior em curta duração (3 ½ anos), em setores tecnológicos (industrial, eletro-mecânico, alimentício, agro-industrial, recursos hídricos, irrigação e saneamento ambiental). Seus cursos adaptam-se às necessidades momentâneas do mercado de trabalho, constituindo-se de disciplinas básicas, com ênfase em práticas de laboratórios e estágios supervisionados. O Centro é equipado com modernos recursos de última geração: laboratórios de biologia, química, física e desenho; laboratório de informática, interligado à Internet; biblioteca básica e específica; videoteca; salas de projeções; auditório para promoções de eventos culturais e científicos; parque gráfico etc.

Os cursos são ministrados por professores de nível superior (pagos com bolsa de Desenvolvimento Científico Regional do CNPq), com mestrado ou doutorado, acrescidos com profissionais especializados, vinculados ao setor industrial e aos órgãos governamentais e universitários.

2º - Os **CVTs** - Centros Vocacionais Tecnológicos. Diferem dos CENTECs por se apresentarem como um modelo semelhante aos Liceus de Artes e Ofícios e das Fábricas Escolas, procurando transferir conhecimentos técnicos nas áreas de serviços e de processos produtivos. Para isto, ministram cursos de caráter permanente de matemática, ciências, computação, iniciação empresarial e vocacional, além dos cursos volantes de processamento de alimentos, processamento de peixes, eletricitista, bombeiro, mestre-de-obras e outros. Na área de computação, proporciona-se a ligação do Centro às redes eletrônicas de informação, tipo INTERNET e outras. Está explícito no Projeto que os CVTs são destinados ao homem do campo e da cidade, como agricultores, pecuaristas, artesãos etc.

A Secitece tem como meta implantar e manter 40 CVTs em diferentes municípios, dois por região administrativa do Estado, sempre juntos aos campi avançados das universidades e instituições de pesquisa do Estado, como: Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade Vale do Acaraú (UVA), Universidade Regional do Cariri (URCA), Empresa de Pesquisa Agropecuária do Ceará (Epace) e Núcleo de Tecnologia do Estado do Ceará (Nutec).

Realizado pela Secitece dá conta de uma rede composta de seis linhas principais irradiadas da Capital, direcionadas para “nós” (CVTs) de Maracanaú, Cascavel, Redenção, Russas, Quixadá e Sobral. Da primeira, ramifica-se, com maior potência, para Aquiraz e Eusébio e, com acessos discados, para cinco outras localidades; Cascavel interliga-se com Pacajus e, com acessos discados, para três outros municípios; do CVT de Redenção parte para Baturité e para 11 localidades em acessos discados; de Quixadá expande-se para Senador Pompeu (com seis acessos), Tauá, (com quatro acessos), Crateús, (com dez acessos), Senador Pompeu, (seis acessos); o ramal de Quixadá parte para Iguatu (com cinco acessos discados) e dois ramais: um para Icó de onde se expande para cinco localidades, outro para

Juazeiro do Norte (com dezesseis acessos discados) e dois com maior capacidade: de Crato e de Campo Sales (com onze acessos). O ramal de Sobral, com dezesseis acessos discados e amplia sua varredura à toda região norte do Estado, expandindo-se para seis centros, cujos acessos discados atendem vinte e cinco municípios, além de cinco outros com maior potência. Além da Capital, vinte das localidades com CVTs disporão de equipamentos para vídeo conferência.

Desse modo, ampliam-se as bases infra-estruturais no que concerne ao sistema informacional, tanto com as infovias, quanto com a implantação das unidades de apoio técnico-operacional, os CVTs e os CENTECs.

Uma breve conclusão

Apesar da boa vontade de alguns, mesmo de técnicos comprometidos com a causa social, a implementação de investimentos infra-estruturais não se faz por mero desejo de servir às coletividades, mas de atender aos ditames dos agentes que pretendem tirar proveito das iniciativas do poder público. Assim foram com as demais redes técnicas - ferrovias, rodovias, telégrafos etc - que vieram compor, em diferentes épocas, os espaços a serem inseridos na modernidade de então.

Com a teleinformação isso é mais forte. Em sua tese de doutorado⁶, Dias dá exemplo com se dá a lógica econômica das organizações nacionais e multinacionais na utilização da teleinformática, especialmente no que se refere à localização das atividades econômicas.

Ademais, desenrolam-se outros efeitos, também apontados pela mencionada pesquisadora: “a informatização exerce igualmente efeitos importantes na organização dos serviços da sede social”, além do

6 Essa tese foi publicada em forma de livro com o título “Réseau d'information et réseau urbain au Brésil”, da Editions L'Harmattan, Paris, 1995, com prefácios dos grandes mestres da geografia mundial, Milton Santos e Paul Claval, Leila Christina Dias desenvolve importantes temas, tais como: rede urbana e redes técnicas, desenvolvimento das redes de telecomunicação e rede urbana e redes de informação.

deslocamento de mão-de-obra qualificada e de firmas que se enquadram nos circuitos produtivos⁷ e círculos de cooperação⁸, especialmente nos pontos nodais da rede, isto é, nas cidades.

A partir do funcionamento destes centros tecnológicos, como pontos nodais de uma rede técnica, implanta-se a verticalidade imposta pelo sistema mundial numa horizontalidade marcadamente definida pela história. Além do mais, esta verticalidade se estabelece como o instrumento básico da aceleração atualizada, quebrando o ritmo dos lugares onde ela se afirma.

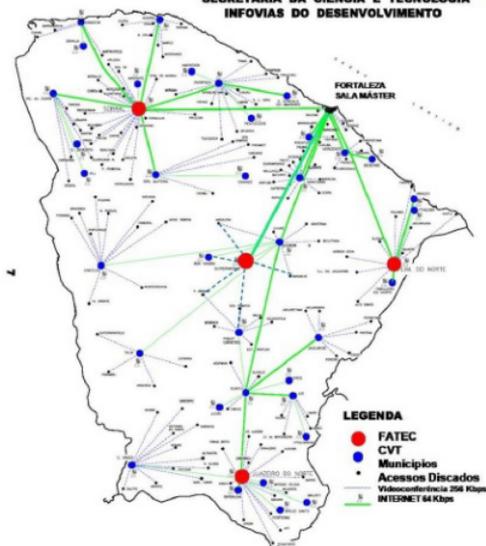
São os instrumentos que vêm quebrar o *modus vivendi* tradicional das inúmeras comunidades que povoam o sertão cearense. A verticalidade se impõe como um ditame do projeto da racionalidade instrumental. É o que corresponde ao que diz Milton Santos: *nessa união vertical, os vetores de modernização são entrópicos. Eles trazem desordem aos subespaços em que se instalam e a ordem que criam em seu próprio benefício.*

Essa nova instrumentalização do espaço se ressalta como um importante vetor para a recriação de uma outra geografia que se instala com os símbolos da modernidade atual.

Obediente a essa modernidade presente na rede geográfica, o Projeto se erige e se concretiza pelos meios da aceleração, pelas fibras ópticas, carregados de novos signos e determinações, delineados e retrabalhados, para edificar as novas bases que servirão para inserir esses lugares nas novas condições que se nos impõem neste novo século, com imprevisíveis consequências.

7 Conceito utilizado por Santos (1988) para dizer das "diversas etapas pelas quais passaria um produto, desde o começo do processo de produção até chegar ao consumo final."

8 Enquanto "os circuitos produtivos são definidos pela circulação de produtos, isto é, de matéria, os círculos (também chamados de círculos por Santos) de cooperação associam a esses fluxos de matéria outros fluxos não obrigatoriamente materiais: capital, informação, mensagens, ordens". (Santos, 1994: 128).



Mapa do Estado do Ceará mostrando a localização das várias faculdades de tecnologia do Centec (Fatec) e a distribuição das principais Infovias, de acordo com o esquema previsto no Projeto Infovias do Desenvolvimento.

Bibliografia

ALVES, Joaquim. História das Secas -séculos XVII a XIX. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1953. Baseado em “Notas sobre a Paraíba”: Tipografia do Jornal do Comércio, RJ, 1892.

BAKIS, Henry. Géographie de télécommunications. Paris: Presses Universitaires de France, 1984

BERMAN, Marshal. Tudo que é sólido desmancha no ar - a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BENAKOUCHE, Tamara. Redes de comunicação eletrônica e desigualdades regionais. In Gonçalves, Maria Flora (org.) O novo Brasil urbano: impasses, dilemas, perspectivas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. p 227-237.

BERNARDES, Nilo. Atlas Nacional do Brasil – Incorporação do litoral e povoamento interior – folha I-2. Rio de Janeiro, IBGE, 1966.

BRASIL, Thomaz Pompeu de Souza. Geografia Geral e do Brasil. S/ed.,1869.

CORDEIRO, Helena Kohn e BOVO, Denise Aparecida. A modernidade do espaço brasileiro através da rede nacional de telex. Revista Brasileira de Geografia, ano 1, n. 1, jan/mar 1990. IBGE.

DIAS, Leila Christina. Geografia e qualidade de vida: pensando as redes técnicas. Revista Geosul, n. 17, ano IX, 1º sem de 1994. Editora da UFSC, Florianópolis.

_____. Redes: emergência e organização. In Castro, Iná Elias de, Gomes, Paulo César da Costa e Corrêa, Roberto Lobato - *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. Réseau d'information et réseau urbain au Brésil. Paris: L'Harmattan, 1995.

CORRÊA, Roberto Lobato. Rede geográficas – cinco pontos para discussão in Vasconcelos, Pedro de Almeida e Silva, Sylvio Bandeira de Mello . Novos estudos de geografia urbana brasileira. Salvador: UFBA/Mestrado em Geografia, 1999).

DOLFUSS, Olivier. A análise geográfica. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973).

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Secretaria da Ciência e Tecnologia.

- Projeto: Centros Vocacionais Tecnológicos, abril de 1995.
- Projeto: Educação à Distância via Televisão e RNP, fevereiro de 1996.
- Projeto: Infovias do Desenvolvimento, Tecnologias da Informação, fevereiro/1996.
- Proposta dos CVT's para profissionalização de jovens e trabalhadores em 1997.
- Manual do Candidato, vestibular de 1997.

LIMA, Luiz Cruz. Novo espaço da produção: os tecnopolos. Tese de doutorado. USP: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1994.

MANTOUX, Paul. A Revolução Industrial no Século XVIII. São Paulo: UNESP/HUCITEC. 552. Sem data.

MARX, Karl. O Capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo”- Colônia”. São Paulo: Brasiliense, 1963. 7ª edição.

SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. - A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. – Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: HUCITEC, 1988.

PARTE III

REESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL DO CEARÁ

INTRODUÇÃO A ESTA PARTE

A REESTRUTURAÇÃO ESPACIAL NESSA ÉPOCA NOVA

Publicada, originalmente, no jornal O Povo de Fortaleza em 21/04/1998

Está à vista a grande transformação por que passa o território cearense, na última década. Coincide com a grande crise que assola o mundo, com graves repercussões no Brasil. O que nos torna diferentes? Por que o sol deixou de ser inclemente, e agora torna-se benéfico e valioso para alguns, quer no litoral, quer nas glebas de fruticultura? Antes repulsivo, agora o Ceará é atrativo.

Como lugar de reserva, o Ceará foi convocado para participar da nova fase do capitalismo. Daí, a entrada de capitais novos, de empréstimos vultosos, de investimentos privados, sob o clima de confiabilidade que regula o comportamento dos agentes externos cada vez mais numerosos.

Como base das novas condições que se instalam, o espaço geográfico teria que se adequar às exigências das ordens distantes. Os objetos do passado não mais atendem aos interesses do capital hegemônico que rege o mundo hodierno. Há uma premente necessidade de quebra, de desmoronamento da estrutura construída no passado para remontar uma nova ordem espacial. Edward Soja, famoso geógrafo da atualidade, nos diz que

“a reestruturação, em seu sentido mais amplo, transmite a noção de uma ruptura nas tendências seculares, e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política. Evoca, pois, uma combinação sequencial de

desmoroamento e reconstrução, de desconstrução e tentativa de reconstituição...'. O espaço é a expressão mais significante dessa mudança. Nesse aspecto, a cidade é o lugar de maior demonstração do espaço reconstruído e criador de extensores capazes de vincular diferentes pontos, proporcionando a abertura de novos mercados que oferecem meios para a nova ordem que se constrói.

A modernização foi especialmente concentrada e socialmente seletiva, promovendo um desenvolvimento desigual do setor no país.

Há uma reviravolta no urbano e no rural: aeroporto, metrô, infovias, obras hídricas fantásticas, porto, saneamento, enfim, uma transmutação espacial, numa feérica fase de renovação ou de adequação ao mundo novo que se abre na terra tropical. Não se iludam os bravos caboclos, os trabalhadores que ainda morejam a terra com a técnica ultrapassada! Essas inovações não lhes dizem respeito. Voltam-se para uma nova ordem, uma ordem ditada de longe, que não exprime a vontade do local, mas do global, do sistema que busca saída, como nova configuração de um capitalismo que se restabelece, numa ânsia faminta de engolfar, não um país ou um continente, mas o mundo, na forma do que chamam de globalização.

Sabemos que a ciência, a técnica e a informação passaram a forças produtivas, monopolizadas pelas grandes corporações, cujas tendências se voltam para o controle do consumo. Para reestruturar o espaço, exigem-se novos objetos, que respondam aos fluxos cada vez mais acelerados pelas contingências necessárias à reprodução de um capital mais ávido e mais faminto. Tão faminto, que numa eterna contradição, necessita destruir para reedificar, numa dança infernal de construção e destruição, o que dera origem a tese da “destruição criativa”. É “criativa” por nascer da ciência, mas de uma ciência direcionada, canalizada para um fim predeterminado. É tão direcionada quanto controladas são a informação e a técnica.

Na reestruturação espacial, os objetos novos a serviço do sistema vigente são postos para o controle, muitas vezes exacerbando a exclusão social. Aquilo que era o espaço banal, o espaço de todos, passa a ser o espaço de poucos, um espaço do consumo e para o consumo. De forma consciente, nascem os grandes movimentos de reação contra esse ditame dos que têm e querem tudo...

8.

A REESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL DO TERRITÓRIO CEARENSE*

Introdução

[...] entende-se o espaço atual como herança de gerações passadas, com toda sua carga de formas e valores imateriais. Aclara-se, desse modo, o sentido de reestruturação socioespacial como renovação, com inserção de novos componentes que dêem sentidos a um modo de produção e consumo que viabilize a vida coletiva (LIMA, 2008).

A modernização dos processos produtivos atingiu o Ceará, de modo mais intenso, a partir da década de 1990, com a forte presença do Estado em apoio às iniciativas privadas. Isso se torna evidente desde meados dos anos de 1980, com a redefinição do quadro político local, entrando em consonância com o que definiram as ordens internacionais.

Nesse percurso de intensas mudanças, percebe-se o Estado como principal agente de reorganização, com sua história de intervenções. Com influências externas diretas, como forças impositivas, criam-se as condições necessárias para melhor enquadramento do território nas atividades econômicas, mediante grandes fixos instalados: infraestruturas de reservatórios hídricos, expansão de redes hidrelétricas, instalação de parques eólicos, revitalização e/ou a construção de estradas, equipamentos portuários, adequação de ferrovias, dentre outros.

O irrequieto plano de mudanças almejava criar meios adequados para dinamizar algumas áreas viáveis a se integrem ao fluxo de mer-

* Trabalho publicado originalmente em 2011 na Revista Formação Online (Presidente Prudente), número 18, em coautoria com Tereza Sandra Loiola Vasconcelos.

cado nacional e internacional. Os vales fluviais de maior potencial - baixo curso dos rios Acaraú e Jaguaribe - assinalavam esse *mister*.

Inicialmente, os caminhos desses rios foram utilizados pela pecuária e charqueadas. Com a atividade algodoeira, em consórcio com o gado, esses espaços são chamados a se integrarem ao contexto internacional, motivado pela Revolução Industrial e pela Guerra da Secessão nos Estados Unidos.

Com base no algodão, nas plumas descaroçadas, emerge o processo inicial da indústria têxtil local, aproximando-se de outras indústrias que surgiram no século XX, denotando um novo sistema técnico com outras relações sociais e políticas, o que influenciaria o período industrial, com o espaço se preparando para o luzir da modernização.

Sob os auspícios da tecnologia, alicerçados pela força propulsora da iniciativa privada e com o auxílio dos representantes do poder público, na era do neoliberalismo, gradativamente se erigem as condições para o estado do Ceará se integrar à linearidade do espaço global, com novos meios de comunicação e de informação, transparecendo o que Milton Santos denomina de meio técnico-científico-informacional. É com esse panorama que o espaço cearense é chamado a compor um campo de atração para os investimentos de atividades modernas, como os serviços, turismo e agronegócio, do mesmo modo que o espaço geográfico influencia nas relações sociais. É dessa forma que se apresenta a realidade estudada, embebida de desigualdades socioespaciais inerentes a esse processo.

Este trabalho tem como objetivo analisar e discutir os conceitos de formação e reestruturação socioespacial, abordando-os como aportes metodológicos importantes para se compreender a (re)produção do espaço geográfico cearense, tendo como recorte espacial os vales dos rios Acaraú e Jaguaribe.

Como o espaço é “considerado um mosaico de elementos de diferentes eras, sintetizando, de um lado, a evolução da sociedade e explicando de outro lado, situações que se apresentam na atualidade” (SANTOS, 1985, p. 22), o presente nos motivou a procurar na história o entendimento dessas alterações, da seletividade dos espaços e da identidade dos lugares, identificando os agentes sociais envolvidos e os possíveis conflitos, inerentes a esse processo.

Para tanto, as fontes documentais e bibliográficas concernentes à produção do espaço geográfico cearense constituem os principais procedimentos metodológicos utilizados no presente artigo. Assim, fundamentais foram as leituras realizadas das obras de historiadores, economistas, sociólogos, antropólogos, filósofos e, sobretudo, geógrafos, com os quais se inspirou esse trabalho, na medida em que se percebeu a necessidade de um olhar geográfico do tempo no espaço.

Com essa concepção, o geógrafo David Harvey (2009, p. 39), ao estudar o *Manifesto do Partido Comunista*, de Marx e Engels, chega à conclusão que “as tendências de crise do capitalismo se ampliam e aprofundam-se cada vez mais. O geógrafo perspicaz detecta de imediato a dimensão especificamente espacial e geográfica desse argumento”.

No âmbito desse contexto, a discussão que versa o presente trabalho parte do constante “vir-a-ser”, da busca incessante pela modernização, traduzida pela necessidade de inserir o território cearense nas transações mercadológicas, alicerçadas pelas políticas estatais que se desenrolavam no concerto nacional.

Nesse movimento, com alternâncias em declínios e apogeus, vem à tona a característica peculiar do modo de produção capitalista: reerguer-se contando com o imprescindível auxílio do Estado.

Adiante, discerne-se o espaço geográfico no âmbito da produção, circulação, consumo, lutas, vivências, símbolos e sonhos (CORRÊA, 2002), esboçando os traços materiais e imateriais na formação

socioespacial cearense, com o pressuposto de considerar o espaço, sobretudo, como “um instrumento político intencionalmente manipulado, mesmo se a intenção se dissimula sob as aparências coerentes da figura espacial” (LEFEBVRE, 2008, p. 44).

A reestruturação socioespacial no percurso da geografia do Ceará

A evolução diferencial que marca as sociedades traz consigo características temporais específicas, expressas pela produção (i)material e pelas próprias relações sociais. Essas dinâmicas acontecem no espaço e estas são influenciadas por ele mesmo, como nos ensina Lefebvre (1986). As diferenciações entre os espaços sociais produzidos constituem o que Santos (1980) denomina como formação socioespacial¹ de cada subespaço do Estado-Nação, formado pelo tripé: espaço, história e especificidades, com base no que Marx (1968, p. 204) compreende:

[...] o que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz. Os meios de trabalho servem para medir o desenvolvimento da força humana de trabalho e além disso, indicam as condições sociais em que se realiza o trabalho.

Assim, para que se estabeleça a diferenciação entre uma sociedade e outra, é necessário o conhecimento dos meios de produção (técnicas) e do modo de produção, mediados pelo trabalho, interferindo nas relações sociais, materializando-se. Essa ideia é esclarecida por Moreira (2007, p. 65), ao nos dizer que

¹ Segundo Santos (1980, p. 192) “é através de cada Formação Social que se cria e recria, em permanência, uma *ordem espacial* de objetos que é paralela à ordem econômica, à ordem social, à ordem política, todas essas ordens atribuindo um valor próprio, particular, às coisas, aos homens e às ações promanando dela”.

[...] a formação espacial deriva de um duplo conjunto de interações que existem de forma necessariamente articulada: a) o conjunto das interações homem-meio; e b) as interações homem-homem. Tais interações ocorrem simultânea e articuladamente, sendo, na verdade, duas faces de um mesmo processo.

Ainda conforme esse autor, a formação de cada sociedade, isto é, de cada formação econômico-social, tem sua estrutura formada pelo atravessamento de três níveis de relações (instâncias): a infraestrutura (instância econômica) e duas superestruturas (as instâncias jurídico-política e cultural-ideológica). Essa análise contribui para explicar a particularidade de cada espaço, as normatizações de cada território e a identidade de cada grupo social.

Com os estudos das reestruturações socioespaciais que produziram a presente formação social² nos é possível apreender as formas de organização das sociedades nos diferentes tempos da história e evidenciar o atual espaço concretizado. Para tanto, a periodização situa-se como um esforço metodológico analítico necessário para melhor assentimento da dinâmica do tempo no espaço, porquanto

Seria impossível pensar em evolução do espaço se o tempo não tivesse existência como tempo histórico; é igualmente impossível imaginar que a sociedade se possa realizar sem o espaço ou fora dele. A sociedade evolui no tempo e no espaço. Tempo e Espaço conhecem um movimento que é ao mesmo tempo contínuo, descontínuo e irreversível. Tomado isoladamente, tempo é sucessão, enquanto o espaço é acumulação, justamente uma acumulação de tempos (SANTOS, 2008a, p. 42).

É essa acumulação de tempos no território cearense, como uma evolução histórica, de arranjos e rearranjos, que se empreende as abordagens de formação e reestruturação socioespacial.

2 Santos (1980, p. 201) diz que, “essa categoria concerne à evolução diferencial das sociedades – em seu próprio quadro e em relação com forças externas das quais frequentemente lhe vem um impulso motor. Acima de tudo, a base fundamental da explicação vem da produção, isto é, do trabalho do homem para transformar [...]”.

Com efeito, o índio contribuiu para a formação socioespacial do Ceará, pois todas as atividades econômicas e culturais que se desenvolveram inicialmente recorreram ao indígena como sábio conhecedor das terras e das técnicas do “Siará Grande”. Essa aproximação não se sucedeu de forma apaziguadora. Os conflitos, especialmente pela terra, foram iminentes, como evidenciam as palavras de Leite (2002, p. 29): “O desenvolvimento da pecuária no sertão acirra a luta entre invasores e indígenas, sendo estes subdivididos, pelos primeiros, em *mansos* ou *caboclos* (falantes da língua geral que tinham lutado ao lado dos portugueses) e índios *bravos* ou *tapuias*, resistentes à dominação”.

Desse modo, a formação socioespacial do Ceará está moldada e alicerçada, de acordo com as ideias de Pinheiro (2008), na “terra batida”, na divisão e no uso do espaço fundiário para a pecuária e a agricultura, presentes na gênese da formação da vida social. Dos quatro últimos séculos decorrem a violência, a desigualdade e um Estado empenhado com os interesses dos proprietários de terra, estabelecendo relações conflituosas, autoritárias e subservientes.

Com o tropel da pecuária, os criadores expulsavam os habitantes autóctones e impunham a produção de um novo espaço. Consolidou-se a primeira destacada atividade econômica sertaneja, às margens de importantes rios cearenses (Jaguaribe e Acaraú), responsável por transformações sociais, políticas e territoriais, influenciando no povoamento e na colonização da grande extensão semiárida. Era a *primeira reestruturação socioespacial* no correr do século XVIII (LIMA, 2008).

A expansão da Revolução Industrial Inglesa (séculos XVIII e XIX) e a Guerra da Secessão nos Estados Unidos, no período compreendido entre 1861 e 1865, contribuíram para que o algodão, produto típico do clima semiárido, se unisse à pecuária extensiva, compondo a base para a organização econômica e espacial do sertão cearense, atendendo ao mercado externo e caracterizando o que a história denominou de binômio gado-algodão. Além dos caminhos

palmilhados pelo gado, implantava-se a agricultura comercial para atender a demanda internacional, contribuindo para edificar uma nova cultura, com novas formas de produzir: a cotonicultura. Anunciava-se, nos sertões semiáridos, a *segunda reestruturação socioespacial do Ceará* (LIMA, 2008).

As características climáticas e pedológicas do sertão favoreceram o embranquecimento das capoeiras com os algodoais, o que reduziria a atenção voltada à pecuária, então já debilitada com as condições ambientais da seca e a competição de outros centros criatórios. Aliados aos aspectos de ordem natural, os fatores políticos e os interesses exógenos foram incisivos, reestruturando a economia espacial sertaneja, marcando profundamente a distribuição fundiária e o uso da terra, mediante o sistema formado pelo tripé gado/algodão/agricultura de sequeiro.

A estrutura fundiária no sertão cearense fora marcada por forte concentração de terras que perdura até a atualidade, nascendo com as sesmarias, sistema de distribuição de terras destinadas à produção que, desde então, privilegiou os representantes do Estado da época, ou quem a eles estivesse ligado.

Com a economia do algodão, brotavam as primeiras atividades industriais, iniciadas com o descaroçamento e com pequenos teares, embriões de uma fase da economia que se estruturava. Ressalta-se o interesse dos ingleses, detentores das inovações técnicas, em ativar a produtividade do descaroçamento, o que impulsionou a importação de suas máquinas industriais. As habilidades manuais do homem local contribuíram para o desenvolvimento das primeiras fábricas de pano de algodão. Essa realidade traria outras relações sociais e de produção e, doravante, uma reconfiguração do espaço cearense. Estavam postas as linhas mestras da *terceira reestruturação socioespacial do Ceará* (LIMA, 2008).

O momento atual é expressão da *quarta reestruturação*, iniciada com a entrada de inovações organizacionais de empresas externas,

com a força do capital internacional, induzindo à modernização atual, sejam com atividades turísticas, indústrias com aportes técnicos e científicos, além da instalação dos aparatos dos serviços modernos. Configura-se um espaço denso de tecnologia e, ao mesmo passo, repleto de desigualdades sociais (LIMA, 2008).

Para o entendimento da atualidade, considera-se como recorte temporal a década de 1990, caracterizada por Lima (2009) como “um marco significativo na implementação de investimentos públicos no Ceará, configurando-se como uma fase de intensa modernização do território cearense”.

Na concepção de Moreira (2007), em uma escala mais ampla, há três momentos de reestruturação no espaço, demarcado pelos seguintes recortes temporais: o período fabril da primeira Revolução Industrial, a segunda Revolução Industrial e a cibernética da terceira Revolução Industrial. Ainda com vista à periodização, Mandel (1985, p. 82) detalha as transformações socioespaciais oriundas de revoluções tecnológicas:

As revoluções fundamentais na tecnologia energética - a tecnologia da produção de máquinas - aparecem como o momento determinante nas revoluções da tecnologia como um todo. A produção mecânica de motores a vapor desde 1848; a produção mecânica de motores elétricos e a combustão desde os anos 90 do século XIX; a produção por meio de máquinas de aparelhagem eletrônica e da que utiliza energia atômica desde os anos 40 do século XX - tais foram as três revoluções gerais na tecnologia engendradas pelo modo de produção capitalista desde a Revolução Industrial “original”, da segunda metade do século XVIII.

Essa reestruturação tem como fio condutor a busca incessante pela modernização que conduz consigo elementos inerentes, conforme analisa Berman (1992, p. 13):

[...] um conjunto de experiências. Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor, mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos.

As rupturas entre uma reestruturação e outra foram motivadas, especialmente, pelas contradições inerentes ao modo de produção capitalista e as grandes transformações que a técnica e a ciência propiciaram. A cada revolução, nascida de um período de crises, o espaço se modifica, porque um dos principais agentes de sua reorganização, o Estado, cria mecanismos para favorecer a fluidez da tecnologia nascida no seio do sistema capitalista, que acaba por influenciar os demais agentes desse processo: firmas e sociedade (SANTOS, 1985). A crise é um prenúncio de um período, em especial quando entram em uso novos instrumentos produtivos e reorganiza-se o trabalho nas empresas, sempre tendo em vista a maior produtividade, impondo-se maior dinâmica ao trabalho e à vida da sociedade.

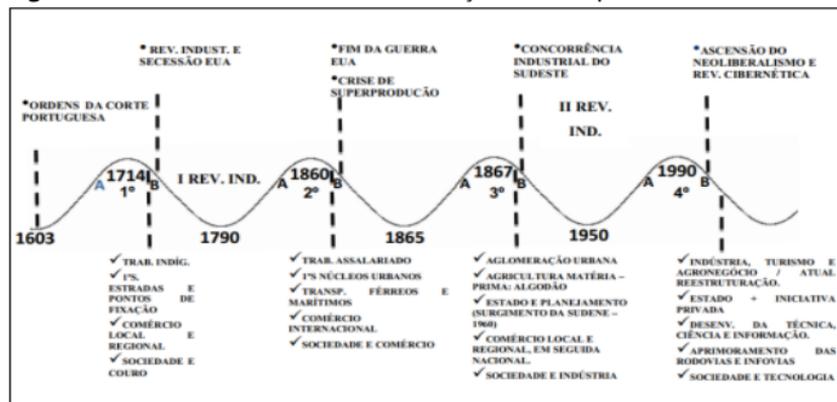
No entendimento das crises, Rangel (1982, p. 21), compreendendo as ondas de Kondratieff, considera duas fases: a do apogeu (A) e do declínio (B), em que a técnica, sob o comando da produção internacional, representa:

A certa altura, em seguida a um período de intensa renovação do capital fixo, passam a preponderar as forças propendentes para a preservação dos capitais recém-criados, e a capacidade instalada encontra os limites do mercado. Reduz-se o ritmo dos investimentos e, conseqüentemente, estreita-se o mercado, com efeito de torna-viagem sobre o montante dos investimentos. A técnica novíssima tende a ficar sem aplicação e a economia mergulha num cone de sombra.

A leitura da reestruturação do território cearense, esboçada sobre as ondas de Kondratieff, compreende as fases do gado, algodão, indústrias e as atividades que contam com as atuais inovações tecnológicas,

a exemplo da agricultura irrigada, demonstrando os eventos nacionais e internacionais, responsáveis pelas crises (B) e como o capital se reergue (A), materializando-se no surgimento de novos sistemas técnicos e agentes no território, demarcando, nesse ínterim, as duas grandes revoluções industriais, marcos importantes nesse processo (figura 1).

Figura 1: Ascensões e crises nas reestruturações socioespaciais do Ceará.



Fonte: Adaptado por Vasconcelos (2010), por meio das leituras de Mandel (1985), Rangel (1982), Girão (1995, 1996), Girão (2000), Silva (1995), Amora (1995), Lima (2006, 2008).

A pecuária, durante muito tempo, foi considerada atividade secundária à cultura da cana-de-açúcar, representando alimento ou meio de transporte a esses centros. Com a proibição formulada pela Corte Portuguesa de que o gado se distanciasse do litoral, espaço reservado ao cultivo da cana-de-açúcar, é dinamizada a ocupação do semiárido cearense, por meio da pecuária. Associadas a esse fator, as grandes distâncias percorridas pelo gado até as feiras pernambucanas e baianas, fazendo com que as reses emagrecessem e perdessem o seu valor econômico, foram as grandes motivações para o surgimento das oficinas de charques (pontos de salga e comércio da carne) mais próximas aos trapiches para a exportação, assunto retomado adiante.

Com o fim da Guerra da Secessão e o retorno dos Estados Unidos à comercialização do algodão, a conseqüente crise no Brasil, em

decorrência do excesso do produto, estava anunciada. A estratégia de reerguimento do capital foi aproveitar o algodão excedente para as indústrias de descaroçamento, óleos vegetais e, principalmente, das incipientes indústrias têxteis. A emergência da indústria, as intervenções do poder público e a nova divisão do trabalho contribuíram para a reestruturação socioespacial, nesse período.

Na segunda metade do século XX, as intervenções governamentais, a inserção do planejamento e a entrada da produção local, com mais amplitude, no capitalismo concorrencial exigiram estratégias das empresas e do governo, com repercussões no espaço geográfico. Ademais, após a II Revolução Industrial e a II Guerra Mundial, o desenvolvimento da técnica, ciência e informação, com o aprimoramento das rodovias e ferrovias e, especialmente, com a intensiva ligação do Estado com a iniciativa privada, proporcionou o desenvolvimento da indústria, bem como do turismo e do agronegócio cearense. Essa aceleração do sistema produtivo beneficiou o apogeu do capitalismo em detrimento de parcela significativa da sociedade cearense. A teoria geográfica ensina que essas crises propiciam as condições para uma maior racionalidade do espaço geográfico, a favor da acumulação do capital, com “trágicas consequências humanas”, como reforça Harvey (2006, p. 47):

[...] um custo social, provocando trágicas consequências humanas na forma de falências, colapsos financeiros, desvalorização forçada de ativos fixos e poupanças pessoais, inflação, concentração crescente de poder econômico e político em poucas mãos, queda dos salários reais e desemprego. No entanto, as correções forçadas e periódicas relativas ao curso da acumulação de capital também podem, facilmente, escapar do controle, e gerar a luta de classes, os movimentos revolucionários e o caos.

Percebe-se que, a cada crise, o modo de produção capitalista cria táticas para se fortalecer, especialmente na divisão e apropriação do

trabalho, nos sistemas de transportes, auxiliando no fluxo de pessoas e mercadorias, nas novas formas no e do espaço geográfico. Isto porque o “sistema capitalista é muito dinâmico e inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária, que, incessante e constantemente, reforma o mundo em que vivemos” (HARVEY, 2006, p. 43). Soja (1993, p. 37) nos fala que é a modernização responsável pelo contínuo

[...] processo de reestruturação societária, periodicamente acelerado para produzir uma recomposição significativa do espaço-tempo-ser em suas formas concretas, uma mudança da natureza e da experiência da modernidade que decorre, primordialmente, da dinâmica histórica e geográfica dos modos de produção.

A reestruturação de que fala o autor se faz com a modernização em diferentes momentos históricos. A história destaca não haver uma modernização e sim várias, decorrentes, em especial, das inovações pensadas e criadas pelo associativo técnica e ciência, em cada espaço-tempo. Essa mesma concepção é esclarecida por Santos (2008b, p. 31), ao dizer que

[...] cada período é caracterizado pela existência de um conjunto coerente de elementos de ordem econômica, social, política e moral, que constituem um verdadeiro sistema. Cada um desses períodos representa uma modernização, isto é, a generalização de uma inovação vinda de um período anterior ou da fase imediatamente precedente.

Conforme Santos (2001, p. 64), as décadas do final da II Guerra Mundial marcam uma fase do modo de produção capitalista denominada de Era de Ouro ou os “trintas anos gloriosos”. Com a ordem capitalista instalada, em décadas recentes, as distâncias são reduzidas e os espaços locais se inserem nas transformações globais, aproximando cada vez mais o local do global, ou seja, o Ceará do restante do mundo.

Esse momento foi propiciado pelas inovações e difusões tecnológicas, em que a técnica e a ciência ganham um componente: a informação, acelerando a velocidade da circulação das ideias, mercadorias e do dinheiro, quase que instantaneamente. Essa realidade vem intensificando o consumo e redefinindo o espaço, agora podendo denominar-se meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2008b).

Esse é um dos aspectos que reforça o fato de o espaço cada vez mais receber fluxos e influenciar a reestruturação, com as inovações da técnica, com a desenfreada busca por acumular capital e satisfazer o consumismo. É isso que revela a crise global do sistema produtivo, com mudanças nas relações de trabalho, influenciando a sociedade na reconstrução do espaço. Para Santos (1980, p. 93), “o estado de crise não é normalmente um testemunho de fraqueza. A crise é a prova do desajustamento do velho que deseja manter-se em face do novo que busca substituí-lo”.

As exigências emanadas por esses objetos emergentes impõem modificarem-se os territórios e é nesse âmbito que surgem as estratégias estatais para amalgamar e, ao mesmo tempo, intermediar as aspirações do capital e do social, identificado por meio das políticas públicas e observado nas seguintes reestruturações socioespaciais.

Os caminhos percorridos pelo gado no Ceará

As trilhas do gado estão fortemente relacionadas à história de ocupação do Ceará, enquanto os canaviais se alastravam pela larga faixa litorânea oriental do Nordeste, exultando suas riquezas naturais e econômicas. O gado, até então atividade secundária e auxiliar da cana-de-açúcar, delineava traços típicos no sertão semiárido do território cearense, o que nos faz compreender a existência de uma formação socioespacial específica – “civilização do couro” - capaz de tecer características e agentes particulares, assim como foram os

vaqueiros e a aristocracia rural durante o século XVIII (FREYRE, 1961; MENEZES, 1995).

Inicialmente, com a prática do criatório, depois com a mobilidade do pastoreio e, em seguida, com os pontos de fixação das charqueadas (oficinas/fábricas rudimentares para a salga da carne bovina), os caminhos iam sendo arquitetados e desvendados, formando o “Siará Grande”. Relata a historiografia cearense que as primeiras reses de gado foram trazidas por Martim Soares Moreno, considerado fundador da capitania do “Siará”. Ainda naquele período, século XVII, a criação bovina não se constituía prática comercial, era apenas criatória (GIRÃO, 1995).

Essa atividade, ao menos em sua etapa inicial, na concepção de Furtado (2007, p. 97), “era um fenômeno econômico induzido pela economia açucareira e de rentabilidade relativamente baixa. A renda total gerada pela economia criatória do Nordeste seguramente não excederia cinco por cento do valor da exportação do açúcar”. Somente no século XVIII, o gado *vacum*, espécie introduzida, logo se expandira. As ideias políticas da Metrópole portuguesa e as atividades econômicas do período entusiasmavam a pecuária, reestruturando o território cearense, alterando os costumes das comunidades indígenas, “que por submissão ou aniquilamento moral, foram pouco a pouco integradas no trabalho pastoril” (GIRÃO, 1995, p. 31).

O pastoreio proporcionava meio de transporte e força de tração, além de fornecer alimentos ao seu maior mercado consumidor - os engenhos -, haja vista que durante muito tempo todos os olhares estavam concentrados no açúcar que tomava grandes extensões do litoral, à proporção que o gado adentrava o sertão, por medidas formuladas pela Coroa Portuguesa (FURTADO, 2007). A necessidade de reduzida mão de obra e o próprio animal transportar-se nas longas caminhadas estimularam a expansão da pecuária nos sertões nordestinos, como salienta Girão (1995, p. 31):

Os próprios fatores contrários – as secas e os índios rebeldes – não puderam impedir o desenvolvimento da pecuária, apesar dos métodos rudimentares de sua implantação. Os currais localizados às margens dos rios e adjacências, facilitavam a aquisição de água corrente ou de poços (cacimbas), garantindo os períodos de estiagem. A abundância e variedade de pastagens forrageiras produzidas nos períodos chuvosos, nas imensas áreas inexploradas, assim como a salinidade do solo, garantiram a subsistência de um rebanho relativamente numeroso; composto, em sua maioria, de uma raça bovina resistente, adaptada, através de mutações sucessivas, às condições ambientais da região.

Nos caminhos percorridos pelo gado, com seus vaqueiros e tangerinos³, os rios representavam o ponto de encontro e irradiação nas correntes exploratórias do Ceará, eternizadas por Capistrano de Abreu (1967) como *sertões de dentro*, aquelas dominadas pelos baianos, e *sertão de fora*, guiadas pelos pernambucanos. Esses rios possuem grande importância na história de ocupação cearense, não somente por serem opções às vicissitudes climáticas e hídricas do sertão, mas por comporem o traçado político, econômico e cultural da região.

O vale do rio Jaguaribe representa uma linha de ocupação, pelos colonizadores provenientes de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, com a intenção de ocupar sesmarias. Concomitantemente, seguia-se a ocupação às margens do Acaraú, segundo maior rio em extensão do Ceará, com largas várzeas no baixo curso, com os colonizadores e seus gados vindos de colônias vizinhas, a exemplo do Piauí e do Maranhão. Os comentários de Magalhães (1970, p. 95-96) ressaltam esse itinerário:

Os pontos de eleição da entrada pela costa marítima foram as fozes dos vários rios que aí depõem o tributo de suas águas, notadamente o Jaguaribe e o Acaraú. Impede frisar, porém, que a entrada triunfal se operou sobretudo pelo acesso da porta folgada e liberal da barra do Jaguaribe.

3 O nome provém da expressão “tanger o gado”. Eram sertanejos ocupados em auxiliar os vaqueiros no transporte e cuidados com o gado.

Com efeito, as comunidades indígenas foram intensamente atingidas e as reações não tardaram a suceder. A “Guerra dos Bárbaros”, ocorrida no século XVII em grande parte na Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, especialmente no vale jaguaribano, testemunha a resistência dos povos locais à colonização e à perda de suas terras.

A força militar e política do “homem branco”, entretanto, e a mobilidade propiciada pelo gado fizeram com que os índios sobreviventes fossem obrigados a se adaptarem à atividade, com a instalação de inúmeras fazendas, nessas várzeas como registra Nascimento (2006, p. 226): “as fazendas tiveram como ponto de apoio as ribeiras, aproveitadas com o suprimento d’água, e, quando secavam, os leitos fluviais serviam de caminhos”. Durante o século XVIII, as ribeiras do Acaraú e do Jaguaribe serviam de aporte às oficinas de charque que se proliferavam com essas aglomerações formadas nos caminhos percorridos pelos vaqueiros e por seus rebanhos.

As fazendas surgidas na ribeira do Acaraú deram origem posteriormente a importantes vilas, enraizando no sertão semiárido o traçado do latifúndio, herança fundiária das sesmarias. Dados de Girão (2000, p. 154), fundamentados em documentos da época, reafirmam o exposto:

O capitão Félix da Cunha Linhares, morador na ribeira do Acaraú, no testamento que deixou, feito em notas do tabelião Francisco Cardoso Pereira e datado do sítio Muritiapuá em 7 de setembro de 1723, declarava-se dono de seis fazendas, nas quais havia mais de 8.000 cabeças de bovinos, 150 éguas e 50 cavalos.

Simbolizavam a unidade econômica e social, assim como eram as casas grandes nos canaviais, porém com algumas diferenças, visto que não possuíam os requintes próprios das zonas açucareiras. As relações econômicas eram a monetárias, enquanto a unidade social se dava com extremos patriarcalismo e compadrio, estando a cultura bastante arraí-

gada com os preceitos do catolicismo, confirmada por Girão (1995, p. 32), referindo-se ao vale do Jaguaribe: “Em 1788 possuía a ribeira do Jaguaribe número de currais suficiente para que fosse exigido dos sesmeiros uma contribuição da igreja, da hoje cidade de Russas”.

A dinamização das fazendas consolida a formação socioespacial cearense de que fala Pinheiro (2008), estruturada na propriedade privada da terra, nos indígenas e nos pobres livres. Os vaqueiros permeiam essas três categorias da sociedade da época. Pela tradição, e por herança, os filhos dos fazendeiros tornavam-se homens do campo auxiliados por outros trabalhadores da fazenda. Os vaqueiros ainda eram formados por índios e/ou pobres livres, que, posteriormente, com a prática da quarteação, poderiam se tornar proprietários de terras, multiplicando seus gados, suas forças de trabalho e suas terras. Conforme Furtado (2007, p. 98), a prática da quarteação consistia na seguinte atividade:

Aquele que não dispunha de recursos para iniciar por conta própria a criação tinha possibilidade de efetuar a acumulação inicial trabalhando numa fazenda de gado. [...], o homem que trabalhava na fazenda de criação durante um certo número de anos (quatro ou cinco) tinha direito a uma participação (uma cria em quatro) no rebanho em formação, podendo assim iniciar criação por conta própria.

Desse modo, era o gado o ponto central da riqueza da Colônia e os vaqueiros possuíam papel de destaque nesse contexto, como nos assegura Girão (1995, p. 35), ao dizer que “o vaqueiro foi sempre um indivíduo merecedor de respeito, em razão da superioridade que lhe conferia o conhecimento da terra, do gado, dos métodos de criação e a responsabilidade direta da fazenda”. Atualmente, a cultura do couro ainda é lembrada, como a festividade anual que agrega inúmeros vaqueiros, no segundo maior centro religioso do Ceará.

As feiras de Pernambuco e da Bahia eram os principais destinos dos vaqueiros, onde era comercializado o “gado em pé”, provindo de lugares diferentes do Nordeste. Mercadoria rentável, de valor agregado, o gado oferecia transporte, meio de trabalho, além da carne bovina e do couro, produtos largamente comercializados entre as aglomerações populacionais que se concentravam, principalmente, nas áreas de engenho e de mineração.

As longas distâncias percorridas pelos rebanhos faziam com que as reses chegassem bastante debilitadas às feiras. Para evitar esse desgaste do gado, os criadores de fazendas mais próximas do litoral instalaram abatedores, produzindo a carne seca, também conhecida como “carne do sol” ou “carne do Ceará”. A produção era comercializada para outras capitânicas, por via marítima. Além da carne, o couro se tornou um produto típico desses abatedores ou “oficinas”.

Desta vez, a “matéria-prima abundante, os ventos constantes e a baixa umidade relativa do ar, favoráveis à secagem e duração do produto; existência de sal, cuja importância se não precisa destacar; barras acessíveis à cabotagem da época” (BRAGA apud GIRÃO, 1995, p. 72), formavam um mercado competitivo às capitânicas mais bem estruturadas ou ainda àquelas localizadas próximas às conhecidas feiras de Olinda e Igarapu, em Pernambuco, e no Recôncavo Baiano.

O surgimento e o desenvolvimento das oficinas ou charqueadas, como eram conhecidas, demarcam a redução do deslocamento das boiadas para as feiras destacadas e o despontar dos primeiros pontos de fixação, com o gado estabulado. Inicialmente, no pequeno arraial de São José do Porto das Barcas, em seguida elevada à categoria de vila de Santa Cruz do Aracati, expandindo-se ao restante da capitania do Ceará, época esta anterior a 1740 (GIRÃO, 2000).

Essas oficinas eram fábricas rudimentares utilizadas no preparo da salga da carne e do couro bovino. Localizadas no litoral, favoreceram o surgimento dos primeiros núcleos demográficos, com maior

interpenetração entre o litoral e o sertão e inserção dos indígenas aldeados sob controle do Governo Colonial.

A dinâmica ainda estava centrada na pecuária, embora o comércio local se expandisse externamente com o fluxo das “sumacas”⁴ nos modestos portos cearenses, localizados nas embocaduras dos rios Jaguaribe e Acaraú, extasiando a economia cearense e criando traços típicos da aristocracia rural. No traçado das charqueadas, Aracati e Icó, no rio Jaguaribe; Acaraú e Sobral, no vale do Acaraú, se destacam. À Aracati, antiga São José do Porto das Barcas, foi logrado o título de “pulmão da economia colonial da capitania”⁵ e à Sobral de “Princesa do Norte”⁶, dados os requintes dessas vilas ante a capitania do “Siará”.

No rio Acaraú, o “rio das garças”, as charqueadas foram mais significativas no médio e baixo curso. Inicialmente, no povoado conhecido como Barra do Acaracú, posteriormente denominado Oficinas e, finalmente, Vila de Acaraú, a atividade logrou êxito - como demonstrou a sua toponímia antiga - influenciando no povoamento de Granja, Camocim e Sobral. Assim, foi se dando a ocupação do Ceará, que finca bases de fixação com as charqueadas.

O pastoreio ainda permanecia na capitania do Rio Grande do Norte, visando o abate e tração para o trabalho, principalmente as capitanias de Pernambuco e Paraíba, durante o período colonial. Não tardou, para as margens do Açu e de Mossoró, iniciar-se o ciclo das charqueadas aderidas pela capitania rio-grandense, que dispunha das condições favoráveis semelhantes ao Ceará.

4 As sumacas eram embarcações responsáveis pelo deslocamento, por via marítima, das reses de carne seca bovina (GIRÃO, 1996).

5 Segundo Girão (1996, p. 77), “A riqueza e o contato com as gentes mais civilizadas fizeram dos aracatienses os homens mais notáveis da Capitania, não só no trajar, nas artes, nas letras e nas ciências, mas nos negócios. Ser natural de Aracati representava, na época, uma legítima carta de apresentação”.

6 “Os barcos que levavam os produtos pastoris voltavam trazendo as grandes novidades em pratarias, porcelanas, cristais, móveis de jacarandá e outros objetos raros, entre eles materiais de construção; o que contribuiu para o aformoseamento da Vila de Sobral” (GIRÃO, 1996, p. 79).

Nesse período, a crise no abastecimento em Pernambuco era iminente, haja vista a grande concentração de demandas nos núcleos urbanos, onde se intensificavam o comércio do produto das charqueadas. As zonas canavieiras já não mais contavam com a produção do Ceará. Assim, as autoridades de Pernambuco, como centro de domínio político do Nordeste, proibiram a exportação da carne seca e do couro nos portos de Açu e Mossoró, o que favoreceu os portos cearenses.

Essa resolução política tomada para fomentar o “estômago de Pernambuco” (BRAGA apud GIRÃO, 1995), por um lado, prejudicava a capitania do Rio Grande do Norte, por outro, favorecia a capitania do Ceará, passando esta a suprir as necessidades do mercado pernambucano, representando o porto de Pernambuco como passagem obrigatória para todas as embarcações.

No Ceará, essas fábricas rudimentares para a salga da carne bovina e o preparo do couro foram de importância significativa. Não apenas por adensarem a economia colonial, mas também por desenharem alguns sistemas de engenharia⁷, presentes nos objetos geográficos e na sociedade, formando as rugosidades, não considerando apenas os traços materiais, mas também as representações imateriais, como, por exemplo, as relações de poder e as festas dos vaqueiros, assim retratadas pelas palavras de Girão (1996, p. 84):

O conjunto arquitetônico de Aracati e Sobral é também a amostra de sua importância no período colonial. Entre as obras de maior destaque, encontram-se as Igrejas, as Casas das Câmaras e as residências dos senhores donos de Oficinas e comerciantes; exemplo típico dos prédios de dois pavimentos ou ainda, uma arquitetura pesada, feia aparência, mas realmente segura, pois suas muralhas são levantadas com cerca de dois metros de espessura, no caso a cadeia de Sobral.

7 Para Santos (2008b, p. 88), “[...] sistema de engenharia se define como um conjunto de instrumentos de trabalho agregados à natureza e de outros instrumentos de trabalho que se localizam sobre estes, uma ordem criada para trabalho e por ele”.

As “veias” do Ceará (alusão aos tributários dos rios cearenses) iam sendo conhecidas e exploradas, num processo de interiorização pela pecuária, ficando às porções úmidas do estado, como o litoral, Cariri e a Ibiapaba, até os dias atuais, o resguardo da cultura da cana-de-açúcar. Congregando tais “veias” está a bacia hidrográfica do rio Acaraú. De acordo com Nascimento (2006), esta é constituída pelos Municípios de Groaíras, Cariré, Pacujá, Graça, Reriutaba, Varjota, Mucambo, Santa Quitéria, Catunda, Hidrolândia, Pires Ferreira, Nova Russas, Ararendá, Canindé, São Benedito, Ibiapina, Ipueiras, Ipu, Monsenhor Tabosa e Tamboril; Santana do Acaraú, Meruoca, Alcantâras, Massapê, Sobral e Forquilha; Acaraú, Cruz, Bela Cruz, Marco e Morrinhos, localizando-se respectivamente, entre o alto, médio e baixo cursos do rio.

As porções do estado referentes ao médio e baixo curso do rio Acaraú destacaram-se pelo êxito das charqueadas, especialmente durante o século XVIII. Referida atividade econômica entrou em crise em face do incremento da cultura do algodão, no final do século XVIII, visando ao comércio exterior e ao forte concorrente – a capitania do Rio Grande do Sul - que obtivera conhecimento da arte da carne do charque por intermédio do cearense José Pinto Martins, que para lá emigrou (GIRÃO, 1995).

Os registros da história do Ceará apontam que os últimos redutos de oficinas de charque cearenses datam do último decênio do século XVIII (1790), enquanto no restante do semiárido nordestino a atividade permaneceu até 1827 (GIRÃO, 1996).

Somente décadas depois desponta o algodão, mesmo com a presença do gado, no que ficou conhecido como o binômio gado-algodão. No contexto cearense, a economia algodoeira sobrepõe-se à da pecuária, configurando a segunda reestruturação socioespacial, identificada como as molas mestras da história política e econômica do século XIX.

O “ouro branco”: a fase áurea do algodão

O algodão sempre fora cultivado pelos indígenas, como produto de seu próprio consumo, sem interesse de acumulação ou de capitalização, pois viviam num sistema de “comunismo primitivo” (ENGELS, 2007). Somente mais tarde, quando se difundiu por maior extensão territorial, o algodão foi incorporado pela prática da comercialização.

Com características peculiares que logo o fizeram se expandir no sertão cearense permaneceu durante longo período em parceria com o gado, até sobrepujar-se à atividade pecuarista. Naquele momento, era o gado que transportava os fardos de algodão até o litoral, para o seu embarque nos portos cearenses.

Cultura agrícola de fácil adaptação ao clima semiárido, não necessitava de vasta mão de obra e constituía vantajosa atividade, visto que praticamente tudo do algodão era aproveitável. A semente, por exemplo, era utilizada como ração para o gado e a pluma transformada, na fase artesanal, em fios e tecidos para escravos e camadas mais pobres. Girão (2000) relata que só foi a partir de 1777 que no Ceará se cogitou o algodão como produto comerciável. Segundo esse historiador,

[...] naquele ano, transportara-se com o seu negócio de Lisboa para Fortaleza, onde se estabeleceu, o português Antônio José Moreira Gomes. Devido ao seu tino comercial e aos seus corajosos esforços que o famoso arbusto veio constituir-se, ao lado do boi, a mais substancial fonte econômica da Capitania (GIRÃO, 2000, p. 213-214).

A serra de Uruburetama teria sido o primeiro ponto escolhido onde se desenvolveu essa prática agrícola. Surgiriam daí as rudimentares fábricas de descaroçamento do algodão e de óleos vegetais. Já nesse período, inicia-se a gradativa exportação cearense, pois Lisboa,

por exemplo, era mercado consumidor, influenciando a expansão do algodão na serra de Uruburetama, na antiga “vila” de Fortaleza, nas várzeas do Jaguaribe e Acaraú e, depois, nas serras de Baturité, Meruoca, Pereiro e Aratanha.

Como citado anteriormente, dois acontecimentos internacionais alavancaram essa atividade agrícola e a economia cearense: a Revolução Industrial Inglesa e a Guerra da Secessão nos Estados Unidos. Naquele momento, cabia aos Estados Unidos suprir a necessidade de matéria-prima da Inglaterra, que intensificava a sua produção, conforme nos esclarece Furtado (2007, p. 155-156):

[...] a Revolução Industrial, no último quartel do século XVIII e na primeira metade do século XIX, consistiu basicamente em profunda transformação da indústria têxtil. [...] A primeira fase da Revolução Industrial apresenta na verdade, duas características básicas: a mecanização dos processos manufatureiros da indústria têxtil e a substituição nessa indústria da lã pelo algodão, matéria-prima cuja produção se podia expandir mais facilmente. Se à Inglaterra coube a tarefa de introduzir os processos de mecanização, foram os EUA que se incumbiram da segunda: fornecer as quantidades imensas de algodão que permitiram, em alguns decênios, transformar a fisionomia da oferta de tecidos em todo o mundo.

Com a Guerra da Secessão advieram os desajustes ocasionados no abastecimento de algodão à Inglaterra, passando o Brasil ser um importante fornecedor dessa matéria-prima, representando o Ceará uma das vias de escoamento da produção, de acordo com as análises de Furtado (2007, p. 194): “Nos anos 1860, quando ocorre a grande elevação de preços provocada pela guerra civil nos EUA, a produção de algodão se intensifica, e certas regiões, como o Ceará, conhecem pela primeira vez uma etapa de prosperidade”. Sobre esse fato, importantes são os relatos de Girão (2000, p. 232-233), correlacionando a fase “áurea” do algodão, como uma “febre da ambição”:

De um ano para outro, a Província cobriu-se de algodoads; derribavam-se as matas seculares do litoral às serras, das serras ao sertão; o agricultor com o machado em uma das mãos e o facho noutra deixava após si rumas enegrecidas. Os homens descuidavam-se da mandioca e dos legumes, as próprias mulheres abandonavam os teares pelo plantio do precioso arbusto; era uma febre que a todos alucinava, a febre da ambição.

No Ceará, a saída do produto se dava pelos portos de Aracati, Fortaleza (Mucuripe), Acaracu (antiga denominação de Acaraú) e Camocim, portos autorizados a embarcar o algodão em direção à Pernambuco, visto ser essa a passagem obrigatória, antes de qualquer percurso. Logo aportaram no Estado do Ceará as primeiras máquinas descaroçadoras, por volta dos anos de 1850, enviadas pelo Governo Imperial. Não tardou e novas especializações surgiram e, assim, naquele mesmo período, foi introduzido no Ceará o algodão herbáceo, representando modificações na estrutura produtiva, nas relações de trabalho e no espaço geográfico.

As grandes transformações socioespaciais foram percebidas com os resultados econômicos da lucrativa atividade. A exigência de trabalhadores mais aperfeiçoados, além do trabalho assalariado, corresponde a uma dessas alterações, contribuindo para dinamizar os primeiros núcleos urbanos no estado cearense.

A existência de um mercado consumidor formado por esses grupos de assalariados que iam se formando favorecia a instalação de inúmeras casas comerciais. Enquanto isso, os proprietários das terras produtoras de algodão empregavam seus lucros na edificação de casas, levantando-se arraiais, transformados depois em povoações (GIRÃO, 2000).

É desse período a estrada de ferro que liga Sobral a Camocim, com destino, principalmente, ao porto desta última cidade, efervescendo o comércio e o transporte, dando a feição dos primeiros nú-

cleos urbanos⁸. Também se integra a esse momento o rejuvenescer da cidade de Fortaleza, demarcando o território de centro administrativo da Capitania. O retorno dos Estados Unidos ao mercado consumidor inglês, por volta de 1865, anunciava o declínio dos anos de glória do “ouro branco” cearense, com a diminuição progressiva das exportações e dos preços⁹.

Mesmo diante desses fatos, durante o século XIX e início do século XX, perdurou a importância do algodão, originando, inclusive, o Serviço Estadual do Algodão, com estações experimentais em Quixadá, Maranguape, Russas (Jaguaribe) e em Três Lagoas (vale do Acaraú), de acordo com as informações de Girão (2000).

A crise do excedente agrícola motivou, como relatado, o surgimento de fábricas de beneficiamento do algodão, como as de descaroçamento e de produtos oleaginosos. Logo depois, emergia a produção da cera, aproveitando-se dos carnaubais nos grandes vales fluviais, abrindo caminhos à política de inserção do Ceará nas relações nacionais e internacionais fundamentadas na industrialização.

Tanto como produto agrícola, como matéria-prima básica para a indústria, a atividade algodoeira contribuiu para reestruturar o território cearense, tendo papel importante na Geografia do Ceará, marcando a terceira reestruturação socioespacial.

A indústria do Ceará nos rastros da agricultura

A sobrecarga da produção agrícola do Nordeste foi incisiva no surgimento das primeiras fábricas de tecidos no Brasil, em meados do século XIX, concentrando-se inicialmente na Bahia, vindo a se

8 Sobral, localizada na margem esquerda do rio Acaraú, anteriormente “Fazenda Caiçara”, representativa das “estradas das boiadas”, passa a representar as vias férreas.

9 “O ricoço de ontem estava com as propriedades empenhadas, e sem meios de ganhar a vida, o pequeno lavrador via-se na dura necessidade de trabalhar a 500 réis diários, [...]. Restava algum gado que foi vendido para se pagar a última parte da ilusória opulência, que durou tão pouco! [...]” (GIRÃO, 2000).

expandir ao restante do Nordeste e Sudeste (ANDRADE, 1981). Segundo dados do referido autor, das nove fábricas têxteis existentes no Brasil, em 1867, seis localizavam-se no Nordeste brasileiro, distribuídas entre a Bahia e Alagoas, enquanto no Sudeste (Rio de Janeiro e Minas Gerais), em virtude da atenção maior dessa porção do País à atividade cafeeira, encontravam-se três fábricas.

No Estado do Ceará, durante o século XIX, a atividade industrial relacionada à agricultura aumentava gradativamente, representando à indústria têxtil a alternativa para a utilização do algodão. As capitais dos estados nordestinos foram os primeiros lugares selecionados para a instalação das indústrias. No Ceará, a produção algodoeira convergia para Fortaleza, com o intuito de ser beneficiada na Fábrica de Tecidos Progresso, instalada em 1884 (SILVA, 1995).

Posteriormente, de acordo com Amora (1995, p. 124) as indústrias de maior vulto que surgiram em Fortaleza “[...] no período que vai da instalação da Fábrica Progresso até 1930, estavam voltadas para um maior aproveitamento do algodão, como a Siqueira Gurgel, fundada em 1925, e a Philomeno S/A Indústria e Comércio instalada em 1926”.

Apesar desse impulso industrial no Nordeste, na metade do século passado, a elevada concentração de capitais no Sudeste refreia esse crescimento. Isso se reforça com a substituição de importação, como enfatiza Andrade (1981, p. 35):

A indústria têxtil conheceu grande desenvolvimento nas primeiras décadas do século XX e foi altamente beneficiada pelas duas grandes guerras mundiais, que interromperam a importação de tecidos dos mercados europeu e norte-americano. Ocorreu, porém, que o crescimento industrial do Sudeste estimulou, sobretudo após 1930, o crescimento da cultura de algodão em São Paulo e no Paraná, que, melhor equipados que o parque nordestino,

passaram a competir com este último no mercado nacional, oferecendo melhores condições de qualidade do produto e de preços, fato que provocou a grande crise dos anos 1950 nesse setor industrial da região.

A atividade agrícola, inicialmente com o algodão, especializa a indústria cearense. Na década de 1940, surge e consolida-se o beneficiamento da carnaúba (*Copernicia prunifera*), de amplas utilizações, planta esta nativa dos solos dominantes nos vales fluviais do Acaraú e do Jaguaribe, que viria minorar os efeitos da crise vivenciada pela indústria têxtil na década de 1950. Na segunda metade do século XX, o mercado de consumo interno propicia a proliferação de pequenas unidades fabris, sobretudo de gêneros alimentícios (AMORA, 1995).

O surgimento da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), cria caminhos para que a partir da década de 1960, uma nova fase da industrialização seja inserida no território, alterando a dinâmica territorial de cidades cearenses como Fortaleza, Sobral, Juazeiro do Norte e Crato, com a instalação de inúmeras indústrias subsidiadas nos artigos 34/18 e regulamentadas pelo Fundo de Investimento no Nordeste - FINOR, lei de incentivos fiscais que garantia isenção de imposto sobre a renda das empresas nacionais e estrangeiras que viessem a se instalarem no Nordeste.

Esses são centros escolhidos para concentrar as indústrias, como previa o projeto da SUDENE, com base na teoria dos Polos de Desenvolvimento, de François Perroux. Essa política perdura até meados da última década do século XX, quando o quadro da política nacional agrega as exigências que o modelo do capitalismo requeria, fortalecendo-se a tese do controle do mercado e a redução do Estado no desenvolvimento planejado. É um novo momento da construção do projeto de sociedade e do espaço geográfico cearense.

Altera-se a configuração territorial, que ganha novas feições. A partir da década de 1980, sob os auspícios das políticas neoliberais, dinamizam-se as atividades econômicas no Estado do Ceará, com a forte parceria: público e privado, políticas estatais e empresas, corporificadas nas práticas industriais, turísticas e agrícolas, apoiados por serviços mais sofisticados com uso das tecnologias de informações e comunicações, especialmente após os anos de 1990. No atual modelo de modernização estandardizado pela globalização e tomado como prioritários pelos governos do Estado, afeiçoa-se, então, a quarta e atual reestruturação socioespacial do Ceará.

Os perímetros públicos irrigados nos vales fluviais

Associado e subsidiado pelo projeto nacional das duas últimas décadas do século XX, o poder local do Ceará arvora-se como definidor de um planejamento capaz de modernizar as atividades econômicas, por meio das inovações técnicas e organizacionais nos serviços, nas indústrias e no agronegócio. Para o setor primário, prioriza-se a agricultura empresarial, com a aplicação de recursos sofisticados nos projetos de irrigação, secundarizando o apoio à agricultura de sequeiro, utilizada pela maior parcela de agricultores do semiárido, passando a funcionar nesse modelo agrícola os perímetros irrigados.

Os primeiros perímetros públicos de irrigação no Ceará surgem na década de 1970, resultantes de inúmeras políticas voltadas à agricultura. São construídos em um momento de centralização política, emoldurado por crises e tensões sociais, mas, primordialmente, por uma necessidade de resposta a um processo que vinha se desenrolando: a constante modernização, na busca de inserir os mercados brasileiros, em especial do Nordeste, na roda das relações capitalistas.

No Ceará, as ações do Estado e de suas políticas sempre foram bastantes presentes e podem ser visualizadas nos 14 projetos de irrigação, abastecidos por açudes pertencentes às 11 bacias hidrográficas

cearenses. Segundo Sampaio (2005), com esse perfil, o Ceará passou a ser considerado o estado com maior número de reservatórios e projetos de irrigação, contrastando com o restante do Nordeste, que possui 38 perímetros irrigados do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS.

Esses fixos geográficos foram construídos dentro dos princípios estabelecidos pelo Plano Nacional de Irrigação (PNI), regido pela lei nº. 6.662, de 25 de junho de 1979, com o objetivo do “aproveitamento racional de recursos de água e solos para a implantação e desenvolvimento da agricultura irrigada” (Art. 1º, 1979, p. 3). Verificando os documentos desse Plano de Irrigação, vinculado ao I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), percebe-se o incentivo à entrada das agroindústrias nos perímetros irrigados, já na década de 1970, conservando a apropriação da terra às classes detentoras de capital. Carvalho (1988, p. 362) corrobora essas ideias, ao acentuar que

A modernização da agricultura, que a Lei de Irrigação possibilita, tende muito mais para a linha conservadora do que para a reformista. Uma de suas particularidades mais notáveis, que bem expressa a força conservadora das classes responsáveis por sua aprovação, tem a ver com a definição das formas de acesso às terras irrigáveis da região, destinadas tanto aos produtores sem-terra (os colonos), como aos empresários agrícolas e agroindustriais, interessados no desenvolvimento da agricultura irrigada (ou nos incentivos que o Estado propicia em função desta).

Na realidade, essa política pública propiciou amplas mudanças no campo, originando “oásis” encravados no sertão cearense, nas considerações de Bursztyn (1984) e Diniz (1997; 2002). Entende Diniz (2002) que a subordinação direta dos agricultores familiares camponeses ao Estado e ao capital financeiro corresponde a uma dessas alterações no campo. A análise mais minuciosa da conjuntura política e das novas relações surgidas constata, assim como fez Bursztyn, que o “oásis” não passava de “miragem” para os colonos.

Nos anos seguintes, com novos interesses acoplados às inovações tecnológicas e organizacionais, impõe-se um modelo de irrigação direcionado aos mercados externos. No Ceará essas alterações no espaço geográfico são apoiadas por grupos empresariais detentores de poder político, fase marcada pela ascensão de empresários ao governo em 1986, que consolidaram a entrada definitiva de investimentos maciços de capital externo, atrelando o desenvolvimento cearense às transformações globais.

Naquela ocasião, o Brasil acatou a política do neoliberalismo em expansão no mundo. Reflexo disso são os perímetros irrigados construídos após esse período, os quais seguem esse panorama, moldados no modelo de desenvolvimento projetado para o Estado, como se refere Elias (2002, p. 19),

[...] até a década de 1970, o conjunto da agropecuária permaneceu quase inalterado. Mas, a partir de então, vislumbra-se a ocupação de novas fronteiras pela agropecuária globalizada e pontos específicos desta região passam a merecer a atenção das empresas hegemônicas do setor, que promovem grandes investimentos na área, dinamizando a agricultura comercial.

Surgem, então, os perímetros irrigados Baixo Acaraú, Araras Norte – no rio Acaraú – e Tabuleiro de Russas, à margem do rio Jaguaribe. Segundo reportagem publicada em jornal local (O Povo, 03/ 09/2008), esses projetos nascem como uma proposta de transferir a gestão do “modelo paternalista do passado” para a iniciativa privada, atraindo os olhares do agronegócio para a fértil relação de 14 projetos irrigados no estado do Ceará. Na atualidade, desses destacam-se os perímetros irrigados Jaguaribe-Apodi, Tabuleiro de Russas, Araras Norte e Baixo Acaraú, no acatamento dos objetivos dos negócios internacionais (quadro 1).

Quadro 1: Perímetros públicos de irrigação no Ceará.

Perímetro irrigado	Localização	Início - administração	Produção
RIO JAGUARIBE			
Morada Nova	Morada Nova e Limoeiro do Norte	1968 – 1970	arroz, feijão, banana, acerola, coco, graviola e capim de corte.
Icó – Lima Campos	Icó	1969 – 1973	arroz, feijão, milho, banana, coco, graviola, manga e capim de corte.
Iracema	Iracema	1971 – 1973	feijão vigna, milho/espiga e algodão herbáceo.
Quixabinha	Mauriti	1971 – 1972	banana, coco, uva, milho, feijão, algodão herbáceo, capim de corte e fumo.
Várzea do Boi	Tauá	1973 – 1975	banana, milho/espiga e algodão herbáceo.
Jaguaruana	Jaguaruana	1975 – 1977	arroz, feijão, milho, tomate, banana, coco, goiaba, mamão, manga, maracujá, uva, algodão herbáceo, sorgo e capim de corte.
Jaguaribe – Apodi *	Limoeiro do Norte e Quixeré	1987 – 1989	banana, milho verde, melão, mamão, goiaba, ata, melancia, pimentão, graviola, algodão herbáceo, feijão vigna, sorgo e capim de corte.
Tabuleiro de Russas	Russas, Limoeiro do Norte e Morada Nova	1992 - 2004	abacaxi, banana, goiaba, maracujá, mamão, melão, melancia, feijão e milho.
RIO ACARAÚ			
Ayres de Souza	Sobral	1974 – 1977	arroz, feijão vigna, melancia, algodão herbáceo e milho verde.
Forquilha	Forquilha	1974 - 1977	banana, graviola, goiaba, feijão vigna, milho/espiga, coco, mandioca, pimenta e capim de corte.
Araras Norte	Varjota, Reriutaba e Cariré	1987 – 1998	coco, banana, mamão, goiaba, graviola, maracujá, caju, uva.
Baixo Acaraú	Marco, Bela Cruz e Acaraú	1983 - 2001	abacaxi, banana, goiaba, maracujá, mamão, melão, melancia, feijão e milho.
RIO CURU			
Curu – Paraipaba	Paraipaba	1974 – 1975	coco, cana-de-açúcar, citros e acerola.
Curu – Pentecoste	Pentecoste e São Luiz do Curu	1974 – 1975	banana, coco, mamão e feijão vigna.

Fonte: DNOCS, adaptado por Vasconcelos (2009). * O Perímetro Irrigado Jaguaribe – Apodi, embora não tenha surgido visando à agricultura empresarial, nos anos seguintes, incorporou esse modelo agrícola, com o propósito de atender o agronegócio.

A irrigação, entretanto, não é recente nos vales fluviais do Acaraú e Jaguaribe. A utilização de cata-ventos marcou a prática irrigada dos agricultores acarauenses e jaguaribanos, durante o século XIX, como registra Araújo (1971, p. 184), ao tratar do “rio das garças” (rio Acaraú) e sua relação com a agricultura irrigada voltada ao algodão:

No que se refere ao beneficiamento do algodão, desde a segunda metade do século XIX existiram, aqui, aparelhos rudimentares, movidos a Cata-ventos de lona ou pano – de - algodão, com prensas de madeira, para o enfardamento da lã. As firmas Raimundo Ferreira Sales, João Batista da Silveira e Miguel Gonçalves Ferreira exploraram, nesta cidade, essa indústria, ao passo que o sr. Bento Moura Ferreira instalou, para o mesmo fim, uma Bolandeira, puxada a boi, em sua fazenda “Bom Futuro”. E, posteriormente, o sr. Fernando Pereira Brandão montou, em sua fazenda “Taperinha”, uma delas, acionada a motor.

Outro registro histórico nos é dado por Girão (2000, p. 389) sobre a atividade irrigada no vale jaguaribano:

É assunto cediço a descrição das propriedades industriais e até medicinais da carnaúba. Muito apreciados são os moinhos de vento (cata-ventos) feitos todos da madeira da carnaúba, exceto as engrenagens, tão comuns e úteis no baixo Jaguaribe, transformando os aluviões secos em ricos pomares à sua custa.

Essa era a fase em que o homem se associava com seu trabalho direto, contando com o auxílio de técnicas locais, às forças naturais. Esse sistema de engenharia respondia primordialmente às necessidades do lugar. Quando exitosas essas criações dos pequenos produtores são absorvidas pelos empresários. Santos (2008a, p. 88) expõe como o capital coopta a criação social em seu proveito na solidificação dos sistemas de engenharia, especialmente na irrigação:

Dentro da natureza modificada pelo homem, os níveis de organização são tão diversos quanto o são os níveis de humanização da natureza. Os sistemas de engenharia evoluem com a história. De modo geral, podemos dizer que passamos primeiro de um uso maior do trabalho a um uso maior do capital, sempre. [...] É por isso que a palavra e o ato da irrigação têm, através do tempo, significados diferentes de um ponto de vista não apenas técnico mas econômico, social, político e cultural; e, paralelamente, a evolução dos sistemas de engenharia transcende a natureza, que se vai tornando mais e mais artificial. Essa conquista não é homogênea, certas áreas sendo mais caregadas dessas verdadeiras próteses do que outras.

Esses fixos gerados pelas infraestruturas públicas, para atender aos interesses do empresariado da fruticultura, reorganizando o território e modificando a vida de inúmeras pessoas, portanto, repleto de contradições, conflitos e desigualdades sociais, retratam a luta travada entre o “novo” modelo de irrigação externo que tenta impor-se, por meio das práticas agrícolas geradas e geridas pelo agronegócio e apoiadas pelo Estado, nas comunidades locais. De acordo com Harvey (2009, p. 39), essas crises de destruição criadora são caracterizadas

[...] pelo “absurdo” do excesso de produção em meio a inúmeras necessidades sociais urgentes mas não atendidas, de fome em meio à abundância, de desigualdades em rápido crescimento e da periódica destruição das forças produtivas antes criadas com que a burguesia buscou criar um mundo à sua própria imagem e semelhança.

É dessa forma, que o território cearense vem sendo reestruturado, por meio do planejamento e das políticas públicas, seguindo a tendência mundial preponderante de expansão de mercado e produção em massa, alicerçado por sistemas técnico-científicos, objetos resultantes da “criação destrutiva”, apontada por Harvey (2009), na frenética busca pela lucratividade que o espaço geográfico possa continuamente oferecer.

Considerações finais

Para o entendimento da atual formação do espaço geográfico cearense, tornou-se primordial utilizar, como metodologia, as Reestruturações Socioespaciais ou transformações do território, em cada período norteado por nova modernização. Para sua aplicação, necessário discernir faixas temporais caracterizadas por agentes sociais envolvidos, os meios e os modos de produção, as relações estabelecidas no trabalho, preponderantes, além das inovações nos transportes e nas atividades econômicas, ou seja, tudo que possua força para reconfigurar a organização do espaço humano. Isso se funda no princípio, exposto por Marx e Engels (2007, p. 30), em *“A Ideologia Alemã”*, de que “a realidade, o mundo sensível, que nos rodeia é produto histórico, isto é, resultado da atividade de toda uma série de gerações”. Aplicado ao espaço aqui referido, pode-se entender que a atual realidade resulta das atividades sociais de cada período considerado, com seus respectivos sistemas técnicos.

No Ceará, a fase áurea das charqueadas é característica da ocupação, da importância dos vaqueiros e da violência contra os indígenas. Com o algodão, o trabalho assalariado, os primeiros núcleos urbanos, o transporte ferroviário e as dinâmicas comerciais correspondem às expressões socioespaciais, desse momento. As primeiras unidades industriais revelam a significativa contribuição das intervenções e planejamentos do Estado, em prol de um desenvolvimento estruturado no crescimento econômico. O momento atual, das prioridades governamentais às atividades do turismo, de implantação de plantas industriais consideradas modernas e dos perímetros irrigados para propulsar o agronegócio nos principais vales úmidos, reafirmam a ligação entre as políticas públicas e as iniciativas privadas, acirrando a desigualdade entre as classes sociais. Isso se faz sobre uma base social e uma estrutura espacial herdadas de gerações anteriores.

Aportando-se ao que é típico na Reestruturação Socioespacial, para melhor compreender as ações nos vales fluviais do Acaraú e Jaguaribe, busca-se compreender o substrato da sociedade local e de seu território vivido. Nesses subespaços é encontrada a formação de uma sociedade aristocrática, com fontes de riqueza advindas do meio rural, arraigamento de famílias tradicionais com domínio econômico e político secular e amplas ligações aos interesses exógenos.

As questões do uso da terra pulsam fortes entre os inúmeros problemas sociais, no campo e nas cidades. A grande massa das populações indígenas e de agricultores, que sobreviveram dos massacres dos dominadores apoiados pelo Império Português, lutam pela sobrevivência no sistema de produção familiar camponesa, trabalhando em terras que não mais lhes pertencem ou, ainda, saindo em constante processo migratório, sempre em clima de tensão.

Posteriormente, após a década de 1980, surgem os perímetros irrigados, enquadrados nas ordens neoliberais. A iniciativa privada associar-se-ia aos interesses estatais que exerciam papel de mediador econômico e social, interessado no crescimento econômico, controlando as tensões sociais com o discurso ideológico da “geração de emprego e renda” e desenvolvimento trazidos pelo agronegócio. Isso não faltou na concepção dos atuais perímetros irrigados do Ceará.

As reconstruções no espaço geográfico do Ceará, dessa forma, vão seguindo declínios e apogeuos entrelaçados às dinâmicas globais, como partícipes do modo de produção capitalista que vai se forjando nos territórios. Tomando como base alguns estudiosos, à exemplo de Mandel (1985), pode-se entender que esse processo se deu tardiamente, tendo em vista que, enquanto no Ceará do século XIX despontavam as primeiras iniciativas industriais, ainda associadas fortemente à pecuária sertaneja, quando na Europa já se deslindava a Revolução Industrial, com todo vigor. Esse cenário não desvincula o Ceará das relações capitalistas historicamente estabelecidas.

Portanto, o conceito de reestruturação e formação socioespacial propicia o olhar analítico acerca da atual conjectura do estado do Ceará, pelas alterações sobrepujadas no espaço geográfico, interligado à totalidade. As crises e possíveis conflitos posteriores nascem dos embates entre o “novo” que tenta desajustar o “velho”, o “moderno” impondo-se sobre o “tradicional”, o “privado” misturando-se ao “público”. Entretanto, o que é ser moderno, diante do que as reestruturações nos apontam? O que representam esses conceitos, nessa frenética produtividade e consumo? Assim, o que se intenta como busca geográfica constante é de entender por que o espaço é reestruturado e, sobretudo, para quem servem essas reestruturações, assumindo a periodização como recurso analítico imprescindível no entendimento da (re)produção do espaço geográfico e de todas as suas dinâmicas envolvidas.

REFERÊNCIAS

- ABREU, João Capistrano. **Capítulo da história colonial**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- AMORA, Zenilde Baima. Aspectos históricos da industrialização no Ceará. In.: SOUZA, Simone (Org.). **História do Ceará**. 4ª ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995. p.121-129.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Estado, capital e industrialização do Nordeste**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- ARAÚJO, Nicodemos. **Município de Acaraú** - notas para sua história. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1971.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Schwarcz Ltda, 1992.
- BRASIL, Ministério do Interior - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Lei nº. 6.662, de 25 de junho de 1970 - Dispõe sobre a **Política Nacional de Irrigação** e dá outras providências. Fortaleza: Departamento de Imprensa Nacional, 1979.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos** - planejamento e clientelismo no Nordeste. Petrópolis: Vozes, 1984.

CARVALHO, Otamar de. **A economia política do Nordeste**: seca, irrigação e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito chave na geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002. p. 15-47.

DINIZ, Aldiva Sales. **Território controlado-território recriado**: os laços e rupturas das relações Estado e irrigante. 1997. 150f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1997.

DINIZ, Aldiva Sales. A construção dos perímetros irrigados e a criação de novas territorialidades no sertão. In: ELIAS, Denise; SAMPAIO, José Levi Furtado (Orgs.) **Modernização excludente** - paradigmas da Agricultura Cearense. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p. 37-60.

ELIAS, Denise. Integração competitiva do semi-árido. In: ELIAS, Denise; SAMPAIO, José Levi Furtado (Orgs.) **Modernização excludente** - paradigmas da Agricultura Cearense. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p. 11-36.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 2. ed. São Paulo: Escala, 2007.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Liv. José Olympio, 1961.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. Da conquista à implantação dos primeiros núcleos urbanos na capitania do Siará Grande. In.: SOUZA, Simone (Org.). **História do Ceará**. 4. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995. p. 25-44.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. As charqueadas. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v. CX, p. 71-92. 1996.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. **História econômica do Ceará**. 2. ed. Fortaleza: UFC, Casa de José de Alencar, 2000.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. 3. ed. Paris: Editions Anthropos, 1986.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

- LEITE, Maria Amélia. O cearense é um povo caboclo? In: CHAVES, Gilmar (Org.). **Ceará de corpo e alma: um olhar contemporâneo de 53 autores sobre a terra da luz.** Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002. p. 29-35.
- LIMA, Luiz Cruz (Org.). **Reestruturação socioespacial: do espaço banal ao espaço da racionalidade técnica.** São Paulo: Annablume, 2006.
- LIMA, Luiz Cruz. Reestruturação socioespacial do Ceará. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 15, 2008, São Paulo, **Anais...** São Paulo: 2008.
- LIMA, Luiz Cruz. Políticas públicas de (des)envolvimento do Nordeste: uma leitura crítica da geografia. In: ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDOS GEÓGRAFOS, X, 2009, Campina Grande, **Anais...** Campina Grande: 2009.
- MAGALHÃES, Jósa. O vaqueiro na história do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, p. 94-103, 1970.
- MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política. O Processo de Produção Capitalista.** Livro 1, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.
- MENEZES, Djacir. **O outro Nordeste: ensaio sobre a evolução social e política do Nordeste da “civilização do couro” e suas implicações históricas nos problemas gerais.** 3. ed. Fortaleza: Casa José de Alencar, 1995.
- MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia.** São Paulo: Contexto, 2007.
- NASCIMENTO, Flávio Rodrigues do. **Degradação ambiental e a desertificação no Nordeste brasileiro: o contexto da bacia hidrográfica do rio Acaraú – CE.** 2006. 370f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.
- PINHEIRO, Francisco José. **Notas sobre a formação social do Ceará (1680 – 1820).** Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.
- RANGEL, Ignácio. **Ciclo, tecnologia e crescimento.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- SAMPAIO, José Levi Furtado. As águas, a seca e o estado. In.: SILVA, José Borzacchiello; CAVALCANTE, Tércia; DANTAS, Eustógio. **Ceará: um novo olhar geográfico.** Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2005. p. 463-476.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica.** São Paulo: Hucitec, 1980.
- SANTOS, Milton. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2008a.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008b.

SILVA, José Borzacchiello da. O algodão na organização do espaço. In. SOUZA, Simone de (Org.). **História do Ceará**. 4. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995. p. 81-93.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

VASCONCELOS, Tereza Sandra Loiola. **Reestruturação socioespacial do Ceará**: os desdobramentos da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú. 2010. 188p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

9.

A EVOLUÇÃO DOS SISTEMAS TÉCNICOS E AS REESTRUTURAÇÕES SOCIOESPACIAIS*

Introdução

Muitos são os escritos e variadas as teorias que explicam a dinâmica da sociedade, em diferentes momentos ou períodos, na produção e nas metamorfoses da estrutura socioespacial, política e econômica. Sabe-se que no último meio século, a humanidade entrou num período da mais profunda transformação em todos os campos, com a revelação de múltiplas descobertas científicas e introdução de inovações técnicas e de objetos, antes desconhecidos, no cotidiano de todos nós. Dentre as instâncias sociais (SANTOS, 1978, cap. 13), o espaço geográfico, entendido “como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (SANTOS, 1996, p. 18), é o que mais expressa essa realidade. Essas transformações foram mais radicais e mais intensas na atual temporalidade, implicando em renovação em todos os níveis da sociedade, induzindo fortes rupturas e desequilíbrios na natureza, como antes não ocorrera.

Periodicamente, o espaço social é impulsionado por um ou vários de seus agentes de transformação – sociedade, empresas e Estado –, como se requalificando para acompanhar as inovações absorvidas pelo sistema produtivo dominante, que conformam as diferentes composições dos diversos sistemas técnicos que se forjam na complexidade do trabalho social. À medida que inovações penetram em territórios com sistemas técnicos mais afeitos a modos de produção

* Trabalho publicado originalmente em 2012 na Revista Observatorium (Uberlândia), número 12, em coautoria com Elizete de Oliveira Santos.

passados, as comunidades se ressentem em seu modo de vida, com amplos e sofridos deslocamentos populacionais, desqualificação para novos modelos de trabalho, perda das referências culturais, absorção ou rejeição a novos hábitos e valores, forçadas adequações às novas regulações impostas pelo poder instituído. Onde essas transformações se injetam de forma mais rápida, especialmente com volumosos investimentos do poder público, tornam-se os movimentos sociais mais densos, quer no acatamento da nova realidade, quer na repulsa de tais verticalidades (SANTOS, 1996).

No contexto atual, a produção e a reestruturação do espaço não mais se restringem às ações mecânicas do trabalho local, às vontades das ordens horizontais, quer dos que nele vivem, quer dos governos locais, mas de ordens distantes, ou seja, do comando da produção internacional representado por fortes grupos hegemônicos. A ciência, a técnica e a informação estão a eles subordinadas. São essas ordens que definem o tipo de espaço que interessa ao mundo das mercadorias em frenético fluir. Ter conhecimento do mundo é saber a fonte desses comandos e suas respectivas redes, definidas pelos circuitos produtivos e pelos centros de criação de inovações em suas respectivas temporalidades. Assim, o espaço geográfico é demarcado e arquitetado pelo volume de ordens informacionais para absorção de recentes descobertas científicas e técnicas, condição a ser ele inserido ao modo de produção/consumo vigente.

As verticalidades (quer como objetos materiais desconhecidos pelas comunidades locais, quer como saber técnico-científico e organizacional provindo dos centros distantes), desmontam as horizontalidades forjadas pelos habitantes. Enquanto as verticalidades são produtos de ordens distantes e imediatas, as horizontalidades são marcadas pelo acúmulo do tempo de vida das comunidades, denotando uma construção temporal que modelou um conjunto de homens e mulheres que se conjugam pela solidariedade orgânica, cimento básico da vida em sociedade.

Esse processo histórico de construção e reestruturação do espaço resulta no que Santos (1979, 1988, 2005) definiu como formação socioespacial, categoria de elevada importância para o trabalho das ciências sociais. Não devemos olvidar que desse processo de encontro entre as verticalidades e as horizontalidades resultam as contra-finalidades, como expressão do debate contraditório entre a racionalidade técnica e a defesa da vida ou da formação socioespacial.

A formação socioespacial não pode ser compreendida fora de um movimento totalizador, no qual todos os seus elementos são variáveis que interagem e evoluem de forma simultânea. Isso porque “nenhuma sociedade tem funções permanentes, nem um nível de forças produtivas fixo, nenhuma é marcada por formas definitivas de propriedade, de relações sociais” (SANTOS, 1979, p. 25).

Os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada. Deste ponto de vista, as formas espaciais seriam a expressão empírica dos modos de produção. Daí, na sua determinação geográfica, serem eles seletivos, reforçando, dessa maneira, a especificidade dos lugares. De acordo com Santos (1979, p. 28),

As diferenças entre os lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares. O valor de cada local depende de níveis qualitativos e quantitativos dos modos de produção e da maneira como eles se combinam. Assim, a organização local da sociedade e do espaço reproduz a ordem internacional.

Em suma, o espaço influencia a evolução das estruturas (políticas, econômicas e sociais) e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade e de seus movimentos. Como disse Callois (citado por Santos, 1979), “o espaço impõe a cada coisa um conjunto particular de relações porque cada coisa ocupa um dado espaço”. A formação socioespacial de que tratamos é justamente aquela que se

desenvolveu a partir de relações próprias, cuja base de compreensão reside no movimento da totalidade, em períodos e espaços determinados, representativos de tempos diferentes.

Esboçado esse cenário, ainda que de modo resumido, é de fundamental importância evidenciar os processos de construção do espaço, como resgate de um passado com suas heranças onde se erigem as atuais externalidades como base de domínio da nova modernidade. Daí, nos situarmos na estrutura ou totalidade de hoje, compreendendo a realidade que nos impõe ordens de viver, lembrando também o quadro natural e construído com seus bens materiais e imateriais, marcas insubstituíveis da formação socioespacial de determinada sociedade. Outro caminho a ser percorrido diz respeito às horizontalidades existentes e permanentes, nem sempre complementares das verticalidades exigidas pelas inovações recém-chegadas. Essas horizontalidades são demarcadas pela vida produtiva e pela vida social, que, dia após dia, socializa a natureza.

Os espaços marcados pela modernidade, aqui expostos parcialmente, trazem neles as marcas das contradições que se conjugam com a transmutação da ordem política local. Essa modernidade se engendra, todavia, no cerne de uma formação socioespacial preñe de contradições, o que põe na ordem do dia o desafio de empreender o ousado projeto de tentar dar conta dessa realidade em curso, valendo-se do estudo da gênese dos processos, de modo a contribuir com a construção de caminhos para pensar a realidade local como fração do espaço nacional. No bojo desse projeto de pensar a geografia de um fragmento territorial, emerge como necessidade teórico-metodológica discutir a evolução dos sistemas técnicos específicos, ante às especificidades locais e temporais.

Tomando como referência o estado do Ceará, como representativo do Nordeste semiárido, essas especificidades locais dizem respeito ao caráter natural e ao relativo isolamento das populações do semiá-

rindo no quadro das atividades produtivas até o século XIX, salvo o uso de reservas territoriais para a pecuária muito mais ligada, inicialmente, à economia de subsistência (FURTADO, 1963, p. 80). Persistia o domínio da natureza sobre a produção de bens e do espaço.

Tanto indígenas como as populações imigrantes – sob os ditames das ordens coloniais, imperiais e republicanas – se afeiçoaram ao território usado, já com suas marcas de poder, com seus topônimos e vida econômica assentada. Com essa identidade criada, o Ceará se enquadra no conceito proposto por Santos (1999, p. 10):

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence.

Como a consciência do pertencimento nos conduz às dimensões do poder, compreendemos que a proposição de Santos é ratificada por Souza (1995, p. 78-79) de que o território deva ser apreendido como “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Para essa concepção, corrobora o pensamento de Raffestin (1993, p. 143-144), apoiado em Lefebvre:

Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. [Henri] Lefebvre mostra muito bem como é o mecanismo para passar do espaço ao território: “A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam”. [...] O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder.

Nesse caso, o território toma a dimensão da vida como território usado, entendido como resultado do processo histórico quanto à base material e social das novas ações humanas. Tal ponto de vista permite uma consideração abrangente da totalidade das causas e dos efeitos do processo socioterritorial que se dá com as constantes relações de poder que se imbricam para formar a complexa realidade com a qual nos deparamos. Assim, o território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar as relações estabelecidas entre o lugar e o mundo. As relações entre lugar e mundo envolvem os atores hegemônicos que têm o território usado como recurso para seus interesses, na dialética das lutas entre horizontalidade e verticalidade.

Discutir o território socialmente usado implica decifrar sua constituição como unidade e diversidade, considerando, em cada época, o peso diverso das heranças, atentando para o fato de que a redistribuição do processo social e, portanto, o uso que se faz do território, não é indiferente nem às formas herdadas nem à incidência diferenciada dos eventos contemporâneos. O passado e o presente se apresentam nas inúmeras formas e técnicas que possibilitam a ação humana, formando os sistemas técnicos, em uso.

Os sistemas técnicos participam obrigatoriamente da conformação do território – de sua apropriação e utilização – por meio de um processo de desenvolvimento desigual e combinado e de sua inserção desigual na história, no tempo e no espaço. Para Milton Santos, “a cada lugar geográfico concreto corresponde, em cada momento, um conjunto de técnicas e de instrumentos de trabalho, resultado de uma combinação específica que também é historicamente determinada” (SANTOS, 1996, p. 46). Ao se tornarem território, os conjuntos de técnicas obrigatoriamente se representam na paisagem, onde a vida cotidiana é historicamente determinada pelos sistemas de objetos e pelos sistemas de ações em articulações específicas.

Esse norteamento teórico permite elaborar um constructo de reflexões que pensem o Ceará moderno, recorrendo à análise da evolução do seu território, a partir do estudo dos seus sucessivos sistemas técnicos. Assim, buscamos deslindar as relações que se estabelecem entre as redes técnicas caracterizantes de cada período dessa evolução e a sociedade de então, plasmando-se nas diferentes territorialidades que marcaram o conflito dialético entre horizontalidades e verticalidades (SANTOS, 1996) que permeou a constituição do atual espaço cearense.

O processo de formação do espaço cearense e as reestruturas socioespaciais

Os variados objetos, como parte integrante do espaço geográfico, se compõem de diferentes tipos, segundo suas determinações. Eles participam da vida social nas suas variadas funções, principalmente como participantes das forças produtivas, tais como os instrumentos de trabalho e os objetos de produção. Há uma reciprocidade com os sistemas de ações, tanto porque “toda criação de objetos responde a condições sociais e técnicas presentes num dado momento histórico” (SANTOS, 1996, p. 56), como os objetos “... podem nascer destinados a certo tipo de ações...” (p. 70). Quando essas ações se ligam a atividades técnicas, elas são servidas por objetos técnicos.

Ainda seguindo o referencial teórico-metodológico delineado pelas obras de Milton Santos, ressalta-se que, em relação ao tempo, há três possibilidades de existência dos objetos: (1) permanecerem e assumirem funções novas; (2) serem modificados para se adaptarem às exigências do novo modelo de acumulação; ou (3) desaparecerem por ineficiência. Muitos objetos se fixam por muito tempo, casando-se com os mais recentes no processo de trabalho. As ações do presente (sincronia) se fazem com objetos de idades diferentes (diacronia), para resultados exigidos pelo momento histórico que nos assiste. É disso que nos falam Santos e Silveira (2001, p. 23):

O trabalho se complica porque o espaço acumula defasagens e superposições de divisões do trabalho – sociais e territoriais. De um ponto de vista genético, as variáveis do espaço são assíncronas, mas em cada lugar elas funcionam sincronicamente e tendem a ser assim também quanto ao todo.

Desse modo, o espaço se renova constantemente, respondendo às dinâmicas dos modos de produção, o que contribui para a constante reestruturação dos sistemas de objetos e de ações. Isso evidencia o processo de metamorfose do espaço habitado (SANTOS, 1988). Como destaque dessa dinâmica, o espaço cearense é tomado em sua formação, tendo como pauta seus variados sistemas de objetos e de ações, desde o século XVII, conforme análise feita a seguir.

A evolução do território cearense sempre esteve ligada às exigências externas, agregando sucessivos modelos de acumulação, com suas especificidades de trabalho e da correspondente organização social. Ganhando hegemonia, cada modelo de acumulação imprime normas, valores, dinâmicas novas que remodelam o espaço e as relações sociais e de produção. Não só se modificam os sistemas de objetos, como os sistemas de ações são diferentes dos que dominavam anteriormente, resguardando as rugosidades ou marcas do passado (SANTOS, 1996).

Sobre o conceito de modelo de acumulação, seguimos a orientação teórico-metodológica de Moreira (2002, sp), segundo o qual:

O modelo de acumulação é o recorte estrutural desse modelo histórico, definido a partir de um ramo-base da economia, o mais dinâmico de cada momento, de onde emanam os estímulos que articulam todos os demais ramos numa estrutura e num dinamismo que faz o sistema econômico movimentar-se como um todo. O Estado é o elemento-chave da integração desse todo metabólico. Sob sua instância, forma-se a estrutura integrada dos ra-

mos e serviços ao redor do ramo-base que retroage até à retaguarda agrícola no campo. Assim, o dinamismo do ramo-de-ponta se irradia para a totalidade dos demais ramos e setores, infundindo um ritmo e um perfil ao todo econômico que o Estado cuida de fazer acontecer através das suas políticas econômicas.

Nesse sentido, Moreira (2002) propõe uma periodização do modelo brasileiro identificando quatro modelos de acumulação, estando o último ainda em constituição:

1. Modelo de acumulação agromercantil escravista – caracterizante do período colonial até aproximadamente dois marcos importantes: instituição da Lei de Terras em 1850 e a abolição dos escravos em 1888;

2. Modelo de acumulação primitiva interna proto-industrial – caracterizante do período pós-escravista até aproximadamente as décadas de 1920/1930, fase marcada pela desintegração nacional e especificidades regionais, forjando a estrutura socioespacial conhecida pela metáfora “Brasil Arquipélago”;

3. Modelo de acumulação urbano-industrial – caracterizante do período que se inicia aproximadamente em 1930, com as reformas promovidas pelo Governo Vargas, lançando a bases para o modelo industrial que desde então domina a evolução da estrutura socioespacial do país, embora com mudanças internas significativas ao longo do século XX e marcadamente no início do século XXI;

4. Modelo de acumulação urbano-financeiro – forjado no seio do modelo de acumulação industrial, esse período se inicia aproximadamente na última década do século XX e ainda está em processo de constituição do início do século XXI.

Estabelecendo uma mediação teórica com a proposta de Moreira (2002), entendemos que a cada ruptura de um modelo de acumulação e surgimento de um novo (que já existia em cerne no anterior)

se dá o processo de *reestruturação socioespacial*. Trabalhos desenvolvidos anteriormente – Batista (2005); Botão (2005); Quintiliano e Lima (2005); Lima (2006); Andrade e Lima (2007); Santos e Lima (2007, 2009); Silva e Lima (2009) – nos permitem esboçar algumas reflexões sobre a gênese dos processos daquilo que temos chamado *reestruturação socioespacial*, entendendo que o atual cenário do espaço cearense revela as marcas do passado, compreendidas a partir da análise das diversas reestruturações.

Trabalhamos com o conceito de reestruturação a partir do entendimento de Soja (1993, p. 194) como sendo “[...] originária de e reativa a graves choques nas situações e práticas sociais preexistentes, e desencadeadora de uma intensificação de lutas competitivas pelo controle das forças que configuram a vida material”. Ou, em outras palavras, “uma combinação sequencial de alterações em que as tendências anteriores se chocam ininterruptamente com as novas tendências” para contribuir com a aproximação teórico-metodológica do conceito de *reestruturação socioespacial*, para dar conta do processo intrincado de mudanças na sociedade e no espaço cearenses (LIMA, 1999).

Assim, julgamos que a reestruturação deve superar as noções que a interpretam simplesmente como um esquema evolucionista no qual os valores antigos aparecem superados por todas as referências representativas do novo numa superposição mecânica dos fenômenos. É necessário compreendê-la como materialização de lutas ininterruptas entre o novo e o velho (SANTOS; LIMA, 2009). Essas lutas são ações que expressam crises decorrentes de algo que necessita de renovação e recriação, como os sistemas técnicos.

Conforme Santos e Silveira (2001), os sistemas técnicos – objetos e formas de fazer e regular – permitem explicar como, onde, por quem, por que e para que o território é usado, configurando-se como

o conjunto de elementos materiais e imateriais caracterizantes de cada momento da história. Entendemos que a produção do espaço resulta do trabalho social. Portanto, o conjunto das tarefas executadas pela sociedade reflete a correlação entre espaço produzido e as técnicas disponíveis em determinada época. Esse norteamento teórico conduziu nossa compreensão da produção do território cearense a partir de seus sucessivos modos de produção e suas características, conforme apresentado no quadro 02 e na sucinta análise que se segue.

Quadro 02: Evolução dos sistemas técnicos no território cearense.

PERÍODO	SISTEMA TÉCNICO / ESPAÇO CORRESPONDENTE	CARACTERÍSTICAS DO MODELO DE ACUMULAÇÃO
Séculos XVII e XVIII	Pecuária / Espaço do gado	Caráter complementar do sistema técnico açucareiro; baixo nível técnico; regime extensivo; rede técnica dos caminhos das boiadas; surgimento de núcleos urbanos isolados nos entroncamentos dos caminhos das boiadas; mão-de-obra pouco qualificada; “civilização do couro”; mercado interno; destaque para horizontalidades.
Século XVIII até meados do século XX	Pecuária e cotonicultura / Espaço tecnificado do binômio gado-algodão	Rede técnica das ferrovias; mercado externo; ligação agricultura-indústria; deslocamento do centro dinâmico de Aracati para Fortaleza; centralidade do Baixo Jaguaribe e de Fortaleza.
Meados do século XX até a década de 1990	Indústria tradicional / Espaço industrializado	Integração produtiva no Ceará e do Nordeste no cenário brasileiro; incentivos fiscais da SUDENE com base no modelo de polos regionais; concentração espacial e setorial de investimentos na RMF; ampliação da rede técnica das rodovias.
Fim do século XX e início do XXI	Sistema técnico-científico-informacional (agronegócio, indústria moderna, turismo e serviços modernos)	Investimento público e privado (transnacional); destaque no setor de terciário especializado; modernos perímetros irrigados; instalação de distritos industriais; investimento em capacitação tecnológica; implemento de sistemas de engenharia; rede técnica das infovias; destaque para as verticalidades; polarização das regiões Litoral, Jaguaribe, Sobral e CRA-JUBAR (Crato, Juazeiro e Barbalha).

Fonte: Elaboração própria.

A periodização proposta sustenta que no processo de evolução do território cearense houve quatro períodos no processo de acumulação produtiva, antecidos por quatro grandes reestruturações socioespaciais. A primeira reestruturação se deu com a invasão do colonizador e a criação de isolados núcleos a partir da expansão da pecuária (caminhos do gado) em detrimento da organização social dos nativos – forja-se o espaço do gado, superposto ao espaço dos índios; a segunda, preservando muitos componentes da anterior, com a transformação dos núcleos populacionais isolados em núcleos urbanos através da abertura de estradas e ferrovias, para atender à necessidade do escoamento da produção do algodão demandada pelo mundo industrial nascente – forja-se o espaço tecnificado do binômio gado-algodão; a terceira se deu com a integração produtiva e inserção do Ceará no cenário industrial brasileiro – forja-se o espaço industrializado; e finalmente, a quarta é o período atual, a partir de 1990, marcado pela implantação da forte racionalidade técnica que preside as verticalidades da atual globalização, impondo novos fixos e fluxos – forja-se o espaço técnico-científico-informacional.

Primeiros passos da conquista e o projeto colonial no Ceará: o espaço do gado superpondo-se ao espaço dos índios

O início da colonização no Brasil, traçado e executado por D. João III, dividindo o território descoberto em capitânias hereditárias, em 1533, visava criar, na América portuguesa, domínios que seguissem a organização feudal ainda vigorante no reino lusitano, adaptada às condições do meio em que o homem tinha de operar. O governo português estabelecia que os donatários das terras não mantivessem contato entre si, para que seus representantes se conservassem afastados uns dos outros, sem o estabelecimento de laços de interdependência capazes de garantir a existência da Capitania, em caso de ataque dos índios ou estrangeiros.

Criadas as capitanias e escolhidos seus donatários, surgiu o problema da instalação do homem e a tomada de posse de terra. Dezesseis anos mais tarde, o Rei de Portugal cria o Governo Geral, com um plano definitivo de conhecimento e exploração da terra. Foi assim que se formaram as primeiras entradas para explorar o interior do novo domínio, pois um dos traços marcantes da colonização portuguesa foi o interesse pelo conhecimento das possibilidades econômicas da terra.

Ao contrário do que ocorreu na Capitania de Pernambuco, o donatário da Capitania do *Siará Grande*, Antônio Cardoso de Barros, não chegou sequer a tomar posse de sua doação, somente vindo ao Brasil como Provedor da Fazenda no Governo de Tomé de Souza em 1549. As terras da Capitania *Siará Grande* não despertaram interesse, nem mesmo aos invasores, francês e holandês. Os homens brancos encontrados entre os nativos, pelos primeiros exploradores, aqui chegaram como piratas aventureiros, sem nenhuma iniciativa colonizadora.

A falta de empenho da Metrópole pelo domínio dessas terras semiáridas é justificável, se levada em consideração a conjuntura político-econômica da época. Obstáculos como a aridez do clima, a agressividade dos nativos em defesa de seus territórios, as correntes aéreas e marítimas da costa nordestina, dificultando a navegação na maior parte do ano, juntam-se a fatores de ordem político-econômica, como causadores do retardamento da colonização, pois somente depois de cem anos da chegada de Cabral ao Brasil deu-se início ao domínio do território que, posteriormente, constituiria o estado do Ceará.

No século XVII, ocorreram as primeiras tentativas para a ocupação do território cearense. Em 1603, iniciou-se a expedição dirigida por Pero Coelho de Sousa, que tinha por objetivo explorar o rio Jaguaribe, além de garantir o domínio das novas terras. Fracassada essa expedição, outras se sucederam, sem consequências definitivas para a fixação do homem à terra. Só depois da expulsão dos holan-

deses, de Pernambuco e do Ceará, é que os portugueses puderam se instalar definitivamente no litoral cearense, ponto de partida para a ocupação de algumas partes do interior, iniciada pelos colonos que fugiam da guerra holandesa, com suas famílias e seus gados.

Simultaneamente, ocorrem as violentas conquistas da terra com a matança, escravidão e servidão dos índios e massacre dos negros em seus quilombos no Nordeste brasileiro, fatos conhecidos, na historiografia, como as Guerras dos Bárbaros (TAUNAY, 2010; PUNTONI, 2002). Para a formação da força de trabalho servil, com a domesticação dos nativos, a igreja desempenhou importante papel com suas ações disciplinadoras para o trabalho e a obediência, nos aldeamentos e missões.

O gado ocupa os espaços do homem: o período da pecuária

A posse da terra, ocupada com a pecuária foi o principal elemento que atuou na formação da sociedade sertaneja cearense. A partir dela, estruturam-se os principais grupos sociais, como bem expressa Pinheiro (2008, p. 351):

Na análise da formação social cearense, o interesse maior é examinar como ocorreu o processo de diferenciação social. Um dos elementos que possibilitaram a diferenciação foi o acesso ou não à terra como proprietário, e a primeira conclusão é que um dos elementos mais marcantes era a concentração da propriedade fundiária e o surgimento de uma camada dos grandes proprietários de terra e de uma camada de despossuídos, pobres livres que sobreviveram nas franjas da economia da pecuária.

A atividade econômica começa a organizar-se, de fato, com os resultados das expedições pernambucanas e baianas, que vêm em busca de pastos para estabelecer fazendas de gado a fim de abastecer a região canavieira da Zona da Mata. A necessidade de expansão da

atividade açucareira passa a exigir também as terras ocupadas pelo gado, pois segundo Furtado (1963), “logo se evidenciou a impraticabilidade de criar o gado na faixa litorânea, isto é, dentro das próprias unidades produtoras de açúcar”. Daí vem a Carta Régia de 1701, que proíbe a criação de gado numa faixa de 10 léguas da costa, fato que cristalizou a expressão “Civilização do Couro”, cunhada pelo historiador cearense Capistrano de Abreu.

Com a conquista das terras dos índios, intensifica-se a concessão das datas de sesmarias nas ribeiras do Jaguaribe e no Norte da Capitania (PINHEIRO, 2008). Observam-se as seguintes ações locais: funda-se a fazenda, os vizinhos se encontram, os negócios prosperam, erige-se uma capela e, em torno dela, se formam núcleos populacionais. Daí o comércio, as missas e as festas religiosas. A natureza da atividade – o criatório extensivo de gado em grandes áreas de terra, aliado a lavouras de subsistência –, não bastasse exigir pouca mão de obra, conduz à dispersão dos primeiros exploradores. Não se criam, portanto, condições de adensamento populacional.

Comparativamente à economia canavieira, Furtado (1963, p. 73-74) afirma que:

A criação de gado – na forma em que se desenvolveu na região nordestina e posteriormente no Sul do Brasil – era uma atividade econômica de características radicalmente distintas das da unidade açucareira. A ocupação da terra era extensiva, e até certo ponto itinerante. O regime de águas e a distância dos mercados exigiam periódicos deslocamentos da população animal, sendo insignificante a fração das terras ocupadas de forma permanente.

A procura de pastos para criatório extensivo do gado traz ao Ceará as expedições que inauguram a atividade econômica na Capitania. E fazem isso deixando duas marcas importantes: a primeira, formação da economia embrionária e a consequente concentração urbana

e a segunda, que decorre da exploração pecuária extensiva, a criação de uma variedade de pontos isolados no território, sem integração.

No caminho do gado, que é deslocado em busca dos mercados em Pernambuco e Bahia, surgem, especialmente, nos cruzamentos, os povoados com funções de entrepostos comerciais ou pousadas. É onde se fazem as paradas para o gado pastar e se refazer do desgaste dos longos percursos. Lá, dado ao adensamento, também se realizam negócios. Daí nasceram vilas e cidades como Acaraú, Itapipoca, Sobral, Crateús, Icó, Jati, entre outras.

A concorrência com o Rio Grande do Norte e a Paraíba, favorecidos pela maior proximidade do mercado em Pernambuco e Bahia, bem como os impostos cobrados e as perdas com o rebanho pelos longos trajetos, tudo isso leva a que, mais adiante, se produza, nas chamadas oficinas, a carne-de-sol que passa a ser transportada para os mercados, seja em embarcações, seja em lombo de animais. Assim, surgem cidades portuárias de Acaraú e Camocim no Litoral Oeste e Aracati no Litoral Leste. Fortaleza também é uma cidade portuária, mas só ganhará destaque no período do algodão, pois fica praticamente à margem da “Civilização do Couro”. (ABREU, 1967).

O sistema viário do período colonial é constituído por vias de pequenas extensões, dentro do território cearense, e por outras que ligam o Ceará aos mercados consumidores, principalmente de produtos pecuários e de consumo consumptivo.

Operavam-se, embora muito lentamente, as primeiras mudanças na economia de subsistência da Capitania do Ceará, uma vez que, seu produto básico, o gado respondia como matriz econômica, pois além de satisfazer as necessidades diretas de sua população, tinha seu excedente comercializado com outras capitanias da Colônia, possibilitando a aquisição de produtos importados do exterior, ou mesmo produzidos no mercado interno. A pecuária servia como fonte de riqueza para gerar uma camada da população detentora de poder político e econômico.

A desorganização e a instabilidade político-administrativa surgem na criação da primeira vila que, por décadas, fora transferida diversas vezes de um lugar para outro: de Fortaleza à Aquiraz e vice-versa. Numa tentativa de aproximação do centro de gravidade econômica da colônia é finalmente instalada em Aquiraz a primeira vila seguida de outra, a Vila do Forte, solucionado dessa forma o problema. Assim, nos primeiros quarenta anos do século XVIII, encontraremos Aquiraz como o centro político da capitania, Fortaleza como abrigo das residências das autoridades, enquanto Aracati representava o reduto econômico.

Os núcleos urbanos vão se formando. Até 1799, quando o Ceará conquista a independência de Pernambuco, são criadas além de Aquiraz (1699) e Fortaleza (1726), as seguintes vilas: Icó (1735), Aracati (1747), Viçosa do Ceará (1759), Caucaia (1759), Parangaba (1759), Messejana (1760), Baturité (1763), Crato (1763), Quixeramobim (1766), Russas (1766), Sobral (1766), Tauá (1766), Granja (1766) e Guaraciaba do Norte (1791). Viçosa do Ceará, Caucaia, Parangaba e Messejana são aldeias de índios, as três últimas extintas em 1833. Caucaia volta à vila em 1789, enquanto Parangaba e Messejana se incorporarão a Fortaleza como distritos a partir de 1921 (GIRÃO, 1985).

A atividade do criatório no Ceará, no entanto, sofreu alguns reveses, consequência principalmente das constantes secas. O gado cearense chegava magro a Olinda e, devido à distância, oferecia menor preço que o paraibano e o norte-rio-grandense. Daí, os criadores cearenses, desde a década de 1740, começaram a exportar suas reses já abatidas, transformadas em carne seca, salgada e em couros. Para a salga dispunham de salinas naturais do Aracati e Acaraú, respectivamente na foz dos rios Jaguaribe e Acaraú.

Surgiram, assim, as “oficinas” e logo tiveram suas congêneres na foz dos rios Parnaíba, Camocim, Mossoró. Com essas charqueadas, reduziu-se o interesse em criar animais de carga ou para o trabalho

dos engenhos. Com a grande seca de 1792-94, que dizimou praticamente o rebanho cearense, cessou a florescente “indústria” saladeiril (GIRÃO, 1995).

Tecendo as “redes do algodão”: o período do binômio gado-algodão

Acontecimentos no cenário internacional, como a Revolução Industrial na Inglaterra e a Guerra da Secessão americana, refletiram no Brasil, estimulando a cultura algodoeira no Nordeste. As condições de semiaridez e forte insolação, dominantes no Ceará, favoreceram a produção de algodão de fibra longa, o que granjearia a preferência europeia para a produção da principal matéria-prima da indústria têxtil.

O algodão rompeu o exclusivismo pastoril no Ceará. A base da economia passa a ser pautada na agricultura, com a pequena disponibilidade de capital atraído para o financiamento do novo produto de exportação. A partir do início do século XIX, a cultura do algodão se expande no interior do estado. Os primeiros cultivos realizados nos últimos anos do século XVIII assumiram aspectos de grandes proporções quando o Ceará inicia suas primeiras exportações desse produto.

A análise dos condicionantes físico-geográficos nos leva a distinguir solo, clima e relevo, como os principais elementos motivadores da cultura. Atuando associados a esses elementos, forma-se uma das mais típicas paisagens do Nordeste. A distribuição espacial da cultura está mais relacionada a fatores de ordem natural, enquanto sua expansão deve-se, sobretudo, a razões de ordem econômica. Mesmo antes da falência da pecuária, acarretada pelas secas de 1792-94, o algodão já era um bom negócio. Vale salientar que, a partir de 1776, intensifica-se a importação de algodão pela indústria têxtil inglesa, que começa a entrar na produção em massa.

O desenvolvimento da lavoura algodoeira não fez desaparecer a pecuária extensiva. Elas coexistiram e ao lado da expansão da lavoura do algodão, o homem do sertão pôe-se cada vez mais à procura de áreas maiores para a criação. Gado e algodão continuaram sendo as bases econômicas do Estado (SILVA, 1985).

Daí por diante, o algodão, seja com as culturas de subsistência – milho e feijão –, no plantio, seja com a pecuária, no fornecimento da forragem e da torta, funcionará como motor do consórcio agropecuário no processo civilizatório desse estado, durante quase dois séculos.

Junto com a implantação do novo aparelho institucional, e a instalação da Junta de Administração e arrecadação da Fazenda Real (1799), entre 1799 e 1802, abrem-se estradas ligando a capital ao interior, constroem-se as Casas de Inspeção do Algodão e fomenta-se a exportação de produtos agrícolas.

O algodão assumiu papel de destaque na economia cearense, surgindo daí a importância de Fortaleza como centro coletor e exportador desse produto. O advento da ferrovia e a abertura de rodovias, já nos últimos anos do século XVIII, reforçaram o papel polarizador de Fortaleza, restando às cidades do interior os produtos produzidos ou adquiridos em Fortaleza. A capital se expande. Nessa mesma época Silva Paulet elabora o plano urbanístico de Fortaleza, com o traçado em xadrez; erige-se, no mesmo local do forte holandês, a Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, e se conclui o mercado público (1818). Fortaleza urbaniza-se: ganha abastecimento d'água (Benfica) e iluminação pública (1867). Em 1875, Adolfo Herbster é contratado para elaborar a nova planta de Fortaleza. Em 1880, os bondes puxados a burro passam a trafegar. Em 1890, a população recebe o Parque da Liberdade. As primeiras vilas promovidas à cidade coincidem com o período do algodão (GIRÃO, 1985).

Um dos principais entraves, então reclamados por produtores e comerciantes, é a deficiência de transportes. As estradas são praticamente inexistentes. Cultivado no sertão, precisa vir ao litoral, de onde é embarcado para os mercados externos. Isso exige, porém, total mudança no sistema viário para dar passagem a veículos de roda. Com a implantação de rodovias, depois da rede ferroviária, a produção converge, ainda mais, para a Capital, em detrimento das cidades coletoras do interior.

O caminhão, diferente do trem, se relaciona diretamente com o meio rural, buscando mercadorias nos rincões mais distantes para abastecer indústrias têxteis e o porto de Fortaleza. Esta, por sua vez, concentrando a indústria e os serviços, faz a transformação e a distribuição, agudizando a pobreza nas cidades interioranas.

Nos períodos de seca, ante a estrutura fundiária conservadora e falta de posto de trabalho, além da ausência de apoio do poder público, os agricultores pobres migram para a Capital que, sem condições adequadas de infraestrutura urbana nem emprego para todos, sofre o processo de “inchação” urbana, com o conseqüente surgimento de favelas, desde a década de 1930.

Além das estradas de rodagem criadas para uma melhor fluidez do algodão do interior em direção à capital, merece destaque a função portuária, embora incipiente até meado da década de 1950, que oferecia incentivo à dinâmica da produção algodoeira. As linhas férreas, interligando o norte e o sul do estado com Fortaleza, promovem o desenvolvimento.

As cidades beneficiárias ganham, com esse meio de transporte, função urbana mais bem definida, de coleta da produção, particularmente do algodão. Já as que ficam distantes do seu traçado conhecem o declínio e mesmo a decadência, como as do baixo Jaguaribe.

Da articulação comercial à integração produtiva: o período da indústria do Ceará

No final do século XIX, diante da crise do comércio externo, produtores e exportadores cearenses buscam o mercado da então economia emergente do café para colocar os excedentes “exportáveis” do algodão. É aí que se inaugura a articulação comercial entre o Nordeste e o Sudeste. De 1945 a 1962, ocorre no Brasil o processo de integração dos mercados nacionais. Esse processo terá reflexos negativos sobre o modesto parque industrial cearense. A integração ao mercado nacional colocou o Ceará em competição desigual com o Centro-Sul e, especialmente com São Paulo, que lidera a industrialização no País. A limitação de dois insumos estratégicos – água e energia – punha o Ceará em desvantagem com os estados da região Sudeste.

Como no território cearense não há rios perenes, é dependente do armazenamento das águas das chuvas e, portanto, submetido à incerteza. Quanto à segunda, até 1961, quando a região sul do Estado começa a ser suprida pela hidroelétrica de Paulo Afonso, quando a energia consumida no Ceará era proveniente de grupos geradores termoeletrônicos. Só em 1965, estende-se à Fortaleza e, quase dez anos depois, amplia-se por todo o estado.

Graças à rede de organismos regionais – DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), BNB (Banco do Nordeste do Brasil), CHESF (Companhia Hidroelétrica do São Francisco) e SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) – criam-se as condições para o planejamento estadual. Como resultado, o Ceará, por intermédio de Fortaleza, acaba se tornando, um grande entreposto comercial a serviço da indústria do Centro-Sul.

Ingressa o Ceará, pois, na fase da integração produtiva, quando se transfere capital das regiões mais ricas do Sul e Sudeste para o Nordeste, através de mecanismo fiscal propiciado pela SUDENE, de modo a se criar o mercado interno e, ao mesmo tempo, constituir

um sistema econômico integrado e hierarquizado no país, associado aos capitais hegemônicos. É o período em que, “com a SUDENE, um Estado ‘novo se desponta para destruir o ‘velho Estado cristalizado no DNOCS, para implementar a passagem da economia do Nordeste à economia nacional integrada” (OLIVEIRA, 1977, p. 199).

Melhoram-se as redes de comunicações. Instalam-se os distritos industriais em vários centros urbanos, como base para possíveis plantas industriais a serem atraídas pelos mecanismos de incentivos da SUDENE. O fato é que o Ceará se conjuga às forças imperantes dos que planejavam a SUDENE, o que imprimia, na afirmação de Oliveira (1977, p. 125), a “homogeneização monopolista do espaço econômico nacional”.

Reestruturação socioespacial no período atual e vetores de modernização do território: turismo, agronegócio, indústria moderna e serviços modernos

As condições e tendências produtivas mundiais transformam consideravelmente as relações de vivência e estruturação territorial. O Ceará insere-se na nova ordem mundial com o acatamento de unidades produtivas do capital hegemônico. Para Santos (1988, p. 14), “[...] vivemos num mundo em que a lei do valor mundial comanda a produção total, por meio das produções e das técnicas dominantes”. Nesse sentido, os governantes, nacional e local, dão início à atual reestruturação socioespacial do Ceará.

O cenário globalizado emergente nas terras tropicais do nordeste brasileiro tem possibilitado a tecnificação do território, intensificado pelas transformações das políticas e gerência territorial. Lima et al. (2000a, p. 260) assinalam que o “Estado do Ceará se baseia numa lógica [...] (de) torná-lo um componente territorial capaz de ser eviden-

ciado no novo cenário da competitividade mundial”. Através de inovações tecnológicas e científicas, o estado do Ceará vem agregando novas formas produtivas, ocasionando alterações no meio social e físico.

Tal situação exauriu características peculiares de gestão e organização territorial para solidificar um plano de desenvolvimento econômico-social coadunado à estabilidade política nacional. Isso se coaduna com a afirmativa de Harvey (1992): “[...] o mundo ocidental vivencia uma sociedade em que a produção em função de lucros permanece como o princípio organizador básico da vida econômica”.

Assim, a reestruturação territorial vivenciada no Ceará segue os passos das transformações ocorridas na lógica produtiva mundial. Não obstante as preocupações e tendências produtivas do mundo globalizado, o Ceará tem sido receptáculo de grandes obras públicas. Amaral Filho (2003, p. 367) sintetiza esse alavancar econômico, afirmando que:

Dentre as economias estaduais brasileiras, a do Ceará vem se destacando nos últimos anos pela reforma do Estado, ajuste das contas públicas estaduais, incremento nos investimentos público e privados e mudança no regime de crescimento acompanhado por variações positivas persistentes ao PIB, em especial nas áreas urbanas e nos setores industrial e de serviços.

Elevados investimentos públicos impulsionaram a instalação de obras de infraestrutura, com a ascensão de um grupo empresarial no Governo estadual a partir de meado de 1980, criando um quadro de transformações, com objetivo de hospedar as atividades modernas, a fim de inserir-se na nova divisão internacional do trabalho. Esta mundialização exige ações hegemônicas, daí ser ela caracterizada pela unicidade técnica, e com esta a unicidade do tempo ou a simultaneidade e a unicidade do motor ou a globalização da mais-valia (SANTOS, 1996). Essas unicidades decorrem de ações estranhas ao lugar,

provindas do poder hegemônico, acatadas pelo governo nacional.

Uma das grandes obras, de importância fundamental para a recepção e expansão do capital externo, é o Porto do Pecém, a 45 km ao norte de Fortaleza, no município de São Gonçalo do Amarante, no coração da faixa litorânea reservada ao Projeto PRODETUR, de interesse para o desenvolvimento do turismo no estado. Incluem-se, para garantia de um complexo metalúrgico junto ao porto, a instalação de um gasoduto, linhas elétricas e de telefonia, obras urbanas, com a participação do Estado, de empresas e de banco internacional. Além do mais, esse Complexo se reforçará com a construção da Transnordestina, linha ferroviária que ligará as regiões produtoras da Bahia, Pernambuco, Piauí e Maranhão. A tendência, pois, é uma maior concentração ainda da indústria de transformação na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), que já reúne mais da metade das empresas que compõem o parque industrial do estado. Desse modo, a partir dos anos 1990, já sob a acirrada guerra fiscal entre estados – pois deixa de existir no País a política de desenvolvimento regional – realizam-se investimentos estratégicos nos três setores econômicos do Ceará.

No setor primário, implantam-se perímetros de irrigação voltados para o mercado externo, como o Baixo Acaraú (Acaraú, Bela Cruz e Marco) e o Tabuleiro de Russas (Russas, Limoeiro do Norte e Morada Nova). Para isso, o DNOCS, em parceria com o Estado, executa projeto de grande envergadura. Trata-se do Complexo do Castanhão, que consiste na construção e aproveitamento do açude do mesmo nome, com repercussões econômicas, não apenas no vale do Jaguaribe, onde se alocam extensos projetos de irrigação, mas também na Região Metropolitana de Fortaleza, que será por ele abastecida, juntamente com o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, por meio de um grande canal recentemente construído pelo poder público. Tudo isso dentro da concepção da interligação de bacias hidrográficas, na perspectiva, inclusive, do projeto de integração

do São Francisco, com o qual se pretende solucionar o sério problema da insegurança hídrica, tanto para o consumo humano quanto para a atividade industrial e dos grandes perímetros de irrigação.

No setor secundário, o governo estadual executa a política de Industrialização do Interior, incentivando a instalação de fábricas intensivas em mão de obra em cidades do interior, entre as quais se destaca o ramo de calçados. Em apoio a esse processo, desenvolve o Programa de desenvolvimento Urbano e Gestão de Recursos Hídricos - PROURB, que realiza obras estruturantes em dezenas de municípios, entre os quais Maracanaú, Maranguape e Pacatuba, da RMF. Da mesma forma, contribui para fortalecer a infraestrutura do *hinterland* cearense, os sistemas de Centros Vocacionais Tecnológicos – CVTs e os Centros de Tecnologia – CENTECs, juntamente com as infovias (SANTOS; LIMA, 2007).

Segundo Quintiliano e Lima (2008), outro grande investimento dirigiu-se para a dinamização da atividade turística, por meio do Programa para o Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR, financiado pelo Banco Mundial. Além da construção do Aeroporto Internacional Pinto Martins, o programa direcionou recursos para melhoria de pequenos centros urbanos e para construção de vias de transportes para o desenvolvimento da atividade na costa oeste do estado, de Caucaia a Itapipoca. O sistema viário, graças ao Programa Rodoviário de integração Social do Estado do Ceará – Programa Ceará, duplica rodovias de acesso à RMF, pavimenta vias principais, tendo em vista o escoamento da produção interna, inclusive de matéria-prima para o parque industrial do estado e intercâmbio com os estados vizinhos.

Esse novo cenário impõe a tecnificação do território, visando torná-lo mais acessível aos ditames da economia-mundo, intensificando a divisão territorial do trabalho. Nesse contexto, viabiliza-se o processo de inserção do Ceará, antes tido como “espaço neutro”, no conjunto dos “espaços operacionais”, acabando por reforçar a criação de

espaços seletivos. A instalação do moderno sistema técnico no Ceará (caracterizante do turismo e da agroindústria) atende aos ditames dos centros de comando do grande capital e impõe novos fixos e fluxos, delineando um quadro espacial renovado para viabilizar o papel do Ceará na rede de produção mundial. Para tanto, intensifica-se a especialização do território cearense a partir de centros polarizadores: litoral (como vitrina do turismo e com destaque para a centralidade da Região Metropolitana de Fortaleza – RMF e cidades interioranas de maior centralidade, como Juazeiro do Norte e Sobral.

Considerações finais

Desde o século XVII que vem se povoando o território cearense, passando por vários períodos dominados por atividades econômicas cujos produtos sempre atendem os interesses dos mercados externos. Apenas o primeiro, a pecuária, se destinou inicialmente à subsistência, depois ao abastecimento da zona canavieira e dos aglomerados humanos da mineração do centro do país. Em cada um desses períodos, soergueram-se formas geográficas, com funções ligadas às relações de produção características da época. Isso tudo em detrimento dos povos autóctones que foram exterminados, escravizados ou submetidos a trabalho degradante, no formato da acumulação primitiva, típico do período colonial pré-capitalista.

Territórios, funções e normas vêm se modificando, *pari passu* a outras forças produtivas que se impõem como geradoras de fluxos de bens e de pessoas. É por isso que podemos falar do espaço e de uma sociedade com as feições de cada reestruturação referente à determinado período histórico.

À medida que se edificou um conjunto de sistemas técnicos, o espaço cearense foi se afeiçoando às inovações do país e do mundo. Desse modo, especialmente na atual reestruturação, inúmeros

produtos entraram na pauta de exportações e importações e amplas metamorfoses ocorrem nos mais diferentes rincões do território e na vida social do Ceará. Reflexo do novo momento que se instala de forma acelerada no Ceará, respondendo às determinações das investidas do capital hegemônico, o sistema de informação se amplia e barateia seu uso, especialmente para as empresas. Expandem-se os serviços especializados para atender os fluxos com o mundo, numa luta entre as horizontalidades e as externalidades.

É a feição da modernidade cada vez mais presente no estado. A reformulação das paisagens, a reestruturação do espaço, a introdução de inovações nas formas que se instalam no Ceará revelam a exigência das novas funções – turismo, indústrias, setor terciário etc. –, impondo um quadro espacial renovado, adequado à reprodução mais veloz e precisa do capital que agora pousa nessas terras tropicais de um Nordeste, antes, marginalizado. Há uma reviravolta no urbano e no rural: aeroporto, metrô, infovias, obras hídricas grandiosas, grandes perímetros irrigados, porto para receber grandes transatlânticos, saneamento, enfim, uma transmutação espacial, numa frenética fase de renovação ou de adequação ao mundo mais globalizado e que se revela mais perversa com os povos subdesenvolvidos.

No entanto, essas inovações não dizem respeito à grande massa da população, ao espaço banal ou espaço do homem comum, mas ao espaço da racionalidade técnica (SANTOS, 1996). Voltam-se para uma nova ordem ditada de longe, que não exprime a vontade do local, mas do global, como nova configuração de um capitalismo que se restabelece, numa ânsia de submeter, não um país ou um continente, mas o mundo, na forma do que conhecemos como globalização. A percepção dessas mudanças nos traz o prenúncio de uma época em que o Ceará se insere, com outros subespaços nacionais, a partir das ordens dos centros de decisão do capital, na modernidade atual neste início de século, com fortes impactos na cultura e na

organização sociopolítica da sociedade.

Referências

ABREU, João Capistrano Honório de, Capitulo da indústria colonial 6º coleção coligação brasileira 1967.

AMARAL FILHO, Jair. Ajustes estruturais, novas formas de intervenção pública e novo regime de crescimento econômico no Ceará. In: GONÇALVES, Maria Flora; ANDRADE, Victa Nobre de; LIMA, Luiz Cruz. **A reestruturação do litoral cearense pelos serviços da atividade turística a partir da década de 1990** - Relatório de Pesquisa. Fortaleza: NETTUR/UECE, 2007.

BATISTA, Francisca Gonçalves. **Reestruturação socioespacial do Ceará: o projeto portuário do Pecém**. 2005. 229f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2005.

BOTÃO, Helissandra Helena Silva. **Açude Público Castanhão (CE) como força reestruturadora: a dinâmica territorial**. 2005. 155f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2005.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura do Brasil, 1963.

GIRÃO, Raimundo. **Evolução histórica cearense**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1985.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. As charqueadas do Ceará. In: SOUZA, Simone de (Org.). **História do Ceará**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 1995.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da dança cultura**. Edições Loyola: São Paulo, 1992.

LIMA, Luiz Cruz. Os ditames da modernidade: os cibernantropos de chapéu-de-couro. In. AMORA, Zenilde Baima (Org.). **O Ceará: enfoques Geográficos**. Fortaleza: FUNECE, 1999. p. 73-86.

LIMA, Luiz Cruz; SOUZA, Marcos Nogueira de; MORAIS, Jáder Onofre de. **Compartimentação territorial e gestão regional do Ceará**. Fortaleza: FUNECE, 2000.

LIMA, Luiz Cruz (Org.). **Reestruturação socioespacial: do espaço banal ao espaço da racionalidade técnica**. São Paulo: Annablume, 2006.

MOREIRA, Ruy. Os quatro modelos de espaço-tempo e a reestruturação. **GEOgrafia**, Niterói, v. 4, n. 7, 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, NORDESTE. Planejamento e conflito de classes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PINHEIRO, Francisco José. **Notas sobre a formação social do Ceará (1680-1820)**. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.

- PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros** – povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2002.
- QUINTILIANO, Aridenio Bezerra; LIMA, Luiz Cruz. **Impactos territoriais dos grandes investimentos públicos no Ceará** - Relatório de Pesquisa. Fortaleza: NETTUR/UECE, 2005.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ed. Ática, 1993.
- SANTOS, Elizete de Oliveira; LIMA, Luiz Cruz. **Reestruturação socioespacial do Ceará: os CENTEC's e os CVT's como agentes transformadores do Estado** - Relatório de Pesquisa. Fortaleza: NETTUR/UECE, 2007.
- SANTOS, Elizete de Oliveira; LIMA, Luiz Cruz. **Reestruturação socioespacial do Ceará: os serviços modernos em evidência nos subespaços dinâmicos** - Relatório de Pesquisa. Fortaleza: NETTUR/UECE, 2009.
- SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. **Geographia**, Niterói, ano 1, n. 1, p. 7-13, 1999.
- SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SILVA, Francisco Antonio Carneiro; LIMA, Luiz Cruz. **Reestruturação socioespacial do Ceará: a formação socioespacial do Ceará pré-capitalista** - Relatório de Pesquisa. Fortaleza: NETTUR/UECE, 2009.
- SILVA, José Borzacchiello da. O algodão na organização do espaço. In: SOUZA, Simone de (Org.). **História do Ceará**. 4. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995. p. 81-93.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: o poder, autonomia e desenvolvimento. In: Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa. **Geografia: conceitos e temas** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- TAUNAY, Affonso. **A Guerra dos Bárbaros**. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado, 2010.

10.

SERVIÇOS MODERNOS EM EVIDÊNCIA NOS SUBESPAÇOS DINÂMICOS*

Introdução

Periodicamente, o espaço geográfico – entendido como conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 1996) – é impulsionado por um ou vários de seus agentes de transformação – sociedade, empresas e Estado – a ganhar novas feições e conteúdos para acompanhar as inovações absorvidas pelo sistema produtivo. Onde essas transformações penetram de forma mais rápida, tornam-se os movimentos sociais mais densos, quer no acatamento da nova realidade, quer na repulsa de tais verticalidades. A esses momentos de ruptura e reorganização do espaço e da sociedade, que marcam o movimento de evolução de um território, estamos chamando de *reestruturação socioespacial* (LIMA, 2006; LIMA *et al*, 2008). Parte-se do princípio de que cada novo sistema nasce nas/das entranhas do sistema anterior, o que impõe o imperativo metodológico da periodização.

Na fase atual, ao espaço geográfico agregaram-se feixes de inovações técnico-científicas, além de elevado grau de componentes informacionais, o que Santos (1996) conceitua como meio técnico-científico informacional, cuja expansão fez com que as instâncias produtivas ficassem dissociadas e/ou dispersas geograficamente no espaço, ao mesmo tempo em que seu comando é único. Destarte, instala-se o conflito dialético entre, de um lado, o comando vertical (cada vez mais concentrado) que une os espaços do mandar aos espaços do fazer e, de outro, as relações horizontais dos espaços do fazer (cada vez mais dispersos).

*Este trabalho apresenta alguns resultados do Projeto de Pesquisa "Reestruturação socioespacial do Ceará", desenvolvido entre 2008 e 2009, tendo apoio do CNPq por meio do Edital No. 03/2008 – MCT/CNPq.

Para a sincronia da funcionalidade do sistema, os objetos geográficos têm que se articular às necessidades dos fluxos, o que é atendido pelos *serviços modernos*, responsáveis pela circulação de ideias, pessoas e mercadorias (JIMÉNEZ e UTRILLA, 1992; LIMA e SANTOS, E., 2008; SANTOS, E. e LIMA, 2008).

Como laboratório dessa realidade, nossas reflexões buscam dar conta de um subespaço nacional – o Ceará. Este artigo propõe-se a discutir o papel dos serviços modernos como elos produtivos nos subespaços dinâmicos do Ceará. Entende-se que os serviços modernos especializam-se segundo a lógica de polarização territorial articulada à totalidade do processo de modernização do espaço cearense, intensificado desde a década de 1990, sob os auspícios do discurso desenvolvimentista que norteou as ações estruturantes do Estado nos últimos vinte anos.

O desenvolvimento deste trabalho está estruturado em três momentos. No primeiro momento, buscamos articular a totalidade às partes estruturadas da realidade em análise, oferecendo uma contribuição ao conceito de reestruturação socioespacial, aplicando-o à realidade de nosso objeto de estudo a fim de construir o nosso fundamento teórico metodológico; no segundo, discutimos a seletividade dos territórios em rede e a emergência dos serviços modernos como signo da conectividade espacial e setorial, apresentando notas teórico-metodológicas; e, finalmente, no terceiro, discutimos os avanços e limitações da pesquisa sobre os serviços modernos em evidência no Ceará, colocando o foco da nossa análise especificamente nos subespaços dinâmicos do Ceará, cuja conexão se dá pelos serviços modernos.

CONSTRUÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DO CONCEITO DE REESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL

Como o espaço é resultado dos movimentos de mudança que são traçados e trançados pelas diversas instâncias da sociedade em cada momento, ele se apresenta como história, como uma totalidade. Desse modo, posto que a realidade é movimento, é necessário que o nosso pensamento também se ponha em movimento numa “estrutura teórica dinâmica”, buscando acompanhar, pelo menos mais de perto, a realidade. Nosso trabalho se propõe a entender, tomando a referência do território cearense, como o espaço responde às alterações na sociedade por meio de sua própria alteração, mediante diversos momentos de reestruturação socioespacial, conceito discutido a seguir.

DA TOTALIDADE E DAS PARTES ESTRUTURADAS: A ELABORAÇÃO DO CONCEITO

Entender o espaço como uma totalidade, implica que se faça um esforço metodológico de fragmentar esse todo (análise) para posteriormente reconstituí-lo (síntese), como ensina Santos (1985, p.7): “a noção de espaço como uma totalidade se impõe de maneira mais evidente, porque mais presente; e pelo fato de resultar mais intrínca-da, torna-se mais exigente de análise”. A organização dos elementos do espaço, que atua hierarquizando-os, nos dá o nexos das ordens que partem dos diversos atores, em diversas escalas, e delinea os “territórios do mandar” e os “territórios do fazer”, de modo que o papel regulador das funções locais tende progressivamente a escapar da sociedade local.

Como o espaço geográfico é o pergaminho onde o homem escreve sua história, as diferentes fases por que passa cada sociedade são marcadas pela implantação de sistemas de engenharia para a realiza-

ção de sua produção e condições de vida. Esses sistemas são soerguidos ou são renovados utilizando criações do passado, vivificando o trabalho morto. Neles, a sociedade do presente realiza seu modo de vida, agora obedecendo à unicidade do mundo. À medida que a ordem global se transforma com novas modalidades de funcionamento, cada lugar há de adequar suas condições para poder participar do conjunto maior. Só assim, as partes se agregam, de forma coerente e obediente, à totalidade. No carrilhão dessa dinâmica se dá, como exigência da realidade, a reestruturação socioespacial.

No bojo dessa discussão, a contribuição de Soja (1993) indica a dinâmica da produção e reorganização do espaço:

[...] a reestruturação, em seu sentido mais amplo, transmite a noção de uma ruptura nas tendências seculares, e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política. Evoca, pois, uma combinação sequencial de desmoronamento e reconstrução, de desconstrução e tentativa de reconstituição... (p. 193).

Nessa acepção, a reestruturação seria uma sequência de quebra/ruptura no desenvolvimento do conjunto das relações sociais de produção, como resposta às crises do sistema. Essa abordagem teórica auxilia no entendimento dos processos de transformação do espaço e da sua respectiva sociedade em cada período histórico, considerando o sistema global, ou seja, a totalidade.

Para Mandel (1982), a reestruturação acontece como mecanismo de superação das crises do modo de produção capitalista, criando novas estratégias de alcançar superlucros, seja pela diferenciação espacial (regional ou internacional), seja pelo desenvolvimento setorial desigual. Segundo Mandel, haveria uma:

[...] periodicidade da modernização intensificada a uma série de reestruturações geográficas, similarmente caracterizadas pela tentativa de recuperar as condições de sustentação da acumulação capitalista lucrativa e do controle da mão-de-obra (MANDEL, 1982, p. 38)

Esse autor aponta como o espaço é usado, ainda que de modo diferenciado, dentro do modelo excludente e geograficamente desigual na espacialidade capitalista. Além disso, assinala que cada novo ciclo sobrepõe-se ao velho como uma camada, preservando os resíduos. Essa idéia reforça o pensamento de que as diversas reestruturações socioespaciais dotariam cada espaço ou subespaço da característica de ser um palimpsesto¹.

O conjunto da obra de Milton Santos, ainda que não explicita a expressão reestruturação socioespacial, trabalha a teoria de que as mudanças relacionais entre os componentes do espaço (sociedade e configuração territorial) caracteriza os movimentos de reestruturação (mudanças) seguindo lógicas internas a cada período histórico de um espaço, conforme se verifica quando afirma que “a configuração territorial, conjunto de dados naturais modificados pela ação consciente do homem mediante sucessivos sistemas de engenharia, e a dinâmica social, relação que define a sociedade em dado momento histórico” (SANTOS, 1988, p. 111). A idéia trabalhada por Santos reforça o entendimento de que a ruptura/quebra da lógica relativamente estável que rege cada período de um espaço implica na necessidade de esta lógica se reconstituir a partir da anterior, embora absorvendo novos componentes, caracterizantes do novo período.

No conjunto dos autores que têm contribuído com as reflexões acerca dos movimentos de reestruturação socioespacial, desponta

1 O palimpsesto é um antigo material de escrita, principalmente o pergaminho, usado, em razão de sua escassez ou alto preço, duas ou três vezes, mediante raspagem do texto anterior. Desse modo, é um manuscrito sob cujo texto se descobre a escrita ou escritas anteriores. Neste texto, toma o sentido de superposição, preservando as características anteriores ao mesmo tempo em que se reveste das novas.

o trabalho de Moreira (2001; 2002). Este autor busca desenvolver uma teoria para explicação dos processos de reestruturação no Brasil, relacionando-os aos movimentos da totalidade-mundo. Sustenta que a reestruturação é responsável pela constante renovação dos espaços ao longo do processo de construção geográfica das sociedades², culminando em sua terceira fase, quando as lógicas e determinações precisam ser modificadas para dar continuidade à formação de cada novo espaço social. Nesse sentido, enfatiza:

A construção geográfica das sociedades é um processo dinâmico. A paisagem por seletividade se monta, seu arranjo por agregação de práticas se estrutura e esta amadurece ganha peso e movimento, até que um ciclo de reestruturação a refaz. Então, ao fim e ao cabo, “todo o equilíbrio espacial da sociedade encontra-se modificado”. (MOREIRA, 2001, p. 38)

Estudando a reestruturação como passagem de um modelo espaço-tempo a outro, Moreira sustenta que a atual reestruturação traz a novidade da convergência dos quatro modelos – modelo histórico mundial, modelo histórico brasileiro, modelo de acumulação mundial e modelo de acumulação brasileiro – no modelo de acumulação financeira, conforme assinala a seguir:

Uma vez que a hipótese que seguimos é a da simultaneidade de esgotamento de conjunto dos quatro modelos, a reestruturação, para lá do modelo produtivo, estaria significando uma reestruturação mais ampla, revolvendo todas as escalas de espaço-tempo que até aqui estudamos. Altera a relação entre o público e o privado; mexe com a

2 Sobre a construção geográfica das sociedades, o autor sustenta que “Três fases sequeciam-se nesse processo [de construção geográfica da sociedade]: da montagem, relacionada à prática da seletividade; do desenvolvimento, relacionada às práticas da tecnificação, diversidade, unidade, tensão (localização x distribuição), negatividade (unidade x diversidade, homogeneia x heterogeneia, identidade x diferença), hegemonia, recortamento, escala e reprodutibilidade; e do desdobramento, relacionada às práticas da mobilidade, compressão, urbanização, fluidificação, hibridismo e sócio-densificação. Um processo que se reinicia pelo movimento permanente de reestruturação.” (MOREIRA, 2001, p. 15, grifo nosso)

estrutura e perfil do Estado e sua relação histórica com a sociedade civil; sugere uma reestruturação do próprio modelo histórico capitalista, etc. (MOREIRA, 2002, p. 09)

Os textos de Ruy Moreira propõem uma periodização para o mundo e para o Brasil, segundo os modelos históricos, os modelos de acumulação e os modos de desenvolvimento³. Analisando o período atual, Moreira pontua que: “A reestruturação [atual] é o processo de reorganização global da sociedade capitalista decorrente do esgotamento do seu ciclo de desenvolvimento industrial e da emergência das necessidades da acumulação financeira que ultrapassa e substitui o ciclo industrial na história. (MOREIRA, 2002, p. 13)

No nosso entender, o conceito de *reestruturação socioespacial* pode dar conta dos imbricados processos de mudança amalgamados na sociedade que se (re) produz e se materializa no território. Corresponderia, pois, aos momentos de ruptura e reorganização do espaço e da sociedade, que marcam o movimento de evolução de um território. Este é, precisamente, o fundamento teórico metodológico no desenvolvimento desta pesquisa.

Entendemos que a reestruturação socioespacial ultrapassa a reestruturação produtiva, tão estudada no período atual, pois as transformações amalgamadas nesse processo são mais do que uma mudança de regulação produtiva, implicando mudanças nas regulações políticas, ideológicas e culturais, enfim, mudanças sociais. A reestruturação produtiva é apenas o início do processo de reestruturação socioespacial, resultando numa de suas mais destacadas facetas, porém não a única. Ao que parece, Moreira (2002) corrobora nosso entendimento desse conceito:

3 Para o Brasil, o autor identifica quatro modelos de acumulação, engendrados como resposta ao modelo histórico brasileiro, que, por sua vez, respondia ao modelo histórico mundial: 1) modelo de acumulação agro-mercantil escravista; 2) modelo de acumulação primitiva interna proto-industrial; 3) modelo de acumulação industrial e 4) modelo de acumulação financeira.

A reestruturação produtiva refere-se à nova regra de regulação do trabalho no âmbito das fábricas, que consiste na troca das normas fordistas pelas normas toyotistas de organização. A reestruturação industrial remete às inovações tecnológicas da terceira revolução industrial. Desse ponto de vista, a reestruturação pode ser entendida como o conjunto das trocas de meios técnicos que centram os fabricos nos processamentos da microeletrônica e da informática, isto implicando a implementação das regras de flexibilização da produção e do trabalho da reestruturação produtiva, combinando e confundindo assim reestruturação industrial e reestruturação produtiva. A reestruturação estatal é o conjunto das reformas neoliberais do Estado, cujo exemplo é a transferência do patrimônio público para o poder privado, via privatização das empresas estatais. Por fim, *a reestruturação espacial é o novo ordenamento territorial que emana disso tudo.* (MOREIRA, 2002, p. 12, grifo nosso)

Nossa proposta objetiva contribuir para o entendimento de que a reestruturação deve superar as noções que a interpretam simplesmente como um esquema evolucionista no qual os valores antigos aparecem superados por todas as referências representativas do novo numa superposição mecânica dos fenômenos. É necessário compreendê-la como materialização de lutas entre o novo e o velho. Parte-se do princípio de que cada novo sistema nasce nas/das entranhas do sistema anterior, o que impõe o imperativo metodológico da periodização.

UM ESFORÇO DE PERIODIZAÇÃO SE IMPÕE

Como recurso metodológico, Santos (1985) entende que se deve proceder a definição de períodos a partir do que chama de modernizações, que, para ele, marcam o ritmo de evolução dos sistemas temporais. Segundo o autor, os períodos poderiam até ser chamados de sistemas de modernização, os quais resultam de uma periodização

que depende do objetivo do investigador, buscando encontrar “seções de tempo em que, comandado por uma variável significativa, um conjunto de variáveis mantém um certo equilíbrio, uma certa forma de relações” (1985, p. 23).

Nesse exercício metodológico, as periodizações procuram demarcar períodos ou regimes – “o pedaço de tempo ou duração, no qual, em torno de dado tipo e forma de produção, formas materiais e não materiais de vida se mantêm mutuamente integradas com o processo produtivo” (SANTOS, 1985, p. 73). A definição de períodos permite posteriormente identificar os momentos de reestruturação socioespacial, conforme contribuição de Santos (idem, p.73): “No momento em que essa lógica particular se modifica, seja por evolução interna, seja por impacto externo, dá-se também uma ruptura que acarreta uma mudança de regime, isto é, uma mudança de nexo ou de relação estrutural e funcional entre os componentes e uma alteração da importância relativa dos fatores.”

Todavia, um estudo que tome as modernizações como critério para a periodização deve atentar para o fato de que a difusão das modernizações, do centro para a periferia, não se dá de forma homogênea, mas seletiva e de acordo com as especificidades de cada território. Destarte, há diferentes absorções de impactos exógenos das inovações, impondo o exercício de identificar os movimentos do novo e do velho. Nisso se assenta a explicação de que a (re) elaboração dos subespaços se daria como num processo químico, uma verdadeira combinação, da qual resulta sua especificidade.

Nessa construção, é basilar que o espaço seja entendido em sua formação, enquanto superposição de sistemas temporais (o que chamamos de palimpsestos), ou seja, como uma verdadeira acumulação desigual de tempos, cuja explicação ultrapassa as formas, funções, processos e estruturas atuais.

A CRISE COMO CATEGORIA CENTRAL DA REESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL

Segundo trabalho de Moreira (2002), seria a crise (que ele também chama de *esgotamento*) dos modelos que comandaria a marcha das reestruturações. Cada modelo seria presidido pelos grandes arcos de hegemonia caracterizantes de cada período (modelo espaço tempo) e o momento de desequilíbrio dessa hegemonia e a tentativa de sua redefinição constituiria a crise e a consequente reestruturação, recomeçando as fases constitutivas da construção espacial da sociedade – da montagem, do desenvolvimento e do desdobramento (MOREIRA, 2001; 2002).

Já Santos (1994) afirma que, como ainda não se completou inteiramente o processo de transformação da sociedade industrial em sociedade informacional, estaríamos vivendo, a um só tempo, um período e uma *crise*. Isso revela o entendimento do autor de que crise seria um momento ou processo de transição de um período a outro.

Segundo Schumpeter (1997, caps. 2 e 6), a crise, que ele também chama de ciclo econômico (cf. nota 69, p. 74), seria o mecanismo ou processo pelo qual a vida econômica se adapta a novas condições. Retomando os estudos das ondas longas de Kondratieff, o autor assinala que as crises são elementos ou, pelo menos, componentes regulares, se não necessários, de um movimento em forma de onda que alterna períodos de prosperidade e depressão, que têm permeado a vida econômica desde o início da era capitalista.

Por sua vez, Rangel (1981), em sua análise marxista da sociedade brasileira, cria um conceito singular de dualidade, subdividindo o conceito marxista de relações de produção em relações internas e relações externas. Essas relações na “concepção rangeliana” são denominadas de pólo interno e pólo externo. Cada pólo é composto por um lado interno e um lado externo. Para entender a formação da

sociedade dual brasileira, o autor trabalha as cinco “leis da dualidade brasileira” (RANGEL, 1981, p, 12), tendo seu nexu explicativo na idéia de crise⁴, que, segundo ele, se daria em apenas um dos dois pólos da dualidade (o mais antigo de cada dualidade), alternadamente o pólo interno e o pólo externo. Julgamos que a nossa idéia de *palimpsesto* subjaz à sua tese, na medida em que sustenta que o pólo da dualidade não modificado pelo impacto externo, advindo das inovações que partem do centro dinâmico do sistema, guarda sua estrutura e integra-se à nova dualidade, formando sucessivamente diferentes uniões dialéticas dos contrários.

Em nossa proposta teórico-metodológica, a crise aparece como categoria central, na medida em que se apresenta como momento de transição de um período a outro, ou seja, é a crise que exige a reestruturação socioespacial. A crise, em nosso entendimento, para além das reflexões que só dão conta das crises econômicas, é algo que se interpõe no orgânico, criando uma ruptura, um desarranjo. É justamente esse desarranjo que exige novos elementos, os quais são incorporados no processo de reestruturação. A crise como categoria do método geográfico está sendo entendida à luz da dialética, que pode ser grosseiramente resumida no esquema tese-antítese-síntese: a crise se dá no momento da contradição entre tese e antítese, ao passo que na síntese, tem-se a superação da crise, estabilizando-se e preparando o movimento para entrar novamente em crise. Nesse sentido, pode-se dizer que a crise é o momento em que há uma luta de sobrevivência entre o velho e o novo. É por isso que essa categoria nos permite afirmar que cada sistema produtivo forja as condições para o seguinte, a partir da reorganização dos elementos que entraram em crise.

Propõe-se que cada período ou sistema temporal seja presidido pela articulação dialética entre dois subsistemas:

4 Entendida como transição entre estágios de desenvolvimento dos modos de produção.

1) o dos fatos concretos, da matriz tecnológica, da materialidade, o subsistema produtivo; e

2) o dos aspectos culturais, da imaterialidade, o subsistema normativo. Como o subsistema normativo é mais lento que o produtivo, na medida em que essas temporalidades distanciam-se muito, ocorre a crise, como resultado do descompasso entre os elementos da interação.

O CASO DO TERRITÓRIO DO CEARÁ, BRASIL

Como fragmentos do conjunto mundial, os países se reorganizam para o período histórico tecido no último meio século. Apesar do esforço da reengenharia governamental nas décadas de 1960 a 1980, somente nas duas últimas décadas o Brasil agregou-se ao concerto universal, diante da permissão da entrada das inovações, com fortes abalos na organização socioespacial.

Sob essa nova lógica de reorganização dos territórios, o espaço cearense redefine-se de modo significativo, impondo aos pesquisadores o esforço de contribuir com a construção teórico metodológica do conceito de reestruturação socioespacial.

Sustenta-se que a atual reestruturação socioespacial do Ceará evidencia-se marcada por políticas territoriais, de cunho modernizante, racional e tecnificador, privilegiando as metamorfoses do espaço para adequá-lo às exigências da atração de investimentos nacionais e internacionais, sobretudo privados.

Segundo Quintiliano (2008), a década de 1990 apresenta-se como período de grande intensidade na implantação de novos objetos espaciais e modernas/modernizantes políticas territoriais no Ceará. Os investimentos públicos e privados ampliaram os contrastes espaciais e sociais, através de planejamentos voltados aos territórios que facilitam a reprodução do capital.

Nessa perspectiva, Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e Litoral, Baixo e Médio Jaguaribe, Vale do Acaraú e municípios de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha (CRAJUBAR) são considerados territórios seletos, pontos luminosos (SANTOS, 2001) ou subespaços dinâmicos, pólos receptores de investimentos públicos e privados.

Como hipótese de trabalho, sustentamos que na esteira das ações voltadas à modernização do território cearense, há três eixos estruturantes das políticas territoriais, cuja conexão se dá pelos serviços modernos: (a) promoção do turismo, (b) atração e interiorização de indústrias e (c) instalação de infra-estruturas voltadas à dinâmica da agricultura empresarial – principalmente a científica. Nisso se assenta a dinâmica dos serviços modernos como partícipe da reestruturação socioespacial do Ceará.

A SELETIVIDADE NOS NEXOS DOS TERRITÓRIOS EM REDE E A CONEXÃO PELOS SERVIÇOS MODERNOS: NOTAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

A construção teórico-metodológica desta pesquisa, tendo como fundamento o conceito de reestruturação socioespacial, levou-nos ao entendimento de que para trabalharmos o recorte temático dos serviços modernos em subespaços dinâmicos teríamos que trazer a discussão dos conceitos de território, rede e serviços modernos.

Tomamos como ponto de partida a análise do território, conjugado em base de sistema de objetos. Assim, o território analisado assume o caráter de território reestruturado, com múltiplas mudanças sociais e espaciais, à medida que ele agrega técnicas e redes do presente. Em uma primeira aproximação conceitual, lembramos com Milton Santos (2002, p.10) que:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como

o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

Essa proposição é ratificada com a proposição sustentada por Souza (1995, p. 78-79) de que o território deva ser apreendido como “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Poder, identidade e exercício de vida são conceitos destacados que se agregam para a construção do entendimento do território estudado, onde se forjem dominadores seculares, cultura e lutas sociais. Na atual modernidade, essas conceituações se fortalecem e se revelam mais transparentes com os feixes de inovações, indutoras de metamorfoses do espaço, captando novas formas de organização de sistemas técnicos.

No bojo das aceleradas transformações por que passam os territórios na atualidade, emergem as redes. Com a ampliação e maior densidade das redes que se formaram a partir das crises e da revolução tecnológica que marcaram a década de 1970, a divisão territorial do trabalho muda de conteúdo, pois se delineiam novas e mais complexas geometrias de poder em todas as escalas. Segundo Santos (1996), a chave para o entendimento das redes é enxergá-las como realidade social e técnica ao mesmo tempo. Para esse autor, “as redes não prescindem de fixos – que constituem suas bases técnicas – mesmo quando esses fixos são pontos. Assim, as redes são estáveis e, ao mesmo tempo, dinâmicas” (1996, p. 221). É desse modo que as redes atuam no sentido de unificar e integrar os territórios verticalmente, modificando tanto a divisão social do trabalho, que reparte, e a cooperação, que unifica.

Nesse contexto, o período atual – o dos territórios reticulares – é marcado pela imbricação e interpenetração dos setores econômicos, tomando o setor terciário destacada função de elo no sistema produtivo.

O arcabouço teórico e conceitual para a explicação da reestruturação socioespacial, a partir da dinâmica dos serviços, encontra-se em construção, enfrentando as dificuldades inerentes aos estudos que buscam explicar o presente. Desse modo, numa proposta em construção, por isso submetida ao debate, definimos como *serviços modernos*, a partir da abordagem espacial, aqueles capazes de fluidificar e conectar o território aos ditames da reprodução ampliada do capital na atualidade, tornando-o poroso às ações dos atores hegemônicos representados, sobretudo, por grandes empresas e pelo Estado (SANTOS, E. e LIMA, 2008). Os serviços modernos, em nossa pesquisa, são entendidos pelos seus nexos de comando. A principal propriedade dos serviços modernos seria a conectividade, tanto a espacial (interligação dos territórios em múltiplas escalas) quanto a setorial (imbricação dos setores econômicos).

A chave para definição e explicação dos serviços modernos em nossa proposta é a tecnologia, que condiciona a capacidade dos fluxos dos condutos nos diferentes territórios, segundo diversas escalas. Consideramos serviços modernos a ampla gama de serviços de informação, as funções de gestão, administração, segurança, saúde, educação especializada e capacitação tecnológica, pesquisa e desenvolvimento (P&D), telecomunicações, telemática, marketing, comércio internacional, assessoria e consultoria, turismo, dentre outros. Essa definição guiou o processo de escolha das variáveis de análise do objeto de estudo.

O recorte temporal adotado abarca as transformações a partir da década de 1990, sem, no entanto, desconsiderar o movimento histórico próprio da evolução espacial, pois como salienta Santos (1985), o espaço, “considerado como um mosaico de elementos de diferentes eras, sintetiza, de um lado, a evolução da sociedade e explica, de outro lado, situações que se apresentam na atualidade” (p. 22). Assim, entendemos que a reestruturação socioespacial viabilizada, entre outros fatores, pela dinâmica dos serviços modernos, deve

encontrar sua explicação tomando-se a referência da década de 1990 e início do século XXI.

Trabalhamos com dados do Ministério do Trabalho e Emprego (Relação Anual de Informações Sociais-RAIS)⁵. Como recurso metodológico, após sucessivas discussões, chegamos a uma definição preliminar. Com base em estudos anteriores (ELIAS, 2005; LIMA, 2006; QUINTILIANO, 2008) sobre a atual realidade do Ceará, correlacionamos as atividades econômicas que mais se aproximam do objeto em estudo, tomando em referência as *divisões da CNAE*, pois essas viabilizam o recorte das atividades mais expressivas e representativas para explicar as condições do espaço cearense dos últimos anos. Das *divisões da CNAE*, foram consideradas treze (TABELA 1), de maior expressão na vida social e econômica em diferentes regiões do estado. A partir dessa definição, iniciamos o processo de tratamento dos dados, destacando os subespaços dinâmicos do Ceará: (a) Região Metropolitana de Fortaleza, (b) Baixo e Médio Jaguaribe, (c) Vale do Acaraú e (d) municípios de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha (que se convencionou chamar CRAJUBAR)⁶.

EMERGÊNCIA DOS SERVIÇOS MODERNOS NOS SUBESPAÇOS DINÂMICOS DO CEARÁ: UMA CONTRIBUIÇÃO

De acordo com Santos (1985), as modernizações características de cada sistema temporal difundem-se do centro para a periferia, em movimento dialético, por isso contraditório, encontrando respostas

5 Os dados da base RAIS trazem informações sobre os estabelecimentos com estoque de emprego formal no Brasil, adotando a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, em sua versão estruturada de forma hierarquizada em quatro níveis: 17 seções, 59 divisões, 223 grupos, 614 classes.

6 Em nossa pesquisa, foram considerados os seguintes municípios compondo cada pólo: (a) RMF: Fortaleza, Caucaia, Maranguape, Pacatuba, Aquiraz, Maracanaú, Eusébio, Guaiúba, Itaitinga, Chorozinho, Pacajus, Horizonte, São Gonçalo do Amarante; (b) Baixo Jaguaribe: Fortim, Aracati, Icapuí, Itaiçaba, Palhano, Russas, Jaguaruana, Quixeré, Morada Nova, Limoeiro do Norte, São João do Jaguaribe, Tabuleiro do Norte, Alto Santo, 75 Jaguaribe, Jaguaribara; (c) CRAJUBAR: Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha; e (d) Baixo Acaraú: Sobral, Meruoca, Alcântaras, Massapê, Santana do Acaraú, Morrinhos, Marco, Bela Cruz e Acaraú. Assim, totalizam 40 municípios.

diferentes em cada subespaço, dado o carácter modificador dos impactos segundo as especificidades do território. Assim, delineiam-se diferentes graus de absorção das modernizações, implicando em defasagens. Além disso, aparece outro complicador na análise da difusão das modernizações: a diferenciação entre países e a diferenciação dentro dos países. Nisso se assenta a dificuldade de se definir o moderno em cada subespaço, constituindo-se num exercício de método que seja capaz de abarcar as nuances desses dois tipos de diferenciação.

Pode-se observar que a difusão de modernizações, no movimento de diferenciação interna que engendra, acaba por criar pólos internos, que passam a desempenhar funções especializadas, culminando numa hierarquia funcional. De certa forma, haveria uma estreita relação entre modernização, especialização e polarização, a primeira condicionando a segunda e a segunda a terceira, embora às vezes o movimento possa ser outro. Essa discussão, em nosso entender, também pode ser aplicada a subespaços dotados de especificidades que lhe garantem certa unidade e autonomia (relativas). Este seria exatamente o caso do Ceará, nosso objeto de análise.

Com a ascendência das últimas gestões governamentais (1987-2001), o espaço ganha destaque como elemento de poder fundamental e as políticas públicas mais significativas mostram um carácter territorial. Emerge o imperativo de repensar o desenvolvimento regional do Ceará, passando a investir de acordo com a teoria dos pólos de desenvolvimento. Para verificar esta polarização no Ceará, tomemos os mapas a seguir. No primeiro mapa, Botão (2005) espacializa as grandes obras estatais no território cearense na década de 1990, deixando clara a seletividade desses investimentos em subespaços dinâmicos. No segundo mapa, Quintiliano (2008) assinala os principais pólos de desenvolvimento do estado, permitindo detectar que as próprias vias de circulação mais importantes/estruturantes na dinamização do território, delineiam uma rede que conecta esses quatro pólos.

O projeto de modernização do território cearense, levado a efeito pela liderança política neoliberal dos últimos vinte anos, associada aos interesses privados, optou claramente por uma integração excludente do território cearense ao sistema-mundo: integrou-se apenas o “Ceará moderno” ao mundo globalizado. Desse modo, os subespaços dinâmicos agregaram serviços modernos – além dos terciários banais e primitivos⁷ – que acabaram ampliando as desigualdades já existentes no território cearense. Esses serviços ligam-se aos ditames da economia-mundo, atuando nos territórios seletos do Ceará de forma a internalizar o novo, caracterizando-se como vetor de entropia que traz as verticalidades tanto na indústria moderna, informatizada, quanto na agricultura científica, tecnicizada. Nesse sentido, retomamos o pensamento de Santos:

Afinal, os mecanismos de mercado aparecem triunfantes, trazendo o novo e conservando o velho, em função dos ditames da produção, impondo o externo ao interno nos setores onde isso lhes convém e arrastando o Estado para a órbita dos interesses privados. A internalização do externo, a renovação do antigo a serviço das forças de mercado não seria possível sem o apoio, ainda que não deliberado, do Estado. (SANTOS, 1985, p. 80)

De posse das planilhas com dados para o Ceará e o Nordeste, a análise quantitativa, articulada às reflexões qualitativas da realidade do espaço cearense, conduziu à identificação de grande polarização e concentração das atividades de serviços modernos nos subespaços dinâmicos assinalados.

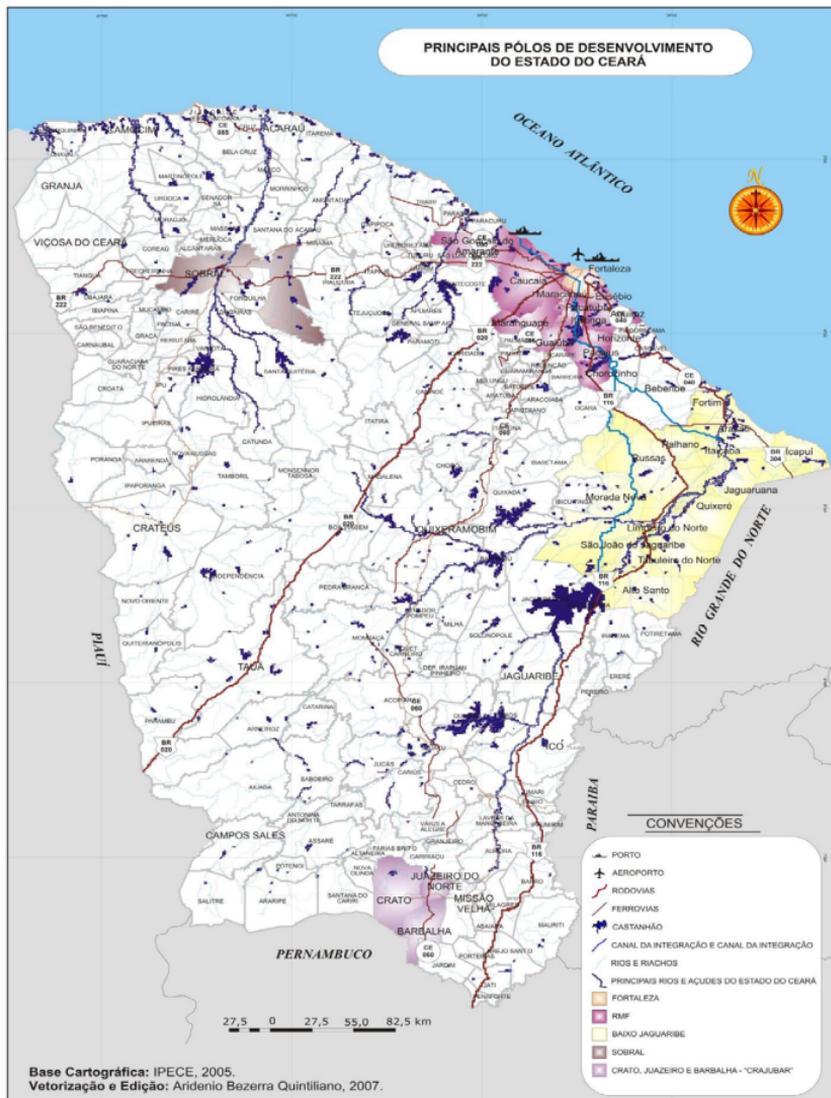
Segundo informações obtidas pelos dados da RAIS, de 2005, o Ceará contava com 19.665 estabelecimentos que executavam as mais diversas atividades ligadas aos serviços⁸ (o que corresponde a

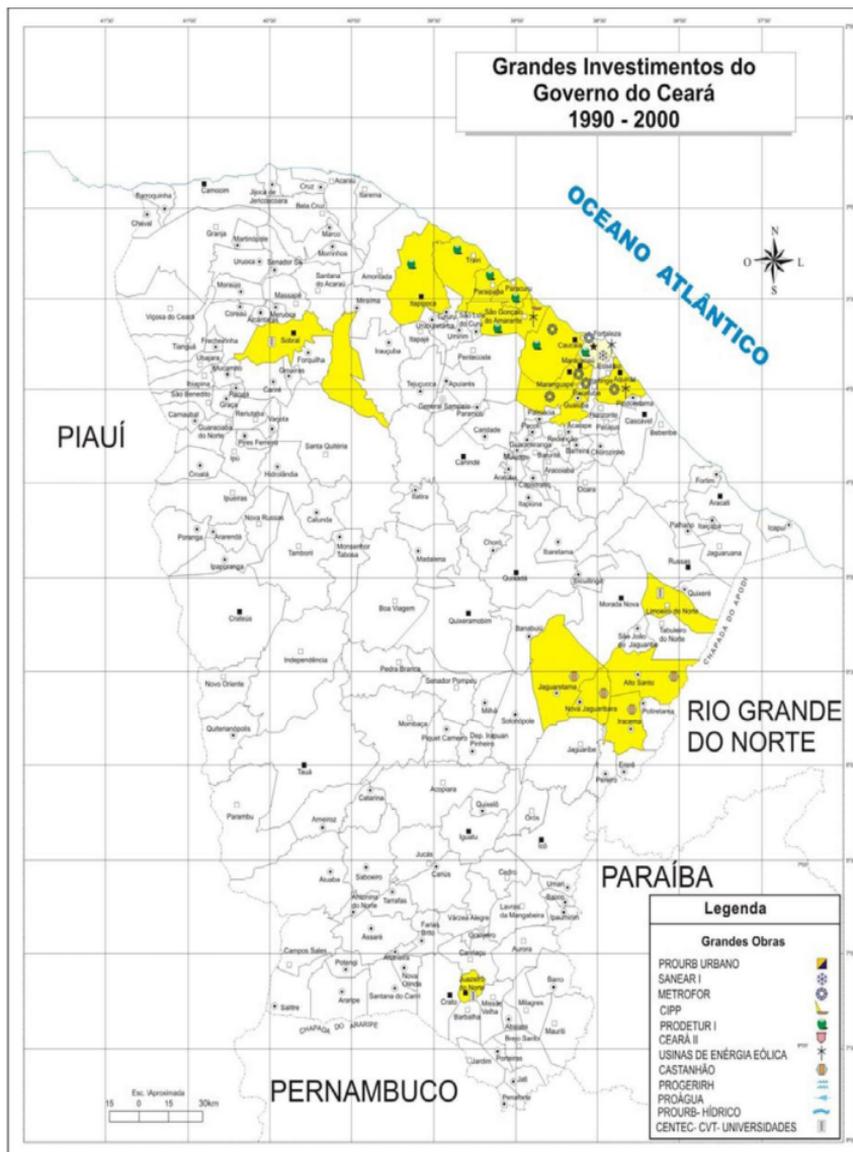
⁷ Esses conceitos são discutidos em Santos (1979).

⁸ Não estamos considerando o comércio como serviço, por opção de orientação teórico-metodológica.

34,8% de todos os estabelecimentos), respondendo por um estoque de 552.992 empregos formais. Deste universo, 10.863 eram estabelecimentos com atividades de serviços modernos com base na relação de atividades apontadas pela literatura especializada, o que corresponde a aproximadamente 55,2% do total de estabelecimentos de serviços. Os estabelecimentos de serviços modernos respondiam por 464.530 empregos formais (84% dos empregos em serviços). Esses dados já revelam que os serviços modernos tomam vulto a partir da última década do século XX, atendendo ao quadro de transformações mundiais, que são exigentes de fluidez e conexão.

PRINCIPAIS PÓLOS DE DESENVOLVIMENTO
DO ESTADO DO CEARÁ





Na comparação com a Região Nordeste, o Ceará aparece em terceiro lugar quanto ao número de estabelecimentos de serviços modernos em quase todas as atividades analisadas, à exceção do número de estabelecimentos de serviços de Pesquisa e Desenvolvimento, no qual assume a segunda posição e do número de estabelecimentos de Serviços de Administração pública, defesa e seguridade social, no qual assume a quarta posição.

Outra variável importante diz respeito ao porte dos estabelecimentos de serviços modernos no Ceará, que pode nos fornecer pistas no tocante às exigências de fluidez em cada subespaço, caracterizando sua densidade reticular, e às relações que mantêm com a dinâmica social que se reproduz em cada território. Verificamos no território cearense a tendência de apresentar estabelecimentos de serviços de pequeno porte, mantendo-se até mesmo nos pólos, embora o número de estabelecimentos de grande porte cresça consideravelmente neles. Os serviços modernos que detêm o maior número de estabelecimentos de grande porte são os de Administração, defesa e seguridade social e os de Serviços prestados principalmente às empresas. Observa-se que esses dois tipos de serviços respondem às necessidades da reestruturação de um território, cuja trama se processa sob a égide de nova lógica empresarial de gestão/controle.

Atividades de serviços modernos	Subespaços dinâmicos e opacos do Ceará					
	RMF	Baixo e Médio Jaguaribe	Vale do Acaraú	CRAJUBAR	Demais municípios	Total
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	276	97	42	31	291	737
Atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem	368	2	8	21	26	425
Correio e telecomunicações	166	16	12	11	152	357
Intermediação financeira	315	26	19	27	176	563
Seguros e previdência complementar	88	2	4	4	8	106
Atividades auxiliares da intermediação financeira, seguros e previdência complementar	115	2	5	7	1	130
Atividades de informática e serviços relacionados	296	3	5	14	23	341
Pesquisa e desenvolvimento	11	0	2	2	0	15
Serviços prestados principalmente às empresas	2.118	48	69	105	244	2.584
Administração pública, defesa e seguridade social	143	34	20	12	267	476
Educação	1.034	34	43	128	222	1.461
Saúde e serviços sociais	2.188	64	113	274	341	2.980
Atividades recreativas, culturais e desportivas	468	22	25	46	127	688
Total	7.586	350	367	682	1.878	10.863

TABELA 1 - Nº de Estabelecimentos de atividades de serviços modernos nos subespaços dinâmicos e opacos do Ceará

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados do Ministério do Trabalho e do Emprego (RAIS, 2005)

De acordo com os dados espacializados segundo a polarização verificada no desenvolvimento da pesquisa, observa-se que a RMF concentra, fortemente, todos os tipos de estabelecimentos considerados nessa análise, fato que aponta para a expressiva macrocefalia desenvolvida pela capital, Fortaleza, cuja concentração relativa é ainda maior que a RMF como um todo.

A tabela 1 traz os números para todo o Ceará, revelando a concentração nos subespaços dinâmicos, permitindo detectar que os serviços modernos cumprem o papel de conectar espacial e setorialmente o território reticular que se forjou no Ceará.

Além da seletividade que preside a instalação dos serviços modernos nos 73 subespaços dinâmicos e não em todo o território ce-

rense, ainda entre os subespaços dinâmicos, verificam-se diferenciados graus de polarização segundo cada tipo de serviço. Uma análise da totalidade, porém, pode apontar que a RMF concentra todos os tipos de serviços, atuando como nó dos principais fluxos conectados pelas redes do território cearense com os espaços nacional e internacional. Em segundo lugar, destaca-se o CRAJUBAR, principalmente nos estabelecimentos de *Serviços prestados principalmente às empresas, Educação e Saúde e serviços sociais*, os quais são “serviços-chave” na dinamização de um território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contemporaneidade caracteriza-se pelo aumento das redes e das conexões, como resposta à divisão do trabalho que se amplia e aprofunda, acompanhando as mudanças no conteúdo material e social dos territórios. Na esteira dessas transformações, os serviços modernos despontam como signo da conectividade espacial e setorial. Vivenciamos, pois, o período do espaço da conectividade, espaço reticular, o que está no cerne dos processos de reestruturação socioespacial, cuja explicação exige que se deslindem os nexos espaciais dos serviços nos subespaços dinâmicos.

No amplo espectro dos espaços que evidenciam essa realidade, nossas reflexões buscaram dar conta de um subespaço nacional – o Ceará. Nesse caminho, verificamos que a última década do século XX marca a inserção do Ceará, antes tido como “espaço neutro”, no conjunto dos “espaços operacionais” da ordem global, com a reestruturação de seu espaço. Este conjunto articulado tece as condições históricas para a intensificação da polarização e especialização dos territórios no Ceará, com a constituição de subespaços dinâmicos, os quais passam a ser conectados – entre si, mas, sobretudo, ao mundo – pelos serviços modernos.

Como conclusão preliminar, constatamos desigual volume de serviços alocados nos pólos especializados e nas pequenas cidades do interior do Ceará face à constituição de um dissimétrico e hierarquizado espaço. Posto que a modernização do território cearense se processou com base na seletividade, os espaços com maior densidade técnica e informacional transformaram-se significativamente, ampliando e aprofundando as desigualdades já existentes.

A seletividade, destacado componente de diferenciação dos territórios, direcionou a difusão das infra-estruturas necessárias à fluidez, fazendo-se acompanhar pelo movimento de implantação de estabelecimentos de atividades de serviços modernos. Desse modo, verificamos que há a superposição de diversas polarizações (agropólos, pólos industriais, pólos turísticos), delineando um espaço reticular cada vez mais desigual, seletivo e concentrador no Ceará.

REFERÊNCIAS

BOTÃO, Helissandra Helena Silva. *Açude Público Castanhão (CE) como força reestruturadora: a dinâmica territorial*. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: Mestrado Acadêmico em Geografia/UECE, 2005.

ELIAS, Denise. Reestruturação produtiva da agricultura cearense: rumo à desintegração competitiva e à fragmentação do espaço agrário. In: SILVA, José Borzacchiello da; et al (Orgs.). *Ceará: um novo olhar geográfico*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005. pp.429-461.

JIMÉNEZ, Antonio Moreno e UTRILLA, Severino Escolano. *Los Servicios y el territorio*, serie general nº 19, editorial síntesis, 1992. (colección Espacios y Sociedades).

LIMA, Luiz Cruz. *Reestruturação socioespacial: do espaço banal ao espaço da racionalidade técnica*. São Paulo: Annablume, 2006.

_____, SANTOS, Elizete de Oliveira. Evolução dos Modernos Serviços de Informações Geográficas: Rebatimentos Territoriais. *Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica*, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008.

LIMA, Luiz Cruz; QUINTILIANO, Aridenio Bezerra; FREITAS, Bernadete Maria Coelho; SANTOS, Elizete de Oliveira; SILVA, Francisco Antônio Carneiro; VASCONCELOS, Tereza Sandra Loiola. Reestruturação socioespacial do

Ceará. XV ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS: O ESPAÇO NÃO PÁRA POR UMA AGB EM MOVIMENTO, 15, 2008, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2008. 1 CD-ROM.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MOREIRA, Ruy. Os quatro modelos de espaço tempo e a reestruturação. In revista *GEOgraphia*, ano IV, no. 7. Niterói: PPGeo, 2002.

_____. As categorias espaciais da construção geográfica da sociedade. *GEOgraphia*, Rio de Janeiro- Niterói, v. 3, n. 5, p. 15-42, 2001.

QUINTILIANO, Aridenio Bezerra. *Reestruturação Socioespacial do Ceará: Estado, Política e Sociedade*. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008.

RANGEL, Ignácio. História da dualidade brasileira. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 1, n. 4, pp.05-34, 1981.

SANTOS, Elizete de Oliveira e LIMA, Luiz Cruz. Reestruturação socioespacial do Ceará: uma contribuição a partir da análise da dinâmica dos serviços modernos. In: XV ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS: O ESPAÇO NÃO PÁRA

POR UMA AGB EM MOVIMENTO, 15, 2008, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2008. 1 CD-ROM.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

_____. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo, HUCITEC, 1988.

_____. *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996. 308 p.

_____. *Por uma outra globalização – Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Ed. Record, RJ. 2001. 76

_____. Território e Dinheiro. In: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. *Território, Territórios*. Niterói: PPGeo-UFF/AGB-Niterói, RJ. 2002. p. 17-38.

SCHUMPETER, J. A. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1997.

SOJA, E. W. A. *Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 1993.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de et al (Orgs). *Geografia: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, RJ. 1995.

Autores

Elizete Oliveira

Geógrafa; Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: elizeoliver7@yahoo.com.br

Luiz Cruz Lima

Geógrafo; Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP); Professor Emérito da Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: l.cruzlima@uol.com.br